



Médio Tejo & Pinhal Interior Sul

Abril 08

PROGRAMA **TERRITORIAL** DESENVOLVIMENTO

Estratégia de Desenvolvimento **2020**

Plano de Acção 2007/2013



MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL
PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
Estratégia de Desenvolvimento 2020
Plano de Acção 2007-2013

*UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM PRIORIDADES CLARAS
UMA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL ALARGADA PARA VIVIFICAR
UMA VERDADEIRA COMUNIDADE REGIONAL
UMA ACTUAÇÃO CONCENTRANDO RECURSOS PARA ALCANÇAR RESULTADOS*

Abril de 2008

Ficha Técnica

Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013, Abril de 2008



CUMT – Comunidade Urbana do Médio Tejo



Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul

Com base no Estudo Técnico elaborado por:



Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores

www.amconsultores.pt e-mail: amconsultores@amconsultores.pt

Rua Mouzinho da Silveira, 27 2º

1250-166 Lisboa

Tel.: +351 21 351 14 00

Coordenação Global

Augusto Mateus

Coordenação Sectorial - Área de Estudos e Políticas de Base Territorial

Paulo Madruga

Gestão Executiva do projecto: Diogo Martins, Vânia Rosa

Equipa Técnica: André Barbado, Ana Caetano, Ana Cristina Silva, Cristina Cabral, Diogo Martins, Filipa Lopes, Rui Maia

APRESENTAÇÃO

Os municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul querem afirmar-se a nível nacional.

Vão “dar as mãos” e juntos com as suas complementaridades e os seus importantes recursos, associados à coesão interna que se conseguiu estabelecer, pretendem constituir uma parceria de desenvolvimento para estimular a valorização, a promoção territorial e o bem-estar social. Desta forma a potenciação plena e eficiente na utilização dos recursos endógenos apoiará a correcção das desigualdades e fomentará o aumento da competitividade.

Será um desafio face às nossas características territoriais!

Os municípios da Comunidade Urbana do Médio Tejo e da Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul pretendem estabelecer com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro uma contratualização conjunta de verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A Comunidade Urbana do Médio Tejo já contratualizou o QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III, tendo-se posicionado, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, como uma das regiões que obteve maiores taxas de execução. Face à sua experiência, este envolvimento entre a NUTS III do Médio Tejo e a NUTS III do Pinhal Interior Sul será uma mais-valia para esta área territorial - o Pinhal Interior Sul marcadamente mais rural e o Médio Tejo com uma componente mais urbana e empresarial. Desta forma esta parceria assume-se como um instrumento importante para um quadro financeiro estável de investimentos municipais /intermunicipais plurianuais para a especialização territorial que se deseja.

Os autarcas dos 15 municípios das duas regiões, imbuídos deste espírito de coesão regional, têm confiança de que as formas de trabalho em conjunto que estão a nascer, fortaleçam a região e lancem uma imagem de parceria e solidariedade para o país. E comungam de uma estratégia única e determinada para a região onde vivemos.

No Médio Tejo e no Pinhal Interior Sul residem 271 mil habitantes e a contratualização para estas duas NUTS III será imprescindível para a consolidação de uma malha institucional de nível sub-regional e um estímulo à capacitação técnica das entidades envolvidas, para uma política regional renovada, indo ao encontro dos desígnios da Agenda de Lisboa, do QREN e do Governo “na criação de condições favoráveis à emergência de economias de aglomeração, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos para sustentar a capacidade endógena de captação de investimento produtivo e de geração de riqueza e, conseqüentemente, de correcção das desigualdades sociais”.

Construíram-se as políticas, carecem os meios!

Os Presidentes das Câmaras Municipais do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Abril de 2008

Presidente da Comunidade Urbana do Médio Tejo
Presidente da Câmara Municipal de Mação



Presidente da Associação de Municípios do Pinhal Sul
Presidente da Câmara Municipal da Sertã



José Farinha

Municípios do Médio Tejo

Presidente da Câmara Municipal de Abrantes



Nelson de Carvalho

Presidente da Câmara Municipal de Alcanena



Presidente da Câmara Municipal de Constância



António Mendes

Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento



Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere



Presidente da Câmara Municipal de Ourém



David Catarino

Presidente da Câmara Municipal do Sardoal



Presidente da Câmara Municipal de Tomar



Corvelo de Sousa

Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas



Presidente da Câmara Municipal de V.N. Barquinha



Miguel Pombeiro

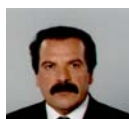
Municípios do Pinhal Interior Sul

Presidente da Câmara Municipal de Mação



Saldanha Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Oleiros



Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova



João Catarino

Presidente da Câmara Municipal da Sertã



Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei



ÍNDICE

Apresentação

Nota Introdutória

Parte I – Competitividade e Coesão Territorial do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul: Diagnóstico Prospectivo

I.1. Posicionamento e Perspectivas Futuras do Médio Tejo

I.2. Posicionamento e Perspectivas Futuras do Pinhal Interior Sul

Parte II – Um modelo de desenvolvimento territorial como suporte de uma estratégia de actuação enquanto Comunidade Regional: Visão e Grandes Opções Estratégicas para o Médio Tejo

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

Parte III – Plano de Acção

Eixo I: Afirmar uma Rede urbana Atractiva

Eixo II: Afirmção das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional

Eixo III: Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos

Eixo IV: Educação Básica de Excelência

Eixo V: Montagem de um Sistema de Governança Regional

Parte IV – Diagnóstico Socioeconómico: Elementos de Base

IV.1. Diagnóstico Socioeconómico do Médio Tejo

IV.2. Diagnóstico Socioeconómico do Pinhal Interior Sul

NOTA INTRODUTÓRIA

O Programa de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul corresponde ao resultado do trabalho de concertação, planeamento e definição estratégica, promovido em conjunto pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pela Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul, desenvolvido ao longo dos últimos dois anos.

O momento decisivo que despoletou o arranque deste trabalho, num ponto de viragem estratégica das políticas europeias e nacionais e, em particular, entre a finalização da execução do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III 2000-2006) e o arranque do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), foi determinante na explicação do grau de abrangência que lhe foi inculcido – a definição de uma Visão e de uma Estratégia de Desenvolvimento para 2020, suportada por um Plano de Acção (instrumentalizando e mobilizando os recursos disponíveis no QREN 2007-2013) e enquadrada por metodologias de planeamento de base territorial.

O desenvolvimento económico de um determinado território, seja ele um bloco regional supranacional, um país, uma região ou uma cidade é um processo que se manifesta num aumento sustentado do bem-estar da população que trabalha e vive nesse espaço e que se repercute numa multiplicidade de áreas, nomeadamente transformando as normas sociais, políticas e culturais, e consubstanciando uma mudança profunda e multidimensional das instituições e da própria sociedade onde ele ocorre.

A concepção, definição e operacionalização de uma estratégia adequada à promoção sustentada do desenvolvimento de um qualquer território deverá, por isso, basear-se num quadro conceptual onde os conceitos de competitividade e de coesão territorial estão claramente definidos e delimitados, a situação da região devidamente compreendida, o quadro de renovação das políticas estruturais apreendido e os princípios metodológicos de planeamento estratégico claramente assumidos.

É na percepção e compreensão do papel fundamental das estratégias de base territorial na promoção da competitividade, do crescimento sustentado, do emprego, da coesão social e do ordenamento do território que se baseia o objectivo central da construção do Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, no horizonte temporal de 2020 e do correspondente Plano de Acção Operacional para o período 2007-2013, promovido conjuntamente pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pela Associação de Municípios do Pinhal interior Sul, com o apoio técnico da empresa Augusto Mateus & Associados.

A possibilidade de reflexão e construção da estratégia regional ao longo dos dois últimos anos permitiu um quadro de compatibilização e coerência com as orientações da política europeia de coesão e com a agenda nacional proposta no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

De forma sintética, o quadro global das orientações para os programas co-financiados a título da política de coesão cobre três grandes prioridades, a destacar: (i) reforçar a atractividade dos Estados-Membros, das regiões e das cidades, melhorando a acessibilidade, assegurando serviços de qualidade e nível adequados e preservando o seu potencial ambiental; (ii) incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia do conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação; (iii) criar mais e melhor emprego, atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho ou para a actividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos no capital humano. As orientações da política de coesão comportam, para além destas prioridades, um grande eixo transversal, de diferenciação face às políticas sectoriais, que corresponde à valorização da dimensão territorial da política de coesão, isto é, à sua capacidade de adaptação aos problemas, necessidades e desafios específicos de cada região, limitando o efeito negativo das disparidades e favorecendo o potencial de crescimento endógeno da respectiva região.

Tendo por base este enquadramento, os desafios globais da nova Europa alargada, bem como os desafios particulares do relançamento do processo de convergência de Portugal e das suas regiões nesse espaço europeu, começam a ser ganhos ou perdidos em função da qualidade da preparação do ciclo de intervenções estruturais 2007-2013, isto é, na adopção de uma estratégia que inclua, com expressão relevante, apostas na indução de processos aglomeração regional de actividades alimentadas por estratégias de especialização territorial, suportada por novos modelos de coordenação das políticas regionais e sectoriais e traduzida numa redução drástica da tradicional complexidade dos instrumentos de programação e numa, ainda mais drástica, redução do número de projectos financiados, procurando alcançar uma muito maior capacidade de induzir, viabilizar e acompanhar projectos de elevada qualidade, dimensão e sustentabilidade.

A exploração de uma sólida correspondência entre a evolução da política europeia de coesão e as necessidades concretas de desenvolvimento do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul traduziu-se, neste contexto, na valorização de um maior articulação entre os objectivos da competitividade e coesão, procurando enfrentar os problemas colocados pela "saturação" da velocidade de convergência de Portugal no espaço da União Europeia alargada, na medida em que se estimula, no domínio da competitividade, uma viragem para a inovação global em detrimento da estrita modernização de

equipamentos e, no domínio da coesão, uma viragem para as lógicas de integração de redes de infra-estruturas, serviços e organizações, de várias gerações, em detrimento da lógica de simples recuperação de atrasos na oferta de equipamentos colectivos básicos.

O exercício de definição estratégica conjunta entre duas regiões NUTS III com perfis económicos e sociais tão distintos como são, individualmente, o Médio Tejo (com uma dimensão urbana mais vincada) e o Pinhal Interior Sul (com uma dimensão rural mais vincada), encontra condições particularmente favoráveis à optimização do equilíbrio entre os domínios da competitividade e da coesão e à maximização da capacidade de actuação orientada pela partilha de interesses e recursos induzida pela sua contiguidade geográfica e pela homogeneidade do seu património natural (a floresta e os rios).

Apostou-se, por conseguinte, em estabelecer dois horizontes temporais diferenciados, um período mais prolongado para definição e reflexão em torno da visão, objectivos e estratégia (“uma estratégia para 2020”) e, um período mais curto, para o Plano de Acção (enquadrado no QREN 2007-2013), onde se definem e operacionalizam as acções a desenvolver, valorizando o reforço da capacidade de gestão estratégica e a sustentabilidade das intervenções, apostando determinantemente na valorização da lógica de capacitação de promotores e beneficiários, no encadeamento sequencial de várias gerações de equipamentos e serviços, na satisfação de procura sociais mais avançadas e na exploração intensiva das economias de rede.

Apesar dos dois horizontes diferenciados, a metodologia desenvolvida para a definição da Estratégia e para a elaboração do Plano de acção teve como preocupação primordial a questão da operacionalização. A interacção com os principais intervenientes locais, os processos de reflexão e os contributos obtidos ao longo das várias etapas de desenvolvimento do trabalho foram essenciais na elaboração do diagnóstico prospectivo, tal como contribuíram com uma forte participação na sustentação da Estratégia e em particular na estruturação do Plano de Acção, complementando o processo de alinhamento da estratégia proposta para o território do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul com o da Região Centro, com as operações enquadráveis nas diversas agendas do QREN, com os instrumentos financeiros específicos (FEADER), com os programas de cooperação territorial europeia e com o nível de compromisso de outros actores importantes para o desenvolvimento do território.

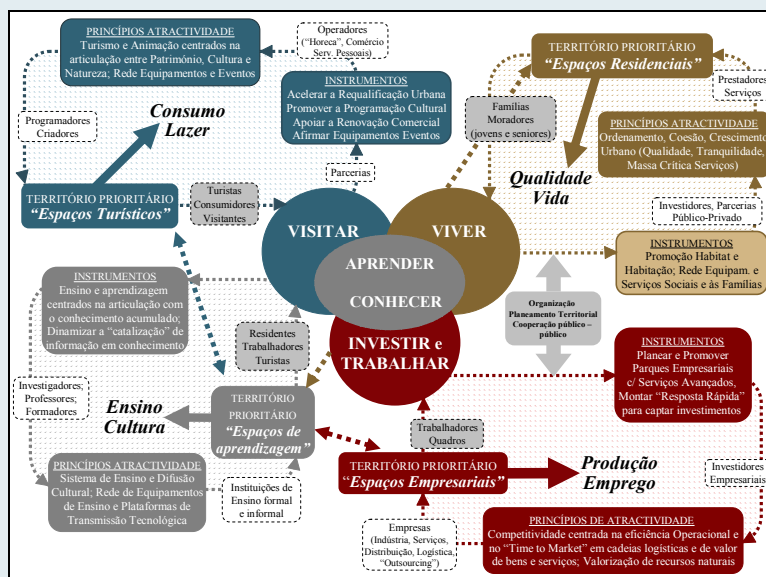
Caixa 1 - Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial

A perspectiva de **desenvolvimento territorial** adoptado na definição da estratégia de desenvolvimento regional articula as análises subjacentes à “utilização e fruição” do território com os respectivos “públicos e utentes”, através da construção de um diagnóstico prospectivo, em que as diversas ópticas de observação – mais centrada no território, nas empresas ou nas pessoas – são lidas no quadro do equilíbrio entre uma “economia competitiva” e uma “sociedade coesa” e à luz da forma como se processa a transformação das condições e recursos presentes em resultados sustentados.

Os diversos **modelos de afirmação regional** constituem um referencial importante na percepção das articulações e interações que sustentam e justificam as actuais hierarquias em matéria de competitividade territorial. Os **processos de crescimento e desenvolvimento territorial** são baseados em **quatro grandes áreas** que sustentam a projecção e afirmação externa dos territórios, nomeadamente, por via:

- da componente residencial e enquanto espaço para viver, moldado pela adequação do modelo de vivência oferecido à população residente e pela capacidade de atracção sobre novos residentes;
- da componente empresarial e enquanto espaço para “trabalhar e investir”, dinamizado pela conjugação mais ou menos equilibrada de espaços de localização empresarial industrial com espaços comerciais e de serviços, e explicado pela dinâmica de criação de riqueza, valor e emprego;
- da componente turística e enquanto espaço para “visitar”, projectado pela relevância dos motores explicativos dos fenómenos de captação turística, interligado com o dinamismo das suas actividades complementares (qualidade e diversidade), e explicado pela sua capacidade de induzir consumo e ser apetecível ao lazer;
- da componente aprendizagem e enquanto espaço para “aprender e conhecer”, facilitado pela capacidade de accionar a articulação entre a realidade empresarial e o sistema científico, tecnológico, de ensino, formação e divulgação, impulsionado pela integração de componentes dos restantes vectores de crescimento nos pontos de contacto delineados pela transversalidade do ensino e da cultura, e explicado pelo reconhecimento obtido através da disseminação de saber técnico e teórico.

Dimensões associadas ao crescimento e desenvolvimento de base territorial



Os exemplos concretos de territórios que ganharam capacidade de afirmação e projecção externa confirmam o desequilíbrio sequencial e, por vezes, cumulativo dos respectivos “motores” de crescimento, no sentido em que o estágio de consolidação de cada um dos factores de afirmação numa dada região é, inevitavelmente, desequilibrado, e moldado por uma realidade que incorpora tendências pesadas de longo prazo.

Este documento apresenta, de forma sintética, o resultado alcançado neste processo de construção da visão estratégica para 2020 e de coerência e compatibilização das acções estruturantes a desenvolver até 2013 como forma de assegurar o alcançar dos objectivos e visão definida.

O documento encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira parte apresenta-se o posicionamento e perspectivas futuras para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul, que se encontra articulado com a parte 4, onde se desenvolvem os elementos base de suporte ao diagnóstico socioeconómico da região. Na parte 2 apresenta-se a Visão e as Opções Estratégicas assumidas em conjunto pelas duas regiões, que se traduzem no Plano de Acção apresentado na parte 3, onde são sintetizados o conjunto de iniciativas, intervenções e projectos estruturantes a desenvolver até ao horizonte de 2013.

PARTE I – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL: DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

As regiões Médio Tejo e Pinhal Interior Sul representam, no seu conjunto, cerca de 11% a 12% da população residente, das unidades empresariais e do número de postos de trabalho gerados na região Centro de Portugal. Estabelece-se entre as duas regiões NUTS III uma notória discrepância dimensional, em que o Médio Tejo responde por cerca de 10% e o Pinhal Interior Sul por cerca de 2% daqueles grandes números. Esta diferença de dimensões é acompanhada, também, por diferenças expressivas ao nível do modelo de povoamento característico de cada uma delas, com o Pinhal Interior Sul a apresentar uma dispersão populacional bastante mais elevada (o Pinhal Interior Sul cobre uma área equivalente a cerca de 80% da área do Médio Tejo e a sua população residente não chega a atingir os 20% do Médio Tejo).

O nível de vida atingido no contexto agregado das duas regiões alinha com o nível médio da região Centro (igualando o seu valor de PIB per capita), ficando, contudo, abaixo do nível médio de vida nacional em cerca de 14 p.p.. Esta posição globalmente equilibrada no contexto da região Centro, quando medida em termos de nível médio de vida, degrada-se quando se usa como referencial o rendimento disponível da população residente, que corresponde, nos concelhos do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, a cerca de 83% do patamar médio da região Centro e a 63% do patamar médio nacional.

Quadro 1.1. Dimensão do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul no contexto regional e nacional

Âmbito Geográfico	Área	População		Unidades empresariais	Pessoal ao serviço	Densidade populac.	Unidades Empres. /10 mil hab.	PIB per capita	Rendim. colectável per capita
	(Km²)	(Nº habit.)	Taxa de Variação	(Nº estab.)	(Nº)	(Hab./ Km²)	(Nº estab./ 10 mil hab.)	(1.000 euros/hab)	(PT=100)
	2005	2005	2001-05	2004	2004	2005	2004	2004	2004
Médio Tejo	2.306,0	230.980	2,2% ↑	8.061	56.712	100,2	349,6	12,2	67,4
Pinhal Int. Sul	1.904,8	42.125	-6,0% ↓	1.426	7.534	22,1	334,0	9,2	36,1
Médio Tejo + Pinhal Int. Sul	4.210,8	273.105	0,8% ↑	9.487	64.246	64,9	347,0	11,7	62,5
CENTRO	28.198,7	2.382.448	1,4% ↑	81.828	598.799	84,5	344,3	11,7	75,6
PORTUGAL	92.117,4	10.569.592	2,1% ↑	362.898	2.898.671	114,8	344,7	13,7	100,0
M. TEJO no Centro	8,2%	9,7%	-	9,9%	9,5%	118,6 (*)	101,5 (*)	104,0 (*)	89,1 (*)
M. TEJO no País	2,5%	2,2%	-	2,2%	2,0%	87,3 (*)	101,4 (*)	89,2 (*)	67,4 (*)
Pinhal Int. Sul no Centro	6,8%	1,8%	-	1,7%	1,3%	26,2 (*)	97,0 (*)	78,2 (*)	47,7 (*)
Pinhal Int. Sul no país	2,1%	0,4%	-	0,4%	0,3%	19,3 (*)	96,9 (*)	67,1 (*)	36,1 (*)
MT + PIS no Centro	14,9%	11,5%	55,2	11,6%	10,7%	76,8 (*)	100,8 (*)	99,9 (*)	82,6 (*)
MT + PIS no país	4,6%	2,6%	38,8	2,6%	2,2%	56,6 (*)	100,7 (*)	85,6 (*)	62,5 (*)

Nota: (*) valor em índice: 100= unidade territorial de referência.

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005); INE, Contas Regionais (2004); DGEEP, Quadros de Pessoal (2004) e ANMP.

I.1. POSICIONAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO MÉDIO TEJO

A realidade da região Médio Tejo foi por vezes apreendida, de forma redutora e simplificada, pela imagem de um **“triângulo urbano”, com vértices nas cidades de Abrantes, Tomar e Torres Novas**. Uma imagem facilitada pela “separação” mais ou menos vincada das áreas de afirmação de cada uma destas cidades – inovação e tecnologia, ensino superior e cultura, indústria –, exponenciada pelos modelos típicos de governança local que colocavam a rivalidade municipal à frente de interesses que só fazem sentido se projectados a uma escala superior, e também influenciada por afinidades de ordem histórica e funcional, como as que mantiveram Ourém (com uma dimensão populacional equiparada à destes três concelhos) numa zona de influência mais polarizada pelo distrito de Leiria.

Mas se o caminho encontrado para a construção da imagem do Médio Tejo actualmente projectada no exterior foi o resultante de uma afirmação desigual dos seus centros urbanos, para o futuro torna-se imprescindível **equacionar o desafio conducente à afirmação de cada um dos seus pólos urbanos** e à capacidade de construir uma realidade mais densa, coesa e atractiva à fixação de pessoas, que faça **sobressair o espaço de afirmação da atractividade de cada município** numa conjugação estruturada em torno das possibilidades de **afirmação de uma rede de pólos urbanos do Médio Tejo** que acentue o modelo urbano polinucleado já existente, ainda que embrionário, e assim potenciando:

- o nível significativo de incorporação tecnológica da estrutura industrial de **Abrantes** (em que a articulação com a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes potencia uma especialização industrial ligada à exploração de economias de escala – [ver 4.23 e 4.24¹](#) - e onde também se destaca a intenção do concelho de generalizar a todo o ensino básico os projectos-piloto de aprendizagem assistida por computador), bem como os investimentos mais recentes do concelho no sentido da valorização da sua relação com o **rio Tejo** e da **projectção de uma imagem de “cidade desportiva”** (assinalada pelo Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes e pela cidade desportiva, enquanto espaço de lazer e desporto dotado de infra-estruturas vocacionadas para a prática de desportos náuticos e ao ar livre, com capacidade para acolher encontros desportivos nacionais e internacionais);

¹ As referências assinaladas na parte I remetem para os elementos de diagnóstico apresentados na parte IV.

- a tradição industrial do concelho de **Alcanena** na **indústria dos curtumes e na produção de couros** (traduzida numa especialização industrial sustentada pela exploração de recursos naturais, em que também se identifica a expressão da indústria de malhas em Minde, enquanto indústria do sector têxtil intensiva na utilização do factor trabalho – [ver 4.23](#)) e a importância do seu papel na afirmação da **zona privilegiada para a actividade logística e de grande distribuição** que constitui o **nó viário da A1 com a A23** (em articulação com a rede nacional de plataformas logísticas);
- a experiência bem sucedida de **Constância** na articulação entre o sistema educativo formal e o contacto com a ciência e a natureza numa aprendizagem informal (comprovada pelas actividades do Centro Ciência Viva de Constância – Parque Temático de Astronomia) e as suas potencialidades na consolidação de um efectivo **pólo de turismo activo e náutico**, sustentado pela localização do concelho na confluência dos **rios Zêzere e Tejo** (de que se destaca o actual Centro Náutico de Constância, enquanto iniciativa do projecto supra-municipal “Parque do Almoural” estabelecida com o objectivo de dinamizar economicamente as margens ribeirinhas do Tejo, nos concelhos de Chamusca, Constância e Vila Nova da Barquinha) e pela atractividade de uma vila que preserva a sua identidade ligada ao encanto das paisagens e à tranquilidade dos rios - [ver 4.10](#);
- as origens do concelho do **Entroncamento** ligadas à actividade ferroviária (em que a concretização, já iniciada, do **Museu Ferroviário** se assume como projecto estruturante orientado para o estudo, conservação e valorização do património histórico, cultural e tecnológico ferroviário português) e o contributo para que sejam ultrapassadas algumas debilidades que ainda persistem na vivência urbana deste concelho que coincide quase integralmente com a sua cidade ([ver 4.10](#)) como resultado do modelo de expansão urbana subjacente ao seu crescimento em torno de bairros ferroviários (em que o projecto do Parque do Bonito pretende contribuir para estabelecer uma relação mais amigável entre a população e a cidade);
- as condições excepcionais do concelho de **Ferreira do Zêzere** para o desenvolvimento de vertentes turísticas ligadas à água, natureza e aventura, e a concretização de iniciativas dirigidas a um “desenvolvimento turístico verde” sustentado pelo respeito pelas normas e restrições de ordem ambiental (como a viabilização do aproveitamento do potencial turístico da **Barragem de Castelo do Bode** e a valorização das potencialidades do turismo de natureza e de aventura estabelecida em articulação próxima com as actividades náuticas - [ver 4.12](#));

- a projecção nacional e internacional da **dimensão religiosa de Fátima**, no concelho de **Ourém**, que tem contribuído para o desenvolvimento expressivo das actividades turísticas no concelho (**ver 4.37 a 4.41**) e às quais importa dar densidade (apontando-se a requalificação do espaço urbano e a melhoria das condições de visita, por via da acção integrada de valorização urbana de Fátima, como factores potenciadores do aumento de visitantes, da duração da sua estadia e do seu nível de satisfação) e, também, a consolidação da afirmação do concelho na área do turismo de eventos (facilitada pela dimensão crítica hoteleira induzida pelo seu turismo religioso);
- as características do concelho do **Sardoal** como espaço de ruralidade e floresta (**ver 4.11**), em que a tradição das festas religiosas da Quaresma, Semana Santa e Páscoa assumem um simbolismo significativo e onde a **comunicação integrada entre um centro urbano de pequena dimensão e a natureza** lhe justificam o título de Vila Jardim (salientando-se o papel da preservação e a valorização do seu centro histórico na promoção do turismo religioso e de natureza no concelho);
- o suporte e a ligação ao mundo académico conferidos ao concelho de **Tomar** pelo Instituto Politécnico de Tomar, a riqueza do seu património histórico e templário (nomeadamente, do conjunto **Castelo Templário - Convento de Cristo**, a que a UNESCO concedeu o estatuto de Património Mundial), o **relevo turístico projectado pela importância do concelho em termos patrimoniais e culturais** (salienta-se a elevada assistência atingida pela Festa dos Tabuleiros, realizada de quatro em quatro anos - **ver 4.37 a 4.41**) e as potencialidades de aumento da atractividade desta cidade templária por via de uma vivência urbana influenciada pela comunicação próxima com o **rio Nabão** (iniciada com a intervenção Polis nas margens do Nabão e cuja prossecução se estende à reabilitação do centro histórico);
- a mudança do perfil de especialização industrial de **Torres Novas**, onde se reconhece uma **tradição industrial ligada à indústria da madeira e do papel** (que lhe confere um padrão de competitividade ditado pela exploração de recursos naturais – **ver 4.23**) e onde já se identificam traços de **reorientação induzidos pela pressão para a localização de actividades logísticas e da grande distribuição** (pela sua proximidade ao nó viário da A1 com a A23), e a consolidação de um modelo de vivência urbana mais valorizador da relação com o **rio Almonda** e da inter-relação entre as diversas vertentes urbanas, dinamizado por vectores estruturantes ligados às artes e à criatividade (que se iniciou com o ciclo de investimento municipais orientados para o incremento das infraestruturas culturais e desportivas disponíveis no concelho, às quais importa dar vida e incutir uma capacidade de efectiva produção cultural);

- as margens ribeirinhas do rio Tejo em **Vila Nova da Barquinha** e os investimentos já iniciados com o “Parque do Almourol”, em torno das condições privilegiadas do concelho na fruição dos seus **percursos ribeirinhos**, património histórico, cultural e natural (em que se destaca o simbolismo do **Castelo do Almourol**, enquanto monumento militar medieval da Reconquista e evocativo da memória Templária, e no qual ainda importa valorizar a componente museológica), no desenvolvimento de actividades de lazer ligadas ao **rio Tejo** e a um recreio activo, combinando água, terra e ar, bem como as condições de localização e acessibilidades que sustentaram a criação do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha (enquanto parque empresarial do concelho, cuja centralidade advém da proximidade ao nó IC3-A23).

O Médio Tejo foi das primeiras regiões portuguesas a implementar um exercício concreto, e reconhecidamente bem-sucedido, de articulação de decisões locais a uma escala supra-municipal, por via das experiências de contratualização desenvolvidas, no âmbito do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, ao longo dos últimos períodos de programação dos fundos estruturais. O caminho percorrido entre o reconhecimento da validade dos princípios teóricos subjacentes à cooperação supra-municipal e a efectiva operacionalização de projectos e investimentos a uma escala supra-municipal, constitui uma mais-valia reconhecida como benéfica no seio das entidades com responsabilidades do desenvolvimento da região Médio Tejo.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento regional encontra, por isso, no Médio Tejo, um quadro muito receptivo quanto ao reconhecimento da sua pertinência e validade, e muito optimista quanto à implementação de mecanismos para a sua operacionalização e concretização.

A geometria variável subjacente à articulação das valências reconhecidas a nível concelhio é complexa e precisa ser articulada a uma escala supra-municipal, sobretudo em áreas onde são cruciais factores como a **dimensão** (por exemplo, na vertente de localização empresarial, onde importa potenciar as vantagens referenciais de Alcanena, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha), o **efeito de massa crítica** (por exemplo, na vertente educativa, projectando as experiências bem sucedidas de Abrantes e Constância na implementação de modelos educativos atractivos à fixação de novas famílias) e a **diversidade** (por exemplo, na valorização económica das diferentes potencialidades turísticas oferecidas, em termos de turismo cultural, religioso e patrimonial, sobretudo, em Tomar, Ourém e Entroncamento, paisagístico e de natureza, sobretudo, em Constância e Sardoal, e náutico e de aventura, sobretudo em Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha).



Abrantes

Uma **cidade** com tradição industrial articulada com a **tecnologia e o sistema de ensino**

Um futuro construído na **relação com o Tejo**, a qualificação, a inovação e a competitividade empresarial



Alcanena

Uma **vila** com tradição industrial ligada à indústria de curtumes

A atractividade para a **concentração empresarial** induzida pela proximidade ao nó da A1 com a A23



Constância

A identidade de uma **vila** sustentada pela confluência dos **rios Zêzere e Tejo**

O Parque Temático de Astronomia do **Centro de Ciência Viva** de Constância



Entroncamento

Uma **cidade** que se desenvolveu em torno do **caminho-de-ferro**

O projecto em curso para a concretização do **Museu Nacional Ferroviário**



Ferreira do Zêzere

Uma **vila** que preserva as tradições de vivência rural, patentes na **aldeia de Dornes**

A apetência da Albufeira da **Barragem de Castelo do Bode** no turismo ligado à água, natureza e aventura





Ourém

A **dimensão religiosa** da **cidade** de Fátima

O papel da requalificação urbana no **reforço da projecção turística** das cidades de Fátima e de Ourém



Sardoal

A tranquilidade de uma **vila** ligada à natureza e à floresta

A tradição das **festas religiosas** da Páscoa, com as Capelas Enfeitadas



Tomar

A riqueza patrimonial e histórica simbolizada pelo **Castelo Templário e Convento de Cristo**

A pertinência da valorização da relação da **cidade** com o **rio Nabão**



Torres Novas

A vivência urbana numa **cidade** atravessada pelo **rio Almonda**

A atractividade para a **concentração empresarial** induzida pela proximidade ao nó da A1 com a A23



Vila Nova da Barquinha

Uma **vila** ribeirinha que se estende ao longo das margens do **rio Tejo**

A memória templária do **Castelo do Almourol**



A diversidade e complementaridade do património do Médio Tejo são mais-valias inegáveis na construção de um produto turístico atractivo e substancial, que valoriza a sua **herança templária** [conjunto do Castelo e Convento de Cristo em Tomar (património mundial reconhecido pela UNESCO) e do Castelo do Almourol em Vila Nova da Barquinha], que investe na **integração das margens ribeirinhas dos seus rios em "cidades e vilas com rio"** [Abrantes (rio Tejo), Constância (Tejo e Zêzere), Tomar (Nabão), Torres Novas (Almonda) e Vila Nova da Barquinha (Tejo)], que oferece uma **alternância bem conseguida entre padrões de vivência urbanos e rurais**, patentes nas suas 6 cidades [Abrantes, Entroncamento, Fátima, Ourém, Tomar e Torres Novas] e nas suas 5 vilas [Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Vila Nova da Barquinha], que combina a **riqueza patrimonial e cultural intrínseca aos seus 5 castelos** [Abrantes, Almourol, Ourém, Tomar e Torres Novas], que é **banhada por 5 rios** [Almonda em Torres Novas, Alviela em Alcanena, Nabão em Tomar, Tejo em Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha e Zêzere em Ferreira do Zêzere e Constância] e que oferece **condições naturais e ambientais de excelência à prática de actividades desportivas e ao ar livre**, seja em **habitats naturais protegidos** [Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros em Alcanena, Ourém e Torres Novas, Paúl do Boquilobo em Torres Novas e Sítio de Sicó-Alvaiázere em Ferreira do Zêzere, Ourém e Tomar] seja em **ambiente aquático** [ao longo dos rios e na Albufeira de Castelo do Bode, em Ferreira do Zêzere].

Garantir o equilíbrio recomendado entre a concretização de iniciativas de desenvolvimento local e a maximização do seu contributo para o desenvolvimento da região Médio Tejo como um todo, implica a definição de uma estratégia de desenvolvimento regional que garanta que as **áreas de afirmação que se reconhecem a uma escala municipal sejam projectadas à escala da região**, em termos dos vectores relevantes na melhoria do nível de vida, da criação de riqueza sustentada e, em geral, da sua atractividade à fixação de pessoas e empresas.

O **nível de vida** proporcionado à população residente no Médio Tejo coloca a região numa posição intermédia entre as NUTS III portuguesas ([ver 4.3](#)). No entanto, o Médio Tejo assume-se como **uma região "mais coesa" e "menos competitiva"** e, apesar do percurso recente se ter traduzido na sua melhoria significativa em termos de coesão, este percurso não tem sido acompanhado por uma evolução correspondente em termos de competitividade ([ver 4.4 e 4.5](#)).

Um dos **desafios futuros da região** está focalizado, portanto, na necessidade de reequilibrar a sua posição relativa no contexto nacional, **apostando na obtenção de resultados mais significativos no plano da competitividade, através da manutenção e**

consolidação da sua posição no plano da coesão, num quadro em que a oportunidade resultante de uma aposta clara no fomento da competitividade poderá beneficiar de uma oportunidade complementar ligada à captação de investimentos que se teriam localizado preferencialmente em Lisboa, mas que podem reorientar a decisão de localização para o Médio Tejo em função dos critérios de afectação de fundos comunitários ditados pelo QREN 2007-2013.

As **perspectivas futuras de contributo potencial dos sistemas de incentivos às empresas que se vierem a delinear no âmbito do QREN podem considerar-se positivas**, em termos do impacto esperado na região e das expectativas relacionadas com a adequação e relevância dos projectos a desenvolver. Note-se que no quadro dos sistemas de incentivos às empresas privadas, as candidaturas apresentadas por empresas do Médio Tejo registaram taxas de aprovação superiores às médias nacionais e do Centro.

No plano do conjunto de vectores que definem a competitividade do Médio Tejo, e que abarcam as suas **condições potenciais** em termos sociais, infraestruturais e económicos, o conjunto dos **processos** (sobretudo, económicos e empresariais) capazes de transformar essas condições em resultados, e os **resultados efectivos** obtidos em termos de nível de vida e capacidade de internacionalização, é possível salientar que:

- o Médio Tejo se encontra, actualmente, numa situação de **atração populacional**, patente num crescimento migratório positivo que contraria e mais que compensa a perda populacional natural (ver 4.2 e 4.44). A população residente ultrapassa as **230.000 pessoas** (traduzida numa densidade populacional média de 100,2 hab./km², ligeiramente inferior ao padrão nacional de 114,8 hab./km²), das quais cerca de **89% se aglutinam em torno dos principais centros com características urbanas** (Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas, enquanto concelhos com concentração urbanas de pelo menos 2.000 habitantes - ver 4.10), e que se traduzem num nível de urbanização de 41%;
- algumas das fragilidades da região no que respeita à disponibilidade de população para o trabalho prendem-se com a sua **estrutura etária ligeiramente mais envelhecida que a nacional** (ver 4.45) e com a existência de alguma **desadequação entre os perfis de habilitações da população disponível para o trabalho e as exigências dos postos de trabalho criados na região**, para o que as perspectivas futuras de evolução introduzem alguma preocupação acrescida, em função, quer da **redução do número de alunos inscritos nas escolas do Médio Tejo** que se tem feito sentir nos últimos anos (ver 4.7, 4.50 e 4.51), quer da significância de **população que**

ainda entra no mercado de trabalho sem ter atingido a escolaridade mínima obrigatória (ver 4.52);

- o **cruzamento dos eixos rodoviários da A1 com a A23** é apontado como uma das principais vantagens competitivas da região no referente à **mobilidade de pessoas e mercadorias** (a localização de estabelecimentos ligados aos sectores de especialização produtiva do Médio Tejo que atingem relevância à escala nacional tende a acentuar-se em torno das redes viárias principais - ver 4.25), persistindo algumas debilidades no acesso aos concelhos a norte da região, que a prevista construção do IC9 poderá atenuar. A pressão para a concentração de actividades ligadas à logística e à grande distribuição que já se faz sentir confirma a atractividade estratégica desta localização;
- no que diz respeito à dotação regional de **infra-estruturas de suporte à difusão de tecnologia e conhecimento**, destaca-se o dinamismo do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, localizado em Alcanena, e dos **pólos de ensino superior** localizados em Tomar, Abrantes (Instituto Politécnico de Tomar e a sua extensão em Abrantes, com a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes) e Torres novas (Escola Superior de Educação de Torres Novas);
- o Médio Tejo apresenta uma estrutura de criação de valor onde se identifica um **maior enfoque industrial do que terciário** (ao contrário da tendência nacional) e **alguma dependência face aos sectores tradicionais** (agricultura, construção e comércio) e **ao dinamismo concedido pelos grandes serviços infraestruturais**, como a água, energia e saneamento, onde se destaca positivamente a **capacidade regional de atingir maior eficiência produtiva em alguns dos sectores em que tem vindo a afirmar a sua especialização**, como a indústria do papel e publicações e da madeira, cortiça e mobiliário, mas onde persistem níveis de produtividade inferiores ao padrão nacional nos sectores de especialização ligados ao material de transporte e construção (ver 4.19 a 4.22);
- o Médio Tejo apresenta um **modelo de especialização industrial assente em factores competitivos ligados à proximidade e facilidade de acesso a recursos naturais**, que se complementa com alguma relevância de indústrias com capacidade de maximizar a respectiva escala produtiva, e cujo **modelo predominante de incorporação tecnológica sugere a necessidade de realizar incrementos tecnológicos** como forma de garantir o reforço da sua sustentação futura no mercado (ver 4.23 e 4.24);

- os reflexos práticos do **nível de dinamismo e empreendedorismo** da população residente no Médio Tejo traduzem-se em **níveis de iniciativa empresarial que tendem a acompanhar o padrão médio nacional**, que são **geradores de postos de trabalho em número suficiente para absorver e compensar os impactos do normal encerramento de unidades empresariais**, e que evidenciam, em períodos recessivos como os que têm marcado os últimos anos da economia portuguesa, **níveis significativos de solidez e de capacidade de sustentação no mercado** (ver 4.28, 4.29 e 4.31);
- em termos globais, o Médio Tejo é uma região que **evidencia uma capacidade competitiva mais debilitada no contexto europeu da UE27 do que no contexto interno da economia portuguesa** (a população residente no Médio Tejo usufrui de um nível médio de vida que se situa cerca de 10 pontos percentuais abaixo do padrão médio do País – ver 4.2 – evidenciando, como tal, dificuldades mais notórias de convergência no contexto das regiões europeias, em que necessita de recuperar cerca de 30 pontos percentuais para atingir o patamar de nível médio de vida europeu, medido em paridades de poder de compra – ver 4.4), **num cenário pouco favorável como o projectado pelas debilidades que as suas empresas evidenciam na competição em mercados internacionais** (ver 4.6).

No plano da coesão, os parâmetros são, em geral, assumidos como relevantes na determinação do grau de atractividade territorial na capacidade de atracção e fixação de população e estão largamente conotados com o seu padrão de qualidade de vida. Considerando factores como o **acesso potencial** às principais redes de equipamentos e os **mecanismos de adaptabilidade e exclusão** explicativos dos níveis de **equidade atingida na partilha dos resultados** obtidos em termos de coesão, é possível salientar que:

- a região do Médio Tejo apresenta uma **situação globalmente favorável no que respeita aos níveis de cobertura e de disponibilidade de equipamentos e serviços colectivos**, em áreas como a acção social, saúde, cultura, lazer, desporto e ambiente (ver 4.13 a 4.16), sendo, sobretudo, nas implicações associadas à sua capacidade de sustentar os factores de atractividade urbana propícios à captação de população jovem e mais qualificada que se detectam algumas lacunas – a região apresenta melhor capacidade de oferta de infra-estruturas de saúde (centros e extensões de centros de saúde) do que de captação dos profissionais essenciais à prestação de cuidados primários de saúde (médicos e enfermeiros) e apresenta, em paralelo, um posicionamento debilitado no respeitante à cobertura de serviços e equipamentos de acção social providos às crianças e idosos (creches, lares e centros de dia);

- o Médio Tejo apresenta **níveis potencialmente favoráveis de oferta cultural e desportiva** (infraestruturas e equipamentos), mas de cuja **otimização e articulação ao nível agregado da região**, nomeadamente pelos elevados montantes de investimento associados à sua construção, manutenção e utilização, depende uma efectiva apropriação e usufruto por parte da população;
- as **preocupações e os investimentos na área ambiental** permitiram ao Médio Tejo atingir um posicionamento favorável ao nível da cobertura populacional com sistemas de tratamento de águas residuais e da implementação de sistemas de recolha selectiva de resíduos, persistindo, contudo, necessidades de realizar investimentos básicos na melhoria dos níveis de cobertura no abastecimento público regular de água e na cobertura com sistemas de drenagem de águas residuais;
- a evolução recente do desemprego evidencia um **mercado regional de trabalho com uma capacidade positiva de resposta às flutuações do desemprego (ver 4.55)**, que apresenta melhores condições de absorção de pessoas com habilitações até ao 1º ciclo do ensino básico (em coerência com um perfil industrial orientado para a exploração de recursos naturais e com baixa incorporação tecnológica);
- globalmente, o Médio Tejo é **uma região cujas disparidades assumem, em termos sociais, uma expressão controlada** (note-se que a estrutura de habilitações da população activa residente na região praticamente replica a nacional – **ver 4.50** – e que os indicadores relativos às taxas de conclusão do ensino secundário regular seguem de perto os nacionais – **ver 4.52**), em que o **efeito dos mecanismos redistributivos actua favoravelmente**, proporcionando à população residente um nível médio de vida superior ao induzido pelo respectivo nível de rendimento disponível (**ver 4.2**), e em que os **ganhos salariais medianos apresentam um padrão de rigidez à subida claramente mais penalizador para os recursos humanos com habilitações elevadas do que para os recursos humanos com baixas habilitações** (note-se que no caso dos recursos humanos com habilitações ao nível do ensino médio e superior, o respectivo ganho mediano é, no Médio Tejo, inferior à referência nacional em cerca de 20 %, enquanto que no caso dos recursos humanos com habilitações até ao 1º ciclo, o respectivo ganho mediano supera a referência nacional em 5% - **ver 4.54**).

O quadro seguinte apresenta uma **síntese de elementos de diagnóstico prospectivo**, por grandes ópticas de análise, numa leitura orientada para a identificação dos aspectos encarados como pontos fortes e que se ligam às oportunidades a aproveitar, e dos aspectos que constituem pontos fracos e que devem ser encarados enquanto ameaças.

Quadro 1.2. SWOT do Médio Tejo – Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças

	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
Óptica Global	<ul style="list-style-type: none"> Médio Tejo assume posição dianteira no conjunto das regiões intermédias portuguesas, no contexto do equilíbrio de posições relativas entre coesão e competitividade, o que se traduz em oportunidades de percurso futuro que concedam enfoque primordial à competitividade e que utilizem os avanços obtidos em termos de coesão como forma de implementar a sua valorização competitiva, através de critérios de eficiência e de gestão colectiva da coesão e das redes de equipamentos e serviços. Nível de vida da região, medido pelo PIB per capita, tem-se mantido a níveis homogéneos face ao padrão nacional (cerca de 90%), sendo o ritmo de crescimento dos últimos anos alinhado com a média nacional. Posição do Médio Tejo enquanto "lugar geométrico de Portugal", beneficiando da proximidade a Lisboa e do importante cruzamento de eixos viários (A1-A23), permite formar uma visão estratégica com incorporação da sua diversidade enquanto: "porta de entrada em Lisboa", pela sua proximidade à capital e enquanto pólo de concentração de sectores e de valências logísticas "fora, mas perto de Lisboa"; "porta de saída de Lisboa", como opção de "fuga populacional" à capital e de região de captação turística e de projecção de consumo "perto, mas fora de Lisboa". Mudança do quadro de inserção na divisão administrativa (da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região Centro) introduz benefícios associados aos critérios de afectação de fundos comunitários, facilitando a captação de investimentos que preferencialmente se localizariam na região de Lisboa. 	<ul style="list-style-type: none"> Trajectória recente do Médio Tejo associada ao progresso em termos de competitividade e coesão configura uma região ganhadora, mas ainda recuperando atrasos face ao padrão médio nacional, em que o percurso recente de melhoria positiva em termos de coesão não tem sido acompanhado por uma evolução correspondente em termos de competitividade. Necessidade de acautelar uma tendência potencial de reprodução de um modelo produtivo que se tem pautado por debilidades face aos níveis médios nacionais de produtividade, e que tem sido compensado por via de uma maior intensidade de utilização dos recursos humanos disponíveis. Oscilação dos níveis de incerteza institucional e do referencial relativo de criação de riqueza provocados pela mudança do contexto de inserção administrativa: a melhoria do posicionamento relativo do Médio Tejo no ranking intra-regional de PIB per capita (de um posicionamento medíocre em LVT para um posicionamento relativamente confortável na região Centro) não se traduz em melhorias objectivas.
Óptica do Território	<ul style="list-style-type: none"> Relevância turística do património do Médio Tejo, com vista à construção de um produto turístico atractivo, diversificado e substancial, que valoriza a sua herança templária, que investe na integração das margens ribeirinhas dos seus rios em "cidades e vilas com rio", que oferece uma alternância bem conseguida entre padrões de vivência urbanos e rurais, patentes nas suas 6 cidades e nas suas 5 vilas, que combina a riqueza patrimonial e cultural intrínseca aos seus 5 castelos, que é banhada por 5 rios e que oferece condições naturais e ambientais de excelência à prática de actividades desportivas. Boas ligações estruturantes no acesso à região, sobretudo nos concelhos a Sul e Este, favoráveis à potenciação dos eixos viários estruturantes de circulação entre os concelhos do Médio Tejo (A1 e A23) no sentido da implementação de soluções facilitadoras da mobilidade às pessoas com maiores dificuldades neste domínio (jovens e idosos). Instituições de ensino superior com relevo na região - Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e Escola Superior de Educação de Torres Novas. Investimentos realizados em equipamentos culturais e desportivos estruturaram uma boa rede de espaços propícios à fruição e difusão cultural, que sugerem a sua articulação em rotas diversificadas de programação cultural como forma de afirmação da região nos roteiros de turismo cultural e da projecção da sua atractividade à fixação de nova população. Bons níveis de acesso a equipamentos de saúde, mas a disponibilidade de profissionais da saúde e o acesso a cuidados primários podem melhorar, sobretudo perante objectivos de elevação da qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de rentabilização e de obtenção de retorno económico dos investimentos realizados no aprofundamento da relação entre as cidades, as pessoas e os rios, a par da fraca densidade de serviços e actividades complementares imprescindíveis à construção da "atractividade" de alguns pólos urbanos. Concelhos a norte da região com maiores dificuldades na circulação intra e inter-regional. Estrutura de habilitações da população residente aproximada da média nacional, embora com oscilações conjugadas no sentido da diminuição média do seu nível geral. Dificuldades no estabelecimento de redes e mecanismos de articulação entre os programas e os investimentos concelhios de carácter cultural, podem induzir a replicação de custos e a incapacidade de aproveitar as vantagens de uma "especialização temática" e de uma actuação concertada. Nível de cobertura de equipamentos de acção social ainda inferior à média nacional, e posicionamento pouco favorável nos níveis de cobertura populacional com sistemas de saneamento, de abastecimento de água e de recolha de resíduos sólidos urbanos, que sugerem o aprofundamento dos níveis de integração regional como mecanismo de aumento destes níveis de cobertura (à semelhança dos bons resultados atingidos ao nível da cobertura populacional com sistemas de tratamento de águas residuais).

	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
Óptica das Empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da pressão para a fixação de empresas ligadas à actividade de transportes e logística, sobretudo no nó viário entre Alcanena-Torres Novas (A1-A23) e Vila Nova da Barquinha, cujos efeitos podem ser canalizados para o desenvolvimento de actividades económicas complementares e para a projecção dos seus impactos para o desenvolvimento integrado dos concelhos e da região do Médio Tejo, nomeadamente em termos da fixação de nova população residente e do estímulo ao desenvolvimento de novas áreas de desenvolvimento urbano (serviços às pessoas e às empresas, actividades e serviços culturais e de lazer, ...). • Perfil de especialização produtiva onde se destacam os sectores ligados à indústria do papel e publicações, madeira, cortiça e mobiliário. A acentuação do grau de especialização do sector do material de transporte que se espera para a região, em termos potenciais e resultantes do desenvolvimento empresarial em torno do nó viário da A1-A23, pode ser perspectivada em termos da melhoria dos níveis de produtividade e eficiência produtiva que este sector apresenta actualmente na região (inferior à média nacional). • Perfil de especialização produtiva industrial em que as indústrias sustentadas por factores avançados de competitividade apresentam alguma relevância e capacidade de afirmação futura, como é o caso de indústrias que laboram em economia de escala, e em que também se assinala como positiva a pouca expressão de indústrias que alicerçam a sua competitividade em baixos custos do factor trabalho. • Capacidade de projectar a pressão sentida para o aumento da concentração empresarial e sectorial, no sentido da valorização do efeito de dimensão e massa crítica como elementos de relevância desta localização na captação de empresas com maior nível de incorporação tecnológica, de serviços complementares às actividades centrais e que, no seu conjunto, podem conferir densificação e capacidade de sustentação ao tecido económico da região. • Diversidade e qualidade dos produtos regionais. • Evolução dos níveis de exportação por habitante da região, apesar de modestos no quadro nacional, evidenciam uma tendência de convergência face ao referencial nacional. • Nível de dinamismo empresarial da região traduz-se em iniciativas empresariais com boa capacidade de permanência no mercado e de sustentação de postos de trabalho, e que evidenciam, simultaneamente, taxas de aprovação de candidaturas aos sistemas de incentivos às empresas privadas mais elevadas que os referenciais nacional e da região Centro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiências da bacia de mão-de-obra da região, quer em termos quantitativos quer qualitativos, associada aos impactos de uma potencial incapacidade de antecipar as implicações do aumento da pressão para a fixação de novas empresas e actividades empresariais, nomeadamente em termos da fixação de critérios de ordenamento e estratégias de desenvolvimento estruturadas, que se poderão traduzir na "não maximização" dos seus efeitos potenciais. • Perfil de especialização que coexiste com níveis de produtividade sectorial pouco destacados face à média nacional e que invalidam a apropriação regional de ganhos associados à especialização sectorial. • Perfil de especialização com sub-representação das actividades que valorizam estratégias de diferenciação do produto e de I&D e com sobre-representação de actividades centradas na valorização de recursos naturais. • Dificuldade de aumento da escala de produção dos produtos regionais e da sua viabilização enquanto produto com capacidade de colocação no mercado, que, associadas às dificuldades de incorporação de inovação, podem impedir o seu desenvolvimento potencial e, mesmo, levar ao seu desaparecimento. • Debilidades ao nível da capacidade de utilizar e materializar o conhecimento científico e tecnológico na melhoria/criação de produtos e processos (predomínio de sectores de baixa tecnologia), que devem ser enquadradas com um cenário de evolução recente do perfil de especialização da região pouco coincidente com a evolução esperada dos sectores geradores de maiores níveis de valor acrescentado. • Reduzida taxa de abertura ao exterior da região Médio Tejo, fomentada quer por uma vocação exportadora pouco expressiva, quer por uma taxa de penetração das importações pouco acentuada. • Tendência para uma atenuação do grau de concentração do tecido empresarial face ao padrão nacional, traduzido no reforço dos escalões empresariais de menor dimensão e no esbatimento do peso dos mais elevados.
Óptica das Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência de estabilização populacional atingida pode constituir uma oportunidade para apostar num modelo de captação de nova população residente, em articulação com o impacto da corrente migratória que se faz sentir em Portugal e, em particular, com as especificidades do concelho do Entroncamento que, pelo facto de apresentar uma estrutura populacional claramente mais jovem e instruída que o padrão médio da região Médio Tejo, pode ter um papel importante no reforço da dotação de recursos humanos da região. • Capacidade regional de resistência à subida do níveis de desemprego, associada à oportunidade de usar a captação e fixação de nova população jovem e instruída como forma de engrossar e aumentar a qualificação média da população activa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda populacional significativa ao longo dos anos 80 e 90, ainda que a estabilidade se tenha voltado a atingir com a entrada no século XXI. • Estrutura etária envelhecida, com repercussões potenciais futuras no aumento das dificuldades de reposição de mão-de-obra no mercado de trabalho, aliada a uma acentuação potencial do processo de perda populacional nos concelhos menos dinâmicos e mais envelhecidos. • Elevado peso de trabalhadores não qualificados na população activa empregada, associado a uma baixa taxa de actividade (explicada por uma estrutura etária com menor peso da população em idade activa que a média nacional), e que leva a equacionar a capacidade futura da região "alimentar" os postos de trabalho gerados na região.

I.2. POSICIONAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO PINHAL INTERIOR SUL

O Pinhal Interior Sul, localizado na NUTS II Centro, cuja configuração geográfica permite delimitar uma região com uma representatividade populacional na ordem 1,8% do Centro e uma extensão territorial de 6,8%, é um território vincadamente interior, circundado por um conjunto de regiões com dinâmicas contrastantes, complementares mas também semelhantes às protagonizadas internamente pela região do Pinhal Interior Sul – a Norte a Cova da Beira e Pinhal Interior Norte, a Sul o Alto Alentejo, a Oeste o Médio Tejo e a Este a Beira Interior Sul - congregando cinco concelhos – Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei – que partilham entre si uma identidade assente na genuidade do rural, na riqueza paisagística, nas “jóias” distintivas da região – vento, sol e água - e na importância da natureza enquanto vector de desenvolvimento e de valorização territorial, como é o caso da Floresta.

A dupla interioridade da região do Pinhal Interior Sul, território sem faixa costeira, simultaneamente interior a Portugal e interior a Espanha, aliada à constatação actual de tendências flagrantes de litoralização do crescimento económico e com impactos ao nível das movimentações da população, confere à região (tipificada pelas respectivas especificidades como uma área geográfica de baixa densidade) problemáticas de sustentabilidade demográfica, tendo vindo progressivamente a consolidar-se um intenso processo de envelhecimento da população (ver 4.45) e êxodo populacional (ver 4.44) que reafirmam o fenómeno de desertificação das regiões interiores materializadas em reduzidas densidades populacionais (ver 4.2) e que reforçam, conjuntamente, a dicotomia litoral-interior que se impõe de forma cada vez mais visível nas sociedades actuais. A região apresenta portanto, um carácter predominantemente repulsivo (ver 4.9), com perdas elevadas de efectivos populacionais, comportamento demográfico cuja inversão se torna peremptória procurando reconhecer-se, enquanto vectores importantes na resolução desta problemática, os elementos que influenciam e promovem decisivamente a atractividade do território desde os aspectos materiais como a requalificação dos espaços ou desenvolvimento de infraestruturas e acessibilidades (ver 4.1) às questões mais imateriais relacionadas com o ambiente e a qualidade de vida. Apesar da interioridade do Pinhal Interior Sul, a realidade geográfica representa cinco concelhos nenhum dos quais numa posição de interioridade à NUTS III onde se insere, uma vez que todos apresentam fronteiras territoriais com outros concelhos de NUTS III limítrofes (Pinhal Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul, Alto Alentejo e Médio Tejo).

O diferencial de atractividade dos concelhos do Pinhal Interior Sul e simultaneamente, de forma mais ou menos directa, dos diferentes níveis de desenvolvimento alcançados pelos vários territórios da região está, de alguma forma, correlacionado com a proximidade/afastamento à A23, rede rodoviária estruturante que liga os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém. O posicionamento acima citado face à A23 apresenta impactos sobre a capacidade de fixação empresarial e influência sobre a mobilidade de bens, pessoas e serviços, elementos que se assumem como factores competitivos no processo de desenvolvimento de dinâmicas de atractividade regional.

A rede rodoviária A23 é a única via com ligação ao Pinhal Interior Sul que assume a extensão e o traçado características das importantes vias estruturantes de natureza nacional, surgindo como uma importante porta de ligação da região ao exterior. A inexistência de outras vias com este perfil que sirvam o Pinhal Interior Sul realça os problemas de acessibilidade inter-regional, em particular para os concelhos mais afastados deste eixo viário, para além das questões de mobilidade intra-regional comprometida por constrangimentos de comunicação interna especialmente gravosos num contexto em que as acessibilidades assumem particular relevância e inequívoca necessidade de resolução. A problemática das acessibilidades, tal como concebida no Pinhal Interior Sul, constituem-se como uma variável estruturante ao nível da atractividade económico-social e empresarial e de afirmação do território no contexto regional e nacional, condições indissociáveis da importância da proximidade física ao nível das problemáticas de cooperação institucional e dinamização do território com base no aproveitamento de sinergias internas conducentes a resultados com maior valor acrescentado, o que traduz a urgência de um traçado de uma via que se assuma como espinha dorsal estruturante do território, promovendo o “desencravamento” da região e que permita o alcance dos objectivos de competitividade e coesão territorial.

A ruralidade é característica vincada e transversal aos cinco concelhos do Pinhal Interior Sul (**ver 4.10 e 4.11**) pelo que a perspectiva norteadora das iniciativas de estímulo ao crescimento económico, empresarial e social deverá ser a convicção da necessidade de desenvolvimento e modernização do rural e a redescoberta de uma nova forma de abordagem e diálogo rural-urbano presentemente consignadas no QREN na temática relativa ao desenvolvimento rural (delineada no instrumento Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural - FEADER) que visa o aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal, a melhoria do ambiente e da paisagem rural e a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais e diversificação da economia rural.

A inexistência de pólos populacionais e urbanos de envergadura no Pinhal Interior Sul conduz a uma centralidade múltipla da região, situação em que os concelhos comunicam com os territórios de proximidade com especial dinamismo económico, em dimensões variadas desde o acesso a infraestruturas e serviços a relações de natureza pendular e laboral, por exemplo, Mação e Vila de Rei orientados para Abrantes, Tomar e Santarém, Proença-a-Nova e Oleiros direccionados para Castelo Branco e a Sertã para os concelhos fronteiriços do norte.

As relações de proximidade são particularmente importantes quando se verifica que a região encontra-se insuficientemente dotada de infraestruturas de apoio à população **(ver 4.14 a 4.16)**, factor com inúmeras implicações sobre a prossecução de objectivos de coesão social, dependendo, por exemplo, fortemente da cobertura de equipamentos de saúde centrais noutros pólos urbanos como Castelo Branco, Coimbra, Tomar, Torres Novas, Covilhã e Abrantes, dada a inexistência na região de um hospital público ou privado, muito embora esteja convenientemente servida por uma vasta rede de centros de saúde ou extensões.

O Pinhal Interior Sul apresenta uma economia pouco diversificada e dependente de sectores tradicionais **(ver 4.22)**, como agricultura, construção e comércio e com especial incidência sobre os sectores primário, como agricultura e secundário, destacando-se o sector da energia, água e saneamento, da madeira, cortiça e mobiliário, evidenciando fortes desfasamentos face ao perfil produtivo nacional **(ver 4.19)** e com um modelo de especialização produtiva baseada em indústrias que assentam a respectiva vantagem competitiva na facilidade de acesso e proximidade de recursos naturais **(ver 4.23)**.

A valorização dos produtos endógenos, por outro lado, distintivamente produzidos na região, mas cuja marca não se encontra associada ao Pinhal Interior Sul, bem como a respectiva promoção e escoamento desses produtos assumem-se como directrizes importantes de afirmação regional, dotando-a de autonomia e conseqüente reconhecimento da tradição e qualidade (inclusivamente, certificação e selo de qualidade) dos produtos característicos da região, nomeadamente, e citados de forma transversal, os enchidos, presunto, mel, azeite, citrinos, cereja, queijo, cabrito, vinho, medronho, entre outros produtos diferenciadamente aqui produzidos.

O tecido empresarial do Pinhal Interior Sul apresenta um pendor relativamente atomizado e regulado por um vasto conjunto de micro e pequenas empresas **(ver 4.26)**, com

especial concentração de emprego nas empresas que desenvolvem actividade nos sectores de especialização da região, destacando-se a agricultura, madeira, cortiça e mobiliário (ver 4.27). O desenvolvimento de um “cluster” micro-empresas que congregue e ultrapasse as carências competitivas de uma estrutura empresarial difusamente distribuída pelo território e que conduza a um aproveitamento dos resultados das economias de aglomeração e economias de escala surge enquanto factor de distinção do território e de modernização da lógica de funcionamento da economia da região conducentes à dinamização da respectiva cultura empresarial, nomeadamente promovendo as zonas industriais perspectivadas como pólos de desenvolvimento local/regional e de atracção de novos investidores e fomento do empreendedorismo.

O desenvolvimento do “cluster” floresta, sector onde a região apresenta inequívocas potencialidades em especial, num contexto em que as sociedades tendem para a terciarização e apresentam um relativo afastamento das fileiras da actividade económica mais próximas da natureza e dos recursos naturais, com importantes nichos de mercado a nível nacional e internacional, pode assumir-se como um elemento estratégico na elevação económica da região, promovendo a diversificação das actividades ligadas à floresta e contornando os entraves de uma estrutura de monoprodução. A importância da existência de Centros Tecnológicos e de Transferência de Tecnologia, Laboratórios e Unidades de Investigação (ver 4.42) torna-se premente num contexto em que se pretenda criar um mecanismo de transferência de conhecimento e tecnologia para a actividade produtiva.

A especialização regional a nível mais global implica um reconhecimento da vocação e especificidades económico-sociais e empresariais dos concelhos do Pinhal Interior Sul, apostando-se no saber-fazer e portanto, nas actividades em que a região apresenta maior potencial, encontrando-se, para tal, um denominador comum entre relevância regional e sectorial (ver 4.20), rentabilidade (ver 4.34), eficiência produtiva (ver 4.21) e factores decisivos na sua competitividade interna e na respectiva relação com os perfis de especialização das regiões de proximidade (ver 4.23), o que remete para as dimensões relacionadas com a floresta e as indústrias com esta correlacionadas.

O reconhecimento da vocação específica dos concelhos do Pinhal Interior Sul, assumidos complementar e articuladamente pelos principais actores da região são pressupostos importantes de emergência e consolidação do território, condição apenas alcançada através de uma lógica de cooperação global e diálogo inter-concelhio e inter-regional,

reconhecendo-se as vantagens de um processo integrado e consensual de crescimento que conduzirá ao aproveitamento otimizado das potencialidades do território e valorização das importantes valências internas sob a égide de uma estratégia adequada às especificidades demográficas, económicas, empresariais, sociais que tipificam a região.

Os pressupostos de internacionalização da região são ainda incipientes reflectidos quer em termos de reduzidos fluxos de exportações (ver 4.35), quer na frágil presença de capital estrangeiro (ver 4.36) na região. A resolução da condição de encravamento ao nível de acessibilidades implicaria viabilizar iniciativas de desenvolvimento e fomento da atractividade regional na dimensão empresarial, com impactos sobre a capacidade de atracção e fixação de empresas de envergadura com efeitos a jusante e a montante da economia regional e com impactos sobre a projecção externa do dinamismo das actividades desenvolvidas, arrecadando vantagens da dupla interioridade e da relativa proximidade a Espanha e a Lisboa ou a regiões por ela polarizadas.

O dinamismo do mercado de trabalho da região do Pinhal Interior Sul revela insuficiências e debilidades em termos de criação de postos de trabalho, relacionadas com baixas densidades empresariais (ver 4.2), com níveis significativos de insucesso empresarial (ver 4.31) associados à degradação significativa da situação conjuntural favorável de um período (de retoma) para outro período mais conturbado (epicentro da crise actual) para além das questões relativas à qualidade do capital humano (ver 4.50) e à desadequação do respectivo perfil habilitacional às necessidades de incremento dos níveis de competitividade e coesão económica e social. As incapacidades internas de absorver a força de trabalho disponível e a proximidade de pólos urbanos e empresariais com elevadas necessidades de capital humano alargam o leque de relações da região com as zonas fronteiriças (ver 4.47 a 4.49), sendo o desajustamento verificado entre oferta e procura de trabalho, em grande medida, na mera componente quantitativa, atenuado pela oferta de postos de trabalho nos concelhos das regiões limítrofes.

A captação de indústrias que utilizem estratégias competitivas mais avançadas deverá constituir uma aposta da região com vista a melhorar o seu potencial competitivo contribuindo, simultaneamente, para aumentar a diversificação do tecido produtivo e diminuir a dependência em relação aos sectores típicos da economia portuguesa como a agricultura, a construção e o comércio e para a aumentar o seu grau de abertura ao exterior (ver 4.22). Esta reorientação do perfil produtivo, não se pode fazer sem uma

aposta clara na qualificação dos recursos humanos, por um lado, e, por outro, sem o investimento ao nível de infraestruturas de suporte à actividade empresarial, como parques industriais, centros de competências e transferência de tecnologia, laboratórios de certificação e controlo de qualidade e unidades de investigação entre outros, que hoje são ainda insuficientes. A criação destas dinâmicas dependerá, em igual medida, da vontade dos poderes públicos e do envolvimento dos empresários, nomeadamente aqueles que desenvolvem a sua actividade na região.

As debilidades do mercado de trabalho da região do Pinhal Interior Sul são principalmente qualitativas, verificando-se que as questões do desemprego encontram-se resolvidas pelo intercâmbio de sinergias inter-regionais (ver 4.55), relacionadas com um potencial humano lesado por baixos níveis de qualificações e por dinâmicas demográficas regressivas. A exigência da aposta no capital humano posiciona-se assim num patamar prioritário para a região, quer no que respeita ao ensino formal, do 1º ciclo ao superior, passando igualmente pela “formação ao longo da vida” e pela “formação para a cidadania”. A necessidade de investir no capital humano é tanto mais evidente, se tida em conta a correlação existente entre o nível de qualificações/habilitações e a capacidade de reconversão e requalificação profissional e o desemprego e a qualidade do emprego.

Os níveis de vida da região (ver 4.3 a 4.5, 4.7, 4.8 e 4.54), abaixo dos limiares alcançados a nível nacional, traduzem as problemáticas globais – demográficas, económicas, empresariais, produtivas, relacionais, entre outras – de um território que reflecte a indispensabilidade e urgência de fortalecimento dos pilares de coesão e competitividade, estatuto que poderá alcançar um novo impulso com o próximo período de programação estrutural 2007-2013.

As preocupações ambientais são largamente assumidas sendo, em grande medida induzidas pela importância que o factor natureza e os recursos naturais, considerados a base económica e indutora do desenvolvimento, têm sobre as actividades económicas desenvolvidas na região, especialmente reflectidas em projectos de reordenamento e protecção da floresta, gestão da reflorestação, exploração de energias alternativas (eólica, hídrica, solar, biomassa, fotovoltaica), preocupações estas consonantes com uma importante Rede Ecológica Natural (REN) que ocupa mais de metade área total da região (ver 4.11.), verificando-se, no entanto, ineficiências ao nível da recolha selectiva de resíduos urbanos e sistemas de drenagem de águas residuais (ver 4.13).

O potencial turístico da região praticamente inexplorado revela valências ao nível da paisagem e do património natural (que apesar de ricamente diversificados apresentam duas realidades polarizadoras distintas e ao mesmo tempo complementares, como são o “Pinhal” a Norte onde se incluem as Serras de Alvelos e do Muradal e respectivos ecossistemas e o “Tejo” a Sul onde se incluem o Tejo Internacional e alguns dos seus afluentes como o Zêzere e as ribeiras de Alferrarede e Pracana e respectivos ecossistemas), do património edificado e cultural, na genuidade das aldeias e vilas semeadas na região, com destaque para as “Aldeias de Xisto” dispersas pelo Pinhal Interior, dos antigos moinhos de água, do importante e reconhecido pólo de arte rupestre e testemunho arqueológico aqui presente, da riqueza etnográfica, dos percursos pedestres e das praias fluviais, da gastronomia e do artesanato, entre outros. A emergência de novos conceitos de turismo nomeadamente, turismo rural, náutico (recreativo e desportivo), activo (desporto de natureza), radical ou residencial, turismo arqueológico são oportunidades de afirmação do território enquanto destino turístico que coloca a região num duplo e difícil desafio, por um lado de definição de um produto turístico estruturado e criação de uma marca identitária e, por outro lado, emergência no leque de alternativas existentes, usufruindo da participação numa supra-região Centro, actualmente dividida em diversas regiões de turismo – Região de Turismo do Centro; Região de Turismo Dão Lafões, Região de Turismo de Leiria/Fátima, Região de Turismo do Oeste, Região de Turismo da Rota da Luz, Região de Turismo da Serra da Estrela, Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras), enquadrando-se nesta última – com importantes valias turísticas, com reconhecidos marcos culturais e paisagísticos, e com rotas amplamente percorridas e conhecidas por fluxos turísticos oriundos de diversos mercados. A actual reestruturação de organização da actividade turística nomeadamente ao nível da lógica das regiões de turismo pode, por outro lado, assumir-se como uma oportunidade para o Pinhal Interior Sul que apresenta contudo, problemas estruturais relativos à dotação de infraestruturas de apoio à actividade turística, revelando por outro lado, uma profunda dependência de mercados emissores nacionais, com estadias médias reduzidas, reflexo de um turismo vocacionado para “short-breaks” e de pendor essencialmente sazonal (ver 4.41). O desafio base num alcance temporal de longo prazo será, portanto, a construção de um mercado turístico dinâmico e a definição de um produto turístico estruturado com envergadura suficiente na exploração do potencial existente na região assumindo-se como alternativa e encaixando-se nas rotas turísticas existentes no território em que se insere.

Caixa 2 - Pinhal Interior Sul: Apontamento Histórico-Cultural



Pinhal Interior Sul, terra das cinco vilas, Oleiros (1233), Proença-a-Nova (1242), Vila de Rei (1285), Mação (1355) e Sertã (1513) alcançáveis por caminhos esculpídos na paisagem acidentada, volteiam vales, planaltos, serras e montanhas, que aconchegam pequenas e dispersas povoações abraçadas pela natureza que encerram uma longevidade que lhes confere valores culturais e históricos de indubitável afeição. Terra de Vilas pitorescas, de paisagens serpenteadas de verde, de horizontes extensos mas acolhedores onde o silêncio e a acalmia abafam o reboliço aceso que incendeia as cidades da modernidade e que as colocam numa posição aparentemente livre da ostentação da civilização que se sobrepõe à magnificência do genuíno, do puro e do autêntico.

Trilhando os caminhos mais recônditos do Pinhal, emoldurados por uma beleza paisagística exuberante refrescada por ondulantes cursos de água que percorrem a região surgem singulares aldeias das quais se avultam as Aldeias de Xisto reconhecidas pelo seu interesse histórico, arquitectónico, cultural e paisagístico onde se pode "escutar o diálogo sussurrante entre o xisto e a vegetação". Aldeias outrora perdidas mas agora reavivadas e onde introspectivamente se ouvem os ecos do antigo frenesim e que apenas caminhando paulatina e serenamente poder-se-á desfrutar do perfeito acorde entre o xisto, as madeiras de portas e janelas, as igrejas, a natureza, a fauna e a flora e trilhar aquele chão, "terra lousinha", admirando o seu efeito estético de cores acastanhadas, de texturas foliáceas e de lâminas muito delgadas que resultaram numa verdadeira obra de arte que se espalha por todos os recantos.



A sua marca é testemunhada, na sua singela acepção, por aldeias como Álvaro (Oleiros), "aldeia branca", que estende-se lânguida e serpenteante ao longo do visio de uma encosta sobranceira ao rio Zêzere acomodada na albufeira do Cabril e que avistada do alto da magistral paisagem que a circunda, parece uma alva muralha que guarda a passagem do rio; Figueira (Proença-a-Nova) caracterizada por uma profunda e activa envolveria com o meio rural, o conceito vivo de "aldeia" e de tudo o que encerra; Água Formosa (Vila de Rei) nome de fonte, refugiada numa encosta soalheira e embalada pelo som da Ribeira Galega e Pedrógão Pequeno (Sertã) junto à margem esquerda do rio Zêzere onde o xisto se esconde sob rebocos alvos e onde se recordam os seus habitantes que na década de 50 construíram a Barragem do Cabril.



Vislumbra-se aqui um lugar que conglutina a genuidade da natureza num mosaico paisagístico sonante com serras vestidas de pinhal e pureza onde abundam matas e florestas protegidas, habitadas por cervos, lebres, raposas, texugos, lontras e outra flora e fauna típica, banhadas por belos rios e albufeiras com cascatas límpidas, onde as quedas de água brotam num horizonte intensamente verde e onde se pode ouvir o silêncio profundo da natureza com suavidade e em sintonia com os sons dos rios, ribeiras, riachos. Eis uma moldura distintiva de uma visão tripartida sobre os elementos Água, Sol e Ar em acorde perfeito com a magia da diversidade do ecossistema encerrado na figura da floresta....



«Menos aberta que a montanha, menos fluida que o mar, menos subtil que o ar, menos árida que o deserto, menos escura que a gruta, mas fechada, enraizada, silenciosa, verdejante, sombria, nua e múltipla, secreta, a floresta de faias é arejada e majestosa, a floresta de carvalhos, nos grandes caos rochosos, é céltica e quase druídica, a de pinheiros, nas encostas arenosas, evoca um oceano próximo ou origens marítimas, e é sempre a mesma floresta.» Bertrand D'Astorg, Le mythe de la dame à la licorne, Paris, Éd. Du Seuil, 1963

...factor caracterizador das suas gentes destas terras e a sua principal fonte de riqueza desde tempos ancestrais.



Perseguindo o som da água é-se confrontado com as sequências ondeantes de cursos de água que abraçam a terra cuja vivacidade oscila consoante as estações do ano e invocam um enredo de rios, ribeiras e riachos. O rio Tejo, o rio Ocreza, e principalmente o segundo maior rio exclusivamente português, o Zêzere, este último que teve na sua história o marco de ter possuído ouro há muitos séculos atrás, o que despertou o interesse dos romanos, assumem uma relação estreita com este território. Zêzere, se outrora alimentara pelos seus afluentes moinhos de água hoje alberga imponentes barragens como Cabril, Bouçã e Castelo de Bode, que com os seus 60 quilómetros de extensão, é um dos maiores lagos artificiais da Europa. Estes moinhos de água herdados das actividades económicas desenvolvidas no passado encontram-se agora envoltos em vegetação, ofuscados por anos de inactividade e ostentando a sua existência antiga são marcos identitários das ribeiras do Pinhal.



Terras galgadas pelos lendários Templários, defensores dos interesses e protecção dos peregrinos cristãos na Terra Santa a quem estava incutida a ideia de que matar em nome de Deus era justificável e de que morrer por Ele, santificável. Esta célebre ordem iniciou a sua cruzada em Jerusalém (1118) com a anuência papal de Urbano II e sobre a tutela de nove cavaleiros de origem francesa, entre os quais Hugo de Payens e Geoffroy de Saint-Omer, que agiram sob a divisa *Non nobis, Domine, non nobis, sed nomini Tuo da gloriam* (Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao Vosso nome dai a glória), tendo-se tornado, nos séculos seguintes, numa instituição de enorme poder político, militar e económico o que lhes concedeu ímpeto para o estabelecimento de uma vasta rede de influências, incluindo Portugal. Foi D. Teresa, mãe do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, a responsável pela vinda da Ordem dos Templários para o Condado Portucalense (1127), tendo-lhes concedido o Castelo de Soure e a governança da zona entre Coimbra e Leiria (1128) anteriormente sobre a égide do conde Fernão Peres de Trava.

No ano de 1128 trava-se a batalha de S. Mamede que opõe D. Afonso Henriques à sua mãe e ao conde de Trava. Esta ocorrência concede ao futuro primeiro rei de Portugal a percepção de que deveria chamar a si a fidelidade e a cooperação da Ordem dos Templários que integra nos seus exércitos em 1147 aquando da conquista de Santarém e segundo os primeiros registos históricos. Entretanto D. Afonso Henriques prometera recompensas aos Templários com o intuito de evitar o apoio da Ordem às hostes de D. Teresa. Na altura, Afonso Henriques prometeu aos Templários que lhes doaria a área entre o Tejo e o Mondego, missão cumprida quando em 1158 D. Afonso Henriques viu como líder da Ordem uma pessoa de plena confiança, Gualdim Pais, Grão-Mestre dos Templários em Portugal. Oleiros, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Mação, Sertã, Tomar, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Torres Novas e Entroncamento estavam, oficialmente, na rota dos Templários. Seguiu-se uma perseguição desenvolvida por toda a Europa à Ordem dos Templários, sendo que Portugal se recusou a obedecer à ordem de prisão dos seus membros.

A realidade é que o povo lusitano tinha uma elevada consideração pelos Templários aliados nas guerras de Reconquista que expulsaram os mouros da Península Ibérica, e possuíam grande tecnologia de locomoção terrestre e marítima, útil a D. Dinis (1279-1325). Assim, após a aniquilação dos Templários na maior parte da Europa, a Ordem continuou em Portugal, como Ordem de Cristo (em latim, *Ordo Militiae Jesu Christi*) da qual o Infante D. Henrique foi grão-mestre (1319). Toda a hierarquia material e hierárquica, porém sob controlo real, foi mantida e na cruz vermelha sobre o pano branco, símbolo templário, foi acrescida uma nova cruz branca em seu centro, simbolizando a pureza da ordem e que se transformou no símbolo das caravelas da grande epopeia lusitana descrita por Luís de Camões.

Terras unidas por traços identitários fortes mas onde a singularidade dos seus trejeitos, dos seus monumentos, das suas figuras, dos seus ditos e tradições, da sua arquitectura emergem de forma inconfundível em cada concelho, cidade e aldeia da região.



Oleiros, etimologicamente a palavra parece derivar de ollarium “o fabricante ou negociante de panelas de barro” devido à abundância de várias espécies de barro ou de olheiros, “olheiros ou olhos de água, vulgo nascentes” em homenagem às numerosas fontes e cursos de água que aqui ondeiam. Foi na Vila de Oleiros que nasceu (em 1581) o Padre António de Andrade, corajoso beirão, missionário, explorador, diplomata e jesuíta português, o primeiro europeu a apresentar ao mundo os reinos do Tibete (1624) e a atravessar os Himalaias pela porta de Mana a 5.604 metros de altitude enfrentando intempéries e privações indescritíveis e torneando dificuldades de relacionamento com os locais. No Tibete, António Andrade lançou a construção da primeira igreja cristã, estabeleceu o primeiro centro missionário em Chaparanque (Reino de Guge) e descobriu uma das principais nascentes do Rio Ganges, estes e outros feitos de importância indiscutível para o conhecimento e no rol das grandes epopeias históricas. A partir desta descoberta, grandes avanços na área da geologia foram sendo consolidados, entre as quais, uma análise comparativa à luz da geologia, que explicam fenómenos orogénicos presentes nas serranias de Oleiros e nos Himalaias e nas ligações na formação da paisagem rochosa dos Himalaias e da Naturtejo, uma vez que ambas são reflexo “do jogo de pressão entre placas tectónicas”.



Proença-a-Nova em analogia a Provence segundo alguns autores ou à “religião em geral” para outros autores, foi anteriormente designada por Cortiçada até ao século XIV podendo este nome relacionar-se com a abundante produção de cortiça ou elevado número de colmeias (cortiços) em tempos, de grande importância na região. Em 1807, Napoleão Bonaparte ordenou a invasão de Portugal, tendo as suas tropas percorrido alguns pontos estratégicos das terras lusitanas e enfrentando locais de resistência materializadas com fortificações tais como as concebidas em Proença-a-Nova que viveu de perto os horrores das invasões napoleónicas. Os súbditos de Napoleão passaram por Proença-a-Nova a caminho de Abrantes destruindo o que encontravam à sua passagem. Às lutas napoleónicas seguiram-se as lutas liberais depois de um período de aceitação do Absolutismo, momento em que o povo começou a agitar-se pelo Liberalismo.



Vila de Rei ou Villa d'el Rei, cujos primeiros habitantes terão sido, de acordo com vestígios mais recuados, Celtas e Romanos. Foi no alto dos 578 metros da Serra da Milriça que, em 1802, se construiu o primeiro marco geodésico, que significa estar no centro do país tendo em apreço todos os recortes do território e, por ele se regularam os 8.000 que permitiram fazer a cartografia do país. Este é o único miradouro de onde, verdadeiramente, se pode ver Portugal a 360° e de onde se pode contemplar a pacata planície alentejana a sul, a leste, o Alto-Alentejo, e percorrendo os quadrantes de nascente, a norte e poente, as serras de Muradal, Gardunha, Alvelos, Estrela, Aire e Montejunto.



Mação, “terra ribeirinha do fértil Tejo, de transição entre as serranias das Beiras e as paisagens espraçadas do norte alentejano, terra de fixação e de passagem e, talvez por isso, de interrogações e de culto”. É no Paleolítico que Mação parece iniciar o seu registo histórico, constituindo-se como riquíssima zona paleontológica e arqueológica, seja nas gravuras rupestres dos vales do Ocreza e Tejo, na anta da Foz do Rio Frio ou no balneário romano em Ortiga e na romana estação arqueológica do Vale do Junco ou do Vale do Grou. Os achados têm-se sucedido entre os quais o mais célebre de todos, o tesouro da Idade do Bronze do Porto do Concelho em 1943, que se compunha de 42 peças (foices, lanças, machados, espadas, punhais, braceletes, etc.) ou o achado em 1944 em Casal da Barba Pouca (freguesia de Penhascoso), da célebre alabarda de sílex a maior da Península Ibérica cedida pelo seu descobridor, Sr. Boaventura Marques, ao Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo.



Certã, ou Sertã depois de 1920, banhada por duas ribeiras, a Ribeira da Sertã, (ou ribeira Grande), e a ribeira de Amioso (ou ribeira Pequena) localiza-se num vale xistoso cuja primitiva ocupação humana remonta à época romana com diversos vestígios arqueológicos que atestam a antiguidade do povoamento. O castelo de Sertório, associado à lenda da fundação da Sertã, evidencia uma origem da época islâmica ainda que a tradição atribua a edificação do castelo a Sertório no ano 74 a.C. No contexto das lutas pela Reconquista cristã da península Ibérica, o conde D. Henrique de Borgonha (1095-1112), teria determinado o repovoamento do local bem como a reedificação do seu castelo.

Terra de Gastronomia gulosa cujas receitas enriquecem as mesas de apreciadores da arte culinária desde a aguardente de medronho, o cabrito estonado e ao queijo de Oleiros, os maranhos ou bucho recheado da Sertã, a cereja de Proença-a-Nova, a sopa de peixe, o cabrito assado e enchidos, além de doces típicos como o arroz doce e as broas de mel de Vila de Rei e o saboroso presunto ou o arroz de lampreia de Mação e o seu azeite e mel que colorem as suas ementas.



Os ventos que sopram a favor de uma região com a perfeição da natureza pontualmente retocada, onde o sol irradia por entre as vastas extensões florestais e pronunciam a beleza das paisagens e a riqueza histórica muitas vezes não anotada nas heranças escritas que sobreviveram ao longo dos séculos. "À medida que perseguimos o barulho da água, os degraus em xisto colocados pelo homem transmudam-se em degraus naturais esculpidos na rocha pela natureza", com um banco de madeira virado para a encosta, envoltos pelo silêncio tocante destas terras do interior "talvez se descubra uma verdade primordial escondida na simplicidade daquilo que se olha".



A estratégia desenvolvida para a região do Pinhal Interior Sul deverá, perante o panorama traçado, articular-se com uma reflexão conjunta e importante dos principais actores que actuam no território relativamente às problemáticas que afectam a região e que a colocam abaixo do nível médio nacional e sobre os pressupostos básicos de uma condição de convergência real do respectivo posicionamento ao nível de diversas dimensões, particularizando as questões económico-sociais e empresariais, redefinição das lógicas de cooperação inter e intra-regionais e com os principais pólos urbanos da região, prosseguindo os objectivos de alcance e solidificação dos pilares relativos à competitividade e coesão territorial.

O desenvolvimento da estratégia para o Pinhal Interior Sul pressupõe o fortalecimento das relações de proximidade da região, das que já actuam ao nível da mobilidade laboral e da atractividade residencial (principais pólos urbanos vizinhos), como de relações futuras com outras regiões com características semelhantes aproveitando os elementos que as separam como catalisadores de novas oportunidades para projectos em conjunto.

O Pinhal Interior Sul, na estratégia a desenvolver, deverá ter em conta por conseguinte, a articulação de "geometria variável" potencial com as regiões à sua volta, em particular, no sentido transversal Nascente-Poente, com a Beira Interior Sul, especificamente com Castelo Branco e com os pólos urbanos vizinhos mais dinâmicos do Médio Tejo, como são Abrantes, Torres Novas e Tomar, beneficiando do desenvolvimento económico destes e fortalecendo as relações já estabelecidas que apresentam externalidades positivas para a região. O Pinhal Interior Sul deverá cuidar, igualmente, da sua semelhança com o Norte Alentejano, em particular com os territórios que partilham o Tejo, de forma a tornar esta barreira natural numa oportunidade de desenvolvimento de projectos comuns (como por exemplo, turísticos e económicos – vide Geopark), acumulando forças e gerando massa crítica que potencie e dinamize as "margens" desta faixa entre Abrantes e Castelo Branco servida pela A23.

Quadro 1.3. Pinhal Interior Sul – Análise SWOT: Forças e Fraquezas

	Forças	Fraquezas
Óptica do Território	<ul style="list-style-type: none"> ● Património natural, diversificado com qualidade paisagística e valia ambiental e boas condições edafoclimáticas ● Recursos florestais significativos ● Densa rede hidrográfica ● Património histórico e arquitectónico relevante, identidade cultural e produtos regionais com tradição e qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Insuficiente massa crítica, condição resultante em larga medida, das incapacidades de atrair e manter população jovem e qualificada ● Território atingido por dupla interioridade: afastado do Litoral e distante de Espanha – população concentrada em zonas rurais, inexistência de pólos urbanos ● Carência de dimensão populacional e funcional e debilidade competitiva dos centros urbanos – escassez de oportunidades de emprego e falta de atractividade dos centros “urbanos” ● Elevado nível de fragmentação da propriedade ● Marginalização da região em termos de acessibilidades, não só as que estabelecem as ligações da região com o exterior, mas, simultaneamente, as ligações inter-concelhias que colocam em causa dimensões que podem alcançar as questões da unicidade territorial e a proximidade física e institucional dos territórios ● Níveis de vida abaixo dos patamares verificados em termos nacionais com impactos ao nível do dinamismo da procura
Óptica das Empresas	<ul style="list-style-type: none"> ● Local de instalação privilegiada de indústrias que apresentam como factor competitivo a proximidade e fácil acesso a recursos naturais ● Tendências decrescentes nos níveis de desemprego (embora, explicados pela estrutura etária da população residente na região e pelo papel desempenhado pelas regiões fronteiriças na absorção de mão-de-obra do Pinhal Interior Sul). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Reduzida densidade empresarial que condiciona o desenvolvimento de sinergias e os efeitos das economias de aglomeração e das economias de escala com efeito global sobre a atractividade económica, populacional e territorial ● Uma economia dependente de sectores tradicionais e pouco diversificada ● Debilidades estruturais graves ao nível da estrutura produtiva: tecido empresarial atomizado, constituído por unidades de reduzida dimensão, com baixa intensidade em tecnologia e inovação, e falta de capacidade de exportação ● Baixa densidade empresarial, reduzida escala produtiva e comercial das empresas, carência de redes de distribuição, falta de diversificação do tecido económico-empresarial, que se encontra ainda muito direccionado para o mercado interno, negligenciando as exportações, por não ser competitivo ● Debilidade do tecido empresarial turístico local, muito dependente do mercado interno e uma oferta focada em segmentos dependentes de forte sazonalidade da procura – emigração. Oferta hoteleira escassa, de base tradicional – hotéis e pensões – em detrimento de tipologias modernas e inovadoras ● Insuficiente rede de infraestruturas de apoio à população, à empresa e ao “turista”
Óptica das Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ● O sistema de educação nos níveis básico e secundário revelam em termos relativos uma boa eficácia, especialmente se se tiver em consideração a falta de equipamentos de apoio na área da acção social e da educação 	<ul style="list-style-type: none"> ● Envelhecimento populacional e fraca capacidade de rejuvenescimento da população ● Acentuada desertificação demográfica com consequências negativas sobre a dimensão da população activa e qualidade da força de trabalho

Quadro 1.4. Pinhal Interior Sul – Análise SWOT: Oportunidades e Ameaças

	Oportunidades	Ameaças
Óptica do Território	<ul style="list-style-type: none"> Assumidas preocupações ambientais, em larga medida induzidas pela importância que o factor natureza tem sobre as actividades económicas desenvolvidas na região Beneficiação do aproveitamento dos recursos endógenos da região para a produção de energias renováveis (biomassa, energia eólica e solar) Reformulação do respectivo posicionamento na cadeia de interligações económicas que o Pinhal Interior Sul estabelece com a região do Alentejo e com a Região Alargada de Polarização (em especial, o Médio Tejo) cujos moldes e lógica de funcionamento podem ser actualizados e ministrados de forma mais intensa, não só através de uma conveniente gestão de redes de articulação económica, bem como na especialização e reordenação dos sectores de actividade em que a região apresenta potencial indiscutível e vantagens competitivas Articulação de "geometria variável" com regiões limítrofes Tirar proveito dos sistemas de incentivos enquadrados na área temática da Valorização do Território do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Estrangulamentos demográficos e incapacidade de competir com pólos urbanos vizinhos mais atractivos que colocam em causa a sustentabilidade socioeconómica da região Limitada rede viária e serviços de transportes intra-regional que dificulta a mobilidade de pessoas, bens e serviços e a consequente dinâmica interna da região bem como o grau de atractividade em termos de localização empresarial Ausência de rapidez e qualidade nos acessos aos circuitos de comercialização e promoção Riscos ambientais (incêndios) relacionados não só com a capacidade de resposta como com o grau de planeamento estratégico em termos de reordenamento e requalificação da floresta Inexistência de uma gestão sustentável da floresta, agravada pela elevada fragmentação da propriedade e de pequenas explorações florestais
Óptica das Empresas	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento de nichos de mercado do sector agro-alimentar, à base de produtos biológicos – "produtos verdes" – com denominações protegidas; (produtos de qualidade, seguros e saudáveis possibilitando a penetração no mercado externo) Clusterização das actividades económicas (como por exemplo ao nível da "floresta"), complementando a cadeia de produção das indústrias instaladas na região (por exemplo: devido à proximidade e fácil acesso aos recursos naturais), com outras indústrias que têm envolvimento directa e se seguem nas fases posteriores de transformação da matéria-prima e as quais acrescentam valor ao produto final (inovação de processos e produtos) Dinamização da criação de empresas de base tecnológica atraindo investimento estrangeiro como projecto âncora Exploração de actividades ligadas ao desenvolvimento de energias alternativas – eólica, hídrica, solar e biomassa Desenvolvimento das TIC, facilitando a circulação e disseminação de informação em zonas rurais isoladas e de difícil acesso Potencial turístico (descongestionamento territorial, qualidade ambiental e paisagem atractiva) que poderá ser explorado com o desenvolvimento de nichos de mercado turístico emergentes: short-breaks, turismo da natureza, paisagístico e náutico (ligado à existência de barragens), eco-turismo, entre outros Reestruturação da lógica de gestão e promoção da actividade turística com a adequação das regiões de turismo do Centro às exigências turísticas actuais Tirar proveito dos sistemas de incentivos enquadrados na área temática dos Factores de Competitividade do QREN 	<ul style="list-style-type: none"> Modelo de desenvolvimento baseado em actividades trabalho intensivas e com baixos custos unitários de mão-de-obra, comprometendo a prazo a competitividade económica da região num contexto de economia aberta Défice de cooperação entre os sectores público e privado: falhas organizacionais, cultura empresarial individualista Assiste-se a uma concentração de emprego relativamente elevada, sendo um factor potenciador de risco no caso de se verificarem deslocalizações ou falências de empresas As dinâmicas do mercado de trabalho interno da região são insuficientes para responder à procura. Desajustamento em grande medida atenuado pela oferta dos concelhos das regiões limítrofes e por uma estrutura etária que revela baixa disponibilidade e reduzida qualificação da força de trabalho
Óptica das Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> Tirar proveito dos sistemas de incentivos enquadrados na área temática do Potencial Humano do novo QREN Novo modelo residencial assente nas valências que a ruralidade concede em termos de qualidade de vida e bem-estar, sustentada numa orientação de oferta residencial avalizada por uma política de habitat que desfrute das benesses da natureza – Turismo Residencial Território privilegiado de acolhimento de pessoas em idade inactiva, especialmente idosos, tornando-se numa área de zelo social com impactos sobre as tipologias de formação vigentes na região que poderão ser reorientadas para a assistência social e prestação de cuidados de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de natalidade reduzida, desertificação dos estratos etários mais jovens, implicando a perda líquida de população, com tendência para perdurar Debilidades qualitativas estruturais do mercado de trabalho – capital humano envelhecido e com baixo nível de escolaridade Desertificação do território com impactos ao nível do potencial humano e consequente défice de massa crítica no processo de desenvolvimento económico e social; Inexistência de um pólo urbano central e gerador de efeitos de arrastamento sobre áreas vizinhas, que se assumam como pólo de atracção interno com consequências sobre os restantes territórios;

PARTE II – A VISÃO E AS GRANDES OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

*UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM PRIORIDADES CLARAS
UMA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL ALARGADA PARA VIVIFICAR
UMA VERDADEIRA COMUNIDADE REGIONAL
UMA ACTUAÇÃO CONCENTRANDO RECURSOS PARA ALCANÇAR RESULTADOS*

O espaço sub-regional formado pelas realidades do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul permite a **partilha**, nas suas diferenças e complementaridades, de **um vasto conjunto de problemas, necessidades e desafios**, particularmente expressivo na zona de confluência dos territórios de baixa densidade populacional que se alinham no cruzamento da bacia do Tejo com a grande mancha florestal do centro de Portugal, tal como **comporta**, sobretudo, **um significativo potencial de equilíbrio estratégico** mútuo na prossecução de objectivos de desenvolvimento urbano e modernização rural, por um lado, e de coesão social e competitividade económica, por outro lado, bem como, na construção de vantagens duradouras de localização empresarial, na articulação entre intervenções a montante (valorização de recursos endógenos) e a jusante (proximidade dos mercados alavancada por facilidades logísticas).

A dimensão das oportunidades, por um lado, e das fraquezas, por outro lado, exige a ambas as realidades territoriais um esforço significativo de **concentração temática e financeira** nos seus **esforços de desenvolvimento** de forma a alcançar a **massa crítica** necessária para “agarrar” as primeiras e “vencer” as segundas.

A convergência dos exercícios de planeamento estratégico do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, dando origem a **um único Programa Territorial de Desenvolvimento coerente**, nas suas opções de integração e diversificação, **e reforçado**, na dimensão dos seus meios e objectivos, corresponde, neste quadro, quer ao **reconhecimento objectivo** de uma base comum de motivações suficientemente alargada, quer à materialização de uma **vontade política subjectiva** de cooperação alargada à escala intermunicipal, e representa um contributo efectivo destes 15 municípios, que o viabilizaram e que o querem desenvolver, para romper com a fragmentação e a atomização das iniciativas de desenvolvimento associadas à utilização dos fundos estruturais correspondendo, desse modo, às grandes orientações comunitárias e nacionais para o período de programação 2007-2013.

O Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul conhecem, no presente, um conjunto de transformações que se integram numa dinâmica mais vasta de **transformação da configuração territorial dos processos de localização empresarial e residencial**, onde se destacam a consolidação e alargamento de uma grande região-capital em torno da cidade de Lisboa e a drástica aceleração das relações entre as economias, as sociedades e os Estados ibéricos, por um lado, e numa nova **restrição global sobre a gestão dos recursos naturais** que vai alterando duradouramente modelos e práticas de produção e consumo, onde se destacam as pressões crescentes favorecendo a adopção de elementos de sustentabilidade na relação economia-tecnologia-ambiente e de eficiência e racionalidade energética acrescidas, por outro lado.

Estas dinâmicas de transformação geram novos desafios, expectativas, escolhas e tendências, nem sempre convergentes, nem sempre positivas, mas que comportam um conjunto relevante de oportunidades para o desenvolvimento regional, seja no plano da criação de emprego e de riqueza, seja no plano da qualificação e diferenciação das funções assumidas no contexto das regiões portuguesas.

O Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul têm vindo a descobrir-se não só a si próprios, percebendo as desvantagens das pequenas rivalidades tradicionais e as vantagens da cooperação entre os seus pólos diferenciados na criação de novos factores de atractividade, como vão também descobrindo o seu acervo comum de problemas e desafios, ao mesmo tempo que vão sendo descobertos por diferentes agentes económicos e sociais exteriores que procuram a região para investir, visitar, viver ou trabalhar, embora de forma bem mais nítida e evidente no espaço mais desenvolvido e menos periférico do Médio Tejo.

O espaço sub-regional do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul constitui, no presente, um **território onde despontam novas oportunidades de desenvolvimento económico e social** alimentadas por movimentos institucionais, sociais, económicos e empresariais envolvendo quer as **políticas estruturais** (a possibilidade de valorizar e otimizar no ciclo 2007-2013 os investimentos realizados no ciclo 2000-2006 e a necessidade de melhorar o “diálogo” entre coesão e competitividade, garantindo um efectiva convergência regional à escala europeia), quer os **territórios onde elas actuam** (a intensificação das relações entre o Norte e o Sul de Portugal e entre as regiões do Centro e de Castilla y León, no quadro mais geral, da intensificação das formas de integração económica na península ibérica), quer os grandes **elementos que suportam a sustentabilidade de umas e de outros** (a conservação dinâmica da natureza e da biodiversidade e a valorização racional dos recursos endógenos “chave” onde se incluem as grandes manchas de água (“azul”) e floresta (“verde”) unidas no seu potencial de racionalização energética).

O **Pinhal Interior Sul** é, no presente, um território que, embora consciente das suas fragilidades, procura **construir o futuro de forma sustentável recuperando do atraso do passado**, sabendo que existem suficientes oportunidades para o poder fazer, enquanto o **Médio Tejo** é, no presente, um território que, consciente das relevantes oportunidades que se deparam aos seus pólos mais desenvolvidos com relevante densidade urbana, procura **acumular as forças necessárias para acelerar a construção da atractividade** que lhe permitirá aproveitá-las, sabendo que ainda têm pela frente suficientes desafios de coesão territorial interna que exigem “cuidados continuados”.

A adopção de uma estratégia comum de desenvolvimento permitirá ao Pinhal Interior Sul “oferecer” ao Médio Tejo uma base mais alargada para o reforço do peso dos elementos de “**natureza**”, “**ruralidade**” e “**sustentabilidade**” na sua trajectória e ao Médio Tejo “oferecer” ao Pinhal Interior Sul uma maior proximidade dos elementos de “**cidade**” e “**empresa**” alargando a difusão dos respectivos efeitos.

A adopção de uma estratégia comum de desenvolvimento permitirá, assim, ao espaço sub-regional formado pelo Médio Tejo e pelo Pinhal Interior Sul, no seu conjunto, alcançar uma nova e melhor perspectiva de êxito na difícil tarefa de reequilibrar e articular de forma coerente as iniciativas, acções e projectos visando a promoção da “**coesão**”, por um lado, e da “**competitividade**”, por outro lado.

O elemento central da visão construída para a estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” parte de uma leitura positiva desta realidade, apostando quer nas virtudes da aceleração das mudanças em curso, quer na própria capacidade de adaptação a novas exigências, competências e desafios, por um lado, e de um duplo reconhecimento sobre a natureza e alcance das grandes oportunidades e ameaças para o seu desenvolvimento económico e social, por outro lado.

As oportunidades que o Médio Tejo pode “agarrar” no horizonte da próxima década são, em primeiro lugar, originadas, em grande medida, no exterior do próprio território, seja no quadro da consolidação e expansão territorial da região de polarização de Lisboa como grande região-capital na Europa alargada, seja no quadro, mais vasto, da reorganização das actividades empresariais polarizadas por cadeias de valor que exigem mercados alargados, supra-regionais e supra-nacionais, e acesso a serviços logísticos que reduzam o “time to market”, abrindo, no entanto, diferentes possibilidades à região na construção e exploração de formas de **intermediação económica e social**, entre esses territórios e mercados, que lhe permitam alcançar uma posição mais relevante, menos periférica e, sobretudo, mais qualificada no conjunto das regiões portuguesas.

As oportunidades que o Médio Tejo pode “agarrar” horizonte da próxima década exigem, em segundo lugar, para serem devidamente aproveitadas, a “conquista” de **novos e mais exigentes “patamares”**, seja na escala e dimensão das capacidades da região, seja como espaço de “cidade”, seja como espaço de “criação de valor”, isto é, na **massa crítica** da sua atractividade para viver, trabalhar e investir, seja na racionalidade e na pró-actividade das intervenções, públicas e privadas, isto é, na **focalização** temática dos investimentos estruturantes, que permitam à região construir uma plataforma efectiva de governança alimentada por uma muito mais vasta cooperação público-público e público-privado e motivada por acções não fragmentadas de base supramunicipal.

O “jogo” de oportunidades e fraquezas do Pinhal Interior Sul alimenta, pelo seu lado, um conjunto de preocupações que exigem uma resposta a “dois tempos” ao longo do presente ciclo de programação estrutural, encadeando, num mesmo caminho, duas formas diferenciadas de combinação de elementos mais defensivos e mais ofensivos.

Os caminhos do Pinhal Interior Sul surgem, num primeiro tempo dominado pelo **presente e futuro imediato**, mais associados a uma lógica de **resistência e recuperação**, através da correcção dos principais défices do passado e da conclusão, integração, valorização e desenvolvimento dos investimentos estruturais realizados nos ciclos anteriores de programação, procurando reduzir o atraso da região face à média nacional garantindo as condições-base de equidade territorial que correspondem aos princípios de coesão social.

As oportunidades que o Pinhal Interior Sul pode prosseguir, neste âmbito, correspondem à construção de elementos de atractividade residencial, combinando com inteligência a presença de um urbanismo descongestionado com a modernização de uma ruralidade integrada na natureza (valorizando, numa paisagem “interior”, o relevo e o “verde”) e viabilizando a obtenção de um **nível crítico mínimo de serviços às famílias** (priorizando os relativos às redes de infraestruturas básicas, à mobilidade, à saúde, à educação, à cultura, e o lazer) para garantir mais qualidade à experiência do “viver” num território como o Pinhal.

Os caminhos do Pinhal Interior Sul surgem, num segundo tempo dominado pelo **futuro mais mediato**, mais associados a uma lógica de **emergência**, suportada pela captação de funções e actividades de “cuidados continuados” à natureza (prevenção de riscos) e às pessoas (recuperação, integração, acompanhamento dos mais fragilizados), onde a baixa densidade populacional de transforma em vantagem, e **sustentabilidade**, suportada por uma **valorização económica alargada dos recursos endógenos**, procurando romper progressivamente com os factores e processos que, no passado, travaram e diminuíram o seu desenvolvimento económico e social e afirmando e comunicando, desse modo, uma **identidade distintiva**.

As oportunidades que o Pinhal Interior Sul pode prosseguir, neste âmbito, incluem, necessariamente, quer uma **resposta aos desafios da racionalidade energética e da sustentabilidade ambiental**, polarizada pelos recursos florestais existentes e pelo interesse crescente nas energias renováveis (hídricas, eólicas, solar e biomassa), no quadro mais vasto da Estratégia Nacional para as Florestas (gestão sustentável da floresta, estímulo aos agrupamentos de propriedades e ao aproveitamento energético da biomassa florestal), quer uma **resposta ao abandono precipitado dos recursos e capacidades tradicionais da região** que comportam um forte potencial de inovação e criação de riqueza e empregos, em especial no que respeita à preservação activa do mundo rural e do património histórico, monumental, cultural e paisagístico, com relevância forte no desenvolvimento do turismo.

O elemento central da visão construída para a estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” opta por confiar na **capacidade de adaptação** da região a novas exigências, **competências e desafios**, sem esquecer, no entanto, nem a sua diversidade, nem a imperiosa necessidade de **equilibrar** os seus **progressos competitivos** através de uma busca permanente de níveis mais elevados de **coesão social**.

A estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” é uma **estratégia centrada no futuro e na gestão de uma mudança**, que se quer cada vez mais forte e profunda, visando estimular e potenciar as mudanças em curso, aceitando os riscos inerentes, para converter a região num efectivo espaço de oportunidades duradouras, isto é, garantir a dimensão crítica, a qualidade, o equilíbrio social e territorial e a sustentabilidade das mudanças em curso.

A visão que estrutura a estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” comporta, assim, em especial nos espaços sub-regionais mais urbanos, densos e desenvolvidos, uma **ambiçã de crescimento em qualificação e dimensão, quer no plano das pessoas, quer no plano das empresas**, prestando uma atenção decisiva à combinação dos factores duradouros de competitividade urbana e das vantagens de localização de actividades económicas, isto é, à promoção e comunicação ofensiva das condições da sua atractividade para viver, visitar, investir e trabalhar.

A visão que estrutura a estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” comporta, assim, em especial nos espaços sub-regionais de mais baixa densidade, maior presença do mundo rural e menor nível de desenvolvimento, uma **ambiçã de qualidade e equilíbrio social**, afirmando a Região como **espaço de iniciativas** polarizadas pela defesa de um **desenvolvimento sustentável** capaz de articular **diferenciação e valor** numa base de natureza e património cuidada com equilíbrio territorial e qualidade ambiental exemplar.

A visão subjacente à estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” é sustentada por uma **vontade pró-activa de construção de situações e realidades** que se querem e podem

alcançar e de realidades e situações que se querem e podem evitar, alimentada, quer pela avaliação das tendências do passado recentes, traduzida nas grandes lições das experiências de desenvolvimento regional na Europa e em Portugal, quer pela antecipação das grandes tendências económicas, sociais e institucionais do futuro, traduzida na focalização num conjunto limitado e realista de grandes prioridades de acção, isto é, por um novo entendimento:

- Da **posição específica e complexa do espaço sub-regional do Médio Tejo/Pinhal Interior Sul** na sua relação com a **grande região de Lisboa**, que se vai afirmando como região-capital com dimensão e competitividade europeias, caminhando, ao mesmo tempo, para pertencer ao **espaço “interior”** dos seus fluxos de polarização, embora fora da área metropolitana, e para ser uma fronteira no seu **relacionamento “exterior”**, nomeadamente, com as regiões Centro e Norte, apostando determinadamente quer na **internacionalização**, quer na **captação e concentração de recursos**, alargando a dimensão da cadeia de valor das suas actividades económicas e a sua própria dimensão populacional;
- Da **posição relevante que o espaço sub-regional do Médio Tejo/Pinhal Interior Sul** pode e deve assumir como “espaço-charneira” de valorização da **bacia do Tejo superior**, estreitando relações e desenvolvendo novas formas de cooperação política, económica e cultural no seio de um vastíssimo território partilhado com várias regiões portuguesas (Lezíria, Norte Alentejano, Beira Interior Sul) e espanholas (Extremadura, Castilla y León), apostando determinadamente na “redescoberta” do “Tejo” como jazida decisiva de desenvolvimento e criação de riqueza, sobretudo numa época onde a sustentabilidade é incontornável;
- Do modelo de **atractividade residencial**, seja dos **pólos urbanos mais densamente povoados do Médio Tejo**, agarrando a oportunidade de **construção de uma verdadeira “cidade-média” original e multi-polar**, sob a forma de uma relevante constelação urbana de pólos especializados e complementares, dotada de massa crítica suficiente, seja nos elementos que dão dimensão ao “mercado”, seja nos elementos que dão corpo e dinamismo à “cidade”, seja dos **pólos urbanos de menor dimensão e mais baixa densidade do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul**, enfrentando a possibilidade efectiva de gerar oportunidades e qualidade de vida em pólos descongestionados e seguros, embora não “centrais”.

A formação desta rede urbana hierarquizada, complementar e diversificada, em busca de uma dimensão crítica apreciável à escala nacional, passa necessariamente, num caso e noutro, pelo rompimento consciente com práticas de fragmentação de investimentos e sobreposição de ofertas, percebendo a importância decisiva:

- Da disponibilidade, em quantidade e qualidade dos **serviços às famílias** (nomeadamente os relativos à saúde, à educação, ao lazer e à promoção da vida activa) e das iniciativas de **valorização e fruição do património** (em articulação como a cultura, as artes, os espectáculos e as actividades criativas), privilegiando a resposta às necessidades mais directamente associadas à juventude e ao envelhecimento no ciclo de vida familiar;
- Da oferta de **“habitat”** (“casas” de habitação em espaços integradores das principais valências da qualidade de vida) **diferenciado** pela qualidade dos projectos de regeneração urbana, pela adequação das tipologias de novas construções, pela proximidade de **comércios e serviços especializados** e pela articulação com os eixos de **fruição de natureza conservada** (água, ambiente, paisagem);
- Da construção de uma **mobilidade global**, articulando infraestruturas e serviços de transporte, seja facilitando o **acesso externo**, na relação com a grande região de Lisboa (especialmente relevante para o desenvolvimento turístico), seja, sobretudo, facilitando a **mobilidade interna**, como alavanca de materialização da complementaridade dos principais pólos, incrementando, em especial, a mobilidade de estudantes e trabalhadores;
- Dos caminhos diversificados de aprofundamento da **especialização** do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, um mais centrado em **funções de intermediação qualificadas** polarizadas por cadeias de valor alargadas englobando pólos de produção e consumo exteriores (nos seus espaços mais “centrais”), outro mais centrado na **valorização dos recursos endógenos** agilizando e diversificando produtos e canais de comercialização (nos seus espaços mais “periféricos”), exigindo, ambos, no entanto, **espaços de acolhimento empresarial competitivos**, com dimensão, serviços de apoio e qualidade de gestão geradores de vantagens efectivas de eficiência colectiva.

O prosseguimento destes dois grandes caminhos de aprofundamento da especialização económica no espaço sub-regional do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, comportando sinergias e complementariedades, não dispensa uma focalização em objectivos e instrumentos relativamente diferenciados em cada um dos dois casos, isto é:

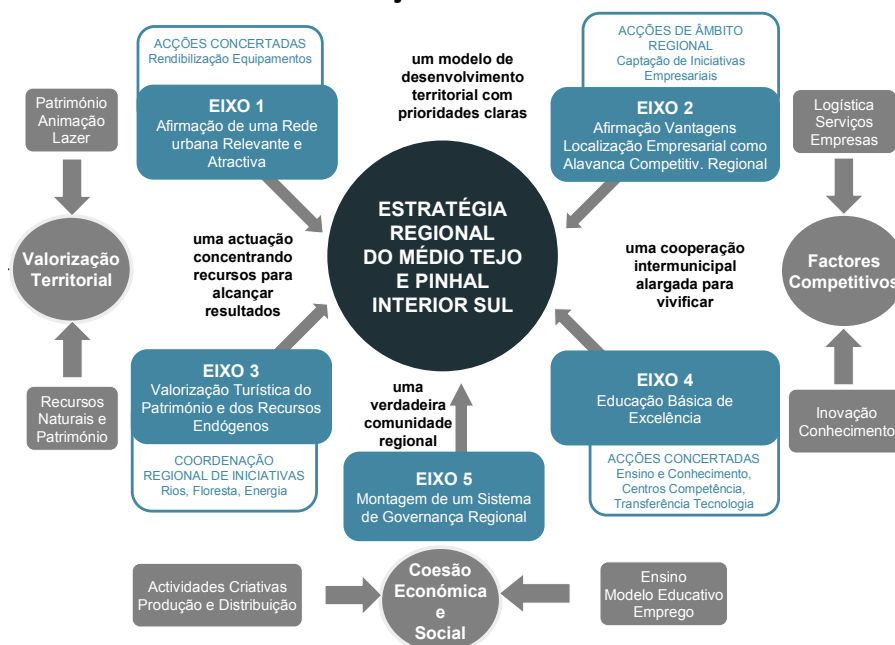
- apostando, nos espaços mais “centrais” e “ligados”, em actividades económicas e factores competitivos sustentáveis, desenvolvendo vantagens de localização empresarial associadas aos **serviços logísticos** e à estruturação espacial da **distribuição moderna**, captando, também, **segmentos industriais** capazes de gerar **produtos diferenciados**, percebendo a importância decisiva da obtenção de uma massa crítica de **serviços empresariais avançados** (suporte à gestão, informação, tecnologia, e marketing);
- apostando, nos espaços menos “centrais” e “ligados”, em actividades económicas capazes de chegarem a mercados compensadores, seja a partir de **recursos endógenos** (como a agricultura e a floresta), seja a partir da mobilização pragmática do conhecimento no desenvolvimento de formas inovadoras de **turismo (patrimonial e cultural**, de natureza, em espaço rural,...).

A visão subjacente à estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” assenta na partilha de uma **ambição comum de maior e melhor desenvolvimento** por **territórios com forças e oportunidades bem diferenciadas**, mas unidos no seu **desígnio de convergência europeia**, gerando um **“novo espaço” de efectivo crescimento empresarial e populacional**. A estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” envolve, para além dos seus objectivos e prioridades bem definidos, um conjunto de convicções, atitudes e ensinamentos que moldam uma recusa consciente de investimentos e soluções fragmentados, desactualizados, não sustentáveis, consumidores de recursos escassos.

A visão subjacente à estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” estabelece, finalmente, uma base objectiva para uma cooperação reforçada, seja no plano **público-público**, com o desenvolvimento de um novo modelo de governança da região suportado por um compromisso explícito de colaboração intermunicipal em projectos estruturantes e pela abertura de um processo conjunto de concertação e negociação permanente com as autoridades nacionais, centrais ou desconcentradas, seja no plano **público-privado**, com o desenvolvimento de uma nova atitude de captação, acolhimento e acompanhamento de iniciativas e investimentos privados e de promoção global da região numa lógica de marketing territorial.

A visão subjacente à estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020” traduz-se em cinco grandes eixos estratégicos de intervenção (ver figura) que suportam outras tantas áreas de aglutinação coerente de projectos regionais portadores de efeitos alargados de arrastamento, “empurrando” e/ou/ “puxando” outros projectos, de projectos intermunicipais e de projectos municipais de relevância regional, na esfera do “desenho” das intervenções estruturais de base territorial, e num eixo instrumental e operacional, traduzido na montagem de um novo modelo de governança regional suportado pela afirmação da cooperação das duas associação de municípios, no plano das decisões políticas com legitimidade democrática, e pelo desenvolvimento de modelos de agência regional de desenvolvimento, na esfera da concretização operacional do plano de acção que concretiza a estratégia “MÉDIO TEJO/PINHAL INTERIOR SUL 2020”.

Figura 1.1. Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul



Eixo I Afirmar uma **rede urbana atractiva e diversificada**, seja organizando a **constelação urbana do Médio Tejo** como “cidade média” relevante à escala nacional, seja cuidando da **qualidade de vida** nos **pólos** de menor dimensão e mais **baixa densidade**, suportada por uma efectiva **“mobilidade policêntrica”**, de residentes, trabalhadores, empresários, profissionais, estudantes e visitantes, capaz de acelerar a disseminação e o usufruto de ofertas de equipamentos, serviços e actividades resultantes da prioridade concedida à densificação de espaços de consumo valorizadores da cultura e da criatividade, à dinamização de propostas inovadoras de vida activa e de convívio com uma natureza conservada e à garantia de acesso aos serviços de interesse geral.

- Eixo II** Construir “**vantagens de localização empresarial**”, como alavanca duradoura da competitividade regional, organizando uma rede hierarquizada e racional de **parques e pólos** dotados de adequados serviços empresariais e geridos para a sustentabilidade e a eficiência colectiva, seja para conquistar **funções de intermediação em cadeias de valor alargadas**, com base no cruzamento de vantagens logísticas com o acesso a actividades e serviços de inovação e conhecimento, seja para alavancar a **valorização económica de recursos naturais e endógenos**, com base na abertura a novos produtos e canais de comercialização, acolhendo e promovendo, numa base económica em diversificação, **um tecido empresarial mais forte e competitivo**.
- Eixo III** Promover activamente na região o cruzamento e “casamento” dos **factores de atractividade e diferenciação associados a actividades culturais e valores patrimoniais diversificados** e também a um **património natural cuja riqueza advém da sustentabilidade incutida aos seus recursos endógenos**, nas suas dimensões materiais e imateriais, e nas suas dinâmicas de criação, programação e fruição, para viabilizar um **desenvolvimento turístico baseado em produtos qualificados e sustentáveis**, capaz de servir o reforço da sua articulação com a região de Lisboa e a sua competitividade residencial e urbana, alargando, ao mesmo tempo, os elementos de maior universalidade na projecção externa da sua identidade.
- Eixo IV** Valorizar a região pela organização e qualidade dos serviços educativos, conferindo uma prioridade determinante à disponibilização de uma **educação básica de excelência** e investindo, complementar e selectivamente, no desenvolvimento de serviços de educação e formação mais avançados, em valências focalizadas de **ensino profissional, tecnológico e universitário** orientadas por critérios de resposta efectiva às necessidades das empresas, isto é, cuidando globalmente das **condições de aquisição de competências** pela população como alavanca de atractividade para o crescimento populacional.
- Eixo V** Assumir a transversalidade de uma **governança regional** no espaço sub-regional formado pelo **Médio Tejo** e pelo **Pinhal Interior Sul** nos domínios adoptados como estruturantes para o desenvolvimento da região, em articulação com a optimização concertada das decisões locais, garantindo, ao mesmo tempo, uma **maior qualidade democrática** no processo de tomada de decisões, e uma **maior capacidade de realização** nos processos de operacionalização dessas mesmas decisões.

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

A opção pela definição de uma Estratégia global e pelo desenho de um Programa Territorial de Desenvolvimento que abrange as intervenções previstas para o conjunto das duas NUTS III Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, desde que envolvam a participação dos agentes públicos (de forma individual ou em parceria com actores privados), possibilita que se proceda a um exercício de destaque da coerência global atingida e das sinergias identificadas, nomeadamente:

- Com os princípios e orientações definidos a nível da União Europeia no âmbito da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural 2007-2013 (ver Caixa 3);
- Com as prioridades estratégicas definidas a nível nacional, em matéria de programação estrutural, no âmbito das diversas agendas do QREN (ver caixa 4);
- Com as prioridades estratégicas definidas a nível nacional em matéria de Ordenamento do Território (ver caixa 5) e de Desenvolvimento Rural (ver caixa 6);
- Com a estratégia para a região Centro formulada no Programa Operacional Regional do Centro (ver caixa 7).

O **significativo grau de alinhamento dos eixos da estratégia regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul**, e dos correspondentes objectivos que lhes estão subjacentes, **com as orientações comunitárias e nacionais definidas para o período de programação estrutural 2007-2013**, é sinónimo de uma correspondência nítida entre as preocupações desenhadas a nível central e a respectiva projecção em termos da definição sub-regional de estratégias, intervenções e iniciativas.

Caixa 3 – Orientações Estratégicas Comunitárias da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural (2007-2013)

A preparação do actual ciclo de programação dos Fundos Estruturais da União Europeia integrou, simultaneamente, preocupações de natureza mais defensiva (reactiva) ou mais ofensiva (pró-activa), associadas, nomeadamente, às novas realidades de diversidade interna criadas pelo alargamento, aos novos desafios colocados pela aceleração da globalização em articulação com um desempenho modesto em matéria de crescimento e emprego, à reavaliação dos esforços de prossecução dos objectivos de coesão económica e social e à necessidade de renovação e operacionalização da “estratégia de Lisboa”. Este contexto conduziu a uma progressiva maturação de orientações estratégicas e modelos instrumentais que representa, em relação à experiência anterior, uma mudança bastante significativa, que pode mesmo ser considerada como podendo **originar uma nova geração de programas e políticas públicas** visando promover um **“desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável”**.

O conteúdo das **Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de Coesão**, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as **prioridades da União Europeia** e os **pilares do desenvolvimento sustentável** (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; protecção ambiental e prevenção de riscos), pode ser sistematizado em torno de cinco direcções principais de transformação:

- Uma abordagem mais **estratégica** centrada nas **prioridades globais** da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- Uma menor dispersão dos recursos alcançada pela **concentração das intervenções em termos temáticos** (nas **prioridades de Lisboa e Gotemburgo**, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- Uma abordagem mais adaptada à **diversidade** interna da União, traduzida numa **maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades**, apoiada numa maior **descentralização** e numa maior consideração das **especificidades territoriais** (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- Uma **significativa simplificação do modelo de gestão** dos fundos, menos fundos, um fundo por programa operacional, mais forte articulação entre Fundo de Coesão e Fundos Estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);
- Uma busca de maior **eficiência e equilíbrio nos processos de monitorização e controlo**, nomeadamente, através da generalização da regra n+2, da clarificação das responsabilidades da Comissão Europeia e dos Estados Membros, da introdução de condicionantes financeiras associadas ao respeito dos objectivos de convergência e à adopção de mecanismos credíveis de gestão e controlo.

Os objectivos da reforma da política de coesão, procurando, também, responder às necessidades complexas da consolidação do alargamento mais recente da União, comportam duas mudanças potencialmente muito relevantes: a valorização, no **plano estratégico**, da sua articulação criativa com as prioridades comunitárias, em programas, nacionais e regionais, de desenvolvimento, e a valorização, no **plano operacional**, da sua apropriação, no terreno, a um nível mais descentralizado, através de uma partilha mais clara das responsabilidades entre a Comissão, os Estados-Membros e as regiões.

Os objectivos da reforma da política de coesão acolhem, neste quadro, as **grandes recomendações** do “**relatório Kok**” de avaliação das realizações da “**estratégia de Lisboa**” – a necessidade de instrumentos financeiros ao nível comunitário que suportem uma abordagem mais estratégica e permitam uma maior apropriação pelas regiões e parceiros sociais – e as **grandes propostas** para o seu relançamento na forma de uma “**agenda**” **relativa ao “crescimento e ao emprego”** – uma Europa mais atractiva para investir e trabalhar onde o conhecimento e a inovação sejam os motores do crescimento e as políticas públicas apoiem a iniciativa empresarial na criação de mais e melhores empregos.

O quadro global das orientações para os programas co-financiados a título da política de coesão cobre, deste modo, um conjunto de prioridades que se traduz no aumento das exigências das intervenções estruturais comunitárias em matéria de competitividade e já não exclusivamente centradas na promoção da equidade territorial.

Orientações da Política de Coesão 2007-2013

Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar			
Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes	Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento	Enfrentar a utilização intensiva das fontes de energia tradicionais	
Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento			
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	Promover a sociedade da informação para todos	Melhorar o acesso ao financiamento
Criar mais e melhores empregos			
Atrair e manter um maior nº de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e a flexibilidade do mercado de trabalho	Aumentar o investimento em capital humano, melhorando a educação e as competências	
Reforçar a Capacidade Administrativa		Contribuir para manter uma população activa saudável	
A Dimensão Territorial da Política de Coesão			
A contribuição das cidades para o crescimento e o emprego		Apoiar a diversificação económica das zonas rurais, pesqueiras e com desvantagens naturais	
Cooperação Transfronteiriça:	Cooperação Transnacional	Cooperação Interregional	

O estabelecimento das orientações da política de coesão para o próximo período de programação encontra, neste quadro, um novo fundamento, através dum esforço de clarificação dos principais eixos onde o **contributo da política de coesão para os objectivos da estratégia de Lisboa renovada**, nesta lógica de procura de novas sinergias, pode ser reforçado, que conduziu, nomeadamente, à identificação dos seguintes terrenos de acção:

- Reforçando a **capacidade de investimento das regiões com maior capacidade de “catching-up”** nas actividades com elevado potencial de crescimento e nos factores dinâmicos da competitividade (capital humano, adaptabilidade, investigação, infraestruturas, tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente) **renovando**, desse modo, **a abordagem da convergência** enraizando-a mais solidamente na criação sustentável de empregos;
- Mobilizando **recursos nacionais** adicionais, públicos e privados, afectados a estratégias coerentes de desenvolvimento num horizonte de médio e longo prazo, explorando adequadamente quer o grau de **adicionalidade dos fundos estruturais**, quer as **complementaridades com outras políticas comunitárias**, alavancando a eficácia da sua execução;
- Promovendo uma **abordagem integrada da coesão territorial**, permitindo a construção de **estratégias regionais específicas** integrando dimensões económicas, sociais e ambientais e facilitando a adopção de **modelos de governança** (qualidade e produtividade do sector público, eficácia e transparência na gestão dos fundos estruturais, dinamização das lógicas de rede e parceria) susceptíveis de permitir uma melhor apropriação da estratégia de Lisboa a nível infranacional.

Síntese elaborada por AM&A com base na Decisão do Conselho relativa às Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão – COM (2006) 386 final

Caixa 4 – O Quadro Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, desenvolvido no contexto das novas orientações e princípios da política comunitária de coesão, assume de forma explícita o reajustamento estratégico das políticas comunitárias, afirmando a renovação da política regional nacional e atribuindo “inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções pública e privadas de investimento de base territorial.

As novas orientações enquadram-se, também, em grande medida, com as lições retiradas da avaliação de resultados e impacte do QCA III em Portugal, que apontavam no sentido da programação ter sido marcada por:

- Insuficiente concentração do financiamento nos domínios-chave correspondentes aos grandes problemas de desenvolvimento do país;
- Insuficiente alinhamento dos instrumentos operacionais e dos projectos apoiados;
- Insuficiente atenção aos problemas da acção colectiva nos domínios da inovação e da valorização dos recursos humanos;
- Insuficiente atenção ao reforço da capacidade institucional da Administração Pública;
- Insuficiente enfoque na qualidade e na eficiência e sustentabilidade das operações co-financiadas;
- Subavaliação do factor tempo necessário à produção de efeitos de natureza sistémica.

O QREN surge, neste contexto, prioritariamente orientado para a promoção da qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, como factores fundamentais de desenvolvimento competitivo sustentado e equilibrado do país, das suas regiões e empresas, nas vertentes económica, sócio-cultural e de qualificação territorial.

Prioridades Estratégicas do QREN

Promover a qualificação dos Portugueses	Desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
Promover o crescimento sustentado	Através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
Garantir a coesão social	Actuando em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social
Assegurar a qualificação do território e das cidades	Traduzida em especial nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
Aumentar a eficiência da Governação	Privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação

A concretização destes desígnios estratégicos deverá assentar num modelo de programação estrutural promotor de um **aumento da eficiência, concentração e selectividade na utilização de recursos**, privilegiando a produção e sustentação de resultados e de impactos económicos, sócio-culturais e de qualificação territorial, fomentando, sempre que possível, o **desenvolvimento de parcerias público-privado**, a cooperação e o funcionamento em rede, e a deslocação do centro das prioridades para **projectos progressivamente mais integrados e estruturantes, às escalas supramunicipal, regional e nacional**.

O QREN, com base nestes desígnios e princípios, estabelece três **agendas temáticas**, organizadas de forma a incluir as seguintes grandes orientações:

- Agenda Operacional para **Potencial Humano**, apoiando a educação e formação profissional, incluindo a formação avançada, seja ao nível do emprego privado, seja ao nível do emprego público, promovendo-se, dessa forma, a coesão social, a empregabilidade e mobilidade e a igualdade de oportunidades, numa envolvente estrutural propiciadora da inovação de base empresarial e do conhecimento científico e tecnológico.
- Agenda Operacional para **Factores de Competitividade**, apoiando a I&D, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, a modernização e internacionalização empresariais, a atracção e manutenção, no espaço nacional, de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes e o reforço da eficiência, qualidade e credibilidade das instituições públicas, reduzindo-se os custos públicos de contexto e melhorando-se a eficiência colectiva e a regulação das actividades económicas e empresariais, dando-se, dessa forma, passos seguros no sentido da construção e afirmação progressivas de uma Sociedade de Informação e Conhecimento em Portugal.
- Agenda Operacional para **Valorização Territorial**, apoiando intervenções ao nível de infra-estruturas, redes e equipamentos e da capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos e em áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto.

A **organização operacional do QREN** é efectivada através de três Programas Operacionais Temáticos e Programas Operacionais Regionais, correspondentes a cada uma das NUTS II, que asseguram a prossecução, à escala regional, das prioridades temáticas relativas aos factores competitivos e à valorização territorial, numa lógica desejável de complementaridade entre estes dois níveis de intervenção operacional (nacional e regional), evitando fenómenos de concorrência e sobreposição. Os PO das Regiões Autónomas são configurados de acordo com as prioridades definidas ao nível dos respectivos Governos Regionais, sem prejuízo da coerência estratégica global do QREN.

O **modelo de governação do QREN** procura incorporar as lições da experiência dos períodos de programação anteriores valorizando, entre outros aspectos, o resultado das práticas de contratualização revelando que *“o processo de contratualização é um instrumento de robustecimento do nível supramunicipal, contribui para elevar os níveis de planeamento estratégico de nível supramunicipal e cria condições favoráveis para uma gestão mais eficaz e eficiente dos fundos comunitários”* (QREN, p.101).

O modelo de governação do QREN adapta-se igualmente aos novos objectivos e desenho operacional, atribuindo maior relevância às funções de âmbito estratégico e realçando **“as consequências relevantes na contratualização da execução de componentes da programação – que será consequentemente objecto de delegação, designadamente, em entidades da Administração Central e em Associações de Municípios.”** (QREN, p.107).

Síntese elaborada por AM&A com base do documento Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013, editado pelo Observatório do QCA III em Setembro 2007.

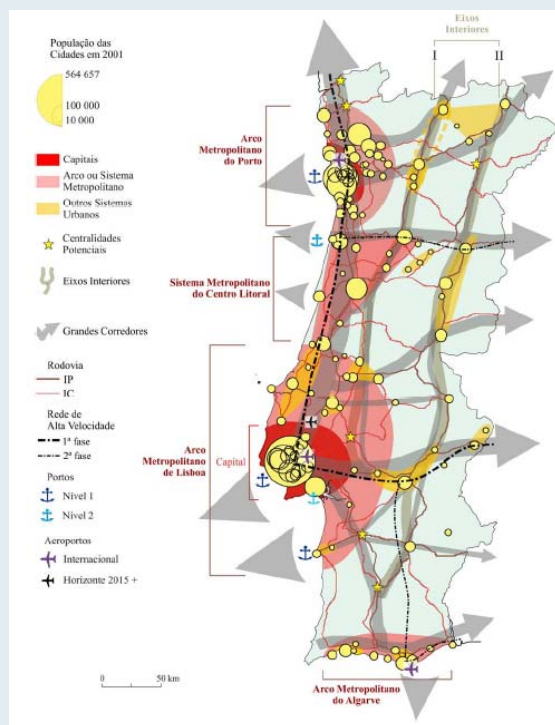
Caixa 5 – O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

No quadro do regime jurídico de gestão do ordenamento do território, o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes **instrumentos de gestão territorial**.

Tendo por base a identificação dos grandes problemas que o país enfrenta do ponto de vista do ordenamento do território, o **PNPOT** propõe uma **visão para ordenamento do território nacional no horizonte 2025** assente num conjunto de opções estratégicas a incorporar quer no **Modelo de Territorial** (ver figura ao lado) quer no **Programa de Políticas**.

O Programa de Políticas está estruturado em torno de **seis grandes objectivos estratégicos** (ver quadro seguinte) e integra um conjunto articulado de objectivos específicos e medidas que desenvolvem e concretizam a estratégia e que *“representam também um quadro integrado de compromissos das políticas com incidência territorial na prossecução dessa estratégia”*.

O PNPOT assume-se também como *plataforma de encontro e resultado de uma forte concertação de políticas sectoriais com implicação na organização e ocupação do território*.



PNPOT: Modelo Territorial do Sistema Urbano e Acessibilidades

Objectivos Estratégicos do PNPOT

Objectivo Estratégico 1	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.
Objectivo Estratégico 2	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
Objectivo Estratégico 3	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
Objectivo Estratégico 4	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
Objectivo Estratégico 5	Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
Objectivo Estratégico 6	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

As propostas apresentadas no Programa de políticas representam um comprometimento de diversos actores na *prossecução* dos objectivos estratégicos estabelecidos, o que *“confere a segurança e a estabilidade necessárias para o seu desenvolvimento através de outros instrumentos de política com incidência territorial”*.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei nº 58 de/2007 de 4 de Setembro rectificado pela declaração nº 80-A de 7/09/2007.

Caixa 6 – O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER, 2007-2013)

O **Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)**, decorre do Plano Estratégico Nacional (PEN) e da sua vertente dedicada ao Desenvolvimento Rural (DR) que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Num quadro institucional de alteração gradual da Política Agrícola Comum (PAC) que se tem vindo a processar desde 2003, importa implementar instrumentos que consubstanciem a opção de crescente liberalização da actividade no seio das fileiras do sector da agro-pecuária e floresta e de apoio e defesa do Ambiente e da Gestão do Espaço Rural.

A intervenção do FEADER no território português preocupa-se pois em explorar as áreas de competitividade agrícola e florestal não exploradas ou com potencial de crescimento nos mercados em que actuam. Paralelamente preocupa-se com a sustentabilidade ambiental destas actividades e com a defesa do património ecológico. Nesta perspectiva, a defesa do Espaço Rural, incide ainda na manutenção e fixação de pessoas através do desenvolvimento de actividades integradas nos respectivos sectores de actividade.

Assim as novas orientações deste Programa visam a concretização dos objectivos concretizados no FEADER e do PEN.

Objectivos FEADER e Nacionais do PRODER:

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano. Promover a inovação. Restruir e desenvolver o potencial físico. Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da rede Natura e outras. Proteger os recursos hídricos e o solo. Contribuir para a atenuação das alterações climáticas. Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Diversificar a economia rural. Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais
Melhorar a Governança das Zonas Rurais	Valorizar o potencial de desenvolvimento local. Desenvolver competências nas zonas rurais. Melhorar a governança local.

A **organização operacional do PRODER** é efectuada através de quatro Sub-Programas ou Eixos:

- Sub-Programa 1: **Promoção da Competitividade** - integrado no primeiro objectivo, procura reestruturar o potencial físico e humano, promover a inovação e melhorar a qualidade de produção e dos produtos agrícolas.
- Sub-Programa 2: **Gestão Sustentável do Espaço Rural** – operacionaliza os objectivos definidos no objectivo 2.
- Sub-Programa 3: **Dinamização das Zonas Rurais** – enquadrado no objectivo 3 e 4 consubstanciando-se, nomeadamente, pela iniciativa *Leader*, busca diversificar a economia rural e a melhoria de qualidade de vida e desenvolver competências nas zonas rurais
- Sub-Programa 4: **Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências** – Integrado também no primeiro objectivo, pretende aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano e promover a inovação.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa de Desenvolvimento Rural, Novembro de 2007.

Caixa 7 – A Estratégia Regional e o Programa Operacional da Região Centro

A estratégia da região Centro desenvolvida no âmbito da preparação do período de programação estrutural 2007-2013, está estruturada em torno de cinco grandes prioridades que configuram os cinco eixos estratégicos do Programa:

- **Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento:** procurando actuar na promoção do empreendedorismo, na promoção da inovação nas empresas existentes e no desenvolvimento de clusters com elevado potencial na região;
- **Eixo 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos:** intervindo em matéria de regeneração e qualificação dos centros urbanos, na promoção da competitividade das cidades, na promoção e constituição de redes e no fomento da cooperação intermunicipal como forma de valorização dos recursos e da coesão do território mas também do desenvolvimento do capital humano;
- **Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais:** reforçando estes espaços, em particular os de baixa densidade, em matéria de acessibilidades à escala local, saneamento básico e equipamentos de uso colectivo, valorizando as intervenções de natureza integrada em detrimento de investimentos pontuais e isolados;
- **Eixo 4 - Protecção e Valorização Ambiental:** em que as prioridades definidas privilegiam a protecção de zonas sensíveis, como a orla costeira, as bacias hidrográficas, a valorização de zonas com valia ambiental e a valorização de recursos dos recursos específicos da região;
- **Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional:** marcado, no essencial, por objectivos em matéria de redução de custos de contexto, através de medidas de facilitação da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local e do governo electrónico regional e local.

O PO Centro assume, naturalmente, as orientações estruturantes do QREN e o novo quadro mais exigente e complexo para a política regional com a introdução dos objectivos da Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e da Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável).

Neste sentido, prevê-se, no QREN, que a articulação entre o PO Regional e os PO Temáticos deverá ser consequência da observação do **princípio da subsidiariedade**, segundo o qual “as responsabilidades pela governação pública devem ser desempenhadas pelo nível mais baixo da organização administrativa que assegure, com eficiência e eficácia, a produção de resultados” e do **princípio da localização do benefício**, em que “as responsabilidades pela governação pública deve localizar-se nas instituições públicas correspondentes ao nível do territorial onde os respectivos benefícios – isto é, os resultados e os impactos desejados – ocorrem e têm efectiva relevância.

O PO Centro consagra estes princípios no modelo de governação quer pela via dos seus órgãos de gestão técnica, aconselhamento estratégico e direcção política, quer pela possibilidade de delegação de competências de gestão, nomeadamente em **associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as unidades de nível III da NUTS**.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Operacional da Região Centro, Setembro de 2007

O contributo dos eixos estratégicos assumidos pelo Médio Tejo e Pinhal Interior Sul no âmbito do presente Programa Territorial de Desenvolvimento para o cumprimento das orientações e dos princípios comunitários definidos em matéria de coesão sintetiza-se, por graus de intensidade, no quadro seguinte. O grau de articulação atingido, lido no contexto de uma análise de coerência entre a estratégia regional e as orientações estratégicas comunitárias para a coesão, **deve ser considerado elevado**, sobretudo pela ênfase concedida pelo Médio Tejo e Pinhal Interior Sul:

- À definição de um modelo educativo de excelência enquanto pilar de objectivos de captação de população residente, com implicações fortemente correlacionadas com o cumprimento de objectivos de criação de mais e melhor emprego (por via da densificação empresarial gerada) e de *up-grade* de conhecimentos e inovação em prol do crescimento;
- À obtenção de ganhos de competitividade regional por via das vantagens de localização empresarial do nó A1-A23, e da sua catalisação em ganhos cumulativos à atractividade da região para investir, trabalhar e sustentar a capacidade de criar mais e melhores empregos;
- À valorização competitiva do património e dos recursos endógenos existentes, dando densidade aos argumentos justificativos da atracção de investimentos e da criação de postos de trabalho, e introduzindo elementos de coesão territorial associados à valorização do retorno económico indirecto obtido por investimentos da administração local (floresta, rios, património) e traduzido, sobretudo, no aumento da projecção turística da região;
- À afirmação de uma rede urbana relevante e atractiva, onde se enquadram as diferentes temáticas de projecção de cada vila e de cada cidade da região, e cujos proveitos se lêem, sobretudo, pela sua capacidade de valorizar a dimensão territorial da coesão;
- À montagem de um sistema de governança regional forte e coerente, com capacidade de implementar as iniciativas conducentes à concretização dos objectivos fixados e de reforçar a capacidade administrativa da região.

Quadro 2.1. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e as Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão

Eixos Estratégicos Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão			
	Tornar a Europa e as suas Regiões mais atractivas para Investir e Trabalhar	Melhorar os Conhecimentos e a Inovação em Prol do Crescimento	Criar mais e melhores Empregos	Dimensão Territorial da Coesão
I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva				
II – Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional				
III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos				
IV - Educação Básica de Excelência				
V - Montagem de um Sistema de Governança Regional				

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

○ **nível significativo de consonância entre os eixos subjacentes ao Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e as prioridades estratégicas definidas no QREN**, fica patente no número significativo de contributos fortes e relevantes que se originam no cruzamento de ambas as estratégias e que se apresentam no quadro seguinte:

- as prioridades estratégicas assumidas pelo QREN associadas a “garantir a coesão social” e a “assegurar a qualificação do território e das cidades” obtêm contributos de nível forte de pelo menos dois dos eixos estratégicos definidos no Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul;
- a prioridade do QREN orientada para “promover o crescimento sustentado” obtêm contributos relevantes de todos os eixos estratégicos definidos no Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul;
- as prioridades do QREN orientadas para “promover a qualificação dos portugueses” e “aumentar a eficiência da governação” recebem contributos fortes de pelo menos um dos eixos estratégicos definidos no Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul.

Quadro 2.2. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e as Prioridades Estratégicas definidas no QREN

Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Prioridades Nacionais – QREN 2007-2013				
	Promover a Qualificação dos Portugueses	Promover o Crescimento Sustentado	Garantir a Coesão Social	Assegurar a Qualificação do Território e das Cidades	Aumentar a Eficiência da Governação
I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva					
II – Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional					
III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos					
IV- Educação Básica de Excelência					
V- Montagem de um Sistema de Governança Regional					

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A **análise de coerência efectuada entre os eixos da estratégia regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e os objectivos estratégicos do instrumento de desenvolvimento territorial PNPOT**, revela a existência de um **elevado nível de consonância**, em particular, na coerência atingida em termos da visão para o ordenamento do território. Assume-se na estratégia regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul uma coexistência de objectivos de afirmação de uma rede urbana relevante e atractiva (enquadrando as diferentes temáticas de projecção de cada vila e de cada cidade da região) com objectivos de valorização competitiva do património e dos recursos endógenos existentes, que se traduzem em contributo significativos para os objectivos estratégicos do PNPOT

relacionados com a capacidade de assegurar a equidade territorial, promovendo simultaneamente o desenvolvimento policêntrico e integrando preocupações de conservação e valorização da biodiversidade.

O objectivo estratégico do PNPT de reforçar a competitividade territorial de Portugal é, também, avolumado por via das iniciativas do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul direccionadas para a obtenção de ganhos de competitividade regional por via da afirmação da "Porta Norte" da Grande Região de Lisboa e da assumpção de objectivos de projecção de uma atractividade territorial induzida pela oferta regional de um modelo educativo de excelência.

O sistema de governança regional que se projecta implementar no Médio Tejo e Pinhal Interior Sul contribui fortemente para o cumprimento dos objectivos estratégicos do PNPT de incentivar e suportar a utilização crescente de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação por parte dos cidadãos, empresas e administração pública e, conseqüentemente, de reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial.

Quadro 2.3. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e os Objectivos Estratégicos do PNPT

Eixos Estratégicos Regionais Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Objectivos Estratégicos do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPT)					
	OE 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade (...)	OE 2 – Reforçar a Competitiv. Territorial de Portugal (...)	OE3 – Promover o desenv. Policêntrico (...)	OE4- Assegurar a equidade territorial (...)	OE5 – Expandir as redes e infra- estruturas (...)	OE6 – Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial ...
I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva						
II – Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional						
III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos						
IV- Educação Básica de Excelência						
V- Montagem de um Sistema de Governança Regional						

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

Os objectivos estratégicos definidos no âmbito do programa de desenvolvimento rural (PRODER) encontram aderência, por parte da estratégia regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, nomeadamente, por via das intervenções associadas ao Eixo 1, no âmbito da revitalização urbana dos pólos de baixa densidade, e ao Eixo 3, nos objectivos específicos relacionados com o desenvolvimento das actividades de valorização económica do património natural, estabelecidas por via de ganhos incrementais ao nível da gestão, exploração e valorização dos recursos ambientais e florestais, e também por via da implementação de medidas orientadas para a gestão, monitorização e assistência à prevenção de riscos.

Quadro 2.4. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e os Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)

Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)			
	Aumentar a Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Melhorar a governança das zonas rurais
I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva			●	
II – Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional				
III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos	●	●	●	
IV - Educação Básica de Excelência		●		●
V - Montagem de um Sistema de Governança Regional				●

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A **articulação do contributo da estratégia regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul para as prioridades estratégicas da Região Centro**, sintetizada no quadro seguinte, permite identificar os seguintes níveis parciais de contributo:

- **contributo forte dos Eixos I e III** da estratégia regional para as prioridades estratégicas da região Centro.

De acordo com os objectivos definidos no “Eixo I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva” da estratégia regional, a sua concretização permite atingir contributos fortes para as prioridades 2 e 3 do PO Centro, “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos” e “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais”.

Os objectivos assumidos no “Eixo III – Valorização Turística do património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos” da estratégia regional permitem antecipar um contributo forte para a prioridade 4 do PO Centro “Protecção e Valorização Ambiental” e um contributo relevante para as prioridades 2 e 3 do PO Centro, “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos” e “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais”.

- **contributo relevante dos Eixo II, IV e V** da estratégia regional para as prioridades estratégicas da região Centro.

De acordo com os objectivos associados ao “Eixo 2 – Afirmação das vantagens de localização empresarial como alavanca da competitividade regional” da estratégia regional, a sua concretização permite antecipar um contributo forte para a prioridade 1 do PO Centro, “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, um contributo relevante para a prioridade 2 “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas urbanos” e um contributo

também, ainda que mais difuso, para a prioridade 3 “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais”.

Os objectivos assumidos no “Eixo 4 – Educação Básica de Excelência” da estratégia regional permitem antever um contributo relevante para as prioridades 1 e 2 do PO Centro, “Competitividade, Inovação e Conhecimento” e “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas urbanos” e um contributo também positivo para a prioridade 5 “Governança e Capacitação Institucional”.

Os objectivos assumidos no “Eixo 5 – Montagem de um Sistema de Governança Regional” da estratégia regional permitem salientar o contributo potencialmente forte para a prioridade 5 do PO Centro “Governança e Capacitação Institucional”, o contributo relevante para a prioridade 2 “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos” e um contributo também positivo para a prioridade 3 “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais”.

Quadro 2.5. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e as Prioridades Estratégicas da Região Centro

Eixos Estratégicos do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Prioridades Estratégicas da Região Centro – Programa Regional 2007-2013				
	Competitividade Inovação e Conhecimento	Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	Consolidação Qualificação dos Espaços Sub-regionais	Protecção e Valorização Ambiental	Governança e Capacitação Institucional
I – Afirmação de uma Rede Urbana Relevante e Atractiva		●	●		
II – Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como Alavanca da Competitividade Regional	●	●	●		
III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos		●	●	●	
IV- Educação Básica de Excelência	●	●			●
V- Montagem de um Sistema de Governança Regional		●	●		●

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

PARTE III – PLANO DE ACÇÃO DO MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL

O plano de acção do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul constitui o instrumento de operacionalização dos eixos assumidos como estratégicos para o conjunto das duas regiões no período 2007-2013, no quadro global da visão adoptada e no âmbito mais específico da necessidade de estabelecer a sua articulação com o conjunto concreto de intervenções, físicas e imateriais, a realizar nesse período.

A preocupação de dotar o Plano de Acção de uma estrutura simples e operacional, mas que simultaneamente responda aos desafios e prioridades colocadas na estratégia, levou a que se definisse uma tipologia das intervenções (ver caixa 8) que integra os princípios orientadores para o actual período de programação estrutural, nomeadamente, em matéria de concentração, selectividade e focalização dos investimentos e acções a desenvolver. Neste sentido, procurando, igualmente, respeitar os princípios fixados para a governação do QREN (em particular o Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril) optou-se por considerar como unidade elementar de intervenção, no plano de acção, a **operação**, entendida como “cacho de projectos” que integra “**um projecto ou um grupo de projectos coerentes que permitam alcançar os objectivos do eixo prioritário a que se referem**” - cfr. alínea a) do n.º1 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro.

Paralelamente, na estruturação dos Eixos Estratégicos adoptou-se o mesmo conjunto de princípios, nomeadamente, organizando os vários eixos em torno de objectivos específicos e de **acções integradas**, entendidas estas como “**mobilizando operações de tipologias diversas de forma coerente e integrada**” e que “**propiciem fortes sinergias e uma maior escala territorial ao nível dos benefícios que produzem no território**”¹.

A estruturação dos cinco eixos estratégicos definidos para a região em objectivos específicos e acções integradas é apresentado no **Quadro 3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Médio Tejo e Pinhal Interior Sul**.

¹ Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, Orientações para a contratualização, Deliberação aprovada em 19 de Março de 2008.

Caixa 8 - Princípios e Metodologia de Organização do Plano de Acção

A metodologia de organização de planos de acção de âmbito territorial decorre do modelo adoptado para a construção das respectivas estratégias. O modelo adoptado na elaboração da estratégia regional exige a construção de um plano de acção "completo": *integrador das acções e projectos estruturantes que conduzam à prossecução dos objectivos definidos, articulando adequadamente as diferentes escalas territoriais, promovendo uma compatibilização das iniciativas dos diversos actores relevantes e valorizando decisivamente os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional como grande alavanca de coerência e integração das acções e projectos.*

O plano de acção tem subjacente a definição de uma tipologia de organização dos projectos que parte da consideração de dois factores fundamentais. O primeiro critério resulta da aplicação de uma **tipologia de promotores** que considera três universos distintos:

- **Universo da Administração Local:** em que a responsabilidade na implementação dos projectos se pode estabelecer a três níveis, sucessivamente mais abrangentes do ponto de vista da concertação supra-municipal - **municipal** (envolvendo apenas um município), **multi-municipal** (envolvendo vários municípios integrados da mesma região, mas não a sua totalidade) e **associação de municípios** (envolvendo a totalidade dos municípios integrados na região);
- **Universo da Administração Central:** em que a responsabilidade na implementação dos projectos está **integralmente** dependente de organismos centrais e desconcentrados da administração central ou de outras entidades do sector público empresarial por si tuteladas;
- **Universo privado:** em que a implementação das iniciativas é da responsabilidade de entidades não **tuteladas** por qualquer nível da administração pública.

Os projectos desenvolvidos em *parceria público-privado* foram, neste critério, considerados junto da entidade pública que integra a respectiva parceria. As *parcerias público-público* e *público privado*, nos casos de envolverem alguma entidade da administração local, foram sempre imputadas ao nível administração local territorialmente mais elevado envolvido na parceria.

O segundo critério baseou-se na definição de uma **tipologia para a escala territorial de abrangência** dos projectos, considerando a área de influência e raio de acção das intervenções. Neste critério foram definidos três níveis diferentes de raio de acção dos projectos:

- **Local:** Para os projectos cujo raio de acção não atinge, pelo menos, a totalidade de dois concelhos da região, distinguindo-se entre aqueles que são susceptíveis de organização **em rede** e de exploração de complementaridades que sejam produtoras de sinergias de âmbito regional e os projectos "isolados" que não são geradoras de complementaridade e ligação em rede;
- **Multi-Local:** Para os projectos cujo raio de acção não atinge a totalidade dos concelhos da região, mas abrange pelo menos a totalidade de dois ou mais concelhos;
- **Regional (NUTS III) ou superior:** Para os projectos que abrangem, pelo menos, a totalidade dos concelhos da região em termos dos efeitos gerados pelo projecto ou intervenção.

O cruzamento dos dois critérios acima definidos permite estabelecer a grelha seguinte e definir os diferentes **tipos de intervenções** que ocorrem no território de uma dada região e que concorrem para a concretização da estratégia adoptada.

Planos de Acção de regiões NUTS III - Tipologia de intervenções


Promotor (Principal entidade responsável pela concretização da intervenção)		Escala Territorial (Área de influência / raio de acção dos projectos)			
		Regional ou superior	Multi- local	Local	
				"Em rede"	"Isolado"
Administração Local	Assoc. Municípios	A	0	0	0
	Multi-municipal		C	0	0
	Municipal	B		D1	D
Administração Central		E		D2	
Privados		F			

0 – Situações com forte probabilidade de não registar qualquer tipo ocorrência

Tendo por base a grelha anterior identificam-se 7 grandes grupos de projectos:

- **Tipo A - Projectos Regionais** (projectos com escala territorial regional, promovidos pela associação de todos os municípios ou de, pelo menos, vários municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo B - Projectos Regionais** (projectos com escala territorial regional, promovidos por um município da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo C - Projectos Multi-locais** (projectos com escala territorial que abrange vários municípios da região e promovidos por um ou mais municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo D - Projectos Locais "em rede"** (projectos com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho e que são susceptíveis de articulação em rede, promovidos pelo respectivo município (D1) ou pela administração central (D2), podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com outras entidades da administração pública ou agentes privados);
- **Tipo E - Projectos Regionais** (projectos com escala territorial regional ou multi-local, promovidos pela administração central, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com agentes privados);
- **Tipo F - Projectos Privados** (projectos promovidos por entidades privadas sem qualquer parceria com entidades do universo das administrações públicas);
- **Tipo G - Projectos Locais "isolados"** (projectos com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho da região promovidos pelo respectivo município ou pela administração central).

A natureza da iniciativa fez **restringir o âmbito de cobertura do plano de acção às intervenções de tipo A a E**, não incluindo por isso as iniciativas privadas nem as operações de área de influência local que não são susceptíveis de integração e gestão em rede.

Finalmente, introduziu-se ainda uma diferenciação para as intervenções que se consideram fundamentais para a prossecução da visão e opções definidas no sentido em que actuam sobre os principais domínios diferenciadores da estratégia ou sobre áreas em que a necessidade de intervenção é maior face ao ponto de partida e aos objectivos que se pretendem alcançar. Estas intervenções, consideradas como **operações âncora** , geram sinergias e efeitos de arrastamento a montante e jusante sobre outras intervenções, potenciando claramente diversos objectivos específicos.

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial - v.2.0.

Quadro 3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

EIXO I Afirmar uma Rede urbana Atractiva	Obj. 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos
	a) Requalificação e Revitalização dos Espaços Centrais dos Pólos Urbanos
	b) Consolidação e Desenvolvimento de Parques Urbanos em torno dos rios e seus afluentes
	c) “Vida Activa” – Rede de Equipamentos e Serviços Desportivos, Culturais e de Lazer, Infra-estruturas Ambientais e “Espaços Verdes”
	d) Dinamização da Atractividade dos pólos Urbanos de Baixa Densidade
	Obj. 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida
	a) Serviços, Redes e Equipamentos Sociais e de Saúde
	b) Promoção de Ofertas Equilibradas e diversificadas de Habitação
	c) Qualificação e Monitorização da Rede e Serviços de Saneamento Básico e Abastecimento de Água Potável
	Obj. 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos
a) Mobilidade Intra-Regional (Operadores e Serviços)	
b) Organização das Conexões Exteriores Estruturantes da Região	
c) Redes de Mobilidade Intra-Regional (infra-estruturas)	
EIXO II Afirmar as Vantagens de Localização Empresarial como alavanca de Competitividade Regional	Obj. 4 – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das actividades económicas
	a) Estruturação da “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa
	b) Sistema pró-activo de Promoção, Captação e Acolhimento de Investimento Empresarial e promoção do empreendedorismo
	Obj. 5 – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada
	a) Mobilização do Conhecimento e da Tecnologia para a Inovação Empresarial
b) Desenvolvimento do Capital Humano e Formação Avançada de Competências	
EIXO III Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos	Obj. 6 – Desenvolvimento das Actividades de Valorização Económica do Património Natural
	a) Gestão, exploração e valorização dos recursos ambientais e florestais
	b) Gestão, Monitorização e Assistência à Prevenção de Riscos
	c) Limpeza e conservação dos cursos de água
	d) Promoção do escoamento de produtos e montagem de redes de distribuição
	Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património
	a) Património histórico, Arquitectónico e Religioso
	b) Património Natural e Turismo de Natureza (Parques Temáticos e Rotas Turísticas)
	c) Museologia em Rede
	d) Dinamização de Parcerias para a Expansão da Oferta de hotelaria e Serviços Turísticos
e) Modernização de zonas balneares	
Obj. 8 – Dinamização integrada das Actividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição)	
a) Parcerias para o Empreendedorismo de Base Cultural	
EIXO IV Educação Básica de Excelência	Obj. 9 – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atractivos
	a) Promover a oferta de um Ensino Básico de Excelência
	b) Criação de uma Geração muito competente na utilização das TIC aprofundando o “Médio Tejo Digital”
EIXO V Sistema de Governança Regional	Obj. 10 – Montagem de um Sistema de Governança Regional
	a) Capacitação institucional e marketing Territorial
	b) Eficiência e Simplificação Administrativa

A apresentação detalhada das várias **acções integradas** e **operações**, organizada por objectivos específicos e eixos estratégicos, é efectuada, seguidamente, através de **Fichas** que englobam um conjunto de elementos que identificam e caracterizam as várias acções e intervenções a desenvolver no âmbito do plano de acção.

A ficha relativa a cada uma das **acções integradas** inclui a identificação das operações, respectiva tipologia, identificação das operações âncora e actores com nível de compromisso explícito na realização das intervenções. Complementando, a avaliação de coerência e relevância efectuada no ponto II.2, efectua-se, igualmente, para cada acção, a avaliação do *“nível de integração e de sinergias enquadráveis nas diversas agendas do QREN”*, com os programas de cooperação territorial, os princípios de *Orientação Comunitária para a Política de Coesão* e os objectivos do *PRODER*, bem como a sua articulação com o *PNPOT*.

Para cada uma das operações incluídas numa acção integrada é apresentada a respectiva **Ficha de Operação**, que inclui a designação, a tipologia da operação segundo a metodologia apresentada na caixa 8, a área de influência, prioridade, o conjunto dos beneficiários (promotores) directos, o montante de investimento previsto, a calendarização, a prioridade da intervenção, bem como uma pequena memória descritiva que, nos casos das operações mais complexas, inclui ainda uma referência às principais intervenções a realizar. Uma vez que uma operação pode envolver várias intervenções é apresentado, igualmente, sobre a forma de um gráfico, as prioridades das diversas iniciativas incluídas na operação. A ficha de operação termina com uma referência aos instrumentos de política enquadráveis no Programa Operacional Regional que serão susceptíveis de enquadrarem as operações a desenvolver.

OBJECTIVO GERAL Afirmar uma **rede urbana atractiva e diversificada**, seja organizando a **constelação urbana do Médio Tejo** como “cidade média” relevante à escala nacional, seja cuidando da **qualidade de vida** nos **pólos** de menor dimensão e mais **baixa densidade**, suportada por uma efectiva “**mobilidade policêntrica**”, de residentes, trabalhadores, empresários, profissionais, estudantes e visitantes, capaz de acelerar a disseminação e o usufruto de ofertas de equipamentos, serviços e actividades resultantes da prioridade concedida à densificação de espaços de consumo valorizadores da cultura e da criatividade, à dinamização de propostas inovadoras de vida activa e de convívio com uma natureza conservada e à garantia de acesso aos serviços de interesse geral.

Objectivos Específicos

- **Requalificação e desenvolvimento complementar de centros urbanos**, nos aspectos determinantes do **fomento de um policentrismo** legitimado pelo espaço de afirmação dos respectivos elementos de homogeneidade (requalificação e revitalização dos espaços centrais dos pólos urbanos, em “Centros Históricos ordenados”) e de especificidade (consolidação e desenvolvimento de parques urbanos em torno de rios, nas “Cidades com Água”), e para a **qualificação coerente da rede de centros urbanos** da região (densidade em serviços, comércio e ofertas de lazer; infraestruturas ambientais, equipamentos e espaços verdes para a vida activa).
- **Redução voluntarista dos desfasamentos** ainda existentes, entre pólos urbanos e rurais, no **acesso das populações**, em quantidade e qualidade, às **redes de equipamentos e serviços** que garantem a **satisfação das suas necessidades básicas**, numa perspectiva moderna e dinâmica, fomentando as condições de viabilidade dos pólos de baixa densidade da região.
- **Densificação e implementação de modelos articulados de funcionamento das redes de equipamentos e serviços** de atractividade urbana para o mais “Novos” e os mais “Velhos”, com base em acções concertadas na rendibilização de equipamentos e serviços (em especial nas áreas da acção social e da saúde) e prosseguindo objectivos de melhoria da qualidade de vida dos diferentes segmentos populacionais (promoção de ofertas equilibradas e diversificadas de “habitat”; programas ocupacionais para os mais “velhos”).
- **Mobilidade regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da rede de pólos urbanos**, quer na organização das **conexões exteriores estruturantes da região**, quer na **promoção da mobilidade intra-regional** (infraestruturas, operadores e serviços), articulando a requalificação da rede de estradas regionais e intra-concelhias com o desenvolvimento dos eixos regionais estruturante e o alargamento das opções de intermodalidade para pessoas e mercadorias.

EIXO I		Obj. 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos																			
Acção Integrada	a) Requalificação e Revitalização dos Espaços Centrais dos Pólos Urbanos																				
	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>																		
A.01.01	Constelação Urbana do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul - Reforçar a representatividade da Sub-Região do Médio Tejo pela Valorização dos Centros Urbanos	A																			
B.01.02	Acção integrada de valorização dos espaços centrais dos pólos urbanos do município de Abrantes	B																			
B.01.03	Melhoria das condições de vivência urbana no concelho do Entroncamento – espaços verdes e equipamentos culturais	B																			
B.01.04	Acção integrada de valorização urbana – Fátima 2017	B																			
B.01.05	Acção integrada de valorização dos espaços centrais dos pólos urbanos de Ourém	B																			
B.01.06	Acção integrada de valorização dos espaços centrais dos pólos urbanos de Tomar	B																			
B.01.07	Valorização da centralidade do centro histórico de Torres Novas	B																			
D.01.08	Requalificação de espaços públicos adjacentes e complementares aos pólos centrais dos pólos urbanos do Médio Tejo	D1																			
D.01.09	Valorização e Requalificação Urbanística	D1																			
D.01.10	Preservação do Património Histórico e Arquitectónico dos Centros Urbanos	D1																			
D.01.11	Corredores e Espaços Verdes	D1																			
Actores Envolvidos:	Comunidade Urbana do Médio Tejo, Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, Administração Central e outras Entidades Públicas e Privadas																				
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>Potencial Humano</td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>Factores de Competitividade</td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>Valorização Territorial</td> <td><input checked="" type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>Cooperação Territorial</td> <td><input type="radio"/></td> </tr> </table>		Potencial Humano	<input type="radio"/>	Factores de Competitividade	<input type="radio"/>	Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>	Cooperação Territorial	<input type="radio"/>	Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 – Competitividade e Inovação</td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos</td> <td><input checked="" type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td> <td><input checked="" type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td> <td><input checked="" type="radio"/></td> </tr> </table>		E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>	E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input checked="" type="radio"/>	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input checked="" type="radio"/>	E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input type="radio"/>	E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input checked="" type="radio"/>
Potencial Humano	<input type="radio"/>																				
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>																				
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>																				
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>																				
E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>																				
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input checked="" type="radio"/>																				
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input checked="" type="radio"/>																				
E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input type="radio"/>																				
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input checked="" type="radio"/>																				
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E 1 <input type="radio"/></td> <td>E 2 <input type="radio"/></td> <td>E 3 <input checked="" type="radio"/></td> <td>E 4 <input checked="" type="radio"/></td> </tr> </table>		E 1 <input type="radio"/>	E 2 <input type="radio"/>	E 3 <input checked="" type="radio"/>	E 4 <input checked="" type="radio"/>	Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>O1 <input type="radio"/></td> <td>O2 <input type="radio"/></td> <td>O3 <input checked="" type="radio"/></td> <td>O4 <input checked="" type="radio"/></td> <td>O5 <input type="radio"/></td> <td>O6 <input type="radio"/></td> </tr> </table>		O1 <input type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input checked="" type="radio"/>	O4 <input checked="" type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input type="radio"/>								
E 1 <input type="radio"/>	E 2 <input type="radio"/>	E 3 <input checked="" type="radio"/>	E 4 <input checked="" type="radio"/>																		
O1 <input type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input checked="" type="radio"/>	O4 <input checked="" type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input type="radio"/>																
Relação forte		Relação relevante																			
<input type="radio"/>		Relação fraca																			

Constelação Urbana do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul - Reforçar a representatividade da Sub-Região do Médio Tejo pela Valorização dos Centros Urbanos

A.01.01

A

A operação consiste num conjunto integrado de iniciativas conducentes à concretização dos objectivos definidos pela Comunidade Urbana do Médio Tejo no âmbito do reforço da representatividade da região por via da valorização dos seus centros urbanos, nomeadamente:

- Proceder ao lançamento do concurso para a Elaboração do Estudo “Médio Tejo - Cidades com Água”;
- Incrementar Dinâmicas de Especialização e Complementaridade Urbana no Médio Tejo;
- Desenhar uma Estrutura Urbana mais Policêntrica;
- Coordenar a implementação de um modelo de articulação das iniciativas a desenvolver com o objectivo de promover a atracção e a fixação de pessoas e empresas para a região, nomeadamente, envolvendo:
 - a articulação das estratégias municipais de ordenamento e gestão do território, visando a melhoria da qualidade de vida e a manutenção do equilíbrio ambiental;
 - o desenvolvimento de um modelo de articulação e de coordenação na gestão dos equipamentos colectivos e das infra-estruturas, visando aumentar a eficiência na programação e realização dos investimentos de âmbito concelhio e o reforço da eficácia social dos equipamentos colectivos;
 - o reinventar da escola como espaço de saber e conhecimento, qualificando o ensino básico e garantindo um sistema de ensino de excelência;
- Definir uma Estratégia para a Recuperação do Parque Habitacional Degradado / Núcleos Antigos;
- Assegurar Funções Avançadas à Área Metropolitana de Lisboa;
- Promover o Comércio;
- Promover um Modelo Territorial Dinâmico face às Especialidades Urbanas, Estratégias e Espírito de Missão Intermunicipal já existente.



Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Redes urbanas para a competitividade e a inovação;

Acção integrada de valorização dos espaços centrais dos pólos urbanos do município de Abrantes

B.01.02

B

O objectivo assumido por Abrantes, de reinventar física e funcionalmente o seu Centro Histórico, exige a requalificação urbana e melhoria das condições de ordenamento, mobilidade e acesso em torno dos espaços centrais originadores de maiores fluxos de circulação, nomeadamente em torno:

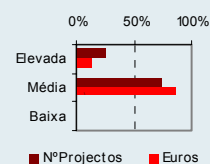
- do Castelo de Abrantes e Torre de Menagem, incluindo a requalificação do ex-libris Jardim do Castelo e a criação de bolsa de estacionamento como sala de acolhimento dos visitantes e que permitirá resolver problemas de estacionamento a Nordeste do centro histórico;
- do Centro Histórico, promovendo o acesso facilitado dos seus visitantes e utentes, em particular, dos espaços de circulação e acesso ao Hospital de Abrantes e à Escola Preparatório EB 2,3 D. Miguel de Almeida (1ª fase);
- da Estação Ferroviária de Abrantes, pretendendo-se numa parceria CMA/REFER, a requalificação urbana do espaço envolvente à Estação Ferroviária, com ordenamento adequado de estacionamento e acessos e criação de um bom corredor de circulação automóvel. Trata-se da requalificação de uma das principais portas de entrada na cidade.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.500.000 €

“Centro Histórico – a Identidade Urbana de Abrantes”

Abrantes assumiu, há já alguns anos, o Centro Histórico como peça fundamental da sua identidade urbana, um espaço crucial para a vivência da cidade e um activo incontornável para quem a visita.

Para além da obra física, onde avulta o esforço de qualificação do espaço público que tem sido levado a cabo nos últimos anos no Centro Histórico, há a salientar a consolidação progressiva de uma cultura colectiva de intervenção, envolvendo os diversos actores relevantes para a vida da Cidade.

O balanço das intervenções levadas a cabo ao longo da última década no centro Histórico, considerado globalmente positivo, reflecte uma trajectória consistente de actuação, cujas principais frentes de realização podem ser agrupadas em torno de 4 domínios estruturantes:

- recomposição do *mix* funcional;
- melhoria das condições de circulação e estacionamento;
- requalificação infra-estrutural e do espaço público;
- dinamização de actividades comerciais e culturais.

Não obstante os resultados que se têm atingido, é patente que subsiste um conjunto significativo de desafios a que importa dar uma resposta qualificada e qualificante, de forma inovadora e diferenciada, de cuja apreensão pela iniciativa privada resulta a implementação de projectos privados que complementam e reforçam as intervenções assumidas pela Autarquia, como por exemplo, o projecto em curso de recuperação funcional do edifício do Mercado Diário, por forma a dotá-lo de valências comerciais, habitacionais e de serviços. As intervenções referidas constituem-se de grande pertinência para a prossecução do desiderato de *upgrading* físico e funcional do Centro Histórico de Abrantes.



Castelo de Abrantes

Promotor/Parceiros: Município de Abrantes, REFER e outras entidades públicas e privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local; Património Cultural

Melhoria das condições de vivência urbana no concelho do Entroncamento – espaços verdes e equipamentos culturais

B.01.03

B

A necessidade de ultrapassar algumas debilidades que ainda persistem na vivência urbana do concelho do Entroncamento torna imperativa a oferta de espaços de lazer ao ar livre, a oferta de soluções culturais mais abrangentes e diversificadas, e a requalificação urbana das suas freguesias, nomeadamente através:

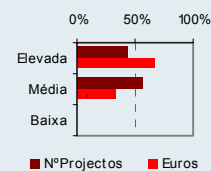
- Requalificação do Parque do Bonito;
- Ciclovias nas freguesias de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista;
- Construção da Biblioteca Municipal;
- Remodelação e modernização do Cine-teatro S. João;
- Requalificação urbana das freguesias de Nossa Senhora de Fátima e de S. João Baptista.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
25.330.000 €

“O crescimento populacional do Entroncamento”

Os fortes crescimentos populacionais da cidade do Entroncamento, sem paralelo noutras zonas do país, têm levado a uma densificação das áreas construídas e da circulação automóvel, sacrificando progressivamente a qualidade de vida da população local. Este facto é agravado por se tratar de uma cidade extremamente plana, onde a circulação do ar é muito reduzida, dificultando a dispersão de poluentes e a renovação do ar. Torna-se por isso urgente a implementação de soluções que contribuam para a valorização da qualidade do ambiente urbano, com propostas concretas que fomentem a criação de novos espaços verdes de recreio e lazer (para uma população sempre em crescimento e com falta de espaços de descompressão), a criação de corredores verdes (que contribuam para o reforço da circulação do ar, da sua qualidade e de uma amenização climática), criação de infraestruturas de circulação pedonal e ciclista (que contribuam para o fomento da utilização de transportes alternativos não poluentes – tarefa facilitada por se tratar de uma cidade plana). Torna-se imprescindível, assim, implementar **ciclovias nas freguesias de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista** e concretizar o projecto do **Parque do Bonito**.

Sendo um dos concelhos mais jovens do País, no capítulo da oferta de espaços dedicados à cultura e lazer, mostra-se imprescindível a **construção da Biblioteca Municipal** e a **realização de obras de remodelação e modernização do edifício do Cine-Teatro**, dotando a cidade de equipamentos fundamentais na estruturação da oferta cultural do município, aproveitando a oportunidade para modernizar o actual equipamento existente.

No seguimento da divisão do concelho em duas freguesias, torna-se urgente a reabilitação urbana das artérias, largos e praças destas freguesias que se encontram em mais avançado estado de degradação. Para isso efectuou o levantamento da situação e identificou os projectos que necessitam intervenção urgente (30 projectos em Nossa Senhora de Fátima e 18 projectos em São João Baptista).



Parque do Bonito

Promotor/Parceiros: Município do Entroncamento com parceria público-privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local; Património Cultural

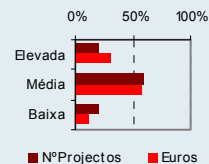
A implementação de uma acção integrada de valorização urbana, global e coerente, da cidade de Fátima, visa aumentar a atractividade da cidade, quer para os seus habitantes quer para os seus inúmeros visitantes.

Esta intervenção será desenvolvida pela SRU da Cova da Iria (Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M.) e incorpora iniciativas de requalificação da envolvente da Igreja da Santíssima Trindade (em fase de desenvolvimento), recuperação do centro urbano, reestruturação da circulação viária da cidade, requalificação das vias de acesso, criação e ampliação de zonas pedonais, requalificação dos parques de estacionamento, melhoria do mobiliário urbano e iluminação pública, requalificação da aldeia de Aljustrel e a sua ligação pedonal ao Santuário de Fátima.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
64.306.187€*

A operação está dividida em 5 áreas de intervenção:

- Requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva;
- Requalificação da aldeia de Aljustrel;
- Requalificação do centro urbano de Fátima;
- Requalificação das vias de entrada em Fátima;
- Outras requalificações.



Promotor/Parceiros: Município de Ourém e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local

* Nota: 25% do custo estimado corresponde a intervenções privadas e da administração central.

Acção integrada de valorização dos espaços centrais dos pólos urbanos de Ourém

B.01.05

B

A implementação de uma acção de valorização e requalificação do espaço urbano da Sede do concelho de Ourém envolve, essencialmente, acções que privilegiam:

- a valorização do edificado;
- a pedonização de algumas artérias;
- a construção de áreas verdes de lazer;
- a melhoria do mobiliário urbano e iluminação pública e reforço do estacionamento urbano.

Entre as áreas de intervenção prioritária previstas na operação de reabilitação urbana de Ourém encontra-se a requalificação da Rua Castela, a requalificação Urbana da EN 113 até ao limite urbano da cidade de Ourém e a requalificação Urbana da EN 349 até ao limite urbano da cidade de Ourém.

Prioridade da Operação:

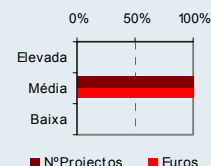


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
7.500.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Município de Ourém e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local

Acção integrada de valorização dos espaços centrais e patrimoniais do Centro Histórico de Tomar

B.01.06

B

Esta operação integra-se no objectivo mais vasto assumido pelo município de Tomar, de promover a identidade e unicidade histórica do património constituído pelo conjunto do Convento de Cristo, Mata dos Sete Montes (Cerca Conventual), Núcleo Histórico da Cidade de Tomar e zona envolvente ao Rio Nabão.

Nesta operação incluem-se, nomeadamente, as seguintes intervenções:

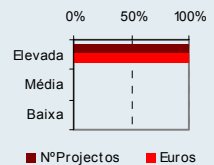
- Requalificação da Mata do Convento. A Mata em causa encontra-se na envolvente ao Convento de Cristo e faz a ligação entre o centro histórico da cidade e o castelo. Com a requalificação da Mata do Convento pretende-se devolver à cidade um espaço por excelência que outrora era utilizado para lazer, para a prática de desporto e para o convívio entre gerações;
- Reabilitação urbana do Centro histórico da Cidade de Tomar (1ª Fase), com intervenções no sentido de dotar as áreas abrangidas (nomeadamente, os arruamentos no Largo do Pelourinho, na Rua dos Moinhos, na Rua Joaquim Jacinto, na Rua Pé da Costa de Baixo, bem como a respectiva ligação às ruas associadas) com zonas de estacionamento bem delimitadas, proceder à rectificação da superfície do referido arruamento, dotação em termos de redes estruturantes de esgotos residuais e pluviais, da responsabilidade dos SMAS, e também das infra-estruturas de subsolo necessárias para electricidade e comunicações;
- Reabilitação urbana do Centro histórico da Cidade de Tomar (2ª Fase), com intervenções no sentido de dotar as áreas abrangidas (nomeadamente, os arruamentos na Rua Aurora Macedo, na Rua Pedro Dias / Rua do Teatro, bem como a respectiva ligação às ruas associadas) com zonas de estacionamento bem delimitadas, proceder à rectificação da superfície do referido arruamento, dotação em termos de redes estruturantes de esgotos residuais e pluviais, da responsabilidade dos SMAS, e também das infra-estruturas de subsolo necessárias para electricidade e comunicações.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
3.700.000 €*

“Centro Histórico de Tomar” – a articulação com o património mundial do Convento de Cristo

A articulação de iniciativas conducentes à afirmação de uma relação de maior visibilidade entre o Convento de Cristo, a cidade de Tomar e o seu centro histórico (por via de uma necessária reabilitação dos espaços públicos centrais), será determinante para alcançar o objectivo de trazer à cidade mais de cem mil visitantes/ano que, actualmente, se deslocam a Tomar quase exclusivamente para visitar o Convento de Cristo.



Rua da Corredora, no Centro histórico de Tomar

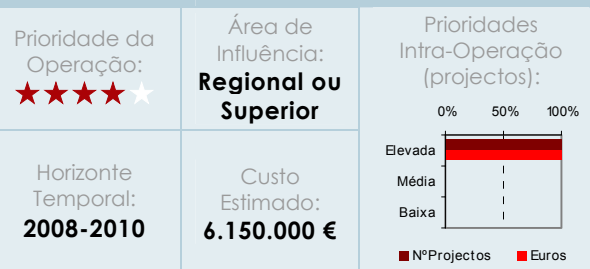
Promotor/Parceiros: Município de Tomar e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local; Património Cultural

* Nota: 34% do custo estimado corresponde a intervenções da Administração Central

Enquadrada na estratégia de desenvolvimento definida pelo município de Torres Novas, esta operação engloba as intervenções centradas num dos objectivos fixados, de inculir uma centralidade mais nítida e visível ao centro histórico de Torres Novas. Destacam-se, nomeadamente:

- Intervenções na Praça 5 de Outubro e Largo General Baracho;
- Promoção da facilidade de acessos através da eliminação de Barreiras Arquitectónicas;
- Remodelação do Convento do Carmo, em protocolo com o Ministério da Justiça.



As intervenções na Praça 5 de Outubro integram-se num projecto alargado de conservação e qualificação do centro histórico da cidade de Torres Novas, onde estão previstas iniciativas de responsabilidade da administração local, cujo impacto despoletará iniciativas paralelas de âmbito privado, com repercussões económicas, na medida em que é uma área de elevada concentração de serviços. A requalificação visa o arranjo urbanístico e paisagístico destes largos conferindo a este conjunto o papel de "eixo cívico" da cidade. A requalificação da Praça 5 de Outubro promoverá a criação de um verdadeiro Rossio, projectado no sentido de se tornar a "sala de estar" da cidade. No Largo General Baracho, prevê-se que o espaço, hoje ocupado pelo edifício "Garagem dos Claras" (que será demolido) venha a ser devolvido aos cidadãos sob a forma de uma ocupação mais nobre e apelativa de estada por parte da população.

A centralidade desta zona histórica da cidade de Torres Novas, para ser efectivamente partilhada por todos os cidadãos, deve permitir que os acessos e a mobilidade sejam facilitados para todos. Possuidora de um estudo identificador de barreiras arquitectónicas e respectivos projectos de correcção na zona histórica da cidade, a autarquia propõe-se a corrigi-las e a proporcionar às pessoas com limitações físicas maior mobilidade na cidade.

A Câmara Municipal pretende alargar este espaço de centralidade histórica, deslocalizando os actuais Paços do Concelho (próximos das muralhas do Castelo e do Centro Histórico) para o edifício do Convento do Carmo – Antigo Convento do Carmo, Mosteiro de S. Gregório dos frades carmelitas calçados –, que poderá ser recuperado e adaptado para um edifício municipal para instalar os serviços da Câmara Municipal (Paços do Concelho) e eventualmente serviços desconcentrados da Administração Central.

Turris XXI – Cidade Criativa” – um projecto global com diversas intervenções temáticas

O Centro histórico de Torres Novas está na génese da estratégia da proposta “Turris XXI – Cidade Criativa”, sendo o Castelo e o Rio Almonda, as alavancas de toda a lógica global do projecto. Assume-se enquanto projecto global e concertado, no sentido de requalificar o património da Cidade e de o enriquecer com novas estruturas e iniciativas, onde as indústrias criativas, a memória escrita, arqueológica e edificada, e onde as novas tecnologias terão um papel estruturante, gerando um ambiente de agitação e diversidade cultural capaz de dinamizar uma economia criativa.



Praça 5 de Outubro

É um projecto que incorpora diversas vertentes de actuação, onde se inclui a necessidade urgente de recuperar o património histórico e cultural da Cidade de Torres Novas, numa acção integral e continuada sobre um conjunto de espaços e edifícios municipais de referência.

Promotor/Parceiros: Município de Torres Novas e Outras Entidades Públicas e Privadas, envolvendo protocolo com o Ministério da justiça, CRIT e com associações locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local; Património Cultural

Requalificação de espaços públicos adjacentes e complementares aos pólos centrais dos pólos urbanos do Médio Tejo, em Tomar

D.01.08

D1

A operação inclui intervenções com vista à melhoria do ambiente urbano nos espaços complementares do centro histórico de Tomar, envolvendo nomeadamente:

- Remodelação do espaço público da Várzea Grande, dotando a zona em causa de estruturas (estacionamento, circulação e mobilidade) que melhorem a qualidade de vida e a mobilidade da população.
- Requalificação da Encosta das Maias, visando dignificar e melhorar as condições do espaço (dentro da cidade) que se encontra na continuidade do Núcleo Histórico e da Mata do Convento.
- Requalificação da Ponte pedonal dos Lagares d'el Rei e do logradouro da Rua da Fábrica da Fiação e requalificação das ruas envolventes, reorganizando o espaço, definindo-o com materiais perenes e de boa qualidade, de modo a permitir uma melhor e mais segura utilização pelas pessoas, uma melhor circulação e estacionamento automóvel, a dotação das redes estruturantes de esgotos, a colocação de mobiliário urbano adequado e ainda, uma arborização razoável.
- Arranjos Exteriores do Bairro da Choromela, dotando a zona habitacional de espaços de lazer e de condições para o estacionamento de viaturas e para a circulação de pessoas.

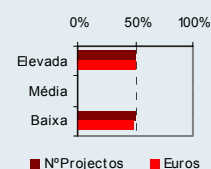
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.664.331€

Promotor/Parceiros: Município de Tomar

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Valorização e Requalificação Urbanística

D.01.09

D1

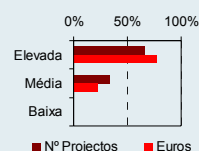
A operação consiste num conjunto de intervenções urbanísticas ao nível da requalificação profunda da melhoria da mobilidade criando espaços urbanos sem condicionamentos, onde se incluem:

- O alargamento da avenida Adelino Amaro da Costa passando a uma via dupla com separador e o ordenamento das áreas envolventes.
- Intervenção profunda em todas as infra-estruturas da via urbana "Rua da República", das quais se destacam a rede de águas de consumo e de incêndios, rede de águas residuais, domésticas e pluviais, rede de abastecimento de gás, de energia eléctrica e iluminação pública, rede de telefones, rede viária e sinalização vertical e horizontal.
- Requalificação de duas áreas centrais nas vilas de Proença-a-Nova (PN) e Sobreira Formosa (SF) prevendo-se a renaturalização do Ribeiro de Santa Margarida e a requalificação de toda a área envolvente em Proença-a-Nova e requalificação do largo da devesa e espaços contíguos em Sobreira Formosa. Estas intervenções, caracterizam-se por alguns aspectos comuns, desde logo, requalificar áreas nucleares nas duas localidades, conseqüentemente a criação de dois espaços de convívio em que se promove a comunhão das pessoas e com a introdução de pequenos edifícios sejam pontos referenciais para a informação e divulgação das potencialidades e do que oferece o concelho e a própria região. Estas intervenções, vão para lá do mero conceito de construção de praças, uma vez que estão subjacentes a elas critérios de mobilidade, informação, cultura e sustentabilidade.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
5.210.000 €



Planta de Arquitectura do Projecto de Execução



Localização da intervenção 1 (PN)



Localização da intervenção 2 (PN)



Localização da intervenção 1 (SF)



Localização da intervenção 2 (SF)

Promotor/Parceiros: Municípios de Mação e Proença-a-Nova

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local

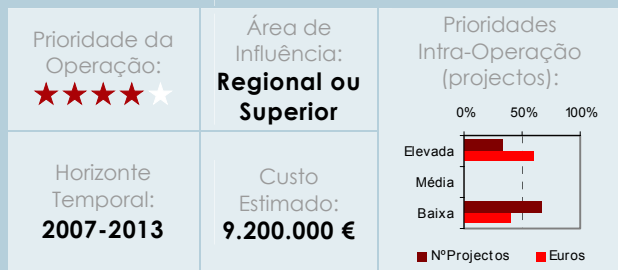
Preservação do Património Histórico e Arquitectónico dos Centros Urbanos		D.01.10	D1												
<p>Pretende-se restaurar e modernizar um conjunto de edifícios e infra-estruturas emblemáticas bem como preservar e requalificar zonas históricas e património cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Restauro e modernização do edifício emblemático do Cine-Teatro como principal pólo cultural e recreativo do Concelho de Mação. • Requalificação Espaço Público – Coreto através da construção de um espaço que faça reviver as memórias do passado, com uma utilização actual, dinâmica e diversificada do presente. • Requalificação da zona histórica da Vila da Sertã e do espaço Público “Padre António Figueiredo” em Mação. • Requalificação urbana da sede do concelho de Vila de Rei, com especial destaque para a reabilitação de diversas edificações por forma a preservar o património cultural do Município interligando a zona histórica da Vila com a nova área de equipamento. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 2.751.910 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"> <caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption> <thead> <tr> <th>Prioridade</th> <th>Nº Projectos (%)</th> <th>Euros (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elevada</td> <td>~10%</td> <td>~10%</td> </tr> <tr> <td>Média</td> <td>~50%</td> <td>~50%</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>~40%</td> <td>~40%</td> </tr> </tbody> </table>	Prioridade	Nº Projectos (%)	Euros (%)	Elevada	~10%	~10%	Média	~50%	~50%	Baixa	~40%	~40%
Prioridade	Nº Projectos (%)	Euros (%)													
Elevada	~10%	~10%													
Média	~50%	~50%													
Baixa	~40%	~40%													
<p>Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Sertã e Vila de Rei, com possível participação de algumas entidades e colectividades locais</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Património Cultural</p>															

Corredores e Espaços Verdes		D.01.11	D1												
<p>A criação, preservação e promoção dos espaços verdes e sua inserção numa estrutura ecológica municipal, constituem peças vitais de gestão ambiental e planeamento estratégico municipal. Pretende-se nesta operação promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A interligação de espaços e a criação de corredores ecológicos bem como um maior número de espaços verdes públicos. • A requalificação das rotundas e a modernização de alguns equipamentos urbanos existentes nos concelhos. • A criação de zonas de lazer, aprazíveis e “verdes” na envolvente de alguns edifícios públicos. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 526.060 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"> <caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption> <thead> <tr> <th>Prioridade</th> <th>Nº Projectos (%)</th> <th>Euros (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elevada</td> <td>~10%</td> <td>~10%</td> </tr> <tr> <td>Média</td> <td>~50%</td> <td>~50%</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>~40%</td> <td>~40%</td> </tr> </tbody> </table>	Prioridade	Nº Projectos (%)	Euros (%)	Elevada	~10%	~10%	Média	~50%	~50%	Baixa	~40%	~40%
Prioridade	Nº Projectos (%)	Euros (%)													
Elevada	~10%	~10%													
Média	~50%	~50%													
Baixa	~40%	~40%													
<p>Promotor/Parceiros: Municípios de Oleiros e Vila de Rei</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Acções de valorização e qualificação ambiental</p>															

EIXO I		Obj. 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos	
Acção Integrada	b) Consolidação e Desenvolvimento de Parques Urbanos em torno do Tejo e seus afluentes		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.01.12	Valorização das margens ribeirinhas do Tejo em Abrantes e Parques Urbanos		
B.01.13	Parques Urbanos e Zonas Ribeirinhas do Tejo em Vila Nova da Barquinha		
B.01.14	Parques Urbanos e Zonas Ribeirinhas do Tejo e Zêzere em Constância		
B.01.15	Parques Urbanos e Zonas Ribeirinhas do Nabão em Tomar		
B.01.16	Parques Urbanos e zonas ribeirinhas do Almonda em Torres Novas		
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul bem como outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano	<input type="radio"/>	E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>	E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input checked="" type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>	E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input checked="" type="radio"/>
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input type="radio"/>
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	<input type="radio"/>	O1	<input checked="" type="radio"/>
E2	<input checked="" type="radio"/>	O2	<input type="radio"/>
E3	<input type="radio"/>	O3	<input type="radio"/>
E4	<input type="radio"/>	O4	<input type="radio"/>
		O5	<input type="radio"/>
		O6	<input type="radio"/>
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
		<input type="radio"/> Relação fraca	

Nesta operação incluem-se intervenções que introduzem um espírito de continuidade face ao Programa AQUAPOLIS implementado em Abrantes:

- Aquapolis Infraestruturas da margem sul e da margem norte; Centro Náutico; Cidade imaginária de Charters de Almeida; Pista internacional de pesca desportiva. Com uma parte significativa, do Programa AQUAPOLIS, concluída (margens, açude, plataforma dos bares/restaurantes, a norte, praia fluvial, campos de futebol, rãguebi e voleibol de praia), pretende-se agora avançar para a concretização dos projectos citados.
- Desenvolvimento da 2ª e 3ª fase do Projecto Parque Urbano de São Lourenço, hoje já um local de procura regional, e realização das infraestruturas das vias confinantes.
- Parque Urbano de Vale de Rãs, o qual corresponde à requalificação ambiental e paisagística de uma zona inserida na malha urbana.



O Aquapolis em Abrantes

Com o Programa AQUAPOLIS, Abrantes assumiu o objectivo de devolver o Tejo à vida da comunidade, da cidade, do concelho e da região.

A cidade desenvolveu-se sem notória incorporação da frente rio no seu desenho, o qual, pese embora a sua importância histórica como infra-estrutura de acesso de pessoas e mercadorias, tinha na relação com a cidade marcas de fragilidade.

Tratou-se de um processo longo e exigente, de planeamento, de concertação, de montagem do sistema de apoio financeiro, do que resultou uma transformação radical na paisagem da cidade e da sua imagem.



Panorâmica do Aquapolis em Abrantes

Tal deve-se, em grande parte, ao Açude, não por si só, mas por tudo o que veio a tornar possível. Fala-se de um grande plano de água, que traduz um novo mundo de oportunidades, de recreio, lazer, desporto e turismo.

Promotor/Parceiros: Município de Abrantes e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados

Na sequência dos investimentos realizados no Parque Almourol, as intervenções delineadas pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha baseiam-se na temática transversal introduzida pelas oportunidades de valorização de uma localização nitidamente ribeirinha.

O rio Tejo aparece como elemento central da possibilidade de usufruir de uma relação próxima com o rio (desportos náuticos, margens ribeirinhas, percursos pedonais e cicláveis) e o Castelo de Almourol como temática específica de abordagem, introduzindo elementos de valorização por via das componentes histórico-culturais. Os projectos previstos incluem, nomeadamente:

- Centro Nacional de Escultura ao Ar Livre - visa implementar no Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha (prémio nacional 2007 de arquitectura paisagista) um Centro de Escultura, com uma colecção permanente e com um conjunto de esculturas em contínua rotatividade (podendo algumas peças serem vendidas, recolocando o respectivo escultor uma nova peça no local), conjugando a arquitectura paisagista e a escultura dentro do contexto espacial do Parque com novos objectos patrimoniais, muito deles passíveis de permanecerem pouco tempo, enriquecendo todo o elemento circundante, a Água/Rio.

Os objectivos do Centro de Artes ao Ar Livre no Parque Urbano de V.N. Barquinha - Museu de Escultura são:

- Preservar e divulgar obras de arte e escultóricas;
 - Desenvolver actividades pedagógicas-didácticas através da produção;
 - Desenvolver e promover arte moderna;
 - Promover a formação profissional na região onde o Museu fica instalado;
 - Estabelecer uma ligação estreita com os estabelecimentos de ensino da região, promovendo a aprendizagem de profissões e saberes ligados à arte e património;
 - Oferecer aos munícipes do concelho, à população da região e do país um espaço cultural;
 - Promover parcerias com outros organismos do mesmo tipo e com estabelecimentos de ensino.
- Percursos Ribeirinhos na margem direita do Tejo - construção de um caminho junto à margem direita do rio, pedonável e ciclável, fazendo a ligação entre alguns dos principais investimentos do Parque Almourol. A 1ª Fase compreende o trajecto entre o Parque Ribeirinho de V.N. Barquinha e o Castelo de Almourol. A 2ª Fase compreende o trajecto entre o Castelo de Almourol e o centro Náutico de Constância
 - Ponte Pedonal Ciclável do Almourol - construção de uma ponte pedonal ciclável ligando a Vila de Tancos à Aldeia do Arripiado, ligando o Concelho de Vila Nova da Barquinha ao Concelho da Chamusca. Ponte suspensa com possibilidade de trânsito fluvial. Obra de arte marcando e valorizando a paisagem, incluindo miradouros centrais com vista de 360° - a) Rio Tejo, Lezíria e localidades ribeirinhas (jusante); b) área ribeirinha natural, ilha e Castelo de Almourol (montante);
 - Circuito Municipal Ciclovias - ligação em ciclovias entre os principais aglomerados do concelho (Atalaia-Moita-Barquinha), bem como a ligação aos percursos ribeirinhos

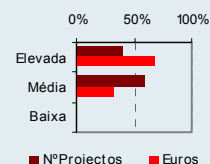
Prioridade da Operação:
★★★★★

Horizonte Temporal:
2007-2013

Área de Influência:
Regional ou Superior

Custo Estimado:
4.850.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Vila Nova da Barquinha



Parque Urbano na margem do Tejo

Promotor/Parceiros: Município de Vila Nova da Barquinha e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados

As intervenções previstas enquadram-se numa visão estratégica de reforço da relação de Constância com os rios Tejo e Zêzere, quer na perspectiva da valorização da sua sustentabilidade ambiental quer do seu contributo para a melhoria do padrão de vida da população residente no concelho.

Estas intervenções dão continuidade ao projecto POMTEZE – Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere, que em 1995 ganhou o 1º Prémio Nacional de Ambiente.

Este projecto assumiu que do passado de Constância, para além do seu notável Centro Histórico e da sua relação com Camões, ficaram os rios Tejo e Zêzere, pelo que a recuperação e consolidação das suas margens se impunha como forma de tornar ainda mais belo e sustentável o encontro dos rios. Para conclusão do projecto falta ainda executar uma infra-estrutura fulcral para o turismo náutico: o Açude Galgável no Zêzere. Pretende-se, portanto, concluir as intervenções previstas neste projecto e complementá-las com iniciativas cuja complementaridade justifica a sua pertinência:

- POMTEZE - 3ª fase - Requalificação da margem direita do Tejo, incluindo o Açude Galgável no Zêzere;
- Casa Memória de Camões e Jardim Horto Camoniano;
- Ciclovias entre o Parque Ambiental Constância e a localidade de Pereira e ligação à Ribeira da Foz;
- Açude em Malpique;
- Beneficiação e Remodelação de Parques Infantis.

A 3ª fase do POMTEZE, no âmbito da requalificação da margem direita do Rio Tejo (desde a zona de extracção de inertes até à Vila de Constância) permite a criação de uma zona de pesca desportiva de rio, e inclui arranjos paisagísticos, zonas verdes tratadas e regadas, iluminação, ciclovia, caminhos pedestres, zonas de lazer e de estar, etc.. O Açude Galgável no Zêzere (ver Ficha E101), que integrava a 2ª fase do projecto POMTEZE e ainda não executado, traduz-se na criação de um espelho de água no rio que suporta a estratégia definida pelo município e pela região no âmbito do turismo náutico e de aventura.

A Casa Memória de Camões e o Jardim Horto Camoniano são equipamentos de cultura camoniana, únicos no país, que funcionarão em articulação com o Centro de Ciência Viva, Parque Ambiental e a Escola EB 2/3 Luís de Camões. Pretende-se remodelar e beneficiar o jardim horto de Camões criando instalações de apoio (reconstrução de edifícios existentes) para professores e público em geral, concluir os arranjos exteriores da casa memória e apetrechá-la (conteúdos literários e tecnológicos, mobiliário e informatização), de forma a funcionar com o programa cultural adequado ao estudo camoniano através do Centro Internacional de Estudos Camonianos.

As Ciclovias para ligação do Parque Ambiental à localidade da Pereira e a Constância através da Ribeira da Foz são um espaço público de fruição livre, que permite desenvolver actividades de e para o Parque Ambiental, dinamizando-o e contribuindo para o incremento da actividade desportiva e criação de novos hábitos de mobilidade.

Com a construção do Açude de Malpique pretende-se, para além do aproveitamento dos recursos hídricos existentes, a criação de um espelho de água, cujo aproveitamento se orienta, quer para actividades de lazer e turismo, quer para reserva e ponto de água durante a época de fogos florestais.

Com a beneficiação e remodelação de Parques Infantis pretende-se desenvolver um conjunto de acções de requalificação de espaços existentes tornando-os mais atractivos, fomentando a sua utilização e cuja valorização contribui para a melhoria da qualidade de vida da população residente e de usufruto dos visitantes.

Promotor/Parceiros: Município de Constância e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados



Margem Ribeirinha de Constância

* Nota: 84% do custo estimado corresponde a intervenções da administração central

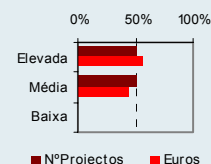
Em complemento das intervenções previstas ao nível da requalificação do centro histórico de Tomar, pretende-se implementar um conjunto de iniciativas nos espaços adjacentes, que visam nomeadamente:

- Requalificação paisagística da margem esquerda do Rio Nabão, através do Parque do Açude de Pedra e Mouchão da Fábrica de Fiação, e articulado com o Parque Urbano de Tomar (ligando ao Centro Histórico de Tomar);
- Complexo da Levada de Tomar;
- Arranjos Exteriores e Arruamentos no Flecheiro e Mercado.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
13.855.718€*

A requalificação paisagística da margem esquerda do Rio Nabão tem como objectivo a fruição do espaço pela população e abrange o troço compreendido entre o **Açude de Pedra e os terrenos da antiga Fábrica de Fiação**, que por sua vez se ligam ao Centro Histórico de Tomar através do projecto **Parque Urbano de Tomar**. A primeira intervenção envolve, nomeadamente: Edifício de apoio a actividades náuticas no Rio Nabão e multiusos para apoio aos utentes do parque; Pista de pesca ao longo da margem; Ciclovia e percursos pedonais; Ponte pedonal e ciclável sobre o Nabão; Percursos de circulação automóvel e estacionamento; Requalificação da vala da Fábrica de Fiação; Mobiliário urbano e sinalética; Redes básicas. O Parque Urbano de Tomar envolve, nomeadamente: Passeio das Artes; Novos Balneários para as piscinas existentes; Instalações de apoio à canoagem; Ancoradouro para canoas; Requalificação da casa Jacôme Ratton; Requalificação do refeitório da antiga Fábrica de Fiação; Recintos para recreio e desporto informal; Parque Infantil; Recintos para voley de praia e street-basket; Parque de merendas; trabalhos de arranjos exteriores e paisagismo; Estacionamento; Arruamentos e circulações pedonais; Ciclovia; Mobiliário urbano; Redes básicas.

O projecto a desenvolver no **Complexo da Levada de Tomar** tem como objectivo a reabilitação dos edifícios e equipamentos (adaptando-os a uma nova fruição cívica, lúdica e cultural) do conjunto edificado dos Lagares d'El-Rei constituído pelas unidades industriais – Moagem “A Portuguesa”, Moagem “A Nabantina”, Central Eléctrica, Fundição Tomarense, Moinho da Ordem e Lagares – tornando-os uma entidade museológica, complementarmente com finalidades recreativas (auditório) e formativo-educativa.

Arranjos Exteriores e Arruamentos no Flecheiro e Mercado - Requalificação urbana e ambiental das margens do rio Nabão, no troço entre a ponte da Av. Norton de Matos e o Açude de São Lourenço, tendo em vista possibilitar a fruição do espaço pela população. O Projecto de Execução envolve, nomeadamente: Arranjos paisagísticos e de requalificação urbana; Arruamentos e circulações pedonais; Circulação automóvel e estacionamento; Ciclovia; Redes (abastecimento de água e combate a incêndios, rega, drenagem águas residuais domésticas e pluviais, energia eléctrica e iluminação pública, telecomunicações); Mobiliário urbano. Inclui obras hidráulicas para minimizar cheias no Flecheiro e Mercado (interceptor).



Os Lagares d'el Rei na cidade



Pormenor dos Lagares d'el Rei

Promotor/Parceiros: Município de Tomar e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados

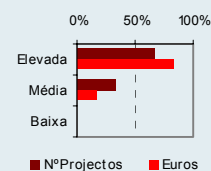
* Nota: 53% do custo estimado corresponde a intervenções privadas e da administração central

Enquadrada na estratégia de desenvolvimento definida pelo município de Torres Novas, esta operação engloba as intervenções centradas num dos objectivos fixados, de devolver à população a relação, outrora mais vincada, com o rio Almonda. Esta intenção já começou a ser delineada com o Jardim das Rosas e com a construção da Biblioteca Municipal (projectos já executados) nas margens do Almonda. A efectiva capacidade de fomentar uma relação mais próxima entre os cidadãos e o rio Almonda depende da implementação dos projectos que de seguida se referem, e que se articulam de forma muito próxima (sobretudo, pela sua contiguidade física) com as intervenções previstas para o centro histórico:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.070.000 €

- Rio Almonda, em que se torna fundamental proceder à limpeza do leito do Rio (na sequência da despoluição induzida pela construção de ETAR), requalificação das margens, criação de espelhos de água, viabilizando a fruição do rio pela população residente e visitante e o retorno a práticas desportivas. Este será um investimento público e privado, cuja valorização paisagística e ambiental de responsabilidade municipal será articulada com as expectativas dos promotores privados. O resultado deverá situar-se não só na valorização da imagem global do Centro histórico como na criação de novos espaços de lazer e contemplação disponíveis para a população, com destaque para cafés, bares e restaurantes nas áreas de maior potencial, como na proximidade do futuro museu de Ciência Viva. A requalificação do rio abrange a recuperação de elementos que fazem parte da sua história económica como é o caso do Moinho dos Gafos, onde se prevê instalar um centro de interpretação.
- Ampliação do Jardim das Rosas, na sequência da construção da Biblioteca e da necessidade de proceder à recuperação da sua envolvente (onde se inserem as piscinas municipais), criando uma zona verde ampla, alargando a zona de estacionamento e construindo uma ponte para ligar as duas margens, permitir um fácil acesso aos equipamentos e simultaneamente proporcionar uma melhor fruição de todo o espaço.
- Mata dos Mesões, criando uma cintura verde na zona SE da cidade de Torres Novas, confinante com as margens do rio Almonda a usufruir pela população como zona de lazer, dotada de zonas de percurso pedestre, circuitos de manutenção, etc. Este parque urbano será implementado na margem direita do Rio Almonda, entre a Rua dos Mesões e a A23, na sequência do tratamento das águas do rio no seu percurso através da cidade e a que irá juntar as duas margens a Sul da A23 até à linha do Caminho de Ferro. Valorização paisagística em articulação com o projectado pela entidade promotora de um projecto de investimento privado.

“Turrís XXI – Cidade Criativa” – um projecto global com diversas intervenções temáticas


O Centro histórico de Torres Novas está na génese da estratégia da proposta “Turrís XXI – Cidade Criativa”, sendo o Castelo e o Rio Almonda a alavanca de toda a lógica global do projecto. Este projecto global incide sobre a requalificação do património municipal do centro histórico, tomando em consideração, neste âmbito, a dinamização museológica e educativa dos seus espaços, com o intuito de promover a sua vivência, interior e exterior. A envolvente dos edifícios, as ligações e acessos à cidade, tanto viários como pedonais, a ampliação dos espaços de lazer e a melhoria de estacionamento são elementos considerados no projecto em que o Rio Almonda se configura como elemento integrante e integrador da Cidade.



Jardim das Rosas nas margens do Almonda, e próximo das Piscinas Fernando Cunha

Promotor/Parceiros: Município de Torres Novas e Outras Entidades Públicas e Privadas, envolvendo protocolos com associações locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados

EIXO I		Obj. 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos	
Acção Integrada	c) “Vida Activa” – Rede de Equipamentos e Serviços Desportivos, Culturais e de Lazer, Infra-estruturas Ambientais e “Espaços Verdes”		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
C.01.17	Escola de Pára-quedaismo	C	
C.01.18	Hipódromo	C	
D.01.19	Iniciativas Municipais no domínio dos equipamentos desportivos.	D1	
D.01.20	Iniciativas Municipais no domínio da ampliação dos espaços verdes e da revitalização urbana dos espaços públicos	D1	
D.01.21	Iniciativas Municipais no domínio da prestação de serviços ao cidadão	D1	
D.01.22	Horto Municipal	D1	
D.01.23	Requalificar e Promover o Desporto e Bem-estar	D1	
D.01.24	Infraestruturas Multi-usos	D1	
D.01.25	Percurso Pedonal e Ciclovia	D1	
D.01.26	Circuito de Manutenção	D1	
D.01.27	Rede de Lojas do Cidadão.	D2	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul bem como outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação <input type="radio"/> E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/> E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/> E4- Protecção e Valorização Ambiental <input checked="" type="radio"/> E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 <input type="radio"/> E 2 <input checked="" type="radio"/> E 3 <input checked="" type="radio"/> E 4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos O1 <input checked="" type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

Escola de Pára-queda		C.01.17	C
<p>Aproveitando as infra-estruturas criadas no Aeródromo Municipal pretende-se de forma integrada criar um Centro de Pára-queda, enquanto potencialidade desportiva e turística, direccionada para a aprendizagem e prática desta modalidade, prevendo-se a instalação de uma Escola de Pára-queda em parceria com operadores privados da área. Irá funcionar no Hangar já edificado, sendo necessária a execução de obras conducentes à concretização deste projecto.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional</p>
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 5.750.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova possíveis parceiros privados ligados à promoção de eventos e desportos radicais</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis:</p>			

Hipódromo		C.01.18	C
<p>Este projecto visa promover o desporto equestre, maneio e gestão equina, com um público-alvo bem definido nomeadamente cavaleiros, profissionais ligados à prática desportiva, criadores, veterinários e o público aficionado.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Multi-Local</p>
<p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Custo Estimado: 8.000.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município Vila de Rei</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local</p>			

Iniciativas Municipais no domínio dos equipamentos desportivos

D.01.19

D1

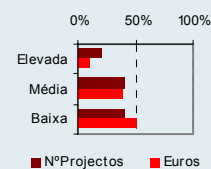
A operação congrega iniciativas dos municípios do Médio Tejo no domínio dos equipamentos desportivos, com vista ao aumento dos níveis de cobertura populacional da região por este tipo de equipamentos e da correspondente tradução na promoção de melhores níveis de coesão social.

Incluem-se, nomeadamente, investimentos que visam dar continuidade aos projectos já iniciados de implementação de complexos desportivos, investimentos que visam a construção de novos equipamentos (pavilhões multi-usos, pavilhões desportivos, pavilhões gimnodesportivos, campos de futebol, piscinas cobertas e descobertas), bem como intervenções de requalificação e remodelação de equipamentos existentes (salas de treino, requalificação de interiores e exteriores e de infra-estruturas de apoio, colocação de pisos de relva sintética).

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
33.009.166€*

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local

* Nota: 24% do custo estimado corresponde a intervenções da administração central

Iniciativas Municipais no domínio da ampliação dos espaços verdes e da revitalização urbana dos espaços públicos

D.01.20

D1

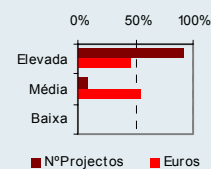
A operação inclui intervenções de beneficiação do espaço público, a qual pressupõe a intervenção autárquica ao nível da recuperação/reabilitação e manutenção dos elementos cuja gestão é da sua competência, nomeadamente:

- ao nível da recuperação/reabilitação de infra-estruturas e/ou equipamentos degradados (remodelação, reconversão e valorização), onde se incluem intervenções de recuperação de pavimentos, passeios, mobiliário urbano, electricidade na via pública, colocação de sinalização, criação e manutenção de espaços verdes, etc.;
- ao nível da manutenção de espaços verdes, espaços públicos, infra-estruturas e equipamentos através da prossecução de uma política de intervenção regular;
- ao nível da implementação de iniciativas orientadas para a implementação de equipamentos, sinalética e infra-estruturas de apoio à dinamização de projectos estruturantes da estratégia de desenvolvimento (rotas, quiosques de apoio, brochuras, placards informativos, etc.)

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
4.646.000 €

Promotor/Parceiros: Municípios de Abrantes, Alcanena e Ferreira do Zêzere

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Iniciativas Municipais no domínio da prestação de serviços ao cidadão		D.01.21	D1
<p>Esta operação engloba iniciativas que se integram nas competências da intervenção autárquica ao nível da prestação de serviços ao cidadão e da disponibilização de equipamentos multi-usos orientados por padrões de promoção de melhores níveis de funcionalidade e racionalidade económica, por via da concentração da prestação de serviços em edifícios novos/recuperados, e da instalação em espaços cobertos de actividades/acontecimentos que funcionam em espaços improvisados ou degradados.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 21.982.000€*</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA; Equipamentos para a coesão local</p>			

* Nota: 22% do custo estimado corresponde a intervenções privadas e da administração central

Horto Municipal		D.01.22	D1
<p>Valorização de um espaço já existente destinado à instalação de espécies para posterior transplantação. O horto será constituído por armazém, estufa e campo de ensaios. Este horto servirá de apoio logístico ao sector de espaços verdes, assim como permitirá a interacção com a comunidade em geral.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p> <p>Custo Estimado: 100.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Município de Oleiros</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -</p>			

Requalificar e Promover o Desporto e Bem-estar		D.01.23	D1
<p>Beneficiação da rede de equipamentos desportivos existentes e criação de novas infra-estruturas desportivas que permitam não só promover o desporto como também a qualificação dos espaços públicos fomentando a fixação da população e a atractividade do território. Entre estes equipamentos, destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os pavilhões desportivos • Campos de ténis • Ringues polidesportivos • Piscinas municipais • Parques infantis • Circuitos de manutenção. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Custo Estimado: 2.486.476 €</p>
		<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
Promotor/Parceiros: Municípios de Oleiros, Vila de Rei e Proença-a-Nova			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local			

Infraestruturas Multi-usos		D.01.24	D1
<p>Criação nos concelhos de um conjunto de espaços com capacidade de promoção e apoio à actividade e instalação de actividades de cariz sócio-cultural e empresarial onde se incluem alguns serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um espaço de acolhimento de pequenas e médias empresas, dotado de áreas que permitam a realização de eventos a todos os níveis, como por exemplo, conferências, salas de reunião, "showrooms", entre outros. • Construção de recintos multiusos para a realização de eventos sócio-culturais e de apoio ao turismo, de forma a promover a animação do território, onde se incluem entre outros, espaços para mostras museológicas, salas de exposição / galerias de arte, pequenas salas para sessões públicas, centro de novas tecnologias de apoio ao visitante, entre outros. • Criação de um espaço multiusos que permitirá não só a prática de diversas modalidades de desporto bem com (no mesmo piso) a realização de conferências, seminários, mostras e feiras de diversas naturezas nomeadamente económicas. • Construção do edifício sede da Sociedade Filarmónica Oleirense constituído por uma sala de reuniões, sala de ensaios e escola de música. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Custo Estimado: 8.255.985 €</p>
		<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros, Vila de Rei e Proença-a-Nova e com possível participação de algumas entidades e colectividades locais			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local			

Percurso Pedonal e Ciclovía		D.01.25	D1
<p>Pretende-se a criação de espaços de lazer facilitadores de uma "vida activa" e que se caracterizam pela elaboração de novas infra-estruturas ou pelo aproveitamento e requalificação das já existentes, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> A construção de uma ciclovía/percurso pedestre entre a aldeia de Rosmaninhal e a Praia Fluvial de Ortiga sempre na margem direita e junto da Ribeira de Eiras. A construção de uma ciclovía (com melhoramento rodoviário do troço entre o cruzamento das salinas e o cruzamento da Isna), de passeios e consequente implementação de projecto de iluminação viário. A construção de um percurso pedonal e ciclovía ao longo das margens da Ribeira da Sertã obra que complementar a requalificação que ali se está a efectuar. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 1.350.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros e Sertã</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial</p>			

Circuito de Manutenção		D.01.26	D1
<p>Criação de um percurso, limpeza e projecção de espaços para a elaboração de um circuito de manutenção que liga pontos estratégicos (equipamentos existentes e a construir) com o objectivo de fomentar o desporto e o lazer.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p> <p>Custo Estimado: 400.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Município de Oleiros</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local; Qualificação Ambiental; Mobilidade Territorial</p>			

Rede de Lojas do Cidadão		D.01.27	D2
<p>A operação agrega os investimentos relacionados com a implementação de Lojas do Cidadão de 2ª Geração, no âmbito da Rede Nacional de Lojas do Cidadão, numa lógica de conceito multicanal de atendimento, reunindo um conjunto de serviços habitualmente prestados pela Administração Central, bem como por empresas privadas, fornecedoras de bens ou serviços relevantes para a população.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Multi-Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Municípios de Abrantes, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha</p>			

EIXO I		Obj. 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos	
Acção Integrada	d) Dinamização da Atractividade dos Pólos Urbanos de Baixa Densidade		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.01.28	Afirmação da capacidade de difusão pedagógico-científica de Constância	B	
B.01.29	Valorização integrada dos espaços centrais dos pólos urbanos do município de Ferreira do Zêzere	B	
B.01.30	Valorização integrada dos espaços centrais dos pólos urbanos do município do Sardoal	B	
D.01.31	Requalificação de espaços públicos adjacentes e complementares aos pólos centrais dos pólos urbanos dos municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	D1	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Inteiro Sul e outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano ● Factores de Competitividade ○ Valorização Territorial ● Cooperação Territorial ○		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos ● E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais ● E4- Protecção e Valorização Ambiental ○ E 5 – Governação e Capacitação Institucional ○	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 E 2 ● E 3 ○ E 4 ○		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 ● O2 ○ O3 ○ O4 ○ O5 O6 ○	
● Relação forte		Relação relevante	
		○ Relação fraca	

Pretende-se diversificar a posição consolidada que Constância já atingiu ao nível didáctico e pedagógico com as iniciativas bem-sucedidas que têm vindo a ser realizadas pelo Centro de Ciência Viva e pelo Parque Ambiental de Santa Margarida.

Destaca-se a necessidade de implementar a 3ª fase do Centro de Ciência Viva e a 2ª fase do Parque Ambiental de Santa Margarida, a que se acrescenta a necessidade de oferecer um espaço de acolhimento – o Centro Histórico – com melhores condições de apazibilidade, conservação e mobilidade.

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100% 
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 8.550.000 €	

“Articulação de projectos pedagógicos em Constância”

- Centro de Ciência Viva (3ª Fase) - consolidado que está o projecto de actuação ao nível didáctico e pedagógico, e o apreço que o mesmo tem obtido (nacional e internacional), torna-se indispensável colmatar algumas deficiências, com vista à melhoria da eficiência e qualidade das actividades, bem como a encarar a sua auto-sustentação futura. A exiguidade de espaços cobertos tem obrigado a anular/sub-aproveitar visitas de grupos e realização de eventos diversos, o que exige a criação de mais espaços cobertos, nomeadamente de um Auditório com possibilidade de acolher reuniões de grupos numerosos e adaptável ao desenvolvimento de outras actividades (ateliers, formação, exposições, eventos científicos e culturais).



Actividades pedagógicas em Constância

- Parque Ambiental de Santa Margarida (2ª Fase) - equipamento vocacionado para a sensibilização e educação ambiental onde se incluirão novos conteúdos e circuitos (ar, água, terra e energia), assim como a concepção de um espaço de investigação, formação e divulgação na área do ambiente recorrendo às novas tecnologias. Prevê-se ainda a construção/instalação de equipamentos de carácter pedagógico vocacionados para a área da educação ambiental e turismo, de entre os quais, se destaca, pela sua originalidade, o “Borboletário Tropical” (espaço com condições de ecossistema tropical onde várias espécies de borboletas tropicais voarão em contacto directo com o visitante) e um Jardim Árabe (com sistemas de rega característicos de zonas secas).
- Edifícios – Acessibilidades – dotar os edifícios municipais e espaços públicos envolventes com melhores condições de acessibilidade e circulação, em especial a pessoas com mobilidade reduzida.
- Revitalização do Centro Histórico e outro Parque Habitacional degradado/Zonas Urbanas Degradadas – requalificação – dar continuidade ao processo de recuperação de edifícios degradados com o objectivo de reintroduzi-los no mercado habitacional, promovendo a fixação de famílias e a dinamização do centro histórico. Em áreas consideradas críticas (habitacionais e espaços públicos), prevêem-se intervenções com vista à sua devolução ao cidadão num perfeito estado de uso e fruição.
- Parque Aventura - O “Almourol Aventura” é um parque para actividades radicais, complementado a oferta dos actuais centros náuticos de Constância e Vila Nova da Barquinha (a 125 quilómetros a nordeste de Lisboa, com 15 hectares em área florestal). O Parque Aventura visa reunir equipamentos relacionados com o desporto aventura e actividades lúdicas de ar livre (paintball, percursos de arborismo - árvore em árvore, rappel, slide, BTT, caça ao tesouro, paredes de escalada, orientação, insufláveis, kartcross, 4x4, etc.). Serão ainda instalados equipamentos desportivos fixos, criação de mais zonas de lazer, construção de alojamentos (bungalows) e áreas de restauração.

Promotor/Parceiros: Município de Constância e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica; Equipamentos para a coesão local

Valorização integrada dos espaços centrais dos pólos urbanos do município de Ferreira do Zêzere

B.01.29

B

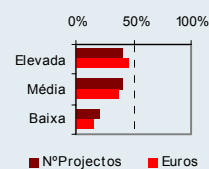
Esta acção integra iniciativas orientadas para a promoção de centralidade em torno dos equipamentos com maior capacidade de propiciar elementos de urbanidade na vila de Ferreira do Zêzere, e de valorizar competitivamente a sua apetência à prática desportiva. As intervenções incluem, nomeadamente:

- Mercado municipal de Ferreira do Zêzere;
- Adaptação da Casa do Adro a um espaço com características diversas e adaptáveis, promotor da centralidade da vila de Ferreira do Zêzere;
- Parque Verde da "Quinta do Adro";
- Pavilhão multi-usos de Ferreira do Zêzere;
- Complexo Desportivo/Centro de Estágios.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
7.462.000 €

“Conferir centralidade urbana ao núcleo histórico de Ferreira do Zêzere”

Articula-se um conjunto de projectos orientados pelo objectivo de “dar vida” ao centro histórico da Vila de Ferreira do Zêzere, usando o carácter estruturante que o Mercado Municipal assume na vida da população do concelho enquanto elemento impulsionador de uma vivência mais integrada entre os momentos de trabalho, lazer e educação.

As iniciativas projectadas para a Quinta do Adro contribuem, como tal, para o desenvolvimento de um conceito de vida em que coexistem características de ambiente urbano e activo numa vila com traços predominantes de calma e sossego, apostando na oferta de espaços com características polivalentes (especializando funcionalmente os espaços da Quinta do Adro e do Mercado Municipal), com capacidade para agrupar iniciativas orientadas para a aprendizagem (exposições, formação, projectos-escola, etc.), para a instalação de iniciativas empresariais e/ou comerciais (incubação, comércio) e para a circulação e o encontro de pessoas de todas as idades. O projecto para o parque Verde da Quinta do Adro é suportado por elementos de comunicação com o edifício contíguo da Casa do Adro (século XVIII), patentes no eixo estruturador Adro da Igreja/Casa do Adro proporcionado pela geometria projectada de um jardim de cheiros.

“Água, natureza e desporto” constituem os pilares de uma estratégia sustentada de articulação entre, por um lado, estas condições intrínsecas proporcionadas pela Albufeira do Castelo do Bode e pela mancha florestal em que se enquadra o concelho e, por outro lado, a oferta de condições propícias à prática desportiva amadora e profissional, ao fomento de hábitos desportivos na população residente no concelho e à própria melhoria das condições que sustentam o turismo desportivo e de natureza já existente no concelho. Neste perspectiva se insere o pavilhão-multiusos e o Complexo Desportivo / Centro de Estágios de Ferreira do Zêzere.



Projecto do Mercado Municipal



Projecto da Quinta do adro?



Projecto do Pavilhão Multi-Usos

Promotor/Parceiros: Município de Constância e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Rede equipamentos culturais; Equipamentos coesão local; Redes Urbanas competitividade e Inovação; Património cultural

Valorização integrada dos espaços centrais dos pólos urbanos do município do Sardoal

B.01.30

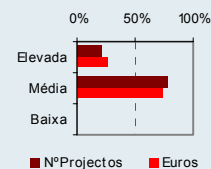
B

Esta acção integrada articula iniciativas orientadas para a valorização turística, ambiental e urbanística da vila do Sardoal, numa área que abrange “pontos de um triângulo” onde foram realizados investimentos avultados (Barragem da Lapa, Moinhos de Entrevinhas e Zona de Lazer da Rosa Mana). O investimento previsto está directamente relacionado com o desenvolvimento turístico do concelho do Sardoal, que se complementa com a valorização da atractividade turística dos seus mais significativos argumentos turísticos.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
3.578.969€

No âmbito da Valorização Turística, Ambiental e Urbanística do triângulo Barragem da Lapa / Moinhos de Entrevinhas / Zona de Lazer da Rosa Mana, incluem-se, nomeadamente, as seguintes iniciativas:

- Centro de Férias de Cabeça das Mós (por adaptação da antiga escola Primária de Cabeça das Mós, e com vista à valorização das potencialidades da albufeira da Barragem da Lapa) e reabilitação urbana de Cabeça das Mós Norte (melhorando as condições do pavimento existente e incluindo a substituição das condutas de abastecimento de água).
- Caminho Rural de Entrevinhas/Presa, na sequência dos investimentos já executados nos moinhos de Entrevinhas;
- Reabilitação Urbana da Aldeia de Entrevinhas, com vista à reafectação dos espaços de centralidade da aldeia, através da ampliação do Largo da Escola e da beneficiação de arruamentos da aldeia (nomeadamente, a Rua do Cabral, Rua das Amendoeiras, Rua António Neto, Rua das Casas, Largo da Esperança e a ligação da Rua das Casas com a Rua da Palhota).

As iniciativas que complementam esta intervenção dizem respeito à recuperação e valorização do seu património histórico e arquitectónico e à melhoria das condições de vivência da população. Salientam-se as iniciativas que se prendem com:

- Recuperação do Corpo Central da Casa Grande ou dos Almeidas, visando, numa 1ª fase, a recuperação da cobertura e dos vãos deste importante elemento do Património edificado do Concelho, no sentido de evitar a sua ruína total;
- Beneficiação do Caminho Rural do Vale do Mú, que estabelece a ligação entre a Tapada das Touces (antiga E.N. 358-3) e a Quinta de Santo António (Sequeira/Caminho Municipal Sardoal/S. Simão). Pretende-se, também, dotar esta via com infraestruturas de saneamento básico.
- Execução do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Vila, visando melhorar a circulação pedonal no centro histórico da Vila de Sardoal, procedendo à construção de uma passadeira ao longo das suas ruas, isto porque as mesmas se encontram pavimentadas com seixo rolado grosso. Está projectado, também, dotar a zona de intervenção com colector de águas pluviais e infraestruturas necessárias à remoção de todos os cabos aéreos e antenas de televisão existentes nesta zona.
- Construção de um Pavilhão Multiusos e Recuperação de Lagar, dotando o concelho de espaços para a realização de Feiras, Exposições e Eventos Lúdicos e Culturais que não se adequem ao Centro Cultural Gil Vicente.
- Loteamento Municipal na Aldeia de Andreus, no sentido de oferecer à população jovem (que tem vindo a exercer elevada pressão de procura de terrenos para construção) a possibilidade de constituir residência fixa no concelho.



Ruas da Amoreira, no concelho do Sardoal

Promotor/Parceiros: Município de Sardoal e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Rede equipamentos culturais; Equipamentos coesão local; Redes Urbanas competitividade e Inovação; Património cultural

Requalificação de espaços públicos adjacentes e complementares aos pólos centrais dos pólos urbanos dos municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

D.01.31

D1

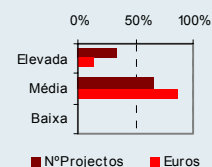
Esta operação insere-se na articulação de iniciativas municipais enquadradas no objectivo de valorizar e conferir atractividade aos pólos urbanos de baixa densidade. Incluem-se, nomeadamente, as seguintes intervenções:

- Requalificação do centro urbano da Linhaceira, em Tomar, com o objectivo de melhorar o centro urbano da maior aldeia do concelho, dotando-o de infra-estruturas que visam aumentar a qualidade de vida e a mobilidade de toda a população.
- Reabilitação Urbana nas sedes de Freguesia, Praia do Ribatejo e Atalaia, em Vila Nova da Barquinha, através da criação de dois espaços de lazer, centrais relativamente aos aglomerados urbanos, pontuados pela qualidade dos espaços verdes e dos equipamentos infanto-juvenis.
- Reabilitação de Imóveis Degradados, em Vila Nova da Barquinha, visando a reabilitação de núcleos degradados, "sobretudo nas áreas de influência dos Planos de Pormenor de Salvaguarda na zona baixa de Tancos e Vila Nova da Barquinha", enquadradas no objectivo estratégico de proporcionar a emergência de actividades complementares ao Parque Almourol.
- Intervenção dinamizadora e integrada em cada uma das sete sedes de freguesia do concelho de Mação e requalificação urbana das redes de freguesia de S. João do Peso e de Fundada no concelho de Vila de Rei. As intervenções incluem entre outras a substituição e estabelecimento de infra-estruturas como sejam a beneficiação das estradas de ligação entre as diferentes localidades e as sedes de freguesia, renovação de arruamentos, substituição da rede pública de distribuição de água e a substituição dos sistemas de drenagem pública de águas residuais (domésticas e pluviais). No que às vias rodoviárias diz respeito, permite-se valorizar e potenciar acessibilidades inexistentes e/ou deficitárias entre diferentes povoações mais isoladas e as sedes de freguesia, tornando-se uma medida contra a desertificação destas zonas dos concelhos. A remodelação da rede pública de abastecimento de água do Concelho de Vila de Rei baseia-se numa perspectiva de melhoramento das condições de serviço aos munícipes ao mesmo tempo que pretende dotar os serviços municipais de um instrumento fiável e eficaz. Existe ainda a preocupação de conciliar o mais possível, a concepção e requalificação de novas infra-estruturas, com as restantes, nomeadamente as eléctricas e telefónicas, bem assim apresentar soluções técnicas economicamente equilibradas.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
6.045.000 €

Fundada



S. João do Peso



Vila de Rei



Promotor/Parceiros: Municípios de Tomar e Vila Nova da Barquinha do Médio Tejo, Municípios de Mação e Vila de Rei do Pinhal Interior Sul e outras entidades públicas e privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Rede de equipamentos culturais; Equipamentos para a coesão local; Redes Urbanas competitividade e Inovação; Património cultural

EIXO I		Obj. 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida	
Acção Integrada	a) Serviços, Redes e Equipamentos Sociais e de Saúde		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.02.01	Criação de uma rede de centros de acolhimento e de ocupação dos tempos livres para pessoas carenciadas ou com algum tipo de limitação física	A	
D.02.02	Iniciativas Municipais no domínio da Prevenção e Segurança	D1	
D.02.03	Iniciativas Municipais no domínio da prestação de serviços ao cidadão	D1	
D.02.04	Rede de apoio domiciliário integrado com viatura de assistência móvel	D1	
D.02.05	Desenvolvimento de acções de formação e programas ocupacionais para desempregados	D1	
D.02.06	Iniciativas Municipais no domínio dos serviços de segurança pública	D2	
D.02.07	Iniciativas Municipais no domínio da prestação de cuidados primários de saúde (Centros de Saúde)	D2	
E.02.08	Acolher, Cuidar, Reeducar e Reintegrar	E	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, Administração Central, e outras Entidades Públicas e Privadas incluindo as IPSS		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação <input type="radio"/> E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/> E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/> E4- Protecção e Valorização Ambiental <input checked="" type="radio"/> E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input checked="" type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 <input type="radio"/> E 2 <input checked="" type="radio"/> E 3 <input type="radio"/> E 4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos O1 <input checked="" type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
		<input type="radio"/> Relação fraca	

Criação de rede de centros de acolhimento e de ocupação dos tempos livres para pessoas carenciadas ou com algum tipo de limitação física

A.02.01

A

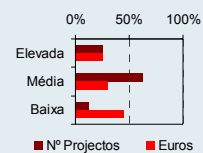
A operação consiste na criação de uma rede de centros de acolhimento, sendo para isso necessário um conjunto de intervenções ao nível dos equipamentos sociais, que têm como objectivos:

- A recuperação de edifícios pertencentes à Santa Casa da Misericórdia em Mação para acolher pessoas carenciadas.
- A construção de Lares residenciais e Centros de Actividades Ocupacionais para dar apoio a pessoas incapacitadas, que não carecem de internamento hospitalar.
- A recuperação de escolas primárias desactivadas destinadas à instalação de organizações e outras colectividades e à implementação de centros de dia.
- A valorização do potencial humano de uma população limitada em termos de mobilidade pela interioridade e marcadamente envelhecida.
- A construção de uma unidade com capacidade para 150 camas que visa acolher pessoas que apesar de não necessitarem de cuidados hospitalares não podem alajar-se nos seus lares pois necessitam de cuidados específicos.
- O acolhimento de pessoas de ambos os sexos em situação de carência e/ou emergência social com uma capacidade de 300 camas.
- A criação de um Lar de idosos com características de nível superior, com valências de cuidados continuados.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
27.400.000 €

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul bem como IPSS e outros privados

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local

Iniciativas Municipais no domínio da Prevenção e Segurança

D.02.02

D1

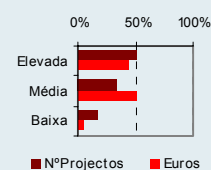
Esta operação engloba iniciativas que se integram nas competências da intervenção autárquica ao nível da prevenção e da segurança de pessoas e bens, nomeadamente através do suporte das condições de funcionamento dos Corpos de Bombeiros. A operação inclui campanhas de sensibilização no domínio da prevenção e segurança rodoviária e outro tipo de riscos, bem como projectos de construção e remodelação de quartéis de bombeiros municipais com vista à promoção da eficácia regional da missão assumida pelo Corpo de Bombeiros (nomeadamente a protecção de vidas humanas e de bens em perigo, a prevenção e combate de incêndios, o socorro de feridos e doentes, entre outros serviços).

Saliente-se que, no âmbito da estratégia regional assumida, estão previstas iniciativas concertadas com vista à dinamização da atractividade e relevância turística da região (que já atinge picos altos de concentração de visitantes e peregrinos, nomeadamente em Tomar e Fátima), constituindo a segurança e a profundidade da capacidade de prestação de socorro, um vector imprescindível à sua concretização e que importa levar em consideração no âmbito da prevenção e assistência em casos de emergência.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.005.516 €*

Promotor/Parceiros: Alguns Municípios do Médio Tejo

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais

* Nota: 70% do custo estimado corresponde a intervenções da administração central

Iniciativas Municipais no domínio da prestação de serviços ao cidadão		D.02.03	D1
<p>Esta operação engloba iniciativas que se integram nas competências da intervenção autárquica ao nível da promoção da coesão social, nomeadamente na oferta de cuidados de saúde e na oferta de apoio social à integração dos cidadãos mais carenciados. As iniciativas previstas incluem a assistência aos mais idosos e aos mais jovens, nomeadamente, através do aumento do nível de cobertura social associado a equipamentos como lares de idosos, centros de dia e ATL, cuidados e acolhimento temporário para crianças em risco.</p> <p>Em complemento, refiram-se os projectos que estão a ser desenvolvidos em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento de novas respostas sociais, tal como identificadas no âmbito da Rede Social (lares de idosos, creches). A sua complementaridade face às iniciativas da administração local confere-lhe densidade e promove a qualidade de vida da região.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p> <p>Custo Estimado: 3.366.462 €* </p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
<p>Promotor/Parceiros: Municípios de Constância, Sardoal e Torres Novas, envolvendo parceria com CRSS</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA</p>			

* Nota: 66% do custo estimado corresponde a intervenções da administração central

Rede de apoio domiciliário integrado com viatura de assistência móvel		D.02.04	D1
<p>Criação de um serviço móvel para assistência domiciliária na prestação de serviços de saúde, o que permitirá a criação de condições para o bem-estar da população. Este projecto será realizado em parceria com o Centro de Saúde de Oleiros.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p> <p>Custo Estimado: 100.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
<p>Promotor/Parceiros: Município de Oleiros e Centro de Saúde</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais; Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais; Equipamentos para a coesão local</p>			

Desenvolvimento de acções de formação e programas ocupacionais para desempregados

D.02.05

D1

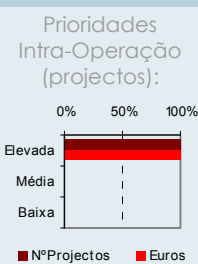
A organização de acções de formação e de programas ocupacionais para desempregados constitui uma intervenção que pretende minimizar as dificuldades de reinserção no mercado de trabalho e o risco de exclusão social para este grupo da população através do aumento das suas qualificações profissionais e/ou reorientação profissional, alargamento das capacidades e competências pessoais e valorização pessoal e social. Esta iniciativa pressupõe uma avaliação das necessidades de formação que permita definir quais as áreas de incidência que mais vantagens trazem para as empresas.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.365.000 €



Promotor/Parceiros: Município de Alcanena

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -

Iniciativas Municipais no domínio dos serviços de segurança pública

D.02.06

D2

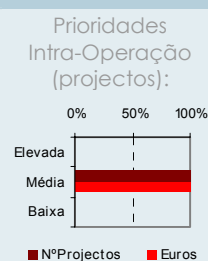
Esta intervenção visa implementar, em Abrantes, o novo quartel general da Bemposta, tal como previsto no dispositivo de segurança planeado pela GNR.

É a freguesia localizada mais a sul e a mais extensa do concelho, com uma área de cerca de 187 km² (26,2% do concelho). Nesta freguesia concentram-se escolas do 1º ciclo do ensino básico (de acordo com a carta educativa), sendo também um local de passagem de acessibilidades de âmbito nacional (actualmente a EN 2 e futuramente também o IC 9).

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Horizonte Temporal:
2008-2010



Promotor/Parceiros: Município de Abrantes, Administração Central

Iniciativas Municipais no domínio da prestação de cuidados primários de saúde (Centros de Saúde)

D.02.07

D2

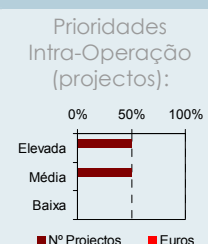
Esta operação engloba iniciativas que se integram nas competências da intervenção autárquica ao nível do acesso da população aos cuidados primários de saúde. Destacam-se nesta operação:

- A construção de um novo centro de saúde em Abrantes (o actual encontra-se instalado e a funcionar numa das alas do edifício do Hospital de Abrantes, disponibilizada, então, a título provisório) para que possa dar resposta ao aumento de utentes e das valências e serviços prestados;
- A ampliação e remodelação do centro de saúde do Entroncamento, que perdeu capacidade de responder eficazmente às solicitações de uma população com elevados níveis de crescimento;
- A requalificação em termos de infra-estrutura e qualidade dos serviços prestados no actual Centro de Saúde da Sertã (que se encontra desactualizado e esgotado) em que se inclui a compra de novos equipamentos e material médico adequado aos serviços e cuidados prestados ou se possível, a construção de um novo Centro de Saúde através da permuta dos terrenos onde se encontra o actual Centro.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2010



Promotor/Parceiros: Municípios de Abrantes, Entroncamento do Médio Tejo e Sertã do Pinhal Interior Sul

Pretende-se com esta operação, celebrar com a Administração Central, um conjunto de protocolos que permitam aos municípios do Pinhal Interior Sul, funcionando em rede, criar dinâmicas de parcerias para dinamizar um conjunto de actividades que não só aproveitem o que já existe na Região como potenciem ao nível da coesão territorial, com o apoio dos respectivos Ministérios, iniciativas para acolher, cuidar, reeducar e reintegrar segmentos populacionais fragilizados. Destaque para os protocolos com:

Prioridade da Operação:



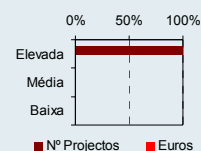
Área de Influência:

Multi-Local

Horizonte Temporal:

2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- o Ministério da Justiça e os municípios do Pinhal Interior Sul para a instalação em Oleiros de um centro prisional, com valências de reinserção e apoio à sociedade civil, através da participação dos reclusos em actividades em actividades cívicas, entre as quais se podem destacar algumas relacionadas com a gestão sustentada e preservação dos recursos florestais;
- o Ministério da Solidariedade e Segurança Social e todas as autarquias do Pinhal Interior Sul que possuem centros de acolhimento e tratamento de pessoas com as mais diversas necessidades (idosos, deficientes, carência e/ou emergência social), com o intuito de desenvolver programas e acções que possibilitem acolher, cuidar, formar e reintegrar estas pessoas.
- o Ministério da Saúde e todos os municípios do Pinhal Interior Sul que possuem centros de cuidados continuados ou de acolhimento de qualquer tipo de acidentados que necessitem de acompanhamento médico sem necessidade de serviços hospitalares, com o intuito de desenvolver os respectivos projectos, numa lógica de rede de centros de cuidados continuados. As Unidades de Cuidados Continuados de Saúde, por exemplo, permitem transferir doentes dos hospitais centrais que já não necessitam de internamento hospitalar, mas que no entanto, não podem regressar a casa dado que ainda carecem de acompanhamento médico menos exigente. Estas Unidades permitem não só diminuir custos hospitalares e libertação de camas como também promovem a criação de postos de trabalho e conseqüente redução do desemprego nos municípios onde estão localizadas.

A conquista de funções e o desenvolvimento de competências resultantes destes protocolos com a Administração Central, permitem alcançar níveis mais elevados de promoção de condições de vida e do desenvolvimento económico do território beneficiando dos seus efeitos de povoamento e contribuindo assim para o combate à desertificação, que carece cada vez mais de medidas concretas para a sua resolução.


Promotor/Parceiros: Ministério da Justiça, Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Municípios do Pinhal Interior Sul e Santa Casa da Misericórdia

EIXO I

Obj. 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida

Acção Integrada

b) Promoção de Ofertas Equilibradas e Diversificadas de Habitação

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
D.02.09	Iniciativas Municipais no domínio da recuperação de habitações degradadas e da promoção da habitação social	D1	
D.02.10	Promoção de uma Oferta Equilibrada de Habitação	D1	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano <input type="radio"/></p> <p>Factores de Competitividade <input type="radio"/></p> <p>Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/></p> <p>Cooperação Territorial <input type="radio"/></p>		<p>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Competitividade e Inovação <input type="radio"/></p> <p>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/></p> <p>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/></p> <p>E4- Protecção e Valorização Ambiental <input type="radio"/></p> <p>E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/></p>	
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E 1 <input type="radio"/> E2 <input type="radio"/> E3 <input type="radio"/> E 4 <input type="radio"/></p>		<p>Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input type="radio"/></p>	
<p><input checked="" type="radio"/> Relação forte <input checked="" type="radio"/> Relação relevante <input type="radio"/> Relação fraca</p>			

Iniciativas Municipais no domínio da recuperação de habitações degradadas e da promoção da habitação social		D.02.09	D1
<p>Esta intervenção insere-se no projecto que a Câmara Municipal de Torres Novas possui para combater o problema social do realojamento de famílias que vivem em barracas.</p> <p>Até ao momento já foram realojadas cerca de 60 famílias, continuando em lista de espera muitas outras. Procurando pela via do realojamento resolver também o problema do parque de habitações degradadas na cidade e concelho, a autarquia propõe-se a recuperar o que for possível do seu casario em risco, também pela via da aquisição, para realojamento dos casos sociais em lista de espera.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p> <p>Custo Estimado: 1.000.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Torres Novas			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local			



Promoção de uma Oferta Equilibrada de Habitação		D.02.10	D1
<p>Criação de duas áreas para realização de loteamentos e construção de moradias unifamiliares a custos controlados para venda a casais jovens como primeira habitação, como forma de captar população num território fustigado por problemas de desertificação e envelhecimento populacional.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p> <p>Custo Estimado: 1.700.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova e possíveis parceiros imobiliários			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Equipamentos para a coesão local			

EIXO I

Obj. 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida

Acção Integrada

c) Qualificação e Monitorização da Rede e Serviços de Saneamento Básico e Abastecimento de Água Potável

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
C.02.11	Telegestão e sensoramento do abastecimento de água	C	
C.02.12	Iniciativas Municipais no domínio da requalificação da rede de saneamento básico e abastecimento de água	C	
D.02.13	Serviço de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos	D1	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano



Factores de Competitividade



Valorização Territorial



Cooperação Territorial



Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação



E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos



E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais



E4- Protecção e Valorização Ambiental



E 5 – Governação e Capacitação Institucional



Objectivos FEADER e Nacionais

Contributo para realização dos objectivos

E 1



E 2



E 3



E 4



Objectivos Estratégicos do PNROT

Contributo para realização dos objectivos

O1



O2



O3



O4



O5



O6



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Telegestão e sensoramento do abastecimento de água

C.02.11

C

Sensoriar e controlar, em tempo real, a situação do abastecimento de água por forma a reduzir/anular desperdícios, manter a qualidade da água para consumo humano e afectar da melhor forma os caudais da rede.

A água é o constituinte mais característico da terra e é o ingrediente essencial da vida, como tal o Município de Vila de Rei tem a preocupação de fazer chegar à sua População um abastecimento de água que seja eficiente e eficaz para todos.

Deste modo, o Município de Vila de Rei pretende com a telegestão e o sensoramento do abastecimento de água desenvolver um sistema de controlo de água, quer ao nível da sua qualidade para o consumo humano, quer ao nível do seu aproveitamento, no sentido de não existir desaproveitamentos de água no seu curso de distribuição, uma vez que ela começa a ser escassa.

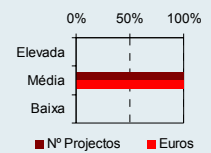
Assim a implementação deste projecto permite gerir de forma mais eficiente e eficaz a exploração, gestão e manutenção das redes de água existentes no concelho, com possíveis sinergias para os concelhos vizinhos quer do Pinhal Interior Sul quer do Médio Tejo.

A telegestão e o sensoramento possibilitam com que exista uma maior rentabilização da informação, nomeadamente no apoio directo à exploração, na diminuição de custos de manutenção e gestão no âmbito da produção de conteúdos úteis aos munícipes, prestando informação diversa, permite ainda supervisionar e monitorizar as ocorrências através de uma consola de controlo, a qual emite alertas automáticos sempre que o sistema detecta valores considerados críticos, facilitando a tomada de decisão perante a ocorrência

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
Multi-Local

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
500.000 €

Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Ciclo urbano da água

Iniciativas Municipais no domínio da requalificação da rede de saneamento básico e abastecimento de água

C.02.12

C

A operação congrega um conjunto de intervenções dos municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul ao nível da cobertura da rede de saneamento básico e abastecimento de água, tendo como objectivos:

- Completar a rede de abastecimento de água potável dos concelhos da região.
- Completar a rede de saneamento de águas residuais domésticas e pluviais dos concelhos da região.
- Instalar e/ou remodelar as várias ETAR existentes por forma a assegurar a boa qualidade do ambiente.
- Execução das redes de ligação à conduta adutora municipal visando a conclusão do sistema de abastecimento de águas nos aglomerados populacionais que se encontram por ligar à rede de abastecimento.
- A construção de reservatórios de abastecimento público de água e melhoria da qualidade da água distribuída à população (substituição de condutas de abastecimento).
- A criação de redes pluviais e domésticas, e a instalação/remodelação de colectores domésticos.

Incluem-se, também, algumas intervenções no âmbito dos sistemas de abastecimento e saneamento em alta.

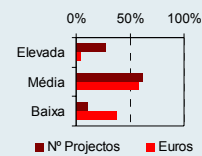
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
76.318.451€

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Ciclo Urbano da água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"

Serviço de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos

D.02.13

D1

Aquisição de equipamentos de deposição e recolha selectiva (nomeadamente contentores e viaturas). Com este projecto pretende-se criar meios com vista à optimização dos circuitos de recolha selectiva da Associação de Municípios Raia Pinhal e desta forma promover a recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no município de Oleiros.

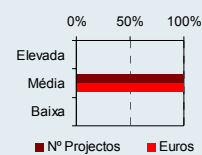
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
100.000 €

Promotor/Parceiros: Município de Oleiros

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Optimização da gestão de Resíduos

EIXO I		Obj. 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos																					
Acção Integrada	a) Mobilidade Intra-Regional (Operadores e Serviços)																						
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																				
A.03.01	Melhoria da Mobilidade Intra-Regional																						
D.03.02	Acções de âmbito local com vista à promoção das condições de mobilidade de pessoas, através de transportes públicos																						
D.03.03	Acções de âmbito local com vista à promoção das condições de utilização do modo ferroviário																						
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas																						
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>Potencial Humano</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Factores de Competitividade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valorização Territorial</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cooperação Territorial</td> <td></td> </tr> </table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 – Competitividade e Inovação</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td> <td></td> </tr> </table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional			
Potencial Humano																							
Factores de Competitividade																							
Valorização Territorial																							
Cooperação Territorial																							
E1 – Competitividade e Inovação																							
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos																							
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																							
E4- Protecção e Valorização Ambiental																							
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E 1</td> <td></td> <td>E 2</td> <td></td> <td>E 3</td> <td></td> <td>E 4</td> <td></td> </tr> </table>		E 1		E 2		E 3		E 4		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>O1</td> <td></td> <td>O2</td> <td></td> <td>O3</td> <td></td> <td>O4</td> <td></td> <td>O5</td> <td></td> <td>O6</td> <td></td> </tr> </table>		O1		O2		O3		O4		O5		O6	
E 1		E 2		E 3		E 4																	
O1		O2		O3		O4		O5		O6													
Relação forte		Relação relevante																					
Relação fraca																							

Melhoria da Mobilidade Intra-Regional

A.03.01

A

Esta operação agrega intervenções ao nível das condições de mobilidade das pessoas e dos factores produtivos, no sentido da sustentação e potenciação das dinâmicas territoriais internas e de afirmação sub-regional. Pretende-se estabelecer uma abordagem integrada e apostada numa estratégia regional, das questões ligadas ao planeamento das infraestruturas e aos serviços de transporte, contrariando a situação actual de funcionamento do sistema, quase exclusivamente,

em função do mercado, sem lógica de rede e sem aderência a qualquer estratégia de mobilidade. Engloba um conjunto de iniciativas/intervenções articuladas, de natureza material e imaterial, que actuam em dois domínios fundamentais de intervenção: no âmbito das infraestruturas e do planeamento das acessibilidades; e no âmbito dos serviços de transporte.

Ao nível do planeamento de acessibilidades, torna-se necessário proceder ao levantamento e integração (em SIG) da Rede Viária e à elaboração e implementação de estudo de planeamento das acessibilidades, para que sejam atingidos os objectivos regionais fixados:

- Melhorar a acessibilidade interna no Médio Tejo a todos os bens e serviços fornecidos a nível local e identificar estrangulamentos na acessibilidade à rede nacional bem como na gestão dos riscos identificados, nomeadamente pelo PROT-OVT.
- Influir no planeamento das acessibilidades externas, considerando a abertura das economias regionais ao exterior ena mobilidade dos factores produtivos e nos custos de produção.
- Dar uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, às necessidades das populações, para garantir um melhor acesso (de residentes e visitantes) aos equipamentos e infra-estruturas existentes.
- Garantir a gestão das acessibilidades através da constituição de uma base geográfica actualizada e uniformizada (SIG) para todos os municípios envolvidos.

Ao nível do Sistema Integrado de Transportes, torna-se necessário proceder: (i) Constituição de Identidade Corporativa de Transportes do Médio Tejo e desenvolvimento do respectivo Modelo de Governação; (ii) Elaboração e Implementação de Estudo de Definição Fina da Rede Convencional de Transporte Rodoviário Colectivo de Passageiros; (iii) Desenvolvimento e Implementação de Sistema de Transporte Flexível; (iv) Desenvolvimento de Modelo de Negócio para o Serviço de Transporte; (v) Desenvolvimento e Execução de Projecto de Qualificação de Interfaces e Paragens; (vi) Desenvolvimento e Implementação do Esquema de Informação ao Público, para que sejam atingidos os objectivos regionais fixados:

- Constituição de identidade corporativa com representação dos diversos intervenientes do sistema de transportes no Médio Tejo, com vista à integração regional efectiva das questões da mobilidade e sistema de transportes no Médio Tejo;
- Reformulação da estrutura da rede interurbana de transporte de passageiros segundo uma abordagem regional para dar resposta às necessidades de transporte identificadas;
- Implementação de novas soluções de mobilidade, nomeadamente serviços de transporte flexível reactivos à procura, incorporando preocupações de promoção da eficiência energética;
- Qualificação das paragens, dos interfaces e do material circulante, associados à melhoria da informação ao utente e à consequente (esperada) promoção da intermodalidade;
- Integração física, lógica e tarifária dos serviços de transporte;

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo e outras entidades privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial



* Nota: 55% do custo estimado corresponde a intervenções privadas

Acções de âmbito local com vista à promoção das condições de mobilidade de pessoas, através de transportes públicos		D.03.02	D1
<p>A operação agrega o conjunto de intervenções municipais direccionadas para a melhoria das condições de circulação dos utentes de transportes públicos, nomeadamente as gares de transportes públicos, e para a promoção de melhores condições de mobilidade urbana.</p> <p>Globalmente, as intervenções prevêm a melhoria das acessibilidades exteriores e interiores de modo a incentivar o park and ride e a utilização do transporte colectivo, a melhoria das infra-estruturas de apoio à espera de modo a permitir a aquisição de títulos de transporte assim como condições condignas de espera aos utilizadores (Alcanena e Tomar). A melhoria geral da qualidade de fruição destes equipamentos permitirá a sua extensão aos autocarros de turismo (Tomar), e aproveitar a centralidade deste equipamento para poder oferecer outro tipo de serviços, nomeadamente finanças, segurança social, correios, etc (Alcanena).</p> <p>Estão também previstas iniciativas visando contribuir para melhoria das condições de mobilidade das populações nos concelhos do Entroncamento e de Torres Novas, consolidando a articulação entre as redes de transportes públicos urbanos dos dois concelhos. Inclui-se a aquisição de viaturas e equipamentos (abrigo e sinalética).</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 3.966.720 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ N°Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Municípios de Alcanena, Tomar e Torres Novas			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial			

Acções de âmbito local com vista à promoção das condições de utilização do modo ferroviário		D.03.03	D2
<p>A operação congrega as necessidades de melhoria das condições de utilização do modo ferroviário nos municípios do Entroncamento (circulação de pessoas) e de Tomar (circulação de mercadorias):</p> <ul style="list-style-type: none"> A construção de uma nova estação ferroviária no Entroncamento, uma vez que a actual se encontra desadequada face aos novos conceitos de utilização do transporte ferroviário, e contribui para afastar potenciais utilizadores (que vêm no caminho-de-ferro um transporte ecológico, amigo do ambiente, mais económico e mais seguro do que o transporte rodoviário). Por outro lado, a estação do Entroncamento não oferece condições de segurança para os seus utilizadores no sentido em que para aceder ao comboio é necessário atravessar as linhas férreas. A estação do Entroncamento é uma das mais importantes no universo do transporte ferroviário nacional, estendendo a sua influência a toda a região, na qual gravita uma massa humana de cerca de 200.000 pessoas. A construção de uma nova estação ferroviária em Tomar visa fomentar a utilização do modo ferroviário para recepção e distribuição de mercadorias, em articulação com a zona industrial. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ N°Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município do Entroncamento, Tomar e outras entidades públicas			

EIXO I **Obj. 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos**

Acção Integrada **b) Organização das Conexões Exteriores Estruturantes da Região**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
C.03.04	Variante de Fátima	C	
D.03.05	Aeródromo/Heliporto	D1	
E.03.06	Ligação com perfil de IC entre Oleiros e Castelo Branco	E	
E.03.07	EN351 entre Isna de Oleiros e Pontão do Laranjeiro (IC8) - Proença-a-Nova	E	
E.03.08	ER 351 - Limite do concelho de Proença-a-Nova / A23 - Nó de Envendos	E	
E.03.09	Criação de um eixo estruturante que atravesse o Pinhal Interior Sul ligando o Fundão a Tomar	E	
E.03.10	Construção do IC9	E	
E.03.11	Ligação aos eixos viários estruturantes, circulares urbanas e ligações regionais inter-concelhias	E	
E.03.12	Requalificação do IC8	E	
E.03.13	Melhoramento (em termos de perfil) da ligação entre Vila de Rei e Ferreira do Zêzere.	E	
E.03.14	EN 3-12 - Requalificação do acesso da A23/IP6 à sede do Concelho	E	
E.03.15	IP2-IP6-A23/Estremoz/IP7-A6	E	

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e Administração Central

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano <input type="radio"/></p> <p>Factores de Competitividade <input checked="" type="radio"/></p> <p>Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/></p> <p>Cooperação Territorial <input type="radio"/></p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Competitividade e Inovação <input checked="" type="radio"/></p> <p>E2 – Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/></p> <p>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/></p> <p>E4- Protecção e Valorização Ambiental <input type="radio"/></p> <p>E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/></p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E 1 <input type="radio"/> E 2 <input type="radio"/> E 3 <input type="radio"/> E 4 <input checked="" type="radio"/></p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input type="radio"/></p>
<p><input checked="" type="radio"/> Relação forte <input checked="" type="radio"/> Relação relevante <input type="radio"/> Relação fraca</p>	

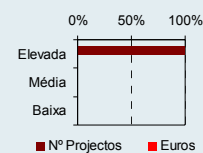
Variante de Fátima		C.03.04	C
<p>A operação diz respeito à construção de uma variante externa à cidade de Fátima (construção das vias entre a Av. D. José Alves Correia da Silva e a Cova Grande).</p> <p>A construção desta variante afigura-se urgente, em resultado dos actuais problemas ao nível dos fluxos de atravessamento que caracterizam o aglomerado urbano de Fátima, com especial relevo para os períodos de grande afluência turística. Assume-se, portanto, como uma intervenção que ultrapassa a área de influência do município de Ourém.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Multi-Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 6.553.996 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Ourém			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial			

Aeródromo/Heliporto		D.03.05	D1
<p>Este projecto tem como objectivo facilitar a mobilidade de pessoas entre o concelho de Vila de Rei e outros pontos do país (os quais possuem aeródromos), promovendo o turismo e a economia da região, bem como servir de base de apoio ao combate de incêndios sempre que necessário.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p> <p>Custo Estimado: 5.000.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade territorial			

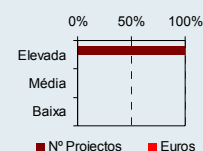
Ligação com perfil de IC entre Oleiros e Castelo Branco		E.03.06	E
<p>Construção do troço rodoviário entre Oleiros e a capital de Distrito (Castelo Branco), com características de Itinerário Complementar. O projecto em causa assume importância vital para a competitividade da região e para o seu desenvolvimento sócio-económico.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Administração Central com apoio da Município de Oleiros			

EN351 entre Isna de Oleiros e Pontão do Laranjeiro (IC8) - Proença-a-Nova**E.03.07****E**

Conclusão da ligação rodoviária entre Isna de Oleiros e o pontão do Laranjeiro (IC8) – Proença-a-Nova (eixo prioritário regional: EN – 351). Este projecto surge como um forte contributo para o desenvolvimento sócio-económico regional e de coesão territorial uma vez que se traduz necessariamente como um complemento a outros projectos propostos, dentro da área do turismo, educação, saúde e ambiente.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2007-2013Prioridades
Intra-Operação
(projectos):**Promotor/Parceiros:** Administração Central com apoio dos Municípios de Oleiros e Proença-a-Nova**ER 351 - Limite do concelho de Proença-a-Nova / A23 - Nó de Envendos****E.03.08****E**

Requalificação do eixo prioritário regional: ER 351 - Limite do concelho de Proença-a-Nova / A23 - Nó de Envendos, com respectivas ligações à rede viária municipal.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2007-2013Prioridades
Intra-Operação
(projectos):**Promotor/Parceiros:** Administração Central com apoio dos Municípios de Proença-a-Nova e Mação

Criação de um eixo estruturante que atravesse o Pinhal Interior Sul ligando o Fundão a Tomar

E.03.09

E

Investimento de importância elevada, quer para o Médio Tejo, quer para o Pinhal Interior Sul, uma vez que se centra no desenvolvimento de uma rede viária estruturante “diagonal” que permita ligar, através de uma via de acesso rápido (com perfil de IC, por exemplo), o Fundão a Tomar, permitindo o desencravamento dos Concelhos da Sertã e Oleiros, além de beneficiar os concelhos limítrofes.

Prioridade da Operação:

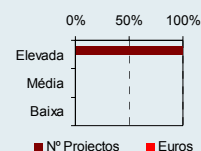


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Esta operação apresenta um grau de importância elevada uma vez que a requalificação e adaptação desta via às actuais e futuras necessidades de tráfego automóvel, ou a criação de um novo traçado que sirva o mesmo eixo permitirá aumentar a atractividade e a coesão inter-regional e inter-fronteiriça, traduzindo-se numa obra fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e de melhoria da competitividade das duas regiões.

Constituirá, igualmente, um factor de redução, que se prevê de seis a oito quilómetros, na actual distância de 24 km (vinte e quatro quilómetros) – 9 km (nove quilómetros) no Concelho da Sertã e 15 km (quinze quilómetros) no Concelho de Ferreira do Zêzere – no que concerne à ligação entre estes dois Concelhos.

A remodelação desta acessibilidade constituirá, também, um valioso contributo para sedimentar os esforços no sentido da localização, nestes territórios, de novas actividades que invertam o ciclo de desertificação de que têm sido alvo.

Promotor/Parceiros: Administração Central com apoio dos Municípios do Pinhal Interior Sul e do Médio Tejo

Construção do IC9

E.03.10

E

No âmbito da estratégia regional definida, foi identificada como crucial a construção do IC9, de responsabilidade da Administração Central, tal como previsto no Plano Rodoviário Nacional (2000).

Os troços do IC9 previstos estabelecem a ligação entre os municípios de Abrantes e Ourém, e o exterior da região do Médio Tejo, e dizem respeito, especificamente:

- a construção do troço do IC9 Abrantes-Ponte de Sor/EN 118 permitirá reforçar e consolidar as ligações com o Norte Alentejano e o IC13, reforçando particularmente as condições de desenvolvimento do eixo industrial emergente das duas cidades (PNPOT);
- a construção do troço do IC9 entre a Auto-Estrada do Norte próximo de Fátima e o IC3 junto a Tomar, atravessando o concelho de Ourém e estabelecendo uma ligação transversal W/E interna à região do Médio Tejo (Fátima-Tomar), assegurando também um papel colector e distribuidor de alguns tráfegos internos ao concelho.

Prioridade da Operação:

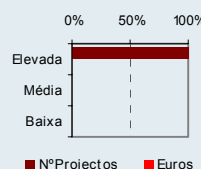


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central

Ligação aos eixos viários estruturantes, circulares urbanas e ligações regionais inter-concelhias

E.03.11

E

No âmbito da estratégia regional definida, foram identificadas como cruciais as seguintes intervenções, de responsabilidade da Administração Central, ao nível da malha de ligação exterior da região e dos seus municípios:

- Alcanena - CIRCULAR NORTE DE ALCANENA,
- Constância - CONSTRUÇÃO DE ESTRADA DE LIGAÇÃO DE MONTALVO (concelho de Constância) A MARTINCHÊL (concelho de Abrantes) e CONSTRUÇÃO DA EN118 - VARIANTE CONSTÂNCIA SUL – GAVIÃO (incluindo a nova travessia sobre o rio Tejo que liga a A23 à EN118);
- Entroncamento - CIRCULAR 3 E REQUALIFICAÇÃO DA EN 365 e REDE VIÁRIA INTERURBANA;
- Ferreira do Zêzere - VARIANTE A PIAS / CORRECÇÃO À EM 348;
- Ourém - VARIANTE DE OURÉM (BELTROA/CORREDOURA), BENEFICIAÇÃO DA EN 113-1, BENEFICIAÇÃO DA EN 360 E BENEFICIAÇÃO DA ER 356;
- Tomar - LACUNAS NA REDE DE ESTRADAS: E.N. 110 (reabilitação da E.N. 110 entre a cidade e a rotunda da Zona Industrial e reabilitação da E.N. 110 entre Tomar e o limite do Concelho (Coimbra)), E.N. 349-3 (reabilitação da E.N. 349-3 entre Tomar e o limite do Concelho) e E.N. 358 (reabilitação da E.N. 358 entre a E.N. 110 (Santa Cita) e o limite do Concelho (Torres Novas)).

Prioridade da Operação:



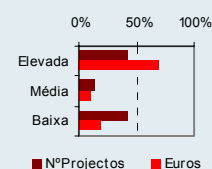
Área de Influência:

Multi-Local

Horizonte Temporal:

2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central*

* Nota: cerca de 19% do custo estimado corresponde a intervenções da administração local

Requalificação do IC8

E.03.12

E

Reformulação e adaptação do traçado do IC8, às actuais e futuras necessidades de tráfego automóvel. A conclusão desta acessibilidade terá um forte impacto no aumento da atractividade, competitividade da região.

Prioridade da Operação:



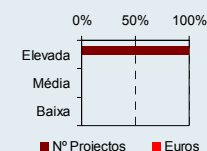
Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central com apoio dos Municípios do Pinhal Interior Sul

Melhoramento (em termos de perfil) da ligação entre Vila de Rei e Ferreira do Zêzere.

E.03.13

E

Construção do troço que liga Vila de Rei a Ferreira do Zêzere/IC3, contribuindo assim para a concretização/finalização de um eixo estruturante que interliga todo o Pinhal Interior Sul, ou seja eixo entre Ferreira do Zêzere e Fundão, e que apenas necessita de 17 Km para se tornar uma realidade..

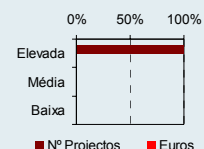
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Multi-Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central com o apoio dos Municípios de Vila de Rei e de Ferreira do Zêzere

EN 3-12 - Requalificação do acesso da A23/IP6 à sede do Concelho

E.03.14

E

Requalificação do acesso da A23/IP6 à sede do Concelho de Mação.

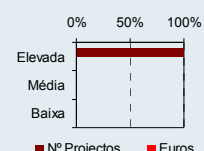
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central com o apoio da Município de Mação

Operação de ligação Norte-Sul entre Mação e os concelhos limítrofes que fazem parte da região norte alentejana, onde se inclui um projecto em fase de estudo prévio que prevê a ligação entre a A23 e Estremoz denominado "IP2-IP6-A23/Estremoz/IP7-A6" e que se pretende que venha a ter um papel estruturante na ligação do Pinhal Interior Sul à NUTS II Alentejo.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

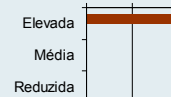
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2007-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):




0% 50% 100%



■ Nº Proj. ■ Euros



Promotor/Parceiros: Administração Central com o apoio da Município de Mação

EIXO I		Obj. 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos	
Acção Integrada	c) Redes de Mobilidade Intra-Regional (infra-estruturas)		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
C.03.16	Requalificação da EN3 – Entroncamento-Torres Novas	C	
C.03.17	Requalificação da Ponte Romana Intermunicipal	C	
C.03.18	Rede Viária municipal com ligações intermunicipais (ER 233 / EN 241 / ER 351)	C	
C.03.19	Variante Sul a Proença-a-Nova	C	
D.03.20	Requalificação da Rede Viária Municipal	D1	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input checked="" type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação <input checked="" type="radio"/> E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/> E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/> E4- Protecção e Valorização Ambiental <input type="radio"/> E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 <input type="radio"/> E 2 <input type="radio"/> E 3 <input type="radio"/> E 4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 <input type="radio"/> O2 <input type="radio"/> O3 <input checked="" type="radio"/> O4 <input checked="" type="radio"/> O5 <input type="radio"/> O6 <input type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

Requalificação da EN3 – Entroncamento-Torres Novas

C.03.16

C

A operação articula a iniciativa inter-municipal dos municípios do Entroncamento e Torres Novas de requalificação da EN3, convertendo-a em via urbana. A intervenção prevê:

- no troço da EN3 entre o Entroncamento e o limite do concelho de Torres Novas, mais propriamente entre a Ponte da Pedra e a Zona Industrial, a construção de uma via que contemple, sempre que possível, a criação de um perfil transversal com 4 faixas de rodagem com 3,50 m de largura cada, um separador central com 1,00 m e a marginal o arruamento dois passeios, com 2,50 m cada, numa extensão aproximada de 3 km.
- No troço da EN3 entre a EN243 (Nicho de Riachos) e o limite do Concelho do Entroncamento, a construção de uma via que contemple a criação de uma perfil transversal com 4 faixas de rodagem com 3,50 m de largura cada, um separador central com 1,00 m e a marginal o arruamento dois passeios, com 2,50 m cada. A extensão deste troço é de 2175 m e deverá contemplar, também, a construção de 4 rotundas.

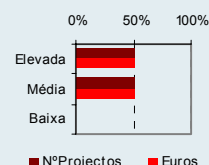
Todo o troço da EN3 entre o Entroncamento e Tomar será dotado de iluminação pública e de rede de águas pluviais, efectuando-se, também, o restabelecimento de redes de águas e de esgotos. Para a implementação da obra será necessário proceder, ao longo de todo o traçado, à aquisição de solos para que possa ser possível executar o perfil transversal indicado.

Os núcleos urbanos de Entroncamento e Torres Novas tenderão a médio prazo para uma mais estreita ligação, o que se constata pelo grau de crescimento da construção para habitação e pelo surgimento de novas plataformas comerciais. Uma via como a projectada é fulcral para um desenvolvimento equilibrado e uma ligação adequada entre estas duas realidades urbanas. Serão servidos, no imediato cerca de 50.000 habitantes, prevendo-se um reforço deste número a médio e longo prazo.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
4.000.000 €

Promotor/Parceiros: Municípios do Entroncamento e Torres Novas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Requalificação da Ponte Romana Intermunicipal

C.03.17

C

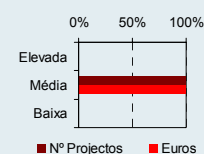


Infra-estrutura totalmente alimentada por energia verde – painéis foto voltaicos e energia eólica. Cartão-de-visita de um Concelho ecológico.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
225.000 €

Promotor/Parceiros: Município de Mação

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Rede Viária municipal com ligações intermunicipais (ER 233 / EN 241 / ER 351)

C.03.18

C

A rede viária municipal inclui hoje, com transferências por parte da Administração Central, 3 itinerários de nível regional:

- ER 233 Limite do Concelho de Castelo Branco a intercepção com a EN 241;
- EN (M) 241 Proença-a-Nova a ER 233;
- ER 351 intercepção com a EN 241 a limite do distrito;

Prioridade da Operação:



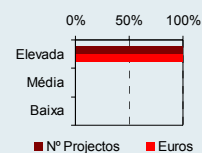
Área de Influência:

Multi-Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.200.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Esta rede tem uma extensão aproximada de 360 km. Além desta, que estabelece ligações de interesse supra-municipal, existe toda a rede que articuladamente promove as ligações às diversas freguesias do concelho e que acarretam um encargo financeiro anual.

Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Variante Sul a Proença-a-Nova

C.03.19

C

A construção da variante Sul a Proença-a-Nova é um itinerário fundamental para promover a ligação à primeira variante de Proença-a-Nova existente, fazendo com esta um anel em torno da vila, e interligando os nós do IC8, constituindo-se como uma via colectora/distribuidora de tráfego. Permite também criar um acesso à zona Industrial de Proença-a-Nova potenciando trocas comerciais e permitindo maior fluidez do tráfego pesado. Esta via é estruturante para o progresso e desenvolvimento da sede do concelho, situando se na área de expansão do perímetro urbano.

Prioridade da Operação:



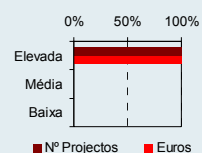
Área de Influência:

Multi-Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
2.000.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Requalificação da Rede Viária Municipal

D.03.20

D1

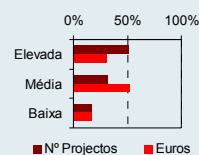
A operação agrega o conjunto de intervenções municipais direccionadas para a melhoria da circulação interna na região. Inclui, nomeadamente, as seguintes tipologias de intervenções:

- conclusão das ligações inter-freguesia ainda em falta, bem como algumas ligações das sedes de freguesia à sede do concelho;
- beneficiação da rede viária de ligação das freguesias à sede do concelho;
- beneficiação de diversas estradas municipais, que face ao seu mau estado de conservação necessitam de uma intervenção urgente, bem como a melhoria da sinalização vertical e horizontal, para que sejam reduzidos os altos níveis de sinistralidade que actualmente têm;
- supressão de passagens de nível e melhoria geral das condições de fluidez de tráfego (pontes de ligação entre margens de rios) ;
- beneficiação de caminhos municipais, pavimentação de arruamentos e caminhos de acesso, e melhoria da sinalização rodoviária;
- requalificação de alguns traçados – beneficiação de drenagem e reforço de pavimento – e a garantia de mobilidade das populações nas redes intra-municipais, dotando-as de condições de segurança;
- melhoria das acessibilidades que promovem as ligações entre as aldeias dos vários concelhos;
- requalificação de artérias municipais mais importantes, em particular ao nível das infra-estruturas de saneamento básico, construção de passeios para segurança dos peões e medidas de abrandamento de tráfego de algumas estradas.

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
Local

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2007-2013

Custo
Estimado:
77.333.604€

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

OBJECTIVO GERAL Construir “**vantagens de localização empresarial**”, como alavanca duradoura da competitividade regional, organizando uma rede hierarquizada e racional de **parques e pólos** dotados de adequados serviços empresariais e geridos para a sustentabilidade e a eficiência colectiva, seja para conquistar **funções de intermediação em cadeias de valor alargadas**, com base no cruzamento de vantagens logísticas com o acesso a actividades e serviços de inovação e conhecimento, seja para alavancar a **valorização económica de recursos naturais e endógenos**, com base na abertura a novos produtos e canais de comercialização, acolhendo e promovendo, numa base económica em diversificação, **um tecido empresarial mais forte e competitivo**.

Objectivos Específicos


- Estruturação da “**Porta Norte**” da Grande Região de Lisboa, enquanto **plataforma de actividades alavancada pela “inovação ao serviço da logística global”** (Norte-Sul e Portugal-Espanha), **geradora de emprego** e capaz de **densificar pressões de procura induzidas pela localização privilegiada (A1-A23) através da implementação de um sistema pró-activo de promoção, captação e acolhimento empresarial** (articulado complementarmente com áreas de localização e parques empresariais especializados com gestão integrada).
- Criação de uma rede eficiente de **parques e pólos de acolhimento empresarial**, onde se deve incluir a requalificação e reestruturação de infraestruturas viáveis de apoio à actividade empresarial, gerida de forma racional e integrada, para captar “grandes” e “pequenas” iniciativas empresariais e promover o empreendedorismo, de base internacional, nacional ou local, nomeadamente no quadro da prioridade concedida pela estratégia regional à valorização económica dos recursos endógenos.
- Viabilização de uma “**Rede Regional de Inovação, Conhecimento e Formação Avançada**”, como mecanismo de mobilização de conhecimento e tecnologia para a inovação empresarial (centro “virtual” de infraestruturas de investigação aplicada, transferência de tecnologia) e como instrumento de desenvolvimento de uma bacia de capital humano qualificado (ensino superior e formação de recursos avançados) e de competências aplicadas no desenvolvimento dos factores competitivos da “economia verde-azul” baseada na água e na floresta (papel, materiais construção, energias limpas e prevenção de riscos na conservação da natureza).

EIXO II

Obj. 4 – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do Território e na dinamização das Actividades Económicas

Acção Integrada

a) Estruturação da “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa

	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.04.01	Plataforma de Actividades ao serviço da Logística Global “Norte”-“Sul” e “Portugal”-“Espanha” (A1-A23)	A	

Actores

Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input checked="" type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	<input checked="" type="radio"/>
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input checked="" type="radio"/>
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input checked="" type="radio"/>
E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input type="radio"/>
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos

E 1	E 2	E 3	E 4
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Plataforma de Actividades ao serviço da Logística Global “Norte”-“Sul” e “Portugal”-“Espanha” (A1-A23)		A.04.01	A
<p>Desenvolvimento da Plataforma Logística do Médio Tejo, na zona envolvente do nó industrial da A1-A23, nos concelhos de Alcanena e Torres Novas, que permita:</p> <ul style="list-style-type: none"> tirar partido da localização geográfica da região na captação de investimentos; garantir a dotação de um conjunto de serviços e infraestruturas avançadas, nomeadamente, em matéria de: <ul style="list-style-type: none"> espaços e condições propícios à incubação de empresas e à mobilização de um ambiente favorável à emergência, desenvolvimento e consolidação de iniciativas empresariais; oferta de serviços de suporte à actividade empresarial e (em particular) à actividade logística; dotação de condições de instalação empresarial de excelência (ex: telecomunicações e acesso à “banda larga”, abastecimentos de combustível, venda de peças, oficinas de reparação e manutenção, estação de serviço, arruamentos, saneamento, electricidade), etc.; dotação de condições de suporte às pessoas (balneários, restauração, tabacaria, primeiros socorros, unidade hoteleira de negócios, pavilhão multiusos com salas para acções de formação, posto de correios, etc.); equilibrar a criação de novas plataformas com o reordenamento e requalificação das plataformas de âmbito concelhio que tenham capacidade para assumir uma lógica regional; <p>O espírito subjacente ao desenvolvimento da Plataforma Logística do Médio Tejo integra como principal pressuposto de definição, a percepção da oportunidade estratégica que se coloca à região, decorrente de uma localização privilegiada ao longo de eixos rodoviários estruturantes do País. O aumento da pressão para a concentração de actividades empresariais e, em particular de actividades ligadas à logística e à grande distribuição, nas imediações do cruzamento viário da A1-A23, justifica a mais-valia estratégica da projecção deste ponto forte da região e da completa optimização da oportunidade que constitui a sua inserção numa “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa. De facto, a posição do Médio Tejo no contexto da região Centro e do País permite assumir como grande oportunidade da região:</p> <ul style="list-style-type: none"> a consolidação de uma posição privilegiada no cruzamento das principais rotas de mobilidade global e circulação terrestre, articulando tendências pesadas de relacionamento entre produção, distribuição e consumo, através de uma plena participação e inserção na organização de uma “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa, seja através da afirmação nos circuitos económicos Norte-Sul associados ao aprofundamento da relação entre os dois grandes pólos de concentração urbana do país, seja através da conquista de actividades e funções de intermediação logística global nos circuitos de distribuição Espanha-Portugal; que a posição privilegiada do Médio Tejo nesta malha de relações económicas em construção lhe confere um potencial de desenvolvimento relevante, que pode e deve ser transformada num trunfo efectivo na consolidação de um sistema económico de resposta rápida às procuras externas e na captação de empresas e investimentos valorizadores da proximidade do cruzamento viário da A1 com a A23, e simultaneamente, num trunfo, igualmente efectivo, na captação de população atraída pelo modelo de vida possibilitado por uma localização “longe de congestionamento mas próximo de Lisboa”. 	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
		<p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Custo Estimado: 91.500.000€</p>
<p>Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística; Sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica; Sistemas de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas; Redes urbanas para a competitividade e inovação</p>			

EIXO II		Obj. 4 – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das actividades económicas	
Acção Integrada	b) Sistema pró-activo de Promoção, Captação e Acolhimento de Investimento Empresarial e promoção do Empreendedorismo		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.04.02	Montagem e dinamização de um sistema de gestão integrada das actividades de apoio à captação de investimento privado, a aplicar em função de uma especialização nivelada do conjunto das zonas de localização empresarial do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	A	
A.04.03	Centro de apoio a pequenas e microempresas de alta tecnologia	A	
A.04.04	Edifício multiuso de serviço e apoio às empresas	A	
B.04.05	Dinamização e Promoção da Rede de Parques Empresariais do Concelho de Ourém	B	
B.04.06	Alargamento da área de implantação e dos serviços oferecidos pela Área de Localização Empresarial de V. N. Barquinha	B	
B.04.07	Organização dos espaços de acolhimento e serviços de suporte à actividade empresarial em Abrantes	B	
B.04.08	Área industrial de Vale Serrão (Ex-SOTIMA)	B	
C.04.09	Alargamento e ordenamento das zonas disponíveis para instalação industrial especializada no município de Torres Novas	C	
C.04.10	Alargamento das zonas disponíveis para instalação empresarial no município de Ourém (Fátima)	C	
C.04.11	Articulação da rede de áreas de acolhimento empresarial do Pinhal Interior Sul	C	
D.04.12	Infra-estrutura Polivalente dinamizadora da actividade comercial	D1	
D.04.13	Intervenções nas zonas de localização empresarial de âmbito local dos municípios do Médio Tejo	D1	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input checked="" type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação <input checked="" type="radio"/> E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input checked="" type="radio"/> E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/> E4- Protecção e Valorização Ambiental <input type="radio"/> E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 <input type="radio"/> E 2 <input type="radio"/> E 3 <input type="radio"/> E 4 <input type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos O 1 <input type="radio"/> O 2 <input type="radio"/> O 3 <input checked="" type="radio"/> O 4 <input checked="" type="radio"/> O 5 <input type="radio"/> O 6 <input type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

Montagem e dinamização de um sistema de gestão integrada das actividades de apoio à captação de investimento privado, a aplicar em função de uma especialização nivelada do conjunto das zonas de localização empresarial do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

A.04.02

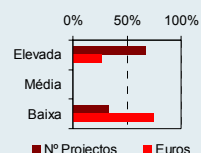
A

A operação enquadra-se no objectivo estruturante assumido pelo conjunto das duas NUTS III, de afirmar as vantagens de localização empresarial como alavanca de competitividade regional, fazendo projectar o efeito de densidade e de massa crítica gerado pela aposta estrutural na afirmação da Plataforma Logística do Médio Tejo, aos níveis diferenciados de parques e zonas de localização empresarial de toda a região.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.350.000€

Esta gestão integrada dos parques e áreas de acolhimento empresarial dos municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul assume como objectivo central a capacidade de generalizar uma gestão profissionalizada destas infra-estruturas a todos os municípios envolvidos (difícilmente atingida no contexto de pequenas iniciativas de localização empresarial) e, complementarmente, de reduzir custos e dinamizar serviços e iniciativas, de reordenar a localização de actividades e de captar novos investimentos.

Salienta-se a prestação de serviços numa lógica transversal, onde se incluem, nomeadamente, iniciativas conducentes à prestação de apoio à inovação e ao investimento privado.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística; Promoção e capacitação institucional; Redes Urbanas para a competitividade e Inovação; Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

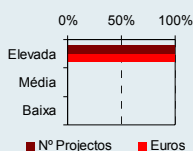
O Centro de Apoio a Pequenas e Microempresas visa actuar positivamente sobre o tecido empresarial existente e apoiar a criação, consolidação e crescimento das pequenas e microempresas, através de uma actuação pró-activa nos factores que podem influenciar a motivação dos indivíduos para iniciar ou manter uma actividade empresarial, construindo e estimulando a capacidade para desenvolver e implementar estratégias empresariais e criar um ambiente empresarial confiante e dinâmico.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
16.000.000 €

São objectivos operacionais do Centro:

- No domínio das pequenas e microempresas e dos empresários em nome individual existentes, a qualificação, consolidação e crescimento no quadro de uma competitividade mais dinâmica, através da renovação e rejuvenescimento das unidades produtivas, da modernização das microempresas e dos empresários em nome individual, da diversificação e graduação das áreas de negócio existentes, do incentivo à qualidade e à inovação organizacional, comercial e tecnológica, da informação/formação dos recursos humanos, da diminuição da taxa de insucesso registada pelas novas empresas nos seus primeiros cinco anos de actividade e do incentivo à sucessão do negócio, permitindo e assegurando a sua continuação.
- No domínio dos empreendedores, o apoio e encorajamento através da construção da capacidade para iniciar e manter a actividade empresarial baseada na confiança, na motivação e na mobilização dos apoios disponíveis e da disponibilização de apoio logístico e de espaços de instalação,
- No domínio das microempresas em sectores com importância estratégica local, regional e eventualmente nacional, o aumento da sua produtividade e competitividade através da qualificação na cadeia de valor, do desenvolvimento do potencial de crescimento e do desenvolvimento de agrupamentos de excelência.
- No domínio da internacionalização do tecido microempresarial da região, através do apoio à criação e/ou integração em parcerias estratégicas, à abertura de novos mercados, à promoção de práticas de parceria e de trabalho em rede, à criação de redes locais/regionais/ internacionais e à inserção em redes micro empresariais existentes bem como à ligação dos centros de empresas internacionais.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica

Esta operação pretende criar, através da construção de um edifício próprio, uma área específica multiuso preparada para dar apoio às empresas da região, num conjunto alargado de actividades. Pretende-se dotar neste edifício de:

- Um conjunto de serviços de apoio às empresas (consultoria económica, jurídica, serviços administrativos, apoio e acompanhamento ao novo investidor e às empresas já instaladas na região, entre outros serviços de valor acrescentado)
- Um espaço destinado a um conjunto de eventos diversos, associados ao desenvolvimento das actividades comerciais e industriais, que poderão incluir exposições, showrooms, workshops, seminários, entre outros.
- Prevê-se igualmente a instalação neste edifício da sede da Associação Comercial e Industrial dos Concelhos da Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila de Rei.

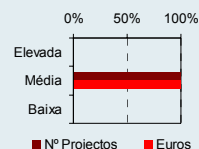
Equipamento essencial para a estratégia de desenvolvimento a implementar na Região, fundamental para apoiar a criação, consolidação e crescimento das empresas, independentemente da sua actividade e localização, contribuindo para a mobilização de recursos e para a promoção da complementaridade, intervindo positivamente nos factores que influenciam a motivação dos indivíduos para iniciar ou manter a sua actividade empresarial, e estimulando parcerias para desenvolver e implementar estratégias empresariais e criar um ambiente empresarial confiante e dinâmico.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
2.500.000 €

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul e outras instituições privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

A operação integra as iniciativas do município de Ourém no âmbito da disponibilização de espaços ordenados e qualificados para a fixação de empresas e indústrias.

Está projectado o desenvolvimento, tal como previsto no Plano Directo Municipal (PDM) do município, de cinco novas zonas industriais, em Gondemaria, Urqueira, Freixianda, Espite e Alburitel, inseridas no espírito de captação e acolhimento empresarial numa base articulada com as iniciativas promovidas pela região, no seu todo.

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100%
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 11.500.000 €	

“Zona Industrial de Ourém”

O Município detém na sua área, zonas industriais que confirmam a sua dinâmica empresarial. As zonas industriais de Casal dos Frades (Seiça), Vilar dos Prazeres e Caxarias mostram o potencial do Município enquanto espaço disponível para a recepção de investimento nas novas áreas entretanto projectadas.

Para além destas zonas industriais já existentes, estão previstos no Plano Director Municipal (PDM) outros espaços que se pretendem implementar num futuro próximo:

- Zona Industrial de Gondemaria;
- Zona Industrial da Urqueira;
- Zona Industrial de Freixianda;
- Zona Industrial de Espite;
- Zona Industrial de Alburitel.

Neste sentido, pretende-se dinamizar e promover as zonas industriais previstas no PDM, com vista ao desenvolvimento de novas infra-estruturas necessárias, nomeadamente, arruamentos, rede eléctrica, rede de águas, saneamento e telefones.



Vista global da Zona Industrial de Ourém



Zonamento da Zona Industrial de Ourém

Promotor/Parceiros: Município de Ourém e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Alargamento da área de implantação e dos serviços oferecidos pela Área de Localização Empresarial de Vila Nova da Barquinha

B.04.06

B

Na sequência do arranque do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, que actualmente está em fase de instalação das primeiras empresas, antevêm-se perspectivas de aumento da sua atractividade à fixação de novas empresas.

Com o aumento da concentração empresarial justifica-se a prestação de um conjunto diversificado de serviços, num modelo centralizado, bem como antecipar as necessidades de alargamento da área de implantação empresarial disponível. Estas necessidades justificam os projectos previstos, nomeadamente:

- Centro de Apoio à Actividade Empresarial e Ninho de Empresas - edifício que centralizará um conjunto de serviços a prestar às empresas sediadas no Centro de Negócios, nomeadamente um pequeno auditório, sala de reuniões e/ou formação, prestação de serviços bancários, café/restaurante e sede da Sociedade Gestora da Área de Localização Empresarial. Para além disso, terá também oito espaços a utilizar na lógica de incubadora de empresas.
- Alargamento da Área de Localização Empresarial – com realização prevista a partir de 2010, e que corresponde ao alargamento do Centro de Negócios, que actualmente está em fase de comercialização e de implementação das primeiras empresas.



“Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha”

Este espaço está a ser administrado por uma sociedade gestora com capitais municipais e privados pelo que os empresários que promovem o investimento participam também na gestão do Centro de Negócios.

Constituem competências da sociedade Gestora:

- Negociar com as empresas candidatas a sua instalação no Parque;
- Desenvolver acções de promoção e marketing do Parque;
- Verificar e fazer cumprir as normas estabelecidas para o Parque, constantes do Regulamento de Venda e instalação e do Regulamento de co-utilização do Parque;
- Zelar pelo bom estado de conservação e manutenção das infraestruturas e equipamento, em articulação com as entidades competentes para o efeito;
- Prestar os serviços comuns ao condomínio;
- Cobrar os encargos de gestão.



Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha



Vista do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha

Promotor/Parceiros: Município de Vila Nova da Barquinha e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Organização dos espaços de acolhimento e serviços de suporte à actividade empresarial em Abrantes

B.04.07

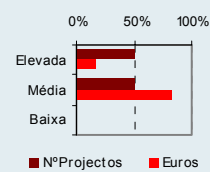
B

A operação integra as iniciativas do município de Abrantes no âmbito da disponibilização de espaços ordenados e qualificados para a fixação de empresas e indústrias. As intervenções previstas são direccionadas para a diversidade de necessidades das empresas que procuram o concelho para se fixarem, nomeadamente em função das diferenças implícitas à sua dimensão. A operação engloba:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
4.250.000 €

- Parque empresarial para grandes empresas – infraestrutura, localizada na freguesia de Pego, junto à Central Termoeléctrica, destinada ao acolhimento de empresas cujas dimensões não se enquadrem em zonas industriais mais limitadas;
- Parque Industrial de Abrantes – conclusão das infraestruturas, para instalação de novas empresas que manifestaram a intenção de aí se localizarem, prevendo-se, desde já, que a lotação do mesmo fique esgotada a curto prazo.

“Parque Industrial de Abrantes”

No essencial, com o conjunto de intervenções acima identificadas pretende-se reforçar as condições e capacidade de acolhimento de investimentos produtivos e das condições de apoio logístico ao fluxo de viaturas pesadas de mercadorias que diariamente atravessam o concelho, sobretudo na A23.

No Parque empresarial para grandes empresas, encontra-se já instalada uma unidade de produção de produtos de quartzo e quartzo aglomerado, pertencente a um grupo espanhol, encontrando-se em fase de instalação uma outra unidade, igualmente, de capital espanhol.

O Parque confina com E.N. 118 (via de ligação privilegiada da região ao Alentejo) e com o percurso previsto para o futuro IC9.

Refira-se, a título complementar, que o elevado número de viaturas pesadas de mercadorias que circulam no concelho de Abrantes e zona envolvente, justifica a implementação de iniciativas, públicas e privadas, com vista à melhoria das condições de suporte às actividades de transporte e logística. Está prevista implementação de um projecto, de iniciativa privada – Truck-Center – destinado ao apoio e prestação de serviços a viaturas pesadas de mercadorias, investimento de valências integradas de apoio neste âmbito, designadamente, estacionamento, restauração/cafetaria, zona logística, oficinas de reparação e manutenção, posto de abastecimento, etc. O equipamento situar-se-á na proximidade imediata de um dos nós de acesso à A23.



Parque Industrial de Abrantes

Promotor/Parceiros: Município de Abrantes e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Área industrial de Vale Serrão (Ex-SOTIMA)

B.04.08

B

Operação com impactos económicos e sociais para a sustentabilidade do concelho e da região, que promove a coesão territorial e contribui para inverter o ciclo de desertificação com a criação de empregos directos e indirectos. Pretende-se no âmbito de uma parceria público-privada criar no espaço da ex-Sotima (um projecto abandonado há cerca de 10 anos e que chegou a ser o principal empregador da região) duas realidades:

- Desenvolvimento de um projecto de interesse nacional, que será caracterizado por dois grandes pilares, o desenvolvimento de uma área de localização empresarial certificada de acordo com o protagonizado no PROT-Centro (Plano Regional de Ordenamento do Território), através da criação de um Centro Tecnológico Florestal em parceria com instituições do ensino superior da região, com as autarquias, empresas do sector e o Centro de Ciência Viva da Floresta;
- Requalificação e infra estruturação do espaço já licenciado para as diferentes classes de uso industrial onde serão criadas as infra-estruturas necessárias para a implantação de unidades industriais para colmatar a inexistência de espaços na actual Zona industrial de Proença-a-Nova, potenciando a localização aparecimento de outras realidades, dando suporte à indústria metalomecânica já existente e com condição de a ver expandir

O projecto prevê a requalificação para fins industriais de uma área de 250 mil metros, (dos quais 27 mil m2 de espaço coberto) bem como a beneficiação de cerca de 100 mil m2 para área florestal e agrícola.

Apesar de aberto a diversas actividades empresariais, o futuro complexo terá uma vocação especial para as empresas ligadas à fileira florestal e ao desenvolvimento de energias renováveis.

A zona a requalificar será objecto de cuidados estudos ambientais, com o objectivo de se afirmar como exemplo de sustentabilidade.

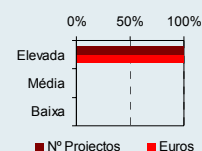
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
30.900.000 €



Estudo Prévio



Vista Aérea

Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova e Parceria Público-Privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Alargamento e ordenamento das zonas disponíveis para instalação industrial especializada no município de Torres Novas

C.04.09

C

A operação articula iniciativas inter-municipais em que Torres Novas se insere, no domínio da localização empresarial. As intervenções em curso envolvem:

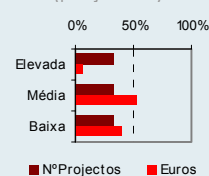
- Zona Industrial da Zona Norte - criação de zona industrial (temática), na zona norte do concelho para a colocação de um parque de sucatas. Este parque vai permitir a erradicação de todas as sucatas existentes, actualmente de uma forma desordenada e dispersa por todo o município, tanto na área do município como de municípios limítrofes. Visa resolver um problema de ordenamento das empresas de sucatas, bem como permitir soluções sustentadas para aquele tipo de actividade dentro e fora do concelho.
- Implementação da 2ª Fase do Geriparque - Parque de Negócios de Torres Novas, incluindo a compra de terrenos, projectos e todas as infraestruturas. A área prevista é de 345.319 m2 e o projecto integra uma parceria em curso com a NERSANT.
- Criação de um Centro Empresarial em Torres Novas, constituído por:
 - Incubadora de Empresas, enquanto espaço privilegiado para a criação de novas empresas e a sua instalação durante os primeiros anos de actividade, disponibilizando-lhes apoio estratégico.
 - Centro de Instalação de Empresas, enquanto espaço de acolhimento de micro e pequenas empresas já existentes, que funcione como um "ninho de empresas", disponibilizando um conjunto de serviços a preços reduzidos;
 - Centro de Congressos e Exposições, com o objectivo de ampliar a área de exposição actualmente disponível em mais 2.000m2, equipando-a com salas de congressos;
 - Hotel: O hotel será um espaço de alojamento, que terá como principal finalidade o apoio aos certames, eventos e congressos a realizar.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
21.146.917€*

Promotor/Parceiros: Município de Torres Novas, municípios limítrofes, outras entidades públicas e privadas, em parceria com a NERSANT

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

* Nota: 40% do custo estimado corresponde a intervenções da NERSANT

Alargamento das zonas disponíveis para instalação empresarial no município de Ourem (Fátima)

C.04.10

C

A operação visa alargar os espaços para fixação de actividades empresariais disponíveis no concelho de Ourém e, mais concretamente, em Fátima, em parceria com a NERSANT.

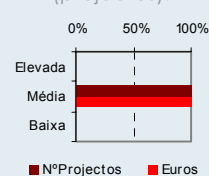
A construção prevista da ALE - Fatiparques, SA envolve a realização de infraestruturas necessárias, nomeadamente, arruamentos, rede eléctrica, rede de águas, saneamento e telefones. Serão criados espaços destinados à indústria, armazenagem, comércio e serviços e Espaços Verdes.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
62.295.400€

Promotor/Parceiros: Município de Ourém e outras entidades públicas e privadas, em parceria com a NERSANT

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

* Nota: o custo estimado corresponde a intervenções da NERSANT

Articulação da rede de áreas de acolhimento empresarial do Pinhal Interior Sul

C.04.11

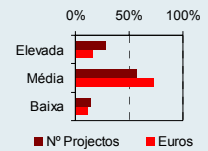
C

A necessidade de estruturação, requalificação e ordenamento das actividades empresariais no sentido de ganhos de eficiência, geração de riqueza e estímulo ao empreendedorismo são vectores importantes no desenvolvimento do território, tendo o Pinhal Interior Sul materializado tais preocupações em diversos projectos tais como:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
6.070.000 €

- ALE - Área de Localização Empresarial, prevista na revisão do PDM de Mação, com uma área de aprox. 164 ha, o presente espaço localiza-se nos terrenos envolventes ao acesso a A23, oferecendo uma posição estratégica de acessibilidade invejável em termos nacionais e europeus (Mação).
- Zona Industrial de Cardigos, importante pólo industrial a construir na sede de freguesia mais a Norte do Concelho, permitindo albergar pequenas e médias indústrias nos seus 15 lotes, servidos por uma rede viária interna com ±400,00 ml de extensão, desenvolve-se numa área total de aprox. 24.000 m2 (Mação).
- Zona Industrial dos Envendos, pretendendo-se a criação de pólo industrial e comercial, devidamente ordenado e infra-estruturado na freguesia de Envendos, tirando partido da óptima localização que usufrui, face à proximidade do acesso à A23 através do nó de Envendos (Mação).
- Requalificação das zonas industriais do concelho: Construção de infra-estruturas para melhorar as condições de instalação das empresas. Estas infra-estruturas são essenciais para a manutenção da actividade industrial e para a atracção de potenciais investidores. Deste modo, promove-se o desenvolvimento económico da região em que se insere (Oleiros).
- Infra-estruturação da Zona Industrial da Sertã e Infra-estruturação da Zona Industrial de Cernache do Bonjardim que compreende a infra-estruturação dos novos lotes a atribuir: reforço da energia eléctrica, iluminação pública, do abastecimento de água, saneamento e águas pluviais e construção de zonas verdes, arruamentos e passeios (Sertã).
- Infra-estruturas urbanísticas de zonas industriais que visa promover a actividade económica proporcionando as condições necessárias ao incremento de indústria no concelho de Vila de Rei (Vila de Rei).

Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros, Sertã e Vila de Rei

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Infra-estrutura Polivalente dinamizadora da actividade comercial

D.04.12

D1

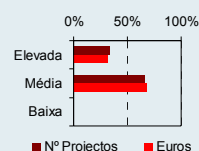
Os projectos de criação e requalificação de espaços comerciais assumem-se como um vector importante na dinamização das actividades comerciais, Neste sentido esta operação visa requalificar um conjunto de infra-estruturas :

- Criação de um mercado polivalente em Cernache do Bonjardim e um mercado polivalente na Sertã, concentrando em espaços únicos o mercado municipal e o local destinado às feiras. O actual Mercado Municipal necessita de muitas obras para responder a todos os requisitos actualmente exigidos, sendo desaconselhável a sua recuperação. A realização desta obra contribuirá para a requalificação do espaço urbano da Vila de Cernache do Bonjardim e da Sertã (Sertã).
- Criação de um novo mercado de Vila de Rei: Pretende-se dinamizar a actividade económica de Vila de Rei, promovendo a preservação do pequeno comércio.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
2.337.656 €

Promotor/Parceiros: Município da Sertã e Vila de Rei

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Intervenções nas zonas de localização empresarial de âmbito local dos municípios do Médio Tejo

D.04.13

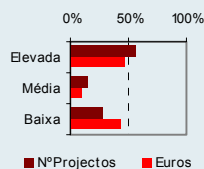
D1

Operacionalização de iniciativas municipais com vista ao alargamento da área disponível para o acolhimento para pequenas iniciativas empresariais. Os projectos previstos são, fundamentalmente, de expansão de áreas industriais já existentes, no sentido de acolher as intenções de fixação de novas empresas.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):































































Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
10.381.750€

Promotor/Parceiros: Alguns Municípios do Médio Tejo

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

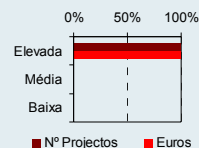
EIXO II		Obj. 5 – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada																					
Acção Integrada	a) Mobilização do Conhecimento e da Tecnologia para a Inovação Empresarial																						
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																				
B.05.01	Instituto Terra Memória – Centro Europeu de Estudos Avançados																						
B.05.02	Edifício para a ASTAQ – Associação de Serviços Técnicos para apoio à qualidade																						
B.05.03	Parque Tecnológico de Materiais de Construção / Centro Tecnológico de Design do Mobiliário																						
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas																						
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>Potencial Humano</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Factores de Competitividade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valorização Territorial</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cooperação Territorial</td> <td></td> </tr> </table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 – Competitividade e Inovação</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td> <td></td> </tr> </table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional			
Potencial Humano																							
Factores de Competitividade																							
Valorização Territorial																							
Cooperação Territorial																							
E1 – Competitividade e Inovação																							
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos																							
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																							
E4- Protecção e Valorização Ambiental																							
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E 1</td> <td></td> <td>E 2</td> <td></td> <td>E 3</td> <td></td> <td>E 4</td> <td></td> </tr> </table>		E 1		E 2		E 3		E 4		Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>O1</td> <td></td> <td>O2</td> <td></td> <td>O3</td> <td></td> <td>O4</td> <td></td> <td>O5</td> <td></td> <td>O6</td> <td></td> </tr> </table>		O1		O2		O3		O4		O5		O6	
E 1		E 2		E 3		E 4																	
O1		O2		O3		O4		O5		O6													
 Relação forte		 Relação relevante																					
		 Relação fraca																					

O “Instituto Terra e Memória – Centro de Estudos Superiores de Mação” (ITM), é uma associação científica sem fins lucrativos, criada em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar e aberta a todas as instituições que persigam objectivos idênticos, baseado no ensino e investigação pós-graduados, na formação tecnológica e profissional e na promoção de projectos de cooperação entre a Europa, África e as Américas, nos domínios Cultural Tecnológico e de valorização do espaço rural.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
830.000 €

O Instituto Terra e Memória materializa uma aposta no desenvolvimento sócio-cultural e económico da Região, instituindo-se como uma ferramenta qualificada, tendo em perspectiva o reforço e contínua qualificação das potencialidades do tecido produtivo da região, aprofundando a cooperação já em curso, no domínio do Mestrado em Arqueologia e Arte Rupestre ministrado em associação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a rede Erasmus Mundus “Quaternário e Pré-História”, e outras iniciativas no campo da Museografia e Didáctica;

Para a prossecução dos seus objectivos, o Instituto Terra e Memória organiza cursos, seminários, conferências, reuniões e publicações. O Instituto Terra e Memória participa em projectos de parceria que visem objectivos convergentes com os seus, e poderá atribuir bolsas a investigadores e subsídios a projectos e entidades orientados para fins convergentes com os seus.

O ITM tem sede em Mação, no Museu de Arte Pré-Histórica, e tem como sócios fundadores: o Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal de Mação, o Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo e o Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo.

Esta operação consiste no restauro, remodelação e adaptação do edifício existente que acolhe o Instituto Terra Memória em Mação de modo a adequar-se às suas novas funções, de acordo com o projecto de instalação do Centro Tecnológico de Estudos Avançados, uma vez que este funciona provisoriamente nas instalações do actual Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo de Mação, pertencentes à Câmara Municipal de Mação.



Promotor/Parceiros: Município de Mação

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica

Edifício para a ASTAQ – Associação de Serviços Técnicos para apoio à qualidade		B.05.02	B
<p>Com a construção de novas instalações para a Astaq pretende-se melhorar as condições do actual edifício onde esta actualmente se encontra em funcionamento. A construção do edifício está direccionada para a criação de um laboratório fundamental para o apoio à construção civil onde se possam realizar diversos tipos de ensaios de materiais, como pavimentos, betões, betumes, etc.</p> <p>O novo edifício, a construir na Zona Industrial de Tomar, muito perto da estação ferroviária de Santa Cita, será constituído por dois corpos unidos por uma zona de passagem: um corpo nascente de 476 metros quadrados, de área administrativa, e um corpo poente de 788 metros quadrados destinado aos laboratórios, incluindo gabinetes dos técnicos, laboratório de solos e agregados, laboratório de betuminosos e laboratório de betão.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p> <p>Custo Estimado: 1.200.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parceiros: Município de Tomar e Outras Entidades Públicas e Privadas</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica; Sistemas de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas</p>			

Parque Tecnológico de Materiais de Construção / Centro Tecnológico de Design do Mobiliário

B.05.03

B

Criação de um parque de exposições e centro de negócios com 30.000 m² de área coberta, 70.000 m² de área descoberta e uma frente de 300m para a A1 - Auto Estrada do Norte.

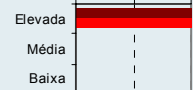
Entre 450 a 600 expositores, irão constituir um centro logístico, de soluções multidisciplinares, que suportem de forma integrada e evolutiva, toda a interactividade relacionada com a construção civil.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
16.100.000€*

Este **Parque Tecnológico** irá abranger também a criação de um **Centro Tecnológico de Design do Mobiliário** de apoio à inovação e desenvolvimento da indústria de mobiliário da Região e que preste serviços de I&D e apoio técnico em áreas em que as empresas apresentam lacunas, tais como o design e a industrialização do produto, e de um **Centro de Competências de Materiais de Construção**, em parceria com o Instituto Superior Técnico.

“O Projecto Mactónica – Parque Tecnológico de Materiais de Construção”

A lógica subjacente à articulação entre um parque de exposições, um centro de negócios e um Parque Tecnológico, incorpora, como objectivo estratégico, a obtenção das mais-valias decorrentes da sua concentração num espaço que fomente a interacção e a comunicação, nomeadamente a economia e eliminação de riscos que se pode obter, acedendo a toda a informação recolhida pelo Parque Tecnológico, sobre a fiabilidade, não aplicabilidade ou condições de aplicabilidade dos materiais às circunstâncias concretas.

Esta concentração espacial foi projectada com o objectivo de atingir uma concentração funcional, com capacidade de colocar ao serviço do mercado e público em geral, uma capacidade tecnológica só possível de atingir se articulada com instituições com capacidade e mérito científico para realizar investigação.

Apoiado pela Universidade, a Mactónica vai desenvolver trabalhos de pesquisa, desenvolvimento de métodos e produtos, estudos de mercado, procura de soluções para os problemas colocados por técnicos e empresários, assumindo-se como um centro de conhecimento, dinamizador do sector. Entre os objectivos assumidos pelo Parque Tecnológico encontram a pesquisa e recolha de informação, antecipada e postecipada, o acompanhamento da aplicação dos materiais, a síntese de todo o conhecimento recolhido em bases de dados, livros e folhetos de instruções, e a procura de soluções para problemas concretos.

Está previsto que o Centro tenha uma equipa de especialistas, cuja missão deve ser “olhar para fora”, visitando as Feiras e Exposições relevantes a nível mundial, recolhendo informação sobre novos produtos, novos processos, novas tecnologias e difundindo internamente o conhecimento obtido (aos expositores, às equipas de investigação, aos próprios consumidores, etc.). Da mesma forma, serão promovidas conferências, reuniões, congressos e outras formas de manifestações e divulgação do conhecimento.



Projecto do Parque Tecnológico de Materiais de Construção / Centro Tecnológico de Design do Mobiliário

Promotor/Parceiros: Município de Ourém e outras entidades públicas e privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica; Sistemas de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas

* Nota: o custo estimado corresponde a intervenções privadas

EIXO II **Obj. 5 – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada**

Acção Integrada **b) Desenvolvimento do Capital Humano e Formação Avançada de Competências**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.05.04	Formação avançada de competências orientada para a atractividade de população qualificada		
B.05.05	Escola Tecnológica e Profissional		
C.05.06	Escola de artes e ofícios		
D.05.07	Cursos de formação sócio-profissional orientados para a reconversão profissional e a aprendizagem contínua		
D.05.08	Centro de Competências e Novas Oportunidades		
E.05.09	Projecto e construção das instalações definitivas da Escola de Tecnologia de Abrantes		

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	E 2	E 3	E 4
		O 1	O 2
		O 3	O 4
		O 5	O 6
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

Formação avançada de competências orientada para a atractividade de população qualificada

A.05.04

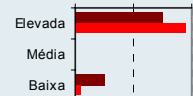
A

A operação consiste na articulação de iniciativas dos municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul ligadas à formação profissional e à implementação de medidas orientadas para a atractividade de população qualificada. Incluem-se, nomeadamente, as seguintes iniciativas:

- Tecnopolo – Inovação e Competitividade, em Abrantes, que consiste na instalação de centros de competências, laboratórios, investigação para a qualificação de jovens e de apoio à qualificação de activos (parceria com o IPT). O projecto pretende incorporar o espaço da antiga garagem da Rodoviária com construção compatível – moderno no respeito pelo antigo – no Convento de São Domingos, com funções similares e complementares àquelas que a Biblioteca, o Arquivo Histórico ou a Escola Superior de Tecnologia proporcionam.
- Escola de hotelaria e Turismo de Fátima, em Ourém, que consiste na reabilitação do Edifício dos Monfortinos, dotando-o de várias salas e equipamentos de apoio, no qual será possível qualificar a formação técnica de profissionais. Trata-se de uma Escola com um bom nível técnico, de modo a garantir um apoio expressivo, sobretudo na melhoria de qualidade de recursos humanos afectos aos diversos serviços turísticos hoteleiros e similares.
- Escola Profissional de Tomar, que consiste na construção de um novo estabelecimento de ensino vocacionado para o ensino profissional, visando colmatar as necessidades do mercado de trabalho da região bem como responder à crescente procura por ensino profissional.
- Realização de estágios profissionais na Comunidade Urbana do Médio Tejo, visando o acolhimento de estagiários para as áreas de intervenção da CUMT e, simultaneamente, o apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho e à sua formação prática.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Regional ou
Superior**Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%

Horizonte
Temporal:
2007-2013Custo
Estimado:
18.124.722€**Promotor/Parceiros:** Todos os Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Promoção e capacitação institucional

Escola Tecnológica e Profissional

B.05.05

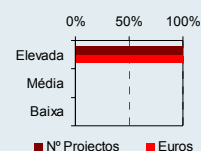
B

A operação consiste na construção de um edifício para acolher a Escola Tecnológica e Profissional da Sertã, que tem funcionado até hoje no edifício do Ministério da Agricultura, mas que já não satisfaz as actuais exigências do ensino. Existe já um pré-projecto para a sua construção, estando prevista na Carta Educativa já homologada.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2011-2013

Custo Estimado:
1.700.000 €

A Escola Tecnológica e Profissional de Sertã (ETPS) foi criada em 29 de Julho de 1993, data da celebração do contrato – programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto no Decreto – lei n.º 70/93 de 10 de Março. Foram outorgantes, o Estado Português - representado pelo Departamento do Ensino Secundário - e a Câmara Municipal da Sertã e a Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Oleiros, Vila de Rei, Proença-a-Nova e Mação na qualidade de entidades promotoras.

A Escola é pessoa colectiva de fim não lucrativo, de natureza privada e goza de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e beneficia do estatuto de utilidade pública. A Escola Tecnológica e Profissional da Sertã tem como objectivo formar técnicos para dar resposta às necessidades da região. Actualmente os cursos aqui leccionados são:

A Escola é pessoa colectiva de fim não lucrativo, de natureza privada e goza de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e beneficia do estatuto de utilidade pública. A Escola Tecnológica e Profissional da Sertã tem como objectivo formar técnicos para dar resposta às necessidades da região. Actualmente os cursos aqui leccionados são:

Nível III

- > Curso Técnico de Construção Civil / Organização e Preparação de Obra
- > Curso Técnico de Informática de Gestão
- > Curso Técnico de Secretariado

Nível IV

- > Condução de Obra;
- > Informática Aplicada à Gestão;
- > Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos;

Os cursos Permitem a obtenção de diplomas:

- > Diploma de fim de estudos secundários e diploma profissional nível III;
- > Diploma profissional nível IV.

Apesar da sua forte vertente de ligação com o tecido empresarial, alguns alunos formados na Escola Tecnológica e Profissional da Sertã preferem ingressar no ensino superior em cursos relacionados com a área em que se especializam, como por exemplo engenharia civil ou informática.

Pela sua componente fortemente prática e pela sua proximidade ao mercado de trabalho, esta escola reveste-se de significativa importância, pois fornece técnicos de várias áreas, dando resposta às necessidades da região.



Promotor/Parceiros: Município da Sertã e outras instituições privadas sem fins lucrativos – Associações de Municípios e Instituto Politécnico de Tomar

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Escola de artes e ofícios		C.05.06	C
Adaptação de uma infra-estrutura já existente (Residência de Estudantes) a uma Escola de Artes e Ofícios. Com esta operação pretende-se ampliar as competências técnico-profissionais dos jovens, investindo no potencial humano do concelho.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Multi-Local	Prioridades Intra-Operação (projectos):
	Horizonte Temporal: 2007-2010	Custo Estimado: 150.000 €	
Promotor/Parceiros: Município de Oleiros			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -			

Cursos de formação sócio-profissional orientados para a reconversão profissional e a aprendizagem contínua		D.05.07	D1
A operação incorpora projectos programados pelo município de Alcanena orientados para a qualificação e a reinserção de pessoas na vida activa. Inclui projectos orientados para: <ul style="list-style-type: none"> a Instrução e Qualificação das Pessoas, com o objectivo de reforço da participação dos adultos, ao longo da vida, em acções de formação contínua, alargando-se a oferta formativa, como forma de diversificação e reorientação dos perfis profissionais. Compreende a formação em competências básicas de línguas (português e inglês) e em TIC. Inclui a requalificação de um espaço para salas de formação. a Qualificação das Pessoas para a Vida Activa, através da realização de cursos sócio-profissionais, assumindo como áreas prioritárias o ensino de artes e ofícios tradicionais, através de um conjunto de actividades educativas e culturais que se processam fora do sistema regular de ensino, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento pessoal dos cidadãos, tornando-os mais aptos ao desempenho de actividades socialmente úteis. Tem como objectivo a ocupação dos tempos livres das pessoas envolvidas e o combate à exclusão social. 	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	Prioridades Intra-Operação (projectos):
	Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 1.225.000 €	
Promotor/Parceiros: Município de Alcanena			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia Digital e Sociedade do conhecimento Promoção da cultura científica e tecnológica			

Centro de Competências e Novas Oportunidades		D.05.08	D1
<p>Criação de um Centro de novas Competências e formação em Proença-a-Nova, alicerçado no âmbito do projecto de Novas Oportunidades.</p> 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p> <p>Custo Estimado: 1.500.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> 
<p>Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova</p> <p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional</p>			

Projecto e construção das instalações definitivas da Escola de Tecnologia de Abrantes		E.05.09	E
<p>Projecto e construção das instalações definitivas da Escola de Tecnologia de Abrantes, no Parque de Ciência e Tecnologia de Abrantes, em consonância com a instalação do Centro de Competências. (parceria entre a Administração e o município de Abrantes).</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p> <p>Área de Influência: Multi-Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> 
<p>Promotor/Parceiros: Administração Central*</p>			

* Nota: 30% do custo estimado corresponde a intervenções da administração local

OBJECTIVO GERAL Promover activamente na região o cruzamento e “casamento” dos **factores de atractividade e diferenciação associados a actividades culturais e valores patrimoniais diversificados** e também a um **património natural cuja riqueza advém da sustentabilidade incutida aos seus recursos endógenos**, nas suas dimensões materiais e imateriais, e nas suas dinâmicas de criação, programação e fruição, para viabilizar um **desenvolvimento turístico baseado em produtos qualificados e sustentáveis**, capaz de servir o reforço da sua articulação com a região de Lisboa e a sua competitividade residencial e urbana, alargando, ao mesmo tempo, os elementos de maior universalidade na projecção externa da sua identidade.

Objectivos Específicos

- Incremento de uma cultura cívica e empresarial que promova a **excelência ambiental e energética** apostando em particular na gestão, exploração e valorização dos recursos florestais, bem como potenciando o desenvolvimento das energias renováveis, em particular devido à presença abundante na região de fontes de energia eólica, hídrica, solar e biomassa.
- **Rede de Valorização e conservação do património natural**, especialmente através da prevenção e combate de incêndios como forma de conservação do património florestal, tal como através da conservação e preservação dos cursos de água, enquanto elementos fundamentais no que diz respeito à sustentabilidade da promoção turística da região.
- Promoção integrada da riqueza patrimonial monumental e histórica da região, nomeadamente as suas grandes referências, participando activamente na estruturação de um grande **“Arco Patrimonial”** em torno da **Região de Lisboa** que se venha a afirmar como um factor determinante de competitividade turística alargada e motor de criação de empregos.
- **Valorização e alargamento do(s) produto(s) turístico(s) centrados no património**, estabelecendo um **programa de iniciativas conducente à promoção de uma atractividade turística** justificada quer pela sua riqueza e diversidade (património histórico e arquitectónico, turismo religioso, património natural, museologia), quer pela qualidade dos serviços complementares e de suporte (dinamização de parcerias que permitam atingir níveis adequados de expansão da oferta de hotelaria e serviços turísticos), e promovendo a integração da região como destino turístico associado às rotas do turismo dirigido a Lisboa.

- Organização do contributo do turismo para a **modernização do mundo rural**, acentuando as vantagens da combinação de uma excelência ambiental efectiva com os seus elementos próprios de atractividade (fruição dos rios, natureza, sossego e tranquilidade) através da oferta complementar de traços de urbanidade e conforto no usufruto das actividades relacionadas com a náutica desportiva e de lazer, os roteiros de exploração da beleza natural e paisagística e os pequenos parques temáticos.
- **Dinamização integrada das actividades culturais**, estabelecendo uma **rede regional de programação cultural** que promova uma efectiva **articulação entre a produção e a fruição cultural** (em ligação estreita com a implementação de soluções facilitadoras de mobilidade), que **optimize equilíbrios entre oferta e procura na gestão de equipamentos** (maximizando níveis de influência e atendimento a uma escala regional), e que contribua como **argumento na densificação da atractividade turística regional** (de animação e lazer).

EIXO III

Obj. 6 – Desenvolvimento das Actividades de Valorização Económica do Património Natural

Acção Integrada

a) Gestão, Exploração e Valorização dos Recursos Ambientais e Florestais

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.06.01	Reordenamento e Gestão Sustentável da Floresta	A	
B.06.02	Centro de Estudos e de Prestação de Serviços de Apoio aos Produtores Florestais e Protecção Civil.	B	
C.06.03	Campus floresta interactiva	C	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	<input checked="" type="radio"/>
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input type="radio"/>
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input type="radio"/>
E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input checked="" type="radio"/>
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input checked="" type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais

Contributo para realização dos objectivos

E 1 <input checked="" type="radio"/>	E 2 <input checked="" type="radio"/>	E 3 <input checked="" type="radio"/>	E 4 <input checked="" type="radio"/>
--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------

Objectivos Estratégicos do PNPOT

Contributo para realização dos objectivos

O1 <input checked="" type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input type="radio"/>	O4 <input type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input type="radio"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Relação forte

Relação relevante

Relação fraca

No Pinhal Interior Sul, desde há décadas que a floresta se assume como uma fileira estratégica importância, sendo potencialmente uma das maiores fontes de criação de riqueza, motor de desenvolvimento económico e pilar de sustentabilidade do território.

Existem, no entanto, diversos factores que a condicionam fortemente, dificultando ou mesmo inviabilizando a sua sustentabilidade. São eles o predomínio do minifúndio, com um vincado distanciamento entre os proprietários e a terra, uma mentalidade individualista, acompanhando uma desertificação galopante e um cada vez mais significativo envelhecimento da população e conseqüente abandono dos campos, cujo corolário se materializa na enorme e recorrente incidência de incêndios florestais, particularmente graves nas últimas décadas com especial destaque para os incêndios catastróficos de 2003 no Pinhal Interior Sul.

Tendo consciência da importância fulcral da floresta em qualquer modelo de desenvolvimento regional, algumas Autarquias, apostaram fortemente, ao longo das últimas décadas, na defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente através da construção de infra-estruturas para a prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais. No entanto, comprovadamente, as referidas intervenções, apesar de correctas, não foram de modo algum suficientes, demonstrando que o plano de actuação futuro deverá orientar-se para (além da melhoria do actual Sistema de Vigilância e do reforço da manutenção das infra-estruturas existentes) a promoção de uma articulação cuidada a nível supramunicipal e para uma mudança efectiva na gestão das áreas florestais que substitua o actual cenário de abandono, alicerçada em estratégias cuidadosamente planificadas e em políticas eficazes de ordenamento florestal e organização territorial que promovam a tomada de medidas de carácter preventivo susceptíveis de evitar o desaparecimento do património florestal ainda existente.

O esforço desenvolvido actualmente pela autarquias e consubstanciado nas acções realizadas e previstas realizar até 2013, pretendem ser apenas o enquadramento numa política concertada, que permita, a atempada mobilização dos milhares de proprietários florestais da região, para a inevitável mudança de atitude face ao ordenamento das áreas florestais e à necessidade de operacionalizar, uma gestão técnica e financeiramente correcta dessas áreas, utilizando como ferramenta basilar a actual lei das ZIF, num cenário de MUDANÇA profunda do actual panorama florestal.

Por conseguinte, esta operação consiste no reordenamento e desenvolvimento de uma gestão sustentável da floresta em particular através:

- Do reordenamento e reorganização da exploração do espaço florestal municipal, de forma a contribuir para que a floresta constitua uma actividade lucrativa e seja explorada de forma sustentável, possibilitando a preservação do meio ambiente, em particular permitindo a gestão ordenada do mesmo e o apoio à concretização da lei das ZIF.
- Da criação de um inventário florestal e modelos de crescimento e produção, bem como da identificação das potencialidades económicas, turísticas, culturais e ambientais decorrentes da valorização da floresta junto dos proprietários florestais da região.

Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Prioridades Intra-Operação (projectos): 
Horizonte Temporal: 2007-2013	Custo Estimado: 18.700.000 €	



Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Gestão activa dos espaços protegidos e classificado; Acções de valorização e qualificação ambiental; Prevenção e gestão de riscos - acções materiais

Centro de Estudos e de Prestação de Serviços de Apoio aos Produtores Florestais e Protecção Civil		B.06.02	B
<p>Este projecto visa implementar, no concelho do Sardoal, um Centro de Estudos e de Prestação de Serviços de Apoio aos Produtores Florestais e Protecção Civil.</p> <p>Para a instalação deste Centro de Estudos e de Prestação de Serviços será recuperado o edifício do antigo Externato Rainha Santa Isabel e efectuados arranjos paisagísticos da sua zona envolvente.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 250.000 €</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município do Sardoal e Outras Entidades Públicas e Privadas			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Gestão activa dos espaços protegidos e classificados Acções de valorização e qualificação ambiental Prevenção e gestão de riscos - acções imateriais			

Campus floresta interactiva		C.06.03	C
<p>O Campus Floresta Interactiva, desenvolvendo-se em espaços florestais públicos e privados, dentro e fora do Município da Sertã, será composto por três núcleos principais, focando os diferentes espaços de interacção com o público: Espaço Museu Interactivo (Núcleo Interior); Espaço Floresta – Percurso Interactivo (Núcleo Exterior) e o Espaço Web (Núcleo Remoto).</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 625.000 €</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município da Sertã			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Gestão activa dos espaços protegidos e classificados Acções de valorização e qualificação ambiental			

EIXO III **Obj. 6 – Desenvolvimento das Actividades de Valorização Económica do Património Natural**

Acção Integrada **b) Gestão, Monitorização e Assistência à Prevenção de Riscos**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.06.04	Infra-estruturas de apoio aos serviços de protecção civil, emergência médica e acções de combate a incêndios florestais	A	
A.06.05	Plataforma tecnológica para monitorização, gestão e assistência à prevenção de riscos	A	
B.06.06	Criação de Observatório do Ambiente e Implementação de Sistema de Monitorização Ambiental em Alcanena	B	
C.06.07	Construção de reservatórios de água para combates a incêndios	C	
C.06.08	Ordenamento florestal	C	
D.06.09	Aeródromo Oleiros	D1	
D.06.10	Quartel dos Bombeiros	D1	

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, Bombeiros e outras Entidades Públicas e Privadas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input checked="" type="radio"/>
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input checked="" type="radio"/>
E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input checked="" type="radio"/>
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1 <input type="radio"/>	E 2 <input checked="" type="radio"/>	E 3 <input type="radio"/>	E 4 <input checked="" type="radio"/>
---------------------------	--------------------------------------	---------------------------	--------------------------------------

Objectivos Estratégicos do PNPT
Contributo para realização dos objectivos

O1 <input checked="" type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input checked="" type="radio"/>	O4 <input type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input type="radio"/>
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Relação forte Relação relevante Relação fraca

Infra-estruturas de apoio aos serviços de protecção civil, emergência médica e acções de combate a incêndios florestais

A.06.04

A

Durante a época de prevenção aos fogos florestais, o aeródromo municipal de Proença-a-Nova tem sediado o contingente aéreo ligeiro para combate aos fogos florestais, prestando apoio a toda a região Centro.

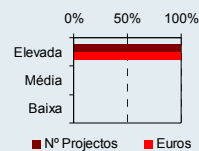
As brigadas de base de apoio permanente para a força especial de bombeiros do distrito de Castelo Branco, o futuro centro de formação (o Centro de Formação Distrital de Bombeiros será vocacionado para a formação dos bombeiros da região Centro) e o eventual estacionamento permanente do helicóptero do INEM, torna indispensável a melhoria das actuais infra-estruturas e equipamentos, bem como a ampliação do aeródromo em cerca de 300 metros para que seja possível a utilização de meios aéreos pesados no combate aos incêndios de toda a região.

No edifício já existente ficará sediada a Brigada de Base de Apoio Permanente para a Força Especial de Bombeiros do distrito de Castelo Branco, tornando-se necessário promover a execução de obras de ampliação e de adaptação.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2011-2013

Custo Estimado:
2.650.000 €



Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais; Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais

O projecto permite, em tempo real, a monitorização, gestão e assistência à prevenção de risco nos seguintes domínios:

- Espaços florestais;
- Qualidade dos leitos das ribeiras e riachos;
- Qualidade e encaminhamento dos caudais de água para consumo humano, permitindo ainda a realização de comunicações (voz e dados) com custos significativamente mais reduzidos que os actualmente praticados;
- A monitorização por telemetria de todas as infra-estruturas;
- Criação de uma plataforma para *e-learning* e desenvolvimento de conteúdos bem como a disponibilização de apoio informático a entidades públicas e privadas.



O Município de Vila de Rei, ao constatar que o concelho necessita de uma plataforma tecnológica para afirmar a sua competitividade na captação de investimento privado, bem como na potenciação do tecido empresarial existente, decidiu implementar uma infra-estrutura própria de comunicações com o objectivo de oferecer comunicações de banda larga de qualidade a preços acessíveis, por forma a potenciar o investimento por parte dos operadores de comunicações na região.

O desenvolvimento económico da região deverá passar não só pela captação novos potenciais investimentos mas também garantir algumas iniciativas de investimento municipal em sectores estratégicos onde existe um claro desinvestimento privado ou onde o investimento existente não é o suficiente face aos desafios que o sector e o próprio concelho enfrentam em termos de competitividade regional.

Com este projecto, pretende-se dotar a região de uma verdadeira "auto-estrada da informação", que será a fundação para um sistema de gestão em tempo real do município, sistema de formação contínua dos seus habitantes, telemetria, tele-apoio social, comunicações, entre outros serviços.

Um projecto desta natureza é uma mais valia não só para proporcionar comunicações de qualidade aos municípios, mas sobretudo para ser a base de um novo paradigma de desenvolvimento, o conceito de "Municípios Inteligentes".

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais; Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais; Acções de valorização e qualificação ambiental; Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Criação de Observatório do Ambiente e Implementação de Sistema de Monitorização Ambiental em Alcanena

B.06.06

B

Esta iniciativa pretende contribuir para solucionar os actuais problemas ambientais do concelho de Alcanena, e evitar o seu potencial agravamento futuro, através da:

- Constituição do Observatório do Ambiente;
- Concepção e Implementação de Sistema de Monitorização Ambiental.

A imperatividade da introdução de medidas de combate à poluição e de medidas de prevenção do seu eventual agravamento é justificada pela deterioração da qualidade de vida da população e pelos nefastos impactos ambientais que se fazem sentir no concelho de Alcanena, em particular no rio Alviela, como resultado da sua forte vocação industrial ligada aos curtumes.

A constituição do Observatório do Ambiente visa a melhoria da qualidade ambiental do concelho de Alcanena através do reforço da recolha de amostragens periódicas (maior controle e fiscalização) e da concepção, implementação e coordenação do Sistema de Monitorização Ambiental (áreas de intervenção: água, ar e solos). O processo de constituição do Observatório ocorrerá em duas fases:

- numa primeira fase, a missão desta estrutura municipal consistirá na coordenação da recolha de amostragens periódicas que permitam avaliar a qualidade ambiental e detectar situações de infracção e agressão, bem como no levantamento exaustivo das fontes de poluição difusa, com vista à concepção de um Sistema de Monitorização Ambiental;
- numa segunda fase, o Observatório do Ambiente terá como incumbências a implementação e gestão das medidas propostas no Sistema de Monitorização Ambiental, a avaliação do impacto das mesmas ao nível da qualidade ambiental do concelho, a coordenação e articulação das entidades a envolver e a emissão de recomendações e pareceres que se destinem a promover a adopção de boas práticas.

O Sistema de Monitorização Ambiental consistirá numa rede de analisadores que possibilite a recolha sistemática de informação e ulterior análise, produção e divulgação de séries de indicadores estatísticos sobre o estado do ambiente no concelho de Alcanena, no que concerne às componentes ar, água e solos. Desta forma, tendo por base a aferição da evolução dos vários parâmetros a avaliar, o Sistema de Monitorização Ambiental visa: avaliar a evolução da qualidade ambiental (componentes ar, água e solos); apoiar as entidades locais (autarquia, empresas) ao nível da implementação de boas práticas ambientais; avaliar a performance (eficiência e eficácia) das medidas implementadas ao nível da minimização e mitigação dos impactos ambientais.

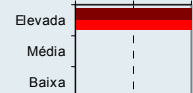
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
700.000 €

Promotor/Parceiros: Município de Alcanena e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais; Promoção d acultura científica e tecnológica

Construção de reservatórios de água para combates a incêndios		C.06.07	C
<p>Criação de um plano de localização estratégica para a construção de tanques de depósito de água com o intuito de garantir uma resposta rápida e eficiente no combate a incêndios florestais. Subjacente a este plano, surge a necessidade de sinalização destes pontos e a sua inclusão num Sistema de Informação Geográfica.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Multi-Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p> <p>Custo Estimado: 200.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Oleiros			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais; Acções de valorização e qualificação ambiental			

Ordenamento florestal		C.06.08	C
<p>A operação articula iniciativas orientadas para a melhoria das condições de eficácia na prevenção e combate a incêndios e, simultaneamente, à implementação de mecanismos facilitadores da valorização competitiva dos recursos florestais, cujo grau de influência ultrapassa a dimensão municipal e se estende aos municípios envolventes.</p> <p>O projecto inclui a abertura de estradas/caminhos florestais e instalação de pontos de água como elementos essenciais e facilitadores no combate e prevenção de incêndios e enquanto canal rodoviário facilitador do escoamento de produtos e matéria-prima.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Multi-Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p> <p>Custo Estimado: 400.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Constância			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Gestão activa dos espaços protegidos e classificados; Acções de valorização e qualificação ambiental Prevenção e gestão de riscos - acções materiais			

Aeródromo Oleiros		D.06.09	D1
<p>Construção de um aeródromo no concelho de Oleiros com o sentido de assegurar os serviços de protecção civil, emergência médica e acções de combate a incêndios florestais.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p> <p>Custo Estimado: 2.000.000 €</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parceiros: Município de Oleiros			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais; Equipamentos para a coesão local; Mobilidade Territorial			

Quartel dos Bombeiros		D.06.10	D1
<p>Construção de um novo quartel para os Bombeiros Voluntários de Mação, em virtude das actuais instalações estarem em estado avançado de degradação e desadaptadas à realidade dos corpos de Bombeiros, impossibilitando a guarda de equipamento e de viaturas dos Bombeiros.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p>	<p>Custo Estimado: 2.200.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Bombeiros com o apoio do Município de Mação</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a coesão local</p>			

EIXO III		Obj. 6 – Desenvolvimento das Actividades de Valorização Económica do Património Natural	
Acção Integrada	c) Limpeza e conservação dos cursos de água		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
C.06.11	Beneficiação (limpeza e preservação) das margens e linhas de água		
E.06.12	Intervenções da Administração Central nos rios Tejo, Zêzere e Nabão		
Actores Envolvidos:	Administração Central, Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano	<input type="radio"/>	E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>	E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>	E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input checked="" type="radio"/>
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input type="radio"/>
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos	
E 1	<input type="radio"/>	O1	<input checked="" type="radio"/>
E 2	<input checked="" type="radio"/>	O2	<input type="radio"/>
E 3	<input type="radio"/>	O3	<input type="radio"/>
E 4	<input type="radio"/>	O4	<input type="radio"/>
		O5	<input type="radio"/>
		O6	<input type="radio"/>
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

Beneficição (limpeza e preservação) das margens e linhas de água

C.06.11

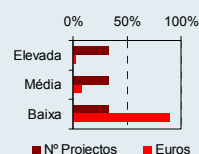
C

Operação fundamental para a valorização e conservação do património natural, em particular das margens e linhas de água, traduzindo-se numa importante manifestação da riqueza natural da região e que constituem uma rede global estruturada, que pode ser dinamizadora do turismo local, regional e nacional, a par da preservação da natureza e da divulgação de conceitos ecológicos. Nesta operação destacam-se alguns projectos específicos:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
25.337.200 €

- Intervenção profunda e alargada junto das milhares linhas de água existentes em Mação, Oleiros, Proença-a-Nova e Sertã, envolvendo a limpeza, desobstrução e reordenamento das mesmas e dos respectivos acessos.
- Limpeza da Ribeira de Oleiros, nomeadamente, as margens, a reconstrução de açudes e preservação da fauna. O projecto consiste na recuperação das margens da Ribeira de Oleiros (pela limpeza de vegetação espontânea, incorporação de populações adequadas e outras intervenções), na requalificação de açudes, na instalação de pontes pedonais de madeira, na implementação de percursos pedonais e na instalação de placas informativas sobre a fauna e flora existentes. Esta operação tem a mais-valia de criar um caminho alternativo (pedonal) entre Oleiros e Açude do Pinto (local onde se situa o Parque de Campismo e a Praia Fluvial com o mesmo nome). Por outro lado, esta beneficiação permite atrair a população a este local emblemático. O projecto tem em conta a protecção e valorização do meio ambiente, na medida em que garante a conservação e a diversidade das espécies vegetativas existentes e que melhora a drenagem e a funcionalidade da corrente do curso de água em causa, beneficiando-o. Um aspecto a ter em conta consiste na criação de uma área tampão à progressão dos incêndios florestais.
- Renaturalização do Ribeira de Santa Margarida em Proença-a-Nova. Esta intervenção preconiza, entre outras, várias intervenções nas margens do próprio leito da referida linha de água, nomeadamente de limpeza e desobstrução da mesma, de colocação a descoberto de troço hoje aquedutado. Esta intervenção criará também uma área de lazer que percorre as margens do ribeiro com zona de parque infantil e edifício de apoio.
- Completar a requalificação, já iniciada, das margens da Ribeira da Sertã.
- Limpeza da Ribeira de Beselga e da Ribeira da Sabacheira e dos respectivos afluentes (Ribeira de Chão de Maçãs e Serra de Baixo), com o intuito de minimizar o efeito das cheias. Incluem-se, também, intervenções de reparação das vias adjacentes e dos respectivos atravessamentos.



Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova e Sertã, do Pinhal Interior Sul e o Município de Tomar do Médio Tejo.

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: acções de valorização e qualificação ambiental; Gestão activa de espaços protegidos e classificados

No âmbito da estratégia regional definida, foram identificadas como cruciais as seguintes intervenções, de responsabilidade da Administração Central, nos rios Tejo, Zêzere (Constância) e Nabão (Tomar):

- Construção de Açude Galgável no Zêzere (Constância);
- Desassoreamento dos rios Zêzere e Tejo (Constância);
- Obras Hidráulicas de Combate às Cheias do Rio Nabão (Nabão).

Prioridade da Operação: 		Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100%
Área de Influência: Regional ou Superior	Horizonte Temporal: 2011-2013	

O Açude Galgável no Zêzere integrava a 2ª fase do projecto POMTEZE - Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere, e ainda não foi executado. Traduz-se na criação de um espelho de água no rio que suporta a estratégia definida pelo município de Constância e pela região no âmbito do turismo náutico e de aventura.

O desassoreamento dos rios Tejo e Zêzere, tornando-os navegáveis nesta zona de confluência, contribuindo para a consolidação das condições para a prática de desportos náuticos, no âmbito da qual o município de Constância tem vindo a ganhar capacidade de afirmação

As Obras Hidráulicas de Combate às Cheias do Rio Nabão são indispensáveis à garantia de condições de segurança (de pessoas e bens) na cidade de Tomar. As intervenções previstas exigem a construção de comportas em açudes e de barreiras hidráulicas para defesa da cidade, em Carvalhos de Figueiredo, Marmelais e Quinta do Falcão.

Promotor/Parceiros: Administração Central

EIXO III

Obj. 6 – Desenvolvimento das Actividades de Valorização Económica do Património Natural

Acção Integrada

d) Promoção do escoamento de produtos e montagem de redes de distribuição

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.06.13	Rede de cooperação e promoção dos produtos regionais tradicionais		
A.06.14	Matadouro Regional (ruminantes e suínos)		

Actores Envolvidos:

Municípios do Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
E4- Protecção e Valorização Ambiental	
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1	E 2	E 3	E 4
-----	-----	-----	-----

Objectivos Estratégicos do PNPOT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte Relação relevante Relação fraca

Existem na região do Pinhal Interior Sul, um conjunto de produtos regionais tradicionais de elevada qualidade, os quais alguns já detentores de "Denominações de Origem Protegida" (DOP), como por exemplo::

- O azeite da Beira Baixa;
- O Cabrito e Borrego da Beira Baixa;
- Os Queijos amarelo e picante da Beira Baixa, região na qual apenas Mação não se encontra incluso.

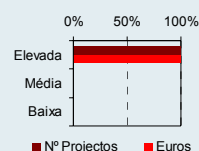
Prioridade da Operação:
★★★★★

Horizonte Temporal:
2007-2013

Área de Influência:
Regional ou Superior

Custo Estimado:
10.000.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Outros produtos merecem destaque por se encontrarem em fase de preparação, elaboração ou análise, possuindo inequivocamente viabilidade de atribuição de denominações comunitárias protegidas, são estes:

- DOP do Mel do Pinhal, com as variedades "rosmaninho", "urze" e "multiflora";
- IGP do Presunto de Mação;
- ETG do Maranho do Pinhal;
- DOP ou IGP do Queijo de Cabra do Pinhal;
- ETG do Cabrito Estonado;
- ETG do Bucho Recheado.

Os restantes produtos, os quais, apesar de dificilmente enquadráveis neste tipo de denominações, devem ser valorizados com a aposição de uma "marca colectiva de qualidade".



Esta operação visa o desenvolvimento de uma cadeia de cooperação e promoção dos produtos regionais tradicionais e projectar a imagem do produto da região nas mais importantes redes, nomeadamente através:

- Da promoção das fileiras tradicionais do sector primário: Olivicultura, Caprinicultura, Apicultura e Carnes - Presunto e Carnes transformadas de Suínos.
- Do apoio ao desenvolvimento de uma cooperativa regional de utilidade pública de produtos regionais que apresentem grandes potencialidades agrícolas, como são os casos nomeadamente do azeite, dos citrinos, da cereja, do mel, do queijo e do cabrito. Não existe uma estratégia de condução de produtos para a comercialização. Assim, com a efectivação de uma cooperativa que reúna todas as potencialidades agrícolas dos vários concelhos e que consiga também promover a sua inserção nas redes de comercialização, será mais fácil não só valorizar economicamente os produtos endógenos da região, como esta iniciativa traduzir-se-á de forma directa no aumento do emprego e na mobilização da generalidade da actividade agrícola da região. Esta cooperativa regional também terá como objectivo a união das várias cooperativas e associações agrícolas do concelho.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Matadouro Regional (ruminantes e suínos)

A.06.14

A

Unidade industrial pensada na optimização da qualidade e no escoamento de um produto característico desta região como são os caprinos, bem como certificar as carnes de ovinos, bovinos e suínos de origem no Pinhal Interior Sul.

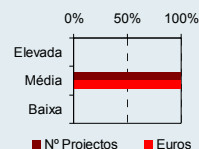
A criação de um Matadouro Regional no Pinhal Interior Sul deve-se em particular (i) à inexistência de qualquer unidade de abate na referida área, apesar da grande tradição sectorial, não apenas de abate mas também de desmancha e transformação, especialmente de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) e suínos; (ii) à significativa distância geográfica e deficientes acessibilidades da maioria dos locais do PIS aos matadouros mais próximos (Pedrógão Grande, Alcains, Tomar, Sousel, Santarém); (iii) à existência de apenas um matadouro licenciado em toda a Beira Baixa (Oviger- Alcains); (iv) à presença do segundo maior núcleo nacional de caprinos nos cinco concelhos do PIS; (v) à maior concentração em toda a Beira Interior, no PIS, de explorações pecuárias suínícolas industriais; (vi) à necessidade de investimento produtivo com viabilidade económica e sustentabilidade em termos de competitividade territorial; (vii) à Inclusão, na Denominação de Origem Protegida (DOP) do borrego e cabrito da Beira Baixa, da totalidade dos cinco concelhos do PIS.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.200.000 €

O projecto, indiscutivelmente estruturante para o Pinhal Interior Sul (PIS), pretende genericamente:

- Recuperar uma das mais tradicionais actividades – abate, transformação e distribuição de carnes – de toda a região, em que o concelho de Mação assume especial relevância;
- Edificar uma unidade produtiva sustentável, polivalente e flexível, em que o número de postos de trabalho directamente resultante seja largamente superado pela taxa de ocupação subsidiária a montante e a jusante;
- Promover a produção pecuária no PIS e regiões envolventes, através da facilitação e até garantia do escoamento;
- Potenciar a certificação do “cabrito e borrego da Beira Baixa”, cuja Denominação de Origem Protegida (DOP), consignada há quase duas décadas, nunca foi utilizada;
- Suprir as indústrias cárnicas da região de carne fresca, especialmente de suíno e caprino, visando a sua transformação; enfatizamos, mais uma vez, o elevado protagonismo que o PIS possui nesta fileira, com destaque para o concelho de Mação, responsável pela produção de mais de 60% do presunto nacional;
- Permitir que as carnes destinadas ao presunto de Mação (previsional Indicação Geográfica Protegida) e aos vários enchidos e ensacados do Pinhal, dos quais se destaca o maranho (candidato a uma Especialidade Tradicional Garantida), provenham e sejam transformados primariamente na região que se pretende delimitar.

Apesar da assinalável diversidade de apresentações nos produtos a expedir, apenas se perspectiva a expedição de carnes frescas e eventualmente preparados de carne. Não se prevê a adequação infra-estrutural para a produção de produtos à base de carne, o que pressupõe uma segunda transformação.

Prevê-se organizar um circuito de distribuição do produto final, a efectivar directamente pela unidade industrial.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul e ACRI Pinhal

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -

EIXO III **Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património**

Acção Integrada **a) Património Histórico, Arquitectónico e Religioso**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.07.01	Centro de Congressos de Fátima	B	
B.07.02	Aldeias de Xisto	B	
B.07.03	Musealização do Castelo de Almourol	B	
B.07.04	Valorização do Convento de Cristo de Tomar nas vertentes arquitectónica, cultural, lúdica, educacional e turística	B	
C.07.05	Reabilitação de património religioso	C	
D.07.06	Conservação do Património Arqueológico de Constância	D1	
D.07.07	Dinamização e Valorização do Castelo e Paço do Conde em Ourém	D1	
D.07.08	Valorização do património arquitectónico e cultural do município de Tomar	D1	
D.07.09	Valorização do património arquitectónico e cultural do município de Torres Novas	D1	
D.07.10	Castelo / Fortaleza de Abrantes	D2	

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, Associações Locais e outras Entidades Públicas e Privadas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
E4- Protecção e Valorização Ambiental	
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1	E 2	E 3	E 4
-----	-----	-----	-----

Objectivos Estratégicos do PNPT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte Relação relevante Relação fraca

Centro de Congressos de Fátima

B.07.01

B

O Centro de Congressos de Fátima foi projectado com o objectivo de ser uma infra-estrutura apta a acolher grandes eventos, contribuindo para o desenvolvimento económico da região, com relevo particular para o sector turístico, quer directamente através do acolhimento de grandes eventos, quer pela melhor organização qualitativa e promocional de resposta à procura individual e de actividades pré e pós eventos, direccionados para públicos como, jovens, estudantes, investigadores e idosos, entre outros.

Desta forma, pretende-se assegurar o aumento da taxa de ocupação hoteleira na região (atenuando o efeito de sazonalidade) e ainda qualificar a oferta dos serviços complementares às visitas de carácter religioso, no âmbito histórico, cultural e comercial.

O projecto prevê a criação de um pavilhão multiusos com capacidade para 7.000 a 10.000 pessoas, auditório multifuncional, bloco de salas, foyers de entrada e de ligação entre as diferentes áreas funcionais, bloco de lojas, centro exposicional e diversos equipamentos de apoio. Trata-se de uma parceria com a AIP e Empresas Privadas.

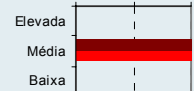
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Horizonte Temporal:

2007-2013

Custo Estimado:
9.500.000 €



Projecto do Centro de Congressos de Fátima

Promotor/Parceiros: Município de Ourém e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Equipamentos para a coesão local

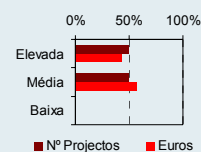
Aldeias de Xisto**B.07.02****B**

“Os bens do património cultural edificado têm valores objectivos (histórico, urbanístico, arquitectónico e artístico) e valores projectados (de natureza social, simbólica e referencial). (...) O carácter do património arquitectónico e urbanístico reside na relação profunda entre cultura e natural, que se manifesta pelo enquadramento pelo construído no território e pela integração orgânica no conjunto.”

Prioridade da Operação:


 Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):


 Horizonte Temporal:
2007-2013

 Custo Estimado:
1.750.000 €

A operação contempla um conjunto de intervenções no espaço público das aldeias de xisto entre as quais se destacam: o arranjo de calçada, jardins e muros; bem como a recuperação de imóveis particulares em especial casas características da região (xisto e pedra do Muradal).

Esta operação pretende dar continuidade a um conceito que valoriza os aglomerados como valor de conjunto e que representa um forte potencial turístico. Deste modo, reduz-se o número de imóveis devolutos existentes no concelho, assim como se valoriza o património edificado municipal.

Estas intervenções enquadram-se em objectivos gerais de reforço da identidade do Pinhal Interior Sul, transformando estas povoações em pólos de atracção turística que permitam a criação de uma nova base económica que passa pela recuperação das tradições culturais, pela valorização do património arquitectónico e ambiental, e pela dinamização das artes e ofícios tradicionais, através da participação activa dos habitantes, associações locais e autarquias.



Promotor/Parceiros: Município de Oleiros com parceria público-privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Património cultural

Musealização do Castelo de Almourol

B.07.03

B

Esta acção pretende valorizar o património do Castelo de Almourol, de herança templária, através da implementação de um programa de disponibilização de conteúdos histórico-culturais.

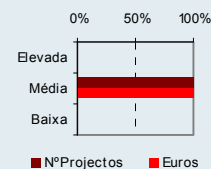
Em parceria com o Exército e com o IGESPAR, pretende-se disponibilizar no Castelo de Almourol um programa orientado para a promoção da atractividade turística deste património único, numa vertente pedagógica, através da disponibilização de um conjunto de conteúdos históricos. Inclui intervenções ao nível das infraestruturas do escoamento de águas pluviais, da consolidação do plano das muralhas, e da segurança dos visitantes. Para além de desenvolver os conteúdos museológicos, inclui a recuperação do antigo Convento do Bareto, localizado na margem direita do rio Tejo, junto ao Castelo, o qual funcionará como centro de acolhimento de visitantes e espaço interpretativo.

A Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e o Exército Português (representado pela Escola Prática de Engenharia) estabeleceram um protocolo de colaboração nos termos do qual se regulam as intervenções no âmbito da Musealização do Castelo bem como a conservação e valorização da Ilha, de acordo com projectos elaboradas pelo IGESPAR.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.300.000 €

“Castelo de Almourol – herança templária”

Situado numa pequena ilha escarpada, no curso do rio Tejo, o Castelo de Almourol é um dos monumentos militares medievais mais emblemáticos da Reconquista, sendo também, um dos que melhor evoca a memória dos Templários em Portugal.

As origens da ocupação deste local são bastante antigas e, como tal, enigmáticas. Alguns autores referem a possibilidade de aqui se ter instalado um primitivo reduto lusitano, ou pré-romano, posteriormente conquistado por estes, e com vagas de ocupação ao longo de toda a Alta Idade Média. O certo é que em 1129, data da conquista deste ponto pelas tropas portuguesas, o castelo já existia e denominava-se Almorolan.

Entregue aos Templários, que então efectivavam o povoamento entre o Mondego e o Tejo (e eram os principais responsáveis pela defesa da capital, Coimbra), o castelo foi reedificado e assumiu as características arquitectónicas e artísticas essenciais, que ainda hoje se observam. Através de uma epígrafe, colocada sobre a porta principal, sabe-se que a conclusão das obras ocorreu em 1171, escassos dois anos após a grandiosa obra do Castelo de Tomar, mandada edificar por Gualdim Pais. São várias as características que unem ambos na mesma linha de arquitectura militar templária: a disposição quadrangular dos espaços, as altas muralhas protegidas por nove torres circulares e adossadas, e a torre de menagem avocada como centro nevrálgico da estrutura.

Extinta a Ordem, e afastada a conjuntura reconquistadora que justificou a sua importância nos tempos medievais, o castelo de Almourol foi votado a um progressivo esquecimento, que o Romantismo (séc. XIX) veio alterar, com a reinvenção do castelo à luz de ideais românticos de medievalidade e sacrificando estruturas primitivas. No século XX, o conjunto foi adaptado a Residência Oficial da República Portuguesa, aqui tendo lugar alguns importantes eventos do Estado Novo. O processo reinventivo, iniciado um século antes, foi definitivamente consumado por esta intervenção dos anos 40 e 50, consumando o fascínio que a cenografia de Almourol causou no longo Romantismo cultural e político português.



Castelo de Almourol: vista do Tejo e maquete

Promotor/Parceiros: Município de Vila Nova da Barquinha e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural Rede de equipamentos culturais Promoção e capacitação institucional

Valorização do Convento de Cristo de Tomar nas vertentes arquitectónica, cultural, lúdica, educacional e turística

B.07.04

B

A valorização do Convento de Cristo de Tomar insere-se estrategicamente nos objectivos de promoção e valorização da oferta turística do Médio Tejo abrangendo dois níveis distintos de actuação, comportando:

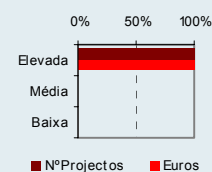
- acções direccionadas para a sua componente patrimonial física,

- bem como acções de enquadramento do monumento no contexto do Centro Histórico de Tomar, onde se incluem um conjunto diversificado de iniciativas com o intuito de alargar a oferta turística, educativa e educacional que se origina em torno da temática “Convento de Cristo de Tomar”.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
7.287.516 €

“Convento de Cristo de Tomar e Património da Humanidade”

Ex-líbris do Médio Tejo, com características diversificadas e atractivas a nível histórico, cultural e arquitectónico, o Convento de Cristo traduz-se num importante testemunho através do qual a arquitectura em Portugal está excelentemente documentada. **Trata-se da maior área monumental de Portugal**, valor que lhe foi justamente reconhecido pela UNESCO em 1983, através da sua classificação como Património Mundial.

É fundamental que a **Recuperação, restauro e reabilitação do Convento de Cristo** seja levada a cabo através de uma estratégia global que incida sobre o Convento de Cristo, a Mata dos Sete Montes, o Núcleo Histórico da cidade de Tomar e a envolvente ao Rio Nabão, pois são elementos que funcionam como factores de complementaridade para a correcta leitura deste espaço, reforçando a inquestionável identidade e unicidade histórica deste monumento, possibilitando que este projecto assuma um carácter de referência cultural obrigatória no contexto do panorama Arquitectónico, Histórico e Natural à escala mundial.



Vista aérea do conjunto
Castelo Templário – Convento de Cristo

Complementarmente, pretende-se desenvolver um **Projecto de Interpretação do Monumento e da Cidade de Tomar, abordando as suas vertentes cultural, lúdica e educacional**, promovendo igualmente a **Mata dos Sete Montes** (Cerca Conventual da 1.º metade do séc. XVI). Este projecto pretende a promoção de roteiros turístico/culturais que abranjam todos os potenciais visitantes nacionais e internacionais. Comporta ainda uma forte vertente no âmbito da educação das crianças e dos jovens, bem como de Aprendizagem ao Longo da Vida e Promoção da Cidadania Plena.

Salienta-se ainda que a valorização do Convento de Cristo de Tomar nas vertentes arquitectónica, cultural, lúdica, educacional e turística poderá alavancar outros recursos turísticos do Médio Tejo, dar-lhes enquadramento regional, promover diversificadas ofertas turísticas para segmentos-alvos mais promissores, permitindo criar um novo suporte estratégico para o marketing turístico do Médio Tejo em conjunto com a cidade de Fátima com o aproveitamento do turismo religioso que já hoje é uma realidade face aos fluxos intensos de peregrinos e visitantes que procuram esta região.

Promotor/Parceiros: Município de Tomar e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Promoção e capacitação institucional

Reabilitação de património religioso		C.07.05	C
<p>Recuperação de património religioso: capelas e igrejas. Este projecto tem importância ao nível da estratégia turística adoptada. O espólio religioso da região apresenta um forte potencial turístico que deve ser potenciado e valorizado.</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Multi-Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p>	<p>Custo Estimado: 300.000 €</p>		
<p>Promotor/Parceiros: Município de Oleiros</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural Promoção e capacitação institucional</p>			

Conservação do Património Arqueológico de Constância		D.07.06	D1
<p>Realização de estudos de conservação do Património Arqueológico em diversas zonas do concelho, criando condições para a sua exploração turística e adensando o potencial turístico já reconhecido ao concelho na vertente de exploração das suas potencialidades para a prática de desportos náuticos.</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Custo Estimado: 500.000 €</p>		
<p>Promotor/Parceiros: Município de Constância e outras entidades públicas</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural Promoção e capacitação institucional</p>			

Dinamização e Valorização do Castelo e Paço do Conde em Ourém		D.07.07	D1
<p>Sendo notória a insuficiente valorização turística do núcleo medieval de Ourém, pretende-se reabilitar o Castelo e Paço do Conde, conferindo-lhes espaços museológicos. Ainda no âmbito da dinamização da Zona Histórica, será premente dotar este local de melhores acessibilidades, dadas as limitações existentes, as quais naturalmente resultam dos aspectos morfológicos e do padrão urbanístico que, tradicionalmente, caracterizam estes espaços.</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 2.102.000 €</p>		
<p>A intervenção a efectuar pretende asseverar a valia arquitectónica do legado histórico, pelo que, de modo a não descaracterizar o património existente, apenas se pretende proceder à limpeza, consolidação e recuperação dos paramentos exteriores e interiores. Deste modo, a adaptação dos espaços interiores será efectuada de forma independente, utilizando uma estrutura autónoma e amovível.</p>			
<p>Promotor/Parceiros: Município de Ourém e outras entidades públicas</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património cultural; Promoção e capacitação institucional</p>			

Valorização do património arquitectónico e cultural do município de Tomar

D.07.08

D1

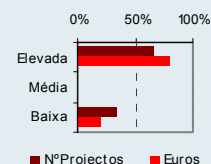
Complementarmente à temática transversal de intervenção assumida pelo município de Tomar, em torno do tema "Convento de Cristo de Tomar" e às acções de enquadramento no contexto do Centro Histórico de Tomar, estão previstas as seguintes intervenções:

- Musealização do Fórum Romano - Salvaguarda e musealização in situ do edificado do Fórum Romano (augustano) e da cultura material dele exumada, com construção de cobertura de protecção e de módulos de interpretação e de apoio ao visitante.
- Casa Memória Fernando Lopes-Graça - Remodelação e equipamento do edifício onde nasceu Fernando Lopes-Graça (em estado de ruína), conferindo-lhe condições de dignidade para a afirmação simbólica da memória do compositor tomarense. O projecto compreende recepção, micro-loja, micro-cafetaria, arrumos, galeria de exposições temporárias e espaço para actividades pedagógicas.
- Museu de Arte (Núcleo de Arte Contemporânea) – Galeria de Exposições de Longa Duração - renovação da exposição de longa duração, instalação de terminal multimédia, remodelação do espaço de acolhimento e adaptação das instalações sanitárias a pessoas com deficiência motora.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.250.000 €*

Promotor/Parceiros: Município de Tomar e outras entidades públicas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Parcerias para a regeneração urbana; Património Cultural

* Nota: 40% do custo estimado corresponde a intervenções da administração central

Valorização do património arquitectónico e cultural de Torres Novas

D.07.09

D1

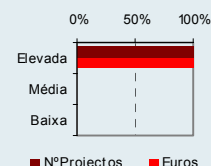
Complementarmente à temática transversal de intervenção assumida pelo município de Torres Novas, em que o Centro histórico de Torres Novas está na génese da estratégia da proposta "Turrís XXI – Cidade Criativa", sendo o Castelo e o Rio Almonda as alavancas de toda a lógica global do projecto, as intervenções no Castelo e nos espaços envolventes assumem o seguinte contorno:

- Recuperação e Musealização do Interior do Castelo e Muralha da Cerca (Fernandina) - no interior do castelo, preconiza-se a remodelação do jardim, que não está em conformidade com a filosofia da verdadeira rentabilização do espaço, na perspectiva da implementação de outro tipo de iniciativas lúdico-culturais e da criação de um núcleo museológico, reabilitando o interior de algumas das torres e criando um circuito interno que potencie o cariz museológico de todo o monumento. Por outro lado, há muito tempo que se reclama a recuperação da muralha da cerca, vestígio efectivo das muralhas fernandinas. A Muralha receberá consistência estrutural e serão criadas condições para um percurso pedonal, com ligação à igreja do Salvador e um miradouro de excelência sobre a zona nascente da Cidade.
- Terreiro de Santa Maria do Castelo - é um espaço que tem sido alvo de intensas e cuidadas escavações arqueológicas. Os achados arqueológicos justificam cuidados acrescidos na manutenção daquele espaço. Será executado um projecto para que a fruição das escavações se possa realizar, quer em espaço aberto, quer com recurso a cobertura de vidro. Juntar-se-lhe-á o necessário programa, para interpretação do espaço e do seu enquadramento histórico.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
1.080.000 €

Promotor/Parceiros: Município de Torres Novas e outras entidades públicas, envolvendo protocolos com associações locais

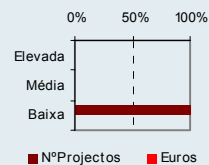
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Parcerias para a regeneração urbana; Património cultural

Intervenção de requalificação da muralha e fortaleza.

Prioridade da Operação:



Prioridades Intra-Operação (projectos):



Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2010

Promotor/Parceiros: Município de Abrantes e outras entidades públicas

EIXO III		Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património	
Acção Integrada	b) Património Natural e Turismo de Natureza (Parques Temáticos e Rotas Turísticas)		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.07.11	C A O - Centro de Aprendizagem e Observação do Vale do Ocreza	B	
B.07.12	Parque Ambiental	B	
B.07.13	Dinamização de uma rede de espaços/infra-estruturas com potencial turístico; valorização dos espaços rurais	B	
B.07.33	Valorização do Património Natural e das Rotas e Percursos Turísticos de Alcanena	B	
C.07.14	Rotas Turísticas Temáticas de Interpretação dos Recursos e Valorização do Património	C	
D.07.15	Valorização do património paisagístico dos municípios do Médio Tejo	D1	
D.07.16	Jardim Temático	D1	
D.07.17	Exploração do potencial de investigação científica do Almonda nas áreas da bioespeleologia e habitats subterrâneos	D1	
D.07.18	Centro Empresarial e Museu Pedagógico Quintas do Tejo - Montalvo	D1	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano Factores de Competitividade Valorização Territorial Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais E4- Protecção e Valorização Ambiental E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 E 2 E 3 E 4		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O1 O2 O3 O4 O5 O6	
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

Centro de Aprendizagem e Observação do Vale do Ocreza

B.07.11

B

O Centro de Aprendizagem e Observação (CAO) inscreve-se visa colmatar uma lacuna no quadro nacional: a inexistência de um centro alicerçado no património arqueológico, com integração das dimensões cultural e ambiental, e que ajude a construir a compreensão dos processos de antropização do território.

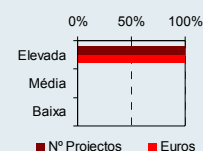
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.500.000 €



O CAO terá uma dimensão e alcance nacionais, pese embora a sua localização específica. A favor dessa realidade militam não apenas o objectivo, mas o facto de o Museu de Arte Pré-Histórica de Mação ser, com as suas parcerias estruturantes (em especial o Instituto Politécnico de Tomar) a única entidade que, em Portugal, pode no imediato desenvolver um projecto desta natureza.

Centro de Aprendizagem e Observação (CAO) resume-se a um edifício-percurso tipologicamente definido como uma sala única, polivalente, onde serão implantados módulos servidores fixos e amovíveis, designadamente Auditório/Biblioteca e Sala de Exposições para diferentes conteúdos.

O CAO propõe-se em relação ao visitante como um núcleo de preparação à visualização *in-situ* das gravuras do Vale do Ocreza. O edifício, que se define num volume único, fixa-se na vertente acentuada sobre o rio do mesmo modo que os muros de suporte existentes criam zonas estáveis num terreno acidentado. Implantado no sentido nascente-poente, o volume proposto coloca-se na continuidade do percurso pedonal que liga toda a área de intervenção. A sua cobertura passa deste modo a funcionar como parte integrante do mesmo percurso e como plataforma de paragem e contemplação sobre a paisagem a Sul. Nos topos nascente e poente esta cobertura ganha um declive suave, diluindo-se em rampa no percurso pedonal.

A grande relevância do Centro de Aprendizagem e Observação (CAO), em articulação com o "Instituto Terra e Memória" e o Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, é a de contribuir para a elevação da cultura científica e tecnológica dos cidadãos. Os objectivos a atingir enquadram-se nas vertentes do Conhecimento, Tecnologia, Difusão Cultural, Animação e Empreendedorismo, integrando as dimensões de investigação, Turística, Cultural e de Qualidade Total conectadas por uma vasta rede de parcerias regionais, nacionais e internacionais, desde Universidades a Empresas, passando por governos civis e inúmeras autarquias locais. Pretende-se que se assuma como um espaço que promova os importantes marcos arqueológicos do país e que seja um ponto importante de investigação.



Promotor/Parceiros: Município de Mação com parceria público-privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental, Gestão activa de espaços protegidos e classificados

Parque Ambiental

B.07.12

B

Aproveitamento do terreno contíguo Centro Ciência Viva e da Floresta para a instalação de um parque ambiental (uma infra-estrutura tipo parque temático) onde se pretende divulgar e consciencializar o público em geral da biodiversidade ambiental (fauna, flora, linhas de água, etc.) existente na região, vocacionado para o uso múltiplo da floresta e valorizando significativamente o seu contributo como sumidouro de gases com efeito de estufa, assumindo-se este como um pólo de atracção em interacção com o Museu de Ciência Viva na sua vertente pedagógica, de investigação e turística.

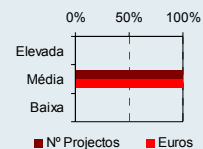
Pretende-se com este projecto possibilitar aos visitantes do Centro de Ciência Viva da Floresta o contacto, em contexto natural, com uma nova abordagem temática, realçando o contributo da floresta para o desenvolvimento do mundo rural e para o equilíbrio ambiental.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
1.500.000 €



Localização do Parque, contíguo ao Centro de Ciência Viva da Floresta

Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a regeneração urbana; Acções de valorização e qualificação ambiental

Dinamização de uma rede de espaços/infra-estruturas com potencial turístico; valorização dos espaços rurais

B.07.13

B

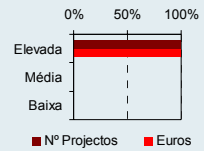
Operação que visa reunir de forma articulada várias vertentes que o concelho dispõe, para criar uma verdadeira oferta turística e rede integrada aproveitando as sinergias com o Geopark. Pretende-se:

- Integrar a aldeia da Figueira na rede de Aldeias do Xisto, bem como nesta integrar um centro de incubação de artes e artesanato, promovendo este produto e com a celebração de protocolos com escolas de arte e centro de formação de artesãos, participando na recuperação do Património Vernacular.
- Promover a rede de percursos pedestres classificados, explorando o que melhor oferece o espaço rural e o eco turismo bem como integrá-lo na rota de visitas do Geopark.
- Integrar na rede de oferta turística o Centro de Interpretação de Fortes e Baterias e o respectivo circuito a realizar pelas estruturas militares ainda existentes, Fortes e Baterias (relativo às invasões francesas), que farão parte do projecto de intervenção arqueológica em curso.
- Integrar o aspecto pedagógico do Centro de Ciência Viva da Floresta, único equipamento desta natureza no País, promovendo o conhecimento da floresta e todas as suas potencialidades.
- Oferta na época estival de uma rede de praias fluviais de grande qualidade implicando sempre melhores adaptações para tirar partido das exemplares condições naturais, potenciando assim aqueles espaços, realizando também ciclos de estudo da água promovendo a uma cultura de preservação da riqueza das linhas de água.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.000.000 €

de arte e centro de formação de artesãos, participando na recuperação do Património Vernacular.



Centro de Ciência Viva da Floresta



Aldeia da Figueira



Praia Fluvial do Malhadal



Praia Fluvial de Aldeia Ruiva



Escavações Arqueológicas

Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Acções de valorização e qualificação ambiental

O Município de Alcanena pretende fomentar o usufruto do contacto com a natureza no concelho e promover a diversificação da oferta de espaços de convívio, lazer e encontro, a dois níveis:

- ao nível da sua vertente urbana e directamente orientada para a população residente no concelho, através da ampliação dos espaços verdes concelhios e da promoção de estilos de vida saudáveis – **Parque Urbano de Alcanena e Ciclovía Alviela-Alcanena**;

- ao nível da sua vertente ambiental e orientada, não só, para a população residente no concelho, mas também para o aumento da atractividade turística do concelho por via da sua afirmação na divulgação de conhecimento científico, através da implementação do **Programa de Dinamização do Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela** e da execução da **4ª fase do Projecto dos Olhos de Água**.

A política de ampliação e requalificação dos espaços verdes urbanos preconizada para o município de Alcanena assenta num vector estratégico de intervenção, consubstanciado na criação de um parque urbano na vila de Alcanena, e que deverá constituir-se como uma nova centralidade, proporcionando a diversificação da oferta de espaços de convívio e lazer e a formulação de um novo espaço de encontro, superando uma carência latente ao nível desta tipologia de equipamento na sede de concelho.

Como forma de incentivar a utilização da bicicleta como modo de turismo ou lazer, a Ciclovía Alviela-Alcanena servirá para testar o impacto de um tipo de via como esta, no sentido de ser expandida a outros locais do concelho com a finalidade de incentivar a bicicleta como modo de transporte. Desta forma poderiam ser aproveitados e conseqüentemente reparados alguns caminhos municipais.

O Programa de Dinamização do Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela visa o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas enquadradas por um Programa de Actividades que contribua de forma efectiva para a promoção e divulgação do conhecimento em vários domínios (complementando os domínios contemplados pelo carsoscópio com exposições temáticas, formações, ateliers, debates temáticos e outras iniciativas dedicadas a outros domínios científicos, de natureza regular ou ocasional) e para a promoção, dinamização e consolidação do CINA enquanto equipamento de referência regional. Para tal, será nuclear o estabelecimento de protocolos com instituições de diferentes naturezas (designadamente escolas, centros de investigação, instituições universitárias, associações de conservação e estudo da natureza), as quais devem possibilitar uma utilização regular do equipamento.

A 4ª Fase do projecto dos Olhos de Água vem completar um projecto que se iniciou com a construção da praia fluvial, do parque de campismo e do Centro de Interpretação dos Olhos de Água. O presente projecto visa a readaptação do espaço do Centro para albergar uma sala de apoio à actividade espeleológica, a readaptação do espaço para a constituição de uma loja de venda de produtos regionais e produtos relacionados com o Centro de Ciência Viva, o qual funciona dentro das instalações do Centro de Interpretação.

Promotor/Parceiros: Município de Alcanena e Outras Entidades Públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção da cultura científica e tecnológica; Acções de valorização e qualificação ambiental;



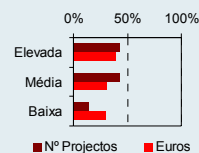
Esta operação conjuga a criação de rotas temáticas bem estruturadas com uma vertente educativa de interpretação de recursos. Nesta operação incluem-se os seguintes projectos:

- Criação de rotas temáticas onde se inclui a recuperação dos moinhos de água e dos moinhos de vento integrados bem como o reaproveitamento de alguns para alojamento temporário; a criação de miradouros e plataformas para a prática do parapente; recuperação de praias fluviais e requalificação de parques de campismo rural; desenvolvimento de um museu das artes e ofícios; e requalificação de alguns conjuntos edificados rurais.
- Concepção de vários itinerários e requalificação dos percursos para dar a conhecer a residentes e visitantes o património que caracteriza a área abrangida pelos percursos, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como a cultura local, a sua riqueza etnográfica, gastronómica, festas e costumes. Alertar para os impactes negativos que ameaçam as áreas naturais, e para as alternativas para o seu desenvolvimento sustentável.
- Rota de Memória e Geologia / Padre António Andrade: Promoção de uma rota turística tendo como parceiros o GEOPARK, a NATURTEJO, entre outros, unindo pontos de interesse turístico do concelho e de proximidade, incluindo a criação de um "Museu da Montanha" onde se integrará um centro de estudos geológico e a criação de um "jardim temático" que incorporará espécies originárias dos dois habitats (Pinhal Interior Sul e do Tibete), implicando a construção de uma infra-estrutura de alojamento.
- Construção de centros de interpretação da água e das concheiras.
- Promoção de trabalhos de arqueologia, em parceria com o Município de Vila Velha de Ródão, necessários para tornar visitáveis as estruturas de defesa militar, Fortes e Baterias, que remontam à época das invasões francesas e consequente promoção de um estudo para a instalação dos conteúdos do Centro de Interpretação de Fortes e Baterias localizado em Sobreira Formosa.
- Criação de Novas Rotas e percursos Turísticos Temáticos - uma área considerável do concelho de Alcanena está integrada no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Esta confere características naturais únicas à paisagem. Pretende-se criar rotas e percursos turísticos temáticos que se destaquem com sinalética própria. Os circuitos devem oferecer possibilidade de serem interpretados individualmente ou em conjunto, com ou sem guia, em português, inglês e espanhol, através de uma rede de quiosques de multimédia a colocar em locais estratégicos de cada rota e placards informativos localizados e interpretativos. Pretende-se a criação de rotas com indicação e duração dos tempos do percurso e grau de dificuldade, sendo que tais rotas deverão ser inseridas em diversos suportes (folhetos, brochuras, Cd-Rom, Internet e registos GPS).
- Beneficiação da Louriceira Aldeia Típica - a beneficiação do espaço público constitui-se como uma acção compósita, a qual pressupõe a intervenção autárquica ao nível da recuperação/reabilitação e manutenção dos elementos cuja gestão é da sua competência, com o intuito de a integrar nas rotas de visita da região.

Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
3.148.275 €

Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros, Vila de Rei e Proença-a-Nova, do Pinhal Interior Sul, Município de Alcanena do Médio Tejo e outras parcerias público-privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Valorização do património paisagístico dos municípios do Médio Tejo		D.07.15	D1
<p>Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património natural e do turismo de natureza na região Médio Tejo, e materializa-se em acções de recuperação e valorização do seu património paisagístico. Inclui, nomeadamente, iniciativas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação e Valorização do Património Paisagístico do Sardoal; Recuperação e valorização turística do Conjunto dos Moinhos da Pena e Charruada, em Torres Novas 	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Custo Estimado: 1.400.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Municípios do Sardoal e Torres Novas</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Acções de valorização e qualificação ambiental</p>			

Jardim Temático		D.07.16	D1
<p>Criação de um jardim temático que vise a preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida do concelho, proporcionando um local único, tanto aos Vilarregenses, como aos seus visitantes.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 100.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental</p>			

Centro Empresarial e Museu Pedagógico Quintas do Tejo - Montalvo		D.07.17	D1
<p>Esta operação articula a recuperação e remodelação dum antigo lagar, inserido no espaço duma quinta situada no aglomerado urbano da Freguesia de Montalvo, destinado a apoiar o tecido empresarial da Zona Industrial de Montalvo. Está prevista a instalação de um espaço funcional, incluindo gabinetes, sala polivalente (pequeno auditório), instalações sanitárias, arrumos, museu, restaurante, zonas de estar exteriores, etc.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Custo Estimado: 3.000.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Constância e outras entidades públicas e privadas</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental</p>			

Exploração do potencial de investigação científica do Almonda nas áreas da bioespeleologia e habitats subterrâneos

D.07.18

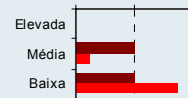
D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património natural e do turismo de natureza na região Médio Tejo, e engloba intervenções orientadas para a exploração do potencial científico do Almonda, nomeadamente, através de:

- Centro Nacional Investigação em Bioespeleologia e Habitats Subterrâneos, por via da construção de um imóvel, para instalação do Centro Nacional de Bioespeleologia, destinado a laboratório e centro operacional junto do CIGA - Centro de Interpretação das Grutas do Almonda, no Cabeço das Pias (em plena Serra d'Aire), fruto de um protocolo da autarquia com diversas Universidades;
- Grutas do Almonda - abertura ao público de uma das salas grandes das grutas do Almonda, salvaguardando todos os aspectos naturais, ambientais e espeleológicos, em parceria com associações de espeleologia e Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros.

Prioridade da
Operação:
★★★★★Área de
Influência:
LocalPrioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros









Horizonte
Temporal:
2011-2013Custo
Estimado:
1.700.000 €**Promotor/Parceiros:** Município de Torres Novas e outras entidades públicas**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Promoção da cultura científica e tecnológica; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

EIXO III **Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património**

Acção Integrada **c) Museologia em Rede**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.07.19	Museu Ibérico de Arqueologia e Arte		
B.07.20	Museu Nacional Ferroviário		
C.07.21	Ecomuseu		
C.07.22	Museu do fogo		
D.07.23	Rede de museus dos municípios do Médio Tejo		

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, Fundação Museu Nacional Ferroviário, Herdeiros de Alfred Keil e outras Entidades Públicas e Privadas

<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano </p> <p>Factores de Competitividade </p> <p>Valorização Territorial </p> <p>Cooperação Territorial </p>	<p>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Competitividade e Inovação </p> <p>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos </p> <p>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais </p> <p>E4- Protecção e Valorização Ambiental </p> <p>E 5 – Governação e Capacitação Institucional </p>
<p>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E 1  E 2  E 3  E 4 </p>	<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1  O2  O3  O4  O5  O6 </p>
<p> Relação forte  Relação relevante  Relação fraca</p>	

O Museu Ibérico de Arqueologia e Arte será instalado no edifício, a requalificar, do Convento de São Domingos. Este museu, de nível internacional, estará associado a uma rede de sítios Arqueológicos, antecipando-se desde já um forte potencial de internacionalização.

É intenção maior disponibilizar, para efeitos de exposição pública, a vasta e valiosa colecção de arqueologia e arte reunida ao longo de meio século pelo industrial de Abrantes Senhor João Estrada, bem como expor os espólios de arte contemporânea doados, à CMA, pela Pintora Maria Lucília Moita e pelo Escultor João Charters de Almeida.

O Museu integrará um Centro de Investigação que irá aprofundar o estudo das suas colecções, promover novas exposições e estabelecer parcerias com Universidades, Autarquias e outros museus nacionais e estrangeiros. Complementarmente, a oportunidade representa também a possibilidade de recuperar, adaptar e ampliar o edifício Convento de S. Domingos, refuncionalizando, assim, um dos ex-libris da Cidade inserido em pleno Centro Histórico.



“O Projecto do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte”

O projecto de criação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte configura uma possibilidade única de fixar em Abrantes um decisivo pólo de desenvolvimento cultural e científico de âmbito internacional, agrupando colecções de Arqueologia, História e Arte, desde os tempos Pré-Históricos até à Época Contemporânea, de origem local/regional, nacional e internacional.

É particularmente destacada a relevância e carácter espectacular da Colecção de Ourivesaria pré e proto-histórica recolhida no antigo território da Lusitânia, a qual passará a ser, muito provavelmente, a primeira à escala da Península Ibérica e uma das mais importantes a nível europeu. As colecções permitem construir uma visão amplamente contextualizada da sucessão, no tempo e no espaço, de culturas e formas artísticas que nos reportem às origens e evolução do que é hoje a realidade portuguesa. Irá incluir, ainda, as colecções de arte contemporânea legadas pela Pintora Lucília Moita e pelo escultor João Charters de Almeida.



Convento de São Domingos

No âmbito da Arqueologia e Arte, o Museu irá contar com as seguintes colecções: (i) artefactos arqueológicos pré e proto-históricos em pedra, cerâmica, bronze e outros materiais, representativos da vida económica e social de várias culturas e povos que ocuparam diversas áreas do território nacional; (ii) esculturas, artefactos militares e peças de adorno com a mesma cronologia e proveniência; (iii) exemplares de arte da Antiguidade Oriental Clássica, com destaque para peças egípcias, gregas, etruscas, romanas e persas; (iv) notáveis conjuntos de ourivesaria ibérica, recolhidos no que foi o antigo território da Lusitânia, que se estendem do Calco lítico à Época Romana Tardia e à Alta Idade Média; (v) numismática; (vi) Fragmentos de arquitectura Romana, medieval e Moderna; (vii) arte sacra dos séculos XVI a XVIII; (viii) pintura europeia e portuguesa dos séculos XVIII a XX; (ix) relógios de várias épocas.

Promotor/Parceiros: Município de Abrantes e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Promoção e capacitação institucional; Património cultural

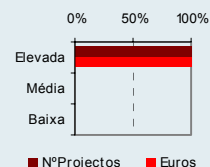
Com este projecto pretende-se dar corpo ao Museu Nacional Ferroviário, criado pela Lei nº 59/91 de 13 de Agosto. O projecto desenvolver-se-á em 3 fases, com as seguintes intervenções:

- Redonda, Placa Giratória, Cafeteria-Restaurante e Auditório, Edifício 13, Arranjos Exteriores, Edifício 12 (1ª Fase);
- Oficina de Vapor (Edifícios 14, 15 e 16), Espaços Expositivos Exteriores, Arranjos Exteriores, Musealização de Espaços, Recuperação de Material Circulante (2ª fase);
- Central Eléctrica, Outros Edifícios, Arranjos Exteriores, Espaços Expositivos Exteriores, Arranjos Exteriores, Musealização de Espaços, Recuperação de Material Circulante (3ª Fase);
- Requalificação da zona envolvente às instalações do Museu Nacional Ferroviário, através da reabilitação de uma série de vias, largos e praças, com o intuito de proporcionar à população e aos visitantes uma vivência totalmente enquadrada num ambiente urbana de qualidade. Dada a proximidade com o nó da A1-A23 impera a necessidade da referida requalificação (Fase complementar, assumida pela CM do Entroncamento).

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



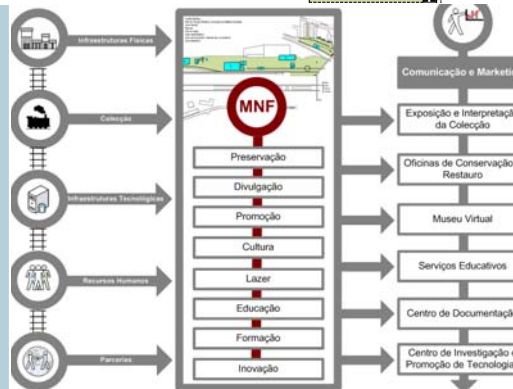
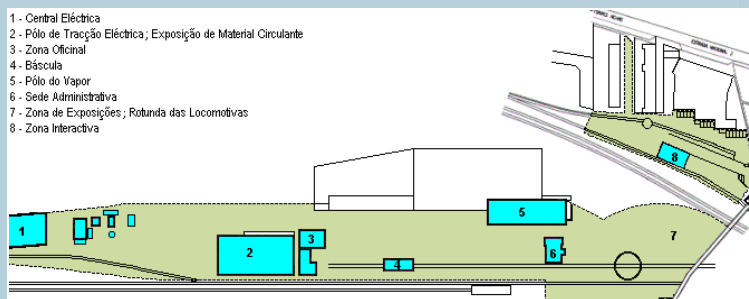
Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
170.000.000€

“O Projecto”

O espólio museológico ferroviário português está distribuído por 10 Núcleos Museológicos. Estes núcleos, além de serem “salas separadas” do Museu Nacional, são simultaneamente museus locais das zonas em que se inserem. A **Fundação Museu Nacional Ferroviário** vai desenvolver a **Área Museológica Central no Entroncamento**, na “origem” da actividade ferroviária em Portugal. O projecto obtém, como tal, um acolhimento prioritário no concelho e atinge impacto nacional.

Contar-se-á a história do caminho-de-ferro em Portugal, iniciando-a pelos primórdios da ferrovia (Revolução Industrial, minas, Grã-Bretanha) e sequenciando-a pelos modos de tracção (vapor, diesel, eléctrico). A evolução será apresentada através das peças que for possível e pertinente expor (do material circulante às agulhas de sutura, passando pelos bilhetes e pelos arduamentos), chegando aos seus últimos desenvolvimentos (alta velocidade, transportes especializados dedicados de mercadorias) e deixando antever o seu possível futuro, o maglev. Este “contar a história do caminho-de-ferro” terá diversas vertentes:



- dar a explicação científica, prática e concreta, do que é mostrado (força do vapor, origem do diesel, produção da electricidade, vantagens e inconvenientes de cada um, acção roda carril, comunicações, levitação magnética) e recorrendo às tecnologias, sempre que possível e adequado, através de projecções iónicas, ecrãs tácteis, “livros mágicos”, objectos flutuantes;
- criar o Museu Ferroviário Virtual e o ferro-modelismo virtual, em paralelo cm o Ferro modelismo real;
- organizar colóquios, seminários e workshops sobre temas ligados à actualidade e à promoção institucional do caminho-de-ferro;
- promover o acesso e consulta de Documentação e de Arquivos do sector ferroviário, bem como iniciativas no campo educativo, privilegiando a experimentação directa dos jovens e escolas.

Promotor/Parceiros: Município Entroncamento, Fundação Museu Nacional Ferroviário e Adm.Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Economia digital e sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica

Ecomuseu		C.07.21	C
<p>Criação de um Ecomuseu na Sertã, que conjuga a componente de interpretação e visualização no meio natural e real com uma componente de simulação virtual e que associa uma vertente informativa e formativa a um objectivo de atractividade turística de âmbito regional.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Multi-Local</p>
		<p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p>	<p>Custo Estimado: 625.000 €</p>
		<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> 	
<p>Promotor/Parceiros: Município da Sertã</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Património cultural; Acções de Qualificação e Valorização Ambiental</p>			

Museu do fogo		C.07.22	C
<p>Criação de um Museu dedicado à temática do fogo e dos fogos florestais, com o objectivo de promover, junto de toda a população, a compreensão do fenómeno do fogo florestal, formas de prevenção, suas causas, sua propagação e suas consequências, utilizando não só exposições fotográficas, realização de colóquios/seminários/workshops, mas também diverso equipamento informático e material multimédia.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Multi-Local</p>
		<p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Custo Estimado: 750.000 €</p>
		<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> 	
<p>Com o Museu do Fogo pretende-se criar e disponibilizar um conjunto de informação sobre o que é o fogo, desde os seus benefícios até aos seus malefícios para a humanidade. Pretende-se igualmente dotar a Região com infra-estruturas que potenciam o seu desenvolvimento, com base na valorização e reforço da identidade cultural e simultaneamente proporcionar uma maior atractividade do território.</p>			
<p>Alguns concelhos do Pinhal Interior Sul foram flagelados por violentos incêndios que duraram vários dias, em Julho de 1986 e Julho e Agosto de 2003, reduzindo a cinzas, no caso de Vila de Rei e em cada uma dessas ocasiões, cerca de 80% da área florestal do concelho. O objectivo do Museu é mostrar a todos os visitantes o impacto e a devastação provocada pelo fogo bem como as suas consequências para a região e para o País, quer no âmbito ambiental e de património natural, quer no âmbito económico e social. O Museu terá diversos instrumentos os quais possuirão um leque vasto de informação de forma a divulgar o tema "Fogo".</p>			
<p>Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Património cultural</p>			

Rede de museus dos municípios do Médio Tejo

D.07.23

D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização das raízes e do património histórico-cultural da região Médio Tejo, e engloba intervenções orientadas para a preservação das memórias da região e para a projecção da sua relevância turística, nomeadamente, através da implementação dos projectos associados à reabilitação e implementação dos seguintes núcleos museológicos:

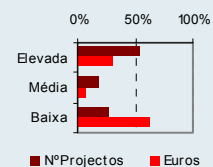
Prioridade da Operação:
★ ★ ★ ★ ★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
10.597.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Museu do Território, em Alcanena;
- Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico, em Ourém;
- Museu de Arte (Núcleo Sede e Núcleo de Arte Contemporânea), Museu do Brinquedo, Museu dos Fósforos, Museu Hebraico Abraão Zacuto, em Tomar;
- Museu Vivo do Brinquedo, Museu Nacional Alfred Keil e Museu Arqueologia Industrial e Etnografia, em Torres Novas;
- Museu do Tejo, em Vila Nova da Barquinha.

Promotor/Parceiros: Municípios de Alcanena, Ourém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha e outras entidades públicas e privadas; protocolo com os herdeiros de Alfred Keil



Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Património cultural

EIXO III

Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património

Acção Integrada

d) Dinamização de Parcerias para a Expansão da Oferta de hotelaria e Serviços Turísticos

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
C.07.24	Unidades Turísticas de Alojamento	C	
C.07.25	Centro de férias e lazer	C	
D.07.26	Alargamento da oferta de soluções turísticas de alojamento – parques de campismo e caravanas	D1	
D.07.27	Requalificação do Aqueduto dos Pegões	D2	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, Administração Central e outras Entidades Públicas e Privadas

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	<input type="radio"/>
Factores de Competitividade	<input type="radio"/>
Valorização Territorial	<input checked="" type="radio"/>
Cooperação Territorial	<input type="radio"/>

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	<input type="radio"/>
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	<input type="radio"/>
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<input type="radio"/>
E4- Protecção e Valorização Ambiental	<input checked="" type="radio"/>
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<input type="radio"/>

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1 <input type="radio"/>	E 2 <input checked="" type="radio"/>	E 3 <input checked="" type="radio"/>	E 4 <input type="radio"/>
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Objectivos Estratégicos do PNROT
Contributo para realização dos objectivos

O1 <input type="radio"/>	O2 <input type="radio"/>	O3 <input type="radio"/>	O4 <input checked="" type="radio"/>	O5 <input type="radio"/>	O6 <input type="radio"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

Relação forte

Relação relevante

Relação fraca

Unidades Turísticas de Alojamento

C.07.24

C

Esta operação consiste no desenvolvimento e criação de unidades de alojamento turísticas que permitam assegurar um nível de oferta adequado às necessidades da região bem como garantir um nível de qualidade que atraia novos visitantes. Destas destaque para alguns projectos chave:

- Criação de um "Green-Hotel": infra-estrutura totalmente alimentada por energia verde – painéis foto voltaicos e energia eólica –, constituindo-se como cartão-de-visita de uma região ecológica.
- Criação de unidades de alojamento em Oleiros, município integrado no parque temático Geopark Naturtejo, como por exemplo a Estalagem de Santa Margarida. No âmbito do Geopark, estão consolidadas algumas Rotas Temáticas, as quais estão a ser prejudicadas pela inexistência de oferta hoteleira no território concelhio. Por outro lado, prevê-se a implementação de projectos inovadores, nomeadamente a criação de uma rede de centros interpretativos, os quais poderão ser comprometidos por essa carência de alojamento. Esta é uma necessidade urgente e fundamental para todo o desenvolvimento do projecto Geopark, em particular, e de toda a estratégia turística da região, em geral.
- Criação em Vila de Rei de uma unidade hoteleira com capacidade para albergar os turistas que frequentemente visitam a região e que se deparam com escassez de unidades desta natureza. Face ao cenário existente o município sente cada vez mais a necessidade de suprir uma falha de mercado perante a inércia dos privados nesta matéria, sendo que, posteriormente, inevitavelmente, terá que existir um processo de concessão.

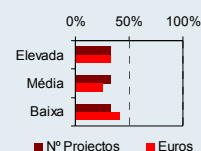
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Multi-Local

Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
6.029.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Municípios de Mação, Oleiros e Vila de Rei com parceria público-privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -

Centro de férias e lazer

C.07.25

C

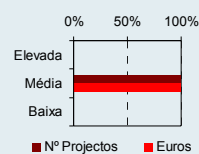
A criação de um centro de férias e de lazer no concelho de Vila de Rei emerge como capacidade de resposta às necessidades dos seus visitantes, por forma a satisfazer a crescente procura de alojamento e de recintos de férias desta natureza a qual é parca nesta região. Esta oferta de alojamento é acompanhada com a possibilidade de os visitantes/utentes poderem usufruir de desportos de aventura, lazer e bem-estar.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Multi-Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):

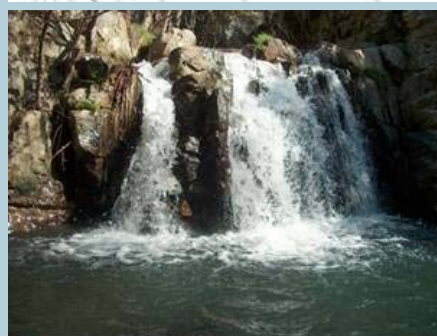


Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
800.000 €

A conservação e promoção da cultura, o respeito e a defesa do ambiente, o aproveitamento consciente dos recursos naturais, são temas intrínsecos à evolução do indivíduo como parte integrante do planeta que co-habita. Pretende-se a participação regular de jovens em programas que ampliam e enraízam valores culturais e humanitários. Formar, dotar e estimular nos jovens (e nos mais novos) as competências que lhes permitam valorizar-se como pessoas e cidadãos, encorajando o desenvolvimento da liberdade, altruísmo, produtividade, solidariedade e esperança.

O equipamento "Centro de Férias e Lazer", situar-se-á na zona do Penedo Furado, local turístico de grande procura, onde existe actualmente uma praia fluvial, um bar de apoio, instalações sanitárias e balneários públicos. A área já é utilizada para todos os tipos de desportos que envolvam o contacto directo com a natureza. Esta infra-estrutura vem proporcionar condições para que este tipo de desportos se realizem com as necessárias condições de conforto e segurança, aumentando por outro lado a capacidade logística de acolhimento e hospedagem de visitantes neste concelho e na região onde se insere.



Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -

Alargamento da oferta de soluções turísticas de alojamento – parques de campismo e caravanas

D.07.26

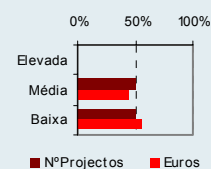
D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património natural e do turismo de natureza na região Médio Tejo, e materializa-se na diversificação da oferta de soluções de alojamento no segmento dos parques de campismo e caravanas. As especificidades associadas aos perfis turísticos de cada concelho direccionam as respectivas opções de alojamento em campismo, salientando-se, nomeadamente:

Prioridade da Operação:
★ ★ ★ ★ ★

Área de Influência:
Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
2.312.750 €

- Parque de Caravanas de Fátima, dotado de infra-estruturas básicas, nomeadamente a instalação de balneários e sanitários, entre outras infra-estruturas de apoio, de modo a servir os utentes em condições de maior conforto e funcionalidade.
- Parque de Campismo da Machuca, em Tomar, com o objectivo de colmatar uma lacuna na oferta deste segmento turístico em Tomar, que se pretende, apesar de próximo da cidade, perfeitamente inserido na Natureza. Para isso, serão mantidas as espécies arbóreas existentes e significativas, tirando-se partido das linhas de água existentes e reservando uma área envolvente que sendo parte integrante da área vedada do parque ficará livre de qualquer ocupação. A oferta será a de um parque de quatro estrelas com carácter rural, com edificações de apoio simplificadas e com a menor área impermeabilizada que for possível, reservando-se locais para a instalação de tendas e caravanas perfeitamente compatibilizados com a topografia do local.
- Parque de Campismo de Torres Novas, numa área de transição para a zona rural, com um conceito ecológico inovador, para proporcionar aos utilizadores de parques de campismo uma estada de qualidade.
- Parque de Campismo de Ferreira do Zêzere, numa óptica de fruição do contacto com a natureza.

Promotor/Parceiros: Municípios de Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -

Requalificação do Aqueduto dos Pegões

D.07.27

D2

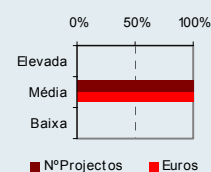
A presente intervenção visa a requalificação do aqueduto dos Pegões, a cuja concretização e execução está ligada a implementação, por promotores privados, de campos de golfe.

Prioridade da Operação:
★★★ ★ ★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2011-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Administração Central e outras entidades privadas

EIXO III		Obj. 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património	
Acção Integrada	e) Modernização de Zonas Balneares		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.07.28	Albufeira em Movimento	B	
B.07.29	"Aldeias da Água" - intervenção nas margens do Rio Zêzere, na Zona de Dornes e de Bairradinha	B	
C.07.30	Recuperação das praias fluviais e portos de abrigo	C	
D.07.31	Parque de Campismo/Caravanismo	D1	
D.07.32	Requalificação do Agroal	D1	
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e outras Entidades Públicas e Privadas		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos Potencial Humano <input type="radio"/> Factores de Competitividade <input type="radio"/> Valorização Territorial <input checked="" type="radio"/> Cooperação Territorial <input type="radio"/>		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos E1 – Competitividade e Inovação <input type="radio"/> E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos <input type="radio"/> E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais <input checked="" type="radio"/> E4- Protecção e Valorização Ambiental <input checked="" type="radio"/> E 5 – Governação e Capacitação Institucional <input type="radio"/>	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos E 1 <input type="radio"/> E 2 <input checked="" type="radio"/> E 3 <input checked="" type="radio"/> E 4 <input checked="" type="radio"/>		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos O 1 <input checked="" type="radio"/> O 2 <input type="radio"/> O 3 <input checked="" type="radio"/> O 4 <input type="radio"/> O 5 <input type="radio"/> O 6 <input type="radio"/>	
<input checked="" type="radio"/> Relação forte		<input checked="" type="radio"/> Relação relevante	
<input type="radio"/> Relação fraca			

Albufeira em Movimento

B.07.28

B

Este projecto visa a criação de infra-estruturas de apoio e a implementação de praias fluviais e portos de abrigo/ recreio em locais já previstos no Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode que regulamenta o plano de água e respectiva zona de protecção, bem como a criação de acessos fluviais existentes ao longo da margem da Albufeira.

A infra-estrutura de apoio ao recreio balnear será constituída por elementos, como parque de estacionamento ordenado e coberto; instalações sanitárias; balneários/ vestiário; bar e restaurante de apoio; entre outros.

Com o porto de recreio pretende-se a criação de um único ponto de onde é permitido o acesso a embarcações motorizadas ao plano de água através de meios mecânicos de alagem ou rampa de varadouro; acesso viário pavimentado a veículos de emergência; estacionamento de automóveis, embarcações e atrelados; posto de combustíveis de abastecimento público, nos termos da legislação aplicável; além de uma zona destinada à manutenção de embarcações.

O apoio balnear e ao porto de recreio é concebido de forma a existir uma imagem de conjunto e organicidade, através do estabelecimento de critérios construtivos, baseados na qualidade estética, boa inserção na zona de protecção da barragem, e que tenha uma fácil manutenção e durabilidade.

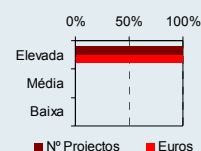
Prevê ainda a criação e implementação de uma praia fluvial em Água Formosa, aldeia integrada na Rede das Aldeias de Xisto, promovendo o Desenvolvimento Turístico da rede como Marca agremiadora do potencial turístico do Pinhal Interior.

Visa além do mais a implementação de um percurso pedonal e ciclovia ao longo da margem da Albufeira de Castelo de Bode de forma a dinamizar esta área, visando atrair mais e diversos visitantes para a região e potenciar novos nichos turísticos. Constituindo uma mais-valia para o ambiente, instituindo um forte contributo ao desenvolvimento do turismo bem como a criação de postos de trabalho a nível regional.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2010

Custo Estimado:
5.550.000 €



Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental

“Aldeias da Água” - intervenção nas margens do Rio Zêzere, na Zona de Dornes e de Bairradinha

B.07.29

B

O Projecto “Aldeias da Água” consiste na intervenção nas margens do Rio Zêzere, visando, entre outras iniciativas, a instalação de 2 piscinas flutuantes, 1 na Zona de Dornes e outra na Zona de Bairradinha. Pretende-se ainda intervir na margem na zona de Castanheira, de modo a tornar mais aprazível essa zona, aumentando a qualidade de fruição do Rio, e possibilitando, por essa via, o aumento do número de turistas.

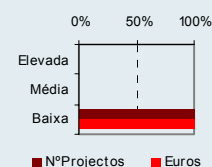
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
2.500.000 €



“Aldeias da Água” – unidas pelas águas do Zêzere

Com a conclusão, em 1950, da barragem do Castelo de Bode, nasceu na região o maior lago artificial da Europa, com uma extensão de 59 Km de que Ferreira do Zêzere tem parte privilegiada.

Enquanto a aldeia de Dornes constitui um fantástico miradouro sobre o rio Zêzere, que combina com monumentos e tradições que tornam as visitas inesquecíveis, Bairradinha é uma aldeia de terras cultivadas à beira rio, com uma paz absoluta e recantos paradisíacos. A complementaridade entre estas aldeias unidas pelas águas do Zêzere tem levado a que muitos visitantes as procurem, seja para a prática de desportos náuticos, para a realização de caminhadas nas suas margens ou para o simples desfrute da sua paisagem. Também a Castanheira, a antiga aldeia que ficou submersa pela albufeira e onde posteriormente nasceu a praia fluvial da Castanheira/Lago Azul, se tornou um dos mais apetecíveis lugares de veraneio do Zêzere.

Manifesta-se, contudo, a necessidade de oferecer aos visitantes destas aldeias melhores condições de acolhimento, recepção e usufruto.

O projecto “Aldeias da Água” insere-se num espírito de valorização económica do património natural existente no concelho de Ferreira do Zêzere, que naturalmente deverá ser enquadrado do ponto de vista da sua sustentabilidade.

A salvaguarda e valorização destas aldeias implica a resolução do seu remate ribeirinho, através da construção de uma solução de fronteira, que faça a separação entre o espaço urbano de circulação e estadia e a toalha de água, até para própria protecção da albufeira. Sinteticamente, os princípios gerais orientadores do projecto incluem: a consolidação, remate e reabilitação do núcleo histórico, a estruturação de frentes marginais de passeio, o estabelecimento de zonas de expansão a meia encosta, a recuperação e integração das margens e encostas envolventes na estrutura paisagística de enquadramento do aglomerado, a melhoria e sistematização da circulação e estacionamento automóvel e a reestruturação das redes de infra-estruturas públicas (sobretudo iluminação pública).



Enquadramento da aldeia de Dornes

Dornes fica a cerca de 10 km de Ferreira do Zêzere, numa enseada da albufeira do Castelo do Bode. A fundação da aldeia, como é vulgar em muitas localidades, permanece envolta em lendas e mistérios instalados na tradição.

A beleza do seu enquadramento numa magnífica paisagem, onde o azul da Albufeira do Castelo do Bode se mistura com o verde da floresta, têm mantido o seu encanto e justificam a atractividade turística. A dominar as casas baixas e predominantemente brancas fica a torre medieval, que se pensa ter sido construída pelos cavaleiros templários para vigiar o profundo vale do Zêzere.

A fundação da aldeia remonta ao século XII e está ligada ao aparecimento de uma imagem milagrosa de Nossa Senhora do Pranto, na sequência da qual a rainha Santa Isabel (filha do rei de Aragão e esposa do rei português D. Dinis) mandou construir uma igreja, em finais do século XIII. Ainda hoje, a romaria de Nossa Senhora do Pranto faz-se a 15 de Agosto e atrai grandes multidões.

Promotor/Parceiros: Município de Ferreira do Zêzere e Outras Entidades públicas e Privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Acções de valorização e qualificação ambiental

Recuperação das praias fluviais e portos de abrigo		C.07.30	C
<p>A operação consiste na reconstrução e melhoramento nas várias praias fluviais, dotando-as de melhores acessibilidades e qualidade de serviços prestados. Representa uma mais-valia para estes espaços que atraem fluxos turísticos interessantes.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Multi-Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 500.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Oleiros</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental</p>			

Parque de Campismo/Caravanismo		B.07.31	D1
<p>Pretende-se com este projecto valorizar e dinamizar a praia fluvial da Aldeia Ruiva, através da criação de um parque de campismo e caravanismo, tirando partido de um já existente que por necessidade resultante da crescente procura, necessita de um aumento da capacidade de alojamento que será satisfeita também com a ampliação da oferta de bungalows.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★☆☆</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Custo Estimado: 700.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Proença-a-Nova</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: -</p>			


Requalificação do Agroal		B.07.32	D1
<p>Com o objectivo de promover o ecoturismo, a requalificação da praia fluvial do Agroal será suportada por uma sólida perspectiva de preservação da componente paisagística, disponibilizando parques de lazer e de desportos radicais, percursos pedestres, um comboio turístico e uma estância termal/balneária fluvial.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Custo Estimado: 1.594.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Ourém</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental; Parcerias para a regeneração urbana</p>			

EIXO III

Obj. 8 – Dinamização integrada das Actividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição)










Acção Integrada









a) Parcerias para o Empreendedorismo de Base Cultural

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
B.08.01	Apoio à dinamização da criação artística e das actividades culturais	B	
D.08.02	Iniciativas Locais de Apoio e sustentação à divulgação cultural	D1	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo, Municípios de outras Regiões, Associações Locais, Universidades e outras Entidades Públicas e Privadas

<i>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</i>	<i>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</i>
Potencial Humano 	E1 – Competitividade e Inovação 
Factores de Competitividade 	E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos 
Valorização Territorial 	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais 
Cooperação Territorial 	E4- Protecção e Valorização Ambiental 
	E 5 – Governação e Capacitação Institucional 

<i>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</i>				<i>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</i>					
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 

 Relação forte  Relação relevante  Relação fraca

Esta acção insere-se num dos pilares fundamentais da estratégia de desenvolvimento do município de Torres Novas, por via da sua afirmação enquanto cidade criativa. "Turrís XXI – Cidade Criativa" consubstancia um conjunto de intervenções, cujo carácter físico constitui apenas o primeiro de diversos passos que interessa conseguir mobilizar no âmbito da criação artística e da difusão do conhecimento. Salientam-se, em particular, as seguintes iniciativas:



- Recuperação da Casa da Lezíria, numa óptica integrada com o Centro de Ciência Viva e Teatro Virgínia, com a criação de espaços de apoio (ex: salas de formação, restaurante), necessários no apoio à dinamização dos equipamentos mencionados. Em pleno centro histórico da cidade, projecta-se, para a Quinta da Lezíria, um espírito de "pátio de colectividades", com toda a dinâmica e filosofia de vida própria de um espaço com essas ambições.
- Mercado das Ideias, através da qualificação do conjunto edificado formado pelo Edifício do Paço, Espaço do Antigo Teatro Virgínia e do antigo Mercado do Peixe (edifício de estrutura em metal de finais do Século XIX). Estes espaços, justapostos, formam um espaço global que terá as devidas condições para receber os seguintes projectos de índole artística: 1. Museu Nacional Alfred Keil; 2. Residências artísticas nas áreas do teatro, dança, música e das artes visuais; 3. Exposições de arte contemporânea; 4. Oficinas e workshops em diversas áreas artísticas.
- Casa da Literatura António Lobo Antunes, através da recuperação e adaptação do edifício da actual biblioteca, para instalação do Centro de Estudos literários do Médio Tejo. No âmbito da Política Cultural definida pelo município e pela região Médio Tejo, com a perspectiva de instalar no concelho a criação artística, neste edifício prevê-se constituir um pólo de excelência de criação literária com ateliers e conversas literárias, encontros de escrita, proporcionar a investigadores e alunos um local privilegiado para estudar, pesquisar, investigar e criar. A criação e a difusão do conhecimento literário serão as áreas a que se dará maior relevo pelo envolvimento de figuras de reconhecido mérito literário.
- Centro de Ciência Viva, no seguimento da aquisição pela autarquia da Antiga Central Hidroeléctrica, e no quadro da estratégia de recuperação urbana desta área da cidade, dá-se oportunidade à reabilitação de um edifício, presentemente inactivo, mas com características próprias, que o orientam para a arqueologia industrial na área da "Energia". Aliando a sua tipologia original com as condições naturais do local, foi objectivo da autarquia propor a recuperação e reabilitação deste edifício situado na área central da cidade, para Centro de Ciência Viva.

"Turrís XXI – Cidade Criativa" – diversas *intervenções temáticas*

Torres Novas – Cidade Criativa tem uma vertente renovadora e criativa como o próprio nome do projecto traduz. O objectivo é criar uma cidade viva, local de encontro e de interactividade, fonte de recursos e de conhecimentos que estimule a criação e a formação, e o usufruto cultural e de lazer por todos. Nestes espaços terão lugar projectos educativos que permitam o confronto da comunidade com testemunhos relevantes de arqueologia, história, ciência, música, cidadania, artes visuais, literatura, dança, teatro, etnografia, novas tecnologias e multimédia. Alguns espaços serão núcleos equipados com as condições necessárias à promoção da criação e estudo, a recepção de artistas, conferencistas, especialistas e investigadores de várias matérias, através de programas de cursos e residências a estabelecer, de intuito artístico, literário ou científico.



Maquete – Praça do Peixe

Promotor/Parceiros: CM Torres novas, envolvendo protocolos com: associações locais, herdeiros de Alfred Keil, Fundação Lobo Antunes, EDP, Universidade de Aveiro, Escolas Secundárias de Torres Novas IPT, Ciesta, INETI, Espaço do Tempo (em Montemor Novo), CM Montemor-o-Novo, Centro Cultural de Vila Flor em Guimarães, CM Guimarães, Universidade Lusófona; IPT

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Parcerias para a regeneração urbana

Iniciativas Locais de Apoio e sustentação à divulgação cultural

D.08.02

D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património cultural e do empreendedorismo nas áreas ligadas à cultura e às diversas formas de expressão artística, e incorpora, nomeadamente, as seguintes iniciativas:

- Oficina de Teatro, em Abrantes (recuperação do edifício dos Bombeiros Municipais);
- Centro Cultural em Minde, Alcanena, para albergar a Escola de Música Jaime Chavinha e a sede do Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro;
- Centro Municipal de Fotografia Silva Magalhães, em Tomar, para instalação de reservas fotográficas de grande exigência ambiental, secção de tratamento e conservação e galeria de exposições;
- Fórum da Juventude, em Vila Nova da Barquinha, com o objectivo de criar um espaço multifuncional, de formação, educação e de apoio à vertente de turismo activo e de aposta na componente da formação outdoor que o Parque Almourol visa ser.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

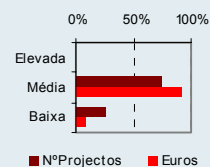
Horizonte Temporal:

2007-2013

Custo Estimado:

2.845.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parceiros: Municípios de Abrantes, Alcanena, Tomar e Vila Nova da Barquinha e outras entidades públicas e privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de equipamentos culturais; Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Parcerias para a regeneração urbana

OBJECTIVO GERAL Valorizar a região pela organização e qualidade dos serviços educativos, conferindo uma prioridade determinante à disponibilização de uma **educação básica de excelência** e investindo, complementar e selectivamente, no desenvolvimento de serviços de educação e formação mais avançados, em valências focalizadas de **ensino profissional, tecnológico e universitário** orientadas por critérios de resposta efectiva às necessidades das empresas, isto é, cuidando globalmente das **condições de aquisição de competências** pela população como alavanca de atractividade para o crescimento populacional.

Objectivos Específicos

- Garantia de um **Ensino Básico de Excelência**, sustentado por uma **rede de equipamentos e serviços concertados numa carta educativa regional** (coordenação à escala regional da gestão de equipamentos, serviços e transportes escolares) e no estabelecimento de parcerias para o **desenvolvimento de um modelo educativo inovador e de qualidade** (modernização acelerada das práticas educativas pelo domínio e utilização intensiva das TIC).
- Estruturação de uma **rede atractiva de equipamentos e serviços de educação**, em que a excelência e a qualidade do modelo de ensino ministrado nas escolas da região actue como argumento de **captação e fixação de segmentos jovens e qualificados de nova população residente** e contribua para a **criação de gerações muito competentes na utilização das TIC** (aprofundamento do “Médio Tejo Digital”).

EIXO IV

Obj. 9 – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atractivos

Acção Integrada

a) Promover a oferta de um Ensino Básico de Excelência

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.09.01	Educação de Excelência	A	
C.09.02	Rede de transportes escolares	C	
D.09.03	Reordenamento e Ampliação do Parque Escolar do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	D1	
D.09.04	Remodelação das Infra-estruturas da Escola Secundária da Sertã	D2	

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Inteiro Sul e Administração Central

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano

Factores de Competitividade

Valorização Territorial

Cooperação Territorial

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação

E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos

E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais

E4- Protecção e Valorização Ambiental

E 5 – Governação e Capacitação Institucional

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1

E 2

E 3

E 4

Objectivos Estratégicos do PNPOT
Contributo para realização dos objectivos

O1

O2

O3

O4

O5

O6



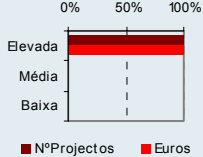
Relação forte



Relação relevante



Relação fraca

Educação de Excelência	A.09.01	A	
<p>Esta operação enquadra-se num dos objectivos estruturantes assumidos pela região Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, de promover a oferta de um Ensino Básico de Excelência, que será sustentado por uma rede de equipamentos e serviços concertados numa carta educativa regional (coordenação à escala regional da gestão de equipamentos, serviços e transportes escolares) e no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de um modelo educativo inovador e de qualidade (modernização acelerada das práticas educativas pelo domínio e utilização intensiva das TIC). Com o projecto Educação de Excelência pretende-se:</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> 
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Carta Educativa Regional, englobando os municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul; • Definição da Rede de Equipamentos e Serviços para o Ensino Básico de Excelência, dotando as escolas do Pré-escolar e do Ensino Básico com um computador por cada 2 alunos, promovendo-se a ligação em rede das escolas do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e a aprendizagem assistida por um computador; • Desenvolvimento da educação e das competências da população como alavanca de atractividade para o crescimento populacional; • Estruturar uma rede atractiva de equipamentos e serviços de educação, em que a excelência e a qualidade do modelo de ensino ministrado nas escolas da região actue como argumento de captação e fixação de segmentos jovens e qualificados de nova população residente e contribua para a criação de gerações muito competentes na utilização das TIC (aprofundamento do “Médio Tejo Digital”); • Definir o modelo e uma estratégia de actuação de âmbito regional que procure melhorar a qualidade e eficácia do sistema de educação, visando o desenvolvimento de centros de excelência e de competência educativa e que procure tornar a aprendizagem mais atractiva, assegurando, entre outros aspectos, que todos os alunos possam ter acesso às TIC e melhorando a aprendizagem de línguas estrangeiras; • Definição de Parcerias para o Desenvolvimento de um Modelo Educativo Inovador e de Qualidade; • Modernização Acelerada das Práticas Educativas pela Utilização das TIC; • Mobilização dos Profissionais e Responsabilização das Famílias; • Dar visibilidade à qualidade da educação e aos projectos de educação no concelho; • Proporcionar apoio à decisão estratégica fundamentada na área da educação e do contributo para a melhoria das práticas e dos processos educacionais; • Obter o retrato sobre hábitos de estudo e culturais da população discente. 	<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 6.113.588 €</p>	
<p>Paralelamente, a Educação de Excelência procurará através do desenvolvimento do projecto CETALC em parceria com o IPT – Instituto Politécnico de Tomar, fomentar a implementação de espaços lúdico-recreativo com actividades inovadoras, tecnológicas e originais, potenciar novas formas de aprendizagem bem como partilha de experiências.</p>			
<p>A reabilitação e construção de instalações para o funcionamento de escolas, com vista a desenvolver novas competências e novas áreas fulcrais para o crescimento e desenvolvimento económico, é igualmente um objectivo âncora a prosseguir.</p>			
<p>Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia digital e sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica; Requalificação da rede escolar de 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar</p>			

Rede de transportes escolares

C.09.02

C

A operação consiste na consolidação da rede de transportes escolares que serve o actualmente o município de Oleiros mas que poderá eventualmente alargar-se aos concelhos vizinhos, cujo projecto principal se traduz na aquisição de veículos de apoio ao transporte de crianças, permitindo a articulação de meios e recursos necessários.

Prioridade da
Operação:



Área de
Influência:

Multi-Local

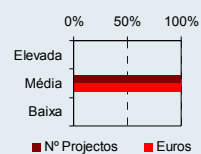
Horizonte
Temporal:

2007-2010

Custo
Estimado:

100.000 €

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parceiros: Parceria Município de Oleiros e outros municípios vizinhos

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Reordenamento e Ampliação do Parque Escolar do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

D.09.03

D1

A operação engloba as iniciativas previstas nas Cartas Educativas (aprovadas) dos Municípios do Médio Tejo. A implementação destas directivas inclui, no âmbito do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, projectos específicos de:

- Construção de centros escolares integrando o pré-escolar e o 1º ciclo, dotados de infra-estruturas de apoio (como sejam salas de estudo, salas polivalentes, refeitório, espaços de recreio com equipamentos lúdicos, áreas desportivas cobertas), obedecendo às directivas de “concentração escolar” do Ministério da Educação – Abrantes (implementação da Carta Educativa), Alcanena (freguesias de Alcanena e Minde), Constância (Constância, Montalvo e Santa Margarida), Entroncamento (Nossa Senhora de Fátima, São João Baptista), Ferreira do Zêzere, Ourém (Alburitel, Atouguia, Fátima – Sede, Fátima – Rua das Covinhas, Cidral/Gondemaria, Pisão/Matas, Vilar dos Prazeres, Caridade, Ribeira do Fário, Seiça), Sardoal (Alcaravela), Tomar (Casais, Sabacheira), Torres Novas (5 centros escolares), Vila Nova da Barquinha;
- Remodelação e ampliação de parque escolar existente (requalificação dos edifícios, espaços de apoio e de recreio) – Entroncamento (Nossa Senhora de Fátima, São João Baptista), Ourém (Atouguia, Vale da Perra/Atouguia, Casal dos Bernardos, Caxarias, Cercal, Espite, Boleiros/Fátima, Cova de Iria, Cova d'Égua, Casa Velha, Maxieira, Moita Redonda, Formigais, Freixianda, São Jorge, Bairro, Sobral, Vilar dos Prazeres, Vale Travesso, Olival, Rio de Couros, Sandoeira, Urqueira, Urqueira/Amieira);
- Construção/Ampliação de Jardins de Infância e Escolas Pré-Primárias – Alcanena, Entroncamento, Ourém (Cercal, Bairro, Vilar dos Prazeres, Sandoeira), Sardoal, Tomar (Flecheiro), Vila Nova da Barquinha);
- Recuperação de Escolas do Ensino Básico no Estreito (Oleiros);
- Concentração das escolas básicas em dois pólos: Sertã e Cernache do Bonjardim. Necessidade urgente de construção de uma Escola Básica e do respectivo Jardim de Infância, conforme previsto na Carta Educativa já homologada;
- Necessidade urgente de criar um maior número de salas para a Creche e Jardim de Infância em Vila de Rei, dado que o processo de desertificação começou já a dar sinais de retrocesso;
- Ampliação, alteração/beneficiação da Escola do 1º CEB de Proença-a-Nova e Sobreira Formosa de acordo com o definido na Carta Educativa do Concelho, formando assim os dois pólos educativos previstos, dotando o concelho de uma infra-estrutura com capacidade de reposta ao novos desafios que se colocam. Estas intervenções permitirão o encerramento de quatro escolas do 1º CEB, concentrando nos novos pólos toda a população estudiantil do concelho.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

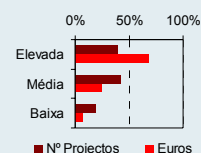
Horizonte Temporal:

2007-2013

Custo Estimado:

63.572.308€

Prioridades Intra-Operação (projectos):

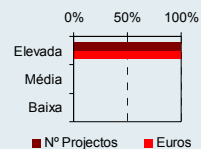
**Promotor/Parceiros:** Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Remodelação das Infra-estruturas da Escola Secundária da Sertã

D.09.04

D2

Remodelação e restauro de grande parte das salas da Escola Secundária da Sertã para albergar alunos transferidos da Escola "C+S" Padre António Lourenço Farinha e da Escola Básica Integrada, conforme previsto na Carta Educativa já homologada. Racionalizar os espaços na actual Residência de Estudantes, de modo a adaptá-la à instalação da Direcção de Agrupamento de Escolas, Centro de Formação, sala de professores e serviços de apoio administrativos.

Prioridade da
Operação:Prioridades
Intra-Operação
(projectos):Área de
Influência:
LocalHorizonte
Temporal:
2007-2010**Promotor/Parceiros:** Ministério da Educação e Município da Sertã

EIXO IV		Obj. 9 – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atractivos																			
Acção Integrada	b) Criação de uma Geração muito competente na utilização das TIC aprofundando o “Médio Tejo Digital”																				
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																		
A.09.05	GEFOR – Gestão da Formação (Municípios)																				
D.09.06	Administração electrónica com Requalificação do Centro Histórico de Abrantes																				
D.09.07	Alcanena on-web																				
Actores Envolvidos:	Municípios do Médio Tejo e outras Entidades Públicas e Privadas																				
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>Potencial Humano</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Factores de Competitividade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valorização Territorial</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cooperação Territorial</td> <td></td> </tr> </table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E1 – Competitividade e Inovação</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td> <td></td> </tr> <tr> <td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td> <td></td> </tr> </table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Potencial Humano																					
Factores de Competitividade																					
Valorização Territorial																					
Cooperação Territorial																					
E1 – Competitividade e Inovação																					
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos																					
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																					
E4- Protecção e Valorização Ambiental																					
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																					
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>E 1 </td> <td>E 2 </td> <td>E 3 </td> <td>E 4 </td> </tr> </table>		E 1	E 2	E 3	E 4	Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos <table border="1"> <tr> <td>O1 </td> <td>O2 </td> <td>O3 </td> <td>O4 </td> <td>O5 </td> <td>O6 </td> </tr> </table>		O1	O2	O3	O4	O5	O6								
E 1	E 2	E 3	E 4																		
O1	O2	O3	O4	O5	O6																
Relação forte		Relação relevante																			
		Relação fraca																			

GEFOR – Gestão da Formação (Municípios)**A.09.05****A**

De acordo com os objectivos estrategicamente fixados pela região, de promover a capacidade de difusão e utilização generalizada das TIC, está prevista a implementação de um programa de formação especificamente dirigido aos municípios, no sentido de fomentar a sua facilidade de utilização de técnicas e canais informáticos de comunicação, trabalho e aprendizagem. Estão previstas iniciativas direccionadas, nomeadamente, para:



- Implementação de Acções de Formação para Sensibilização de Municípios, nomeadamente Jovens e Terceira Idade.
- Elaboração de um Plano de Formação Anual;
- Proceder ao Lançamento das Acções de Formação e Acompanhamento de Acções de Formação em Produtos Microsoft;
- Boas práticas em administração de redes;
- Boas práticas em administração de sistemas;
- Qualificação/especialização de técnicos de informática.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Administração electrónica com Requalificação do Centro Histórico de Abrantes**D.09.06****D1**

Esta operação integra projectos especificamente orientados para a promoção de padrões de comunicação mais funcionais entre os cidadãos, e destes com a administração local.

Engloba os projectos "Abrantes Digital", "Rede municipal de fibra óptica" e "Ilhas Wireless".



Promotor/Parceiros: Município de Abrantes e outras entidades públicas e privadas

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia digital e sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica; Parcerias para a regeneração urbana; SAMA

Alcanena on-web		D.09.07	D1												
<p>Esta operação visa promover e assegurar o acesso generalizado às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) através da criação de uma rede de pontos fixos de acesso por Banda Larga – quiosques digitais interiores, espaços públicos de acesso à Internet, equipamento de escolas e disponibilização de tecnologia wireless em alguns espaços públicos exteriores.</p> <p>Objectiva-se, ainda, a realização de cursos de formação em novas TIC.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>												
		<p>Horizonte Temporal: 2007-2010</p>	<p>Custo Estimado: 318.400 €</p>												
		<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"> <caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>NºProjectos (%)</th> <th>Euros (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elevada</td> <td>100</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Média</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Baixa</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		Categoria	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	100	100	Média	0	0	Baixa	0	0
Categoria	NºProjectos (%)	Euros (%)													
Elevada	100	100													
Média	0	0													
Baixa	0	0													
<p>Promotor/Parceiros: Município de Alcanena e outras entidades públicas e privadas</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Economia digital e sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica; SAMA</p>															

OBJECTIVO GERAL Assumir a transversalidade de uma **governança regional** no espaço sub-regional formado pelo **Médio Tejo** e pelo **Pinhal Interior Sul** nos domínios adoptados como estruturantes para o desenvolvimento da região, em articulação com a optimização concertada das decisões locais, garantindo, ao mesmo tempo, uma **maior qualidade democrática** no processo de tomada de decisões, e uma **maior capacidade de realização** nos processos de operacionalização dessas mesmas decisões.

Objectivos Específicos

- Adopção de **mecanismos de acompanhamento e monitorização da estratégia subjacente ao Plano de Acção 2007-2013 do espaço sub-regional do Médio Tejo/Pinhal Interior Sul**, que sustentem a decisão estratégica por via de uma **concertação de decisões políticas** assente na articulação de projectos entre municípios, em que a **defesa da primazia da fixação de objectivos regionais** constitua, em determinadas áreas, um imperativo de actuação municipal legitimamente validado e democraticamente reconhecido (cooperação intermunicipal).
- Criação determinada de **instrumentos operacionais (sociedades ou agências regionais)** dotados de eficiência empresarial, recuperando, nomeadamente, os ensinamentos das boas experiências das regiões inovadoras na União Europeia, para garantir uma forte capacidade operacional ao nível da gestão dos projectos de investimento e uma não menos forte capacidade de concretização das oportunidades de parceria público-público e público-privado.
- Valorização do desenvolvimento de uma **estrutura qualificada de apoio técnico**, integrando o potencial relevante de experiência acumulada pelas duas associações de municípios sem deixar de recriar as vantagens de descentralização no acompanhamento dos agentes e territórios mais frágeis, na operacionalização da estratégia, nomeadamente nos grandes eixos de integração e acção concertada à escala regional (marketing territorial, articulação e/ou gestão da rede de equipamentos). A rede de governança regional é, neste contexto, alavancado por acções de modernização administrativa, formação dos funcionários públicos e racionalização dos modelos de gestão dos serviços públicos locais.

EIXO V **Obj. 10 – Montagem de um Sistema de Governança Regional**

Acção Integrada **a) Capacitação Institucional e Marketing Territorial**

	<i>Operações englobadas na Acção Integrada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Âncora</i>
A.10.01	Agência Regional		
A.10.02	Agenda 21		
A.10.03	Promover a identidade Turística do Médio Tejo e elaboração do correspondente Plano Estratégico de Promoção do Turismo		
A.10.04	Projecto de concepção de uma imagem de qualidade, homogénea e de identidade do Pinhal Interior Sul sem descurar as especificidades concelhias		
A.10.05	Promoção de produtos regionais (artesanato e gastronomia)		

Actores Envolvidos: Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	E 2	E 3	E 4
O1	O2	O3	O4
	O5		O6
Relação forte		Relação relevante	
Relação fraca			

A Agência Regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul consubstanciará a implementação de um modelo inovador de concertação e de divisão de trabalho e responsabilidades: “o Governo das NUTS III do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul”.

A montagem deste sistema de governança regional pretende introduzir mecanismos de renovação da gestão local, fazendo à escala regional o que necessita de massa crítica e coordenação, e concentrando recursos em projectos estratégicos e estruturantes, visando nomeadamente

- Gerir, dinamizar e coordenar as iniciativas e as intervenções de cooperação intermunicipal, cooperação público-público e público-privado das regiões do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul;
- Definir os mecanismos de implementação, acompanhamento e monitorização dos projectos estruturantes definidos para as duas regiões, nomeadamente, ao nível da mobilidade e transportes, da educação e qualificação, do investimento e localização empresarial e do marketing territorial e turismo.

A Agência Regional do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul constitui-se como um mecanismo de reforço da capacitação institucional de entidades essenciais ao desenvolvimento de uma efectiva rede de governança regional, suportada no seu arranque por uma estrutura magra de colaboradores e por uma boa rede de infra-estruturas de comunicação. O modelo operacional de funcionamento desta Agência Regional poderá envolver a criação de outras agências para a implementação de acções e projectos em áreas cuja complexidade, abrangência e especificidade assim o justifiquem.



Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Elaboração da Agenda XXI Regional, na qual será estabelecido o plano de acção para a sustentabilidade a nível regional, através da parceria entre as autoridades e os vários sectores da região abrangida pelo Médio Tejo e pelo Pinhal Interior Sul.

Sucintamente pode dizer-se que uma Agenda XXI Local é um processo através do qual as autoridades locais trabalham em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção por forma a implementar a sustentabilidade ao nível local. Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem-estar social melhorando a qualidade do ambiente. O termo deriva da Agenda 21, programa global para o desenvolvimento sustentável assinado na Conferência do Rio em 1992 (Nações Unidas). O capítulo 28 atribui ao poder local a responsabilidade de desenvolver uma plataforma de diálogo e criação de consensos para promover uma estratégia participada de sustentabilidade.

Neste quadro de definição geral de objectivos, a Agenda XXI a desenvolver no contexto regional do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul deverá ultrapassar a definição de um plano ambiental e enquadrar preocupações de promoção de um desenvolvimento sustentável, adoptando uma estratégia integradora dos vários planos: ambiental, social, económico, urbanístico, entre outros.

Incluem-se objectivos de conceder destaque nítido à promoção da educação, nomeadamente à educação ambiental, à sensibilização, consciencialização e responsabilidade cívica, ao fortalecimento do papel de grandes grupos (indústria, comércio, comunidade científica e tecnológica, agricultores, entre outros) para recolha de informações para o processo de tomada de decisões, à protecção da saúde e promoção da qualidade de vida, à conservação e gestão dos recursos visando o desenvolvimento, ao combate ao desflorestamento, à desertificação e à seca, ao incentivo à agricultura sustentável e ao desenvolvimento rural, à manutenção da diversidade biológica, à protecção dos recursos de água doce e à utilização racional de produtos químicos tóxicos e de resíduos perigosos, à implementação de tecnologias ambientalmente saudáveis, à criação de dinâmicas demográficas, à mobilidade sustentável, além de outras acções.

Globalmente, a Agenda XXI Regional deve permitir encontrar um padrão de desenvolvimento que concilie métodos de protecção ambiental, justiça social e eficiência económica, que sirvam as gerações do presente, sem comprometer as gerações futuras.



Promotor/Parceiros: Todos Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de valorização e qualificação ambiental
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais

Promover a identidade Turística do Médio Tejo e elaboração do correspondente Plano Estratégico de Promoção do Turismo

A.10.03

A

A fragmentação do Médio Tejo em três regiões de turismo nunca facilitou a potenciação integrada das dinâmicas de crescimento da procura turística na região, nomeadamente no que respeita à proximidade de Lisboa, que constitui um factor chave importante, bem como aos fluxos turísticos da cidade de Fátima. O posicionamento do Médio Tejo no mapa de turismo em Portugal permite, face às boas acessibilidades (A1/A23) perspectivar a penetração desta região no mercado turístico europeu alargado e de proximidade (Portugal-Espanha).



Urge, portanto, fazer a aposta, assumida pelos autarcas das duas regiões NUTS III, de divulgação e potenciação das apetências neste sector com cada vez maior importância na realidade do país. As iniciativas a implementar direccionam-se para três áreas específicas e complementares de intervenção:

- a promoção da identidade turística do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, através do desenvolvimento de acções para a formalização e promoção valorizadora da imagem de marca regional a definir, onde se incluem:
 - Credibilizar o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul como uma Aposta dentro da Política Nacional do Turismo;
 - Promover o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul como destinos turísticos autónomos e diversificados;
 - Potenciar os Recursos Turísticos Existentes, constituindo uma Porta de Entrada através de Fátima;
 - Incrementar a Oferta de Alojamentos;
 - Valorizar o Espaço Rural;
 - Analisar o lançamento do Plano Estratégico para a Promoção do Turismo no Médio Tejo e Pinhal Interior Sul;
 - Concretizar novos suportes comunicacionais – disponibilização on-line, implementação de Mupis e Totem, envio de newsletter da informação turística e sinalização de direccionamento, para permitir um aumento da visibilidade do trabalho das regiões Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, bem como um incremento das possibilidades de expansão turística da região, associando-se o conceito de Turismo Recreativo e de Visita (já assimilado e praticado pelos turistas da região) ao conceito de Turismo Cultural.
- a valorização dos espaços públicos municipais, através da valorização dos equipamentos e espaços turísticos existentes numa lógica geral de complementaridade e concertação, onde se incluem:
 - Promover a Gestão Intermunicipal de Actividades com Marca Regional;
 - Fomentar o Intercâmbio das Actividades;
 - Apoiar a Formação de Redes de Programação do Lazer e Cultura.
- a definição de Rotas do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, com o objectivo de consolidar as âncoras actuais do turismo nestas regiões e sustentar a emergência de novos espaços e valorizações, apoiando a realização de acções/projectos geradores de efeitos transversais no tecido turístico regional, sendo de destacar a realização de acções conjuntas nos domínios da informação, interpretação e sinalética, pela:
 - Valorização do Património Classificado;
 - Produção de Conteúdos Culturais Fortes;
 - Criação de Redes de Gestão;
 - Induzir ganhos de Competitividade entre as Rotas, os alojamentos e os produtos regionais.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional; Promoção da cultura científica e tecnológica; Património cultural

Projecto de concepção de uma imagem de qualidade, homogénea e de identidade do Pinhal Interior Sul sem descurar as especificidades concelhias

A.10.04

A

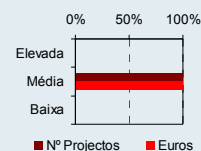
De modo a promover a região do Pinhal Interior Sul, num processo de crescimento integrado entre Concelhos (Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Oleiros e Mação) torna-se relevante a concepção de uma imagem unificadora desta região, não minimizando contudo as especificidades de cada um dos concelhos que a integram. Pretende-se com esta operação, a concepção de um conceito integrador da imagem da região sem descurar as especificidades concelhias.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
400.000 €

A cooperação articulada e complementar entre concelhos, proporcionará a oportunidade de divulgar e destacar as potencialidades turísticas do Pinhal Interior Sul, em território nacional e internacional.

Com este propósito, desenvolver-se-á uma sinalética comum a todo o território do Pinhal Interior Sul, fornecendo informação clara, concisa e importante relativa aos principais pontos de interesse desta região. A criação de *outdoors* estrategicamente colocados nos limites concelhios da região, permitem a projecção de informação necessária, contribuindo para uma divulgação das potencialidades e interesses inerentes a esta região. Pretende-se com esta acção, sustentar as actividades relacionadas com a promoção e dinamização do turismo, divulgando a imagem de uma região que "é mais do que a soma das suas partes".

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

Promoção de produtos regionais (artesanato e gastronomia)

A.10.05

A

Os produtos regionais constituem um factor de grande relevância numa economia rural, estabelecendo um importante vínculo relativamente à competitividade regional.

A variedade e qualidade dos produtos tradicionais disponíveis na região do Pinhal Interior Sul derivam da utilização de matérias-primas, ingredientes e processos de excelência, o que lhes confere o sabor e aroma originais. Este saber-fazer local aliado à qualidade possibilita a divulgação e expansão destes produtos no mercado, reforçando uma relação de confiança entre produtores e consumidores.

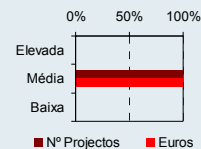
De entre a variedade de produtos existentes, mencionamos os enchidos; mel; azeite; presunto, em que 75% do existente no mercado é produzido nesta região; queijo; aguardente de medronho, relativamente à qual se está a iniciar novos tipos de produção; cabrito; citrinos; cereja, entre outros diferenciadamente produzidos nesta região.

Deste modo, a criação de uma marca regional, visando a promoção e certificação destes produtos, facilitaria a forma de organização e comercialização dos mesmos. A realização de eventos culturais, exposições e feiras temáticas contribuiria para a sua divulgação e valorização, acções estas necessárias no âmbito do desenvolvimento da competitividade regional do Pinhal Interior Sul.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
400.000 €

Cabrito



Cerejeira



Enchidos



Mel



Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e capacitação institucional

EIXO V

Obj. 10 – Montagem de um Sistema de Governança Regional

Acção Integrada

b) Eficiência e Simplificação Administrativa

	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.10.06	Médio Tejo – Gestão em SIG		
A.10.07	Médio Tejo Digital II		
A.10.08	GEFOR – Gestão da Formação (Funcionários das Autarquias)		
A.10.09	Médio Tejo – Racionalização da Energia		
D.10.10	Modernização de recursos humanos e materiais ao serviço do município		

Actores Envolvidos:

Municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos

Potencial Humano	
Factores de Competitividade	
Valorização Territorial	
Cooperação Territorial	

Prioridades Estratégicas da Região Centro
Contributo para realização dos objectivos

E1 – Competitividade e Inovação	
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
E4- Protecção e Valorização Ambiental	
E 5 – Governação e Capacitação Institucional	

Objectivos FEADER e Nacionais
Contributo para realização dos objectivos

E 1	E 2	E 3	E 4
-----	-----	-----	-----

Objectivos Estratégicos do PNPT
Contributo para realização dos objectivos

O1	O2	O3	O4	O5	O6
----	----	----	----	----	----

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A implementação de um sistema de gestão em SIG pretende dotar os municípios envolvidos de Informação Geográfica de Base de Grande Escala, e em simultâneo obter a respectiva homologação da Cartografia pelo IGP (informação base para a integração em SIG e execução de cadastro predial).

Revelando-se imprescindível a implementação de projectos orientados para a caracterização do território e apoio ao planeamento e ordenamento do Território Municipal, estão previstos projectos de realização do Cadastro Predial (para otimizar a avaliação dos prédios para efeitos de Tributação Fiscal e para correcção das receitas municipais) e de actualização das folhas da SCN10K da área do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, através da aquisição de serviços e protocolo com o IGP (dotando os Municípios de Informação Geográfica de base de escala "média" essencial às análises territoriais de âmbito municipal e regional).

Identificam-se, especificamente, os seguintes projectos:

- Actualização da Cartografia10K;
- Execução de Cadastro Predial;
- Execução de Cartografia e Ortofotos 2K (congregando a execução e o controlo da qualidade do o processo de Cartografia em SIG);
- Levantamento de Conteúdos Georeferenciados – 2ª fase;
- Plataforma SIG;
- Plano Integrado para a Conservação e Valorização do Património Natural do Médio Tejo;
- Sistema de Informação Territorial 2 (SIT2).

Os objectivos fixados no âmbito da implementação desta operação incluem:

- completar a informação SIG a disponibilizar On-Line;
- melhorar as análises espaciais em SIG;
- complementar a componente SIG com outras funcionalidades, nomeadamente via browser para disponibilização/edição de informação SIG na intranet e internet, promover o Desenvolvimento Sustentável do Médio Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;
- conservação e valorização do património, através divulgação da informação ambiental e da criação e/ou promoção de trilhos e caminhos pedestres;
- protocolo com instituição de ensino da região (IPT), adquirir de software e hardware, por forma a consolidar e a reforçar a plataforma de disponibilização de conteúdos georeferenciados, contemplando a introdução de novas funcionalidades, para disponibilização de um maior número de ferramentas de edição no browser.
- Disponibilizar via Internet os serviços da Administração Local.

Promotor/Parceiros: Todos os Municípios do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA; Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica; Valorização e qualificação ambiental

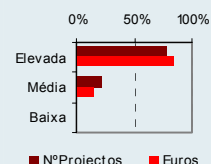


O projecto Médio Tejo Digital II visa continuar com as bases criadas aquando a implementação do projecto Médio Tejo.Digital, facilitando as relações dos cidadãos e das empresas com a Administração Pública e rentabilizando a plataforma digital já criada, desenvolvendo-se por exemplo novos serviços-online e novas funcionalidades para os Portais Regionais e Autárquicos. Entre os objectivos fixados, a atingir ao nível agregado da região, destacam-se:

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2007-2013

Custo Estimado:
9.096.668 €

- Disponibilizar via Internet os serviços da Administração Local;
- Diversificar, modernizar e expandir as actividades económicas através do uso generalizado das TIC;
- Fomentar o emprego e melhorar as qualificações profissionais por recurso às TIC;
- Promover iniciativas integradas de modernização e articulação entre pessoas e empresas;
- Promover a qualidade de vida dos cidadãos, a produção, a competitividade e a valorização do património histórico e cultural e a defesa do ambiente através das tecnologias de informação e comunicação;
- Diminuir as assimetrias geográficas e sociais e promover a integração social através do acesso à informação e impulsionar os processos de transformação social, urbana e económica e posicionar o Médio Tejo como Região Digital;
- Criar uma Intranet de apoio ao atendimento presencial, permitindo iniciar a migração de serviços para a Internet, possibilitando o atendimento e consulta remota;
- Dinamizar o Programa Internet nas Juntas de Freguesia através da instalação de quiosques multimédia;
- Viabilizar a qualificação do atendimento dos serviços;
- Promover a Região através da produção de conteúdos e serviços no âmbito dos Portais quer Autárquicos, Regional, Empresarial e do Turismo;
- Dotar a Região de um Internet Data Center e um Call Center para alojamento e acesso de conteúdos e serviços do MTD e apoio à sua utilização;
- Dotar a Região com novos serviços online;
- Combater a Info-Alfabetização e a InfoExclusão;
- Garantir a sua sustentabilidade após o período de financiamento, através de parcerias públicas ou privadas ou de outros meios apropriados que garantam a sua evolução no tempo e no espaço.

Este projecto divide-se em diversas componentes investimento, nomeadamente:

1. Fórum Intermunicipal Colaborativo - desenvolvimento de uma plataforma, na qual seja possível facultar aos funcionários das Autarquias um meio de troca de ideias e experiências e uma forma de encontrar mais rapidamente, respostas, de partilhar dúvidas e de colocar questões.
2. IDC de Desenvolvimento - criação de uma infra-estrutura de desenvolvimento, que permita a criação de projectos para as autarquias e para a região. Esta infra-estrutura seria também um ambiente de qualidade ou pré-produção, fundamental para a concretização de novos projectos ou para a alteração de funcionalidades dos existentes.
3. Intranet/ Gestão Documental/ Arquivo Digital
Esta componente de investimento deverá atingir como benefícios e impactos: redução da circulação interna de papel; simplificação de procedimentos e diminuição do número de formulários e processos regulamentares electrónicos (optimizando resultados políticos e a prestação de serviços); optimização da gestão documental; racionalização da circulação interna da informação; digitalização da documentação; novas capacidades de gestão de informação (com maior eficiência); melhoria da comunicação interna; rentabilização dos recursos humanos das autarquias e aumento da respectiva produtividade; elaboração de relatórios em tempo real, impulsionando a criação de políticas em tempo real; mecanismos de redução dos problemas baseados no estabelecimento da identidade; interoperabilidade facilitadora da elaboração de políticas e tomada de decisões, em tempo útil.
4. Plataforma Visitas Guiadas – criação de um novo conceito de turismo na região, por forma a dar a conhecer o património natural e histórico, criando-se uma plataforma tecnológica turística, que permita visitas online aos vários monumentos da região. Através desta plataforma será possível visualizar vídeos, fotografias a 360°, dando a ideia de visita guiada.

5. Plataforma Compras em Grupo - fomentar o desenvolvimento de uma plataforma que permita reunir as aquisições das Autarquias, de modo a centralizar essas aquisições e obter maiores economias de escala. Esta plataforma poderá ter também uma listagem dos fornecedores regionais ou nacionais, para que as Autarquias tenham uma maior opção de escolha sobre o mercado de bens e serviços.
6. Portais Regionais e Autárquicos (novas funcionalidades) - Novas funcionalidades para os Portais já existentes, como por exemplo, a criação do Vortal da Juventude / Artesanato / Gastronomia ou fomentar a prestação de informação sobre temas específicos dos cidadãos, serão desenvolvidas pela equipa do IDC de Desenvolvimento, aproveitando a Plataforma existente.
7. Reengenharia de Processos Municipais - Pretende-se redefinir, através de uma operação transversal, os processos das Autarquias promovendo a simplificação e a agilização dos processos englobados nas seguintes áreas: (i) Obras particulares; (ii) Águas; (iii) Taxas e licenças; (iv) Áreas de suporte e outros processos de negócio a seleccionar pelas Autarquias.
A presente componente de investimento tem como objectivo a promoção da modernização administrativa nos municípios integrantes e o fomento dos ganhos de eficiência e eficácia nos processos e nos procedimentos actuais, afectados por culturas e práticas com forte pendor burocrático, insuficiente orientação aos resultados, dificuldade de resposta a necessidades de mudança, lacunas ou duplicações de resposta derivadas de estruturas hierarquizadas e compartimentadas, entre outros.
8. Serviços Online/ Plataforma de SMS/ Plataforma Pagamentos Electrónicos
Com o projecto Médio Tejo.Digital foi criada a figura do Cliente Regional, sendo possível, através de internet, iniciar processos de obras particulares ou publicidade em qualquer autarquia da região, acompanhar todo o seu ciclo de vida, e usar uma única senha de acesso para efectuar consultas diversas (reservar bilhetes para espectáculos a decorrer na região, enviar leituras de água pela internet, efectuar pedidos para aluguer de espaços ou equipamentos da região, etc.). São objectivos deste projecto: a disponibilização de meios de pagamento adicionais, a disponibilização de canal adicional de contacto/relacionamento entre os municípios e os munícipes através da plataforma de SMS, a criação de uma infra-estrutura de gestão de filas de espera no atendimento presencial de cada município, e a integração de novos serviços na plataforma do Cliente Regional.
9. VoIP – dotar as entidades aderentes de uma infra-estrutura base de telefonia IP, de modo a que estas possam desfrutar das vantagens desta tecnologia, tendo em mente o objectivo futuro de interligação entre essas entidades, por forma a realizar chamadas a custo zero. Desta forma, as entidades aderentes poderão, caso pretendam, abdicar do uso dos telefones actuais, sendo que o telefone IP ficará disponível através do seu computador.
Os objectivos a alcançar serão a interligação da infra-estrutura de dados com a infra-estrutura de telefonia, a maximização da infra-estrutura existente, a uniformização das comunicações do utilizador final, o aumento da produtividade e reduzir os custos, controlo efectivo de chamadas e integração com sistemas actualmente existentes.
10. Sistemas de Informação e Comunicação - criação de uma infra-estrutura ao nível da informação e comunicação, capaz de facultar aos munícipes, informação global e útil, com vista o bem-estar e uma maior qualidade de vida dos mesmos. Pretende-se que tenha uma cobertura nos principais núcleos urbanos e dirigida aos diferentes agentes locais.
11. "TV" Regional - após a aquisição de uma Plataforma de TvIP será feita a distribuição de Outdoors pelos Concelhos e de Indoors pelas Autarquias, Juntas Freguesia e outros locais de interesse. Através destes Outdoors e Indoors será apresentada informação deslocalizada aos Municípios.
12. Projecto MT On-Web - visa promover e assegurar o acesso generalizado às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) através da criação de uma rede de pontos fixos de acesso por Banda Larga – quiosques digitais interiores, espaços públicos de acesso à Internet, equipamento de escolas e disponibilização de tecnologia wireless em alguns espaços públicos exteriores.
13. Rede Intermunicipal em Banda Larga e Administração Electrónica com Requalificação do Centro Histórico - pretende-se implementar uma rede de comunicação em fibra óptica capaz de interligar as Autarquias ao Data Center, com o objectivo da centralização de alguns serviços informáticos. Desta forma, para a concretização deste projecto, prevê-se o aluguer de circuitos de dados a empresas externas. Pretende-se ampliar esta rede de comunicação em fibra óptica aos centros históricos.

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA; Economia Digital e Sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica

A CUMT tem procurado intervir de forma pró-activa no desenvolvimento do Médio Tejo, reconhecendo, para este efeito, a extrema importância da contínua actualização de conhecimentos e valorização dos recursos humanos da CUMT e das Autarquias associadas. Para tal tem organizado acções de formação, nas diversas áreas temáticas de intervenção da administração local, com particular destaque para as suas novas atribuições e competências, por forma a melhor capacitar os funcionários dos Municípios associados para o desempenho das funções que têm a seu cargo;



A CUMT pretende reforçar, ainda mais, a sua intervenção de apoio à formação associada a processos de modernização organizacional, com a implementação de acções de formação, no domínio municipal e intermunicipal, visando:

- Ter recursos humanos qualificados na administração local, promovendo a qualificação de trabalhadores criativos, preparados e formados para resolverem problemas de elevada complexidade, dotados de capacidade de julgamento, que permitirá criar no Médio Tejo uma envolvente estrutural propícia ao desenvolvimento mais rápido e eficaz da região.
- Desenvolver competências críticas no domínio das novas tecnologias da informação e das novas atribuições e competências;
- Promover a qualidade, modernização e inovação dos serviços municipais como condição fundamental de reforço da competitividade da região;
- Fomentar a mudança organizacional no sentido do estreitamento da ligação dos serviços aos cidadãos;
- Promover a qualificação dos activos pouco escolarizados, assente no desenvolvimento de estratégias formativas que se baseiam num princípio de flexibilidade e de ajustamento às necessidades individuais de aquisição de competências;
- Promover a qualificação de dirigentes, chefias intermédias e quadros superiores, orientadas para áreas estratégicas de reforma e modernização da Administração Pública Local;
- Suprimir o desfasamento entre as actuais competências dos recursos humanos afectos à Administração Pública Local e as competências necessárias para permitir aos Municípios da região responder, rápida e efectivamente, aos desafios que as transformações em curso (e o próprio processo de reforma e modernização do Estado) começam a requerer, impondo uma maior valorização da formação profissional enquanto elemento de suporte à qualificação das práticas de gestão.

Na lógica emergente de uma acção pública moderna, capaz de permitir à administração local responder, de forma rápida e efectiva, aos desafios do processo de reforma e modernização do Estado, foi elaborado, pela Comunidade Urbana do Médio Tejo, um Diagnóstico de Necessidades de Formação, a partir do qual resultou o Plano de formação plurianual. O referido Plano de Formação integra cursos seleccionados em função das áreas prioritárias que as Autarquias vão manifestando interesse ao longo do ano e da legislação que vai sendo publicada.

Estão previstos cursos de formação que integram, entre outras, as seguintes áreas: Contratação Pública e Sistemas de Aquisição de Bens e Serviços; Marketing Público, Comunicação Institucional e Atendimento; Liderança; Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira e Orçamental, Biblioteca e Arquivo; Jurídica; Comunicação e Imagem; e Alterações da Legislação.

Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA; Economia Digital e Sociedade do conhecimento

Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Racionalização de Energia		A.10.09	A
<p>Pretende-se com o presente projecto desenvolver e aprofundar o que, designadamente no âmbito do Programa Energia já se realizou, tendo em vista a melhor utilização dos recursos energéticos. É projecto a incrementar nos espaços públicos municipais, nos edifícios e, tanto quanto possível, com o recurso às designadas energias alternativas.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 2.500.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Municípios do Médio Tejo</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Energia</p>			

Modernização de recursos humanos e materiais ao serviço do município		D.10.10	D1
<p>O objectivo desta operação consiste na melhoria da qualificação quer dos recursos humanos quer dos recursos materiais, que visem reforçar a produtividade e competitividade da Autarquia e a implementação de um sistema de gestão documental, com vista a obter uma melhoria significativa na qualidade do serviço prestado.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★☆</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>	<p>Custo Estimado: 100.000 €</p>	
<p>Promotor/Parceiros: Município de Vila de Rei</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: SAMA; Economia Digital e Sociedade do conhecimento</p>			

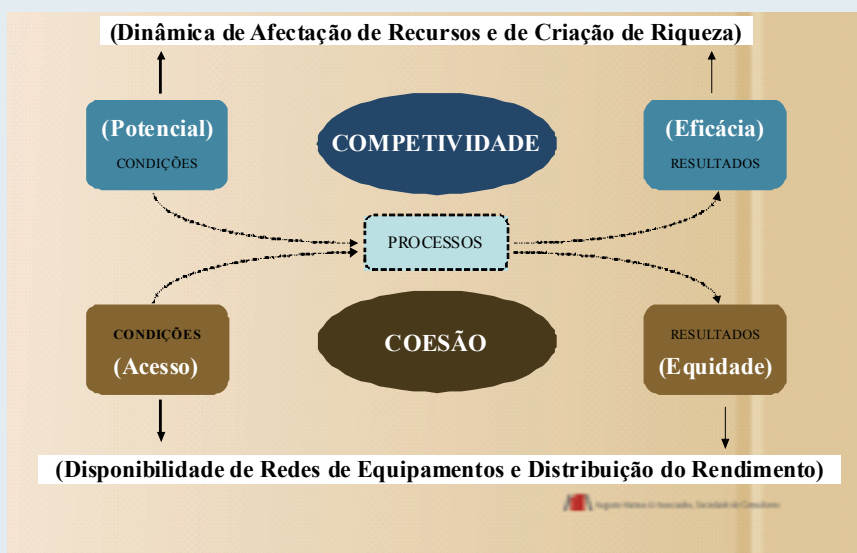
PARTE IV – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO: ELEMENTOS DE BASE

Os elementos de base do diagnóstico socioeconómico da região, apresentados nesta Parte IV do Programa Territorial de Desenvolvimento, estão organizados de forma a articularem a dinâmica criação de riqueza e de eficiência na afectação de recursos, normalmente associada à competitividade territorial, com a equidade e acessibilidade na afectação dos resultados, associado à coesão territorial (ver caixa seguinte). Os elementos disponibilizados neste ponto servem de suporte e fundamentação das restantes partes do documento, nomeadamente, à análise do posicionamento da Região, à formulação das Opções Estratégicas e à elaboração e operacionalização do Plano de Acção.

Caixa 9 – Metodologia de Diagnóstico e Análise Territorial - Um duplo Referencial de Articulação: Competitividade Coesão; Condições Processos Resultados

O entendimento do território como espaço de integração das dimensões de coesão e competitividade conduz à noção de "**sustentabilidade territorial**" centrada em torno da identificação da maior ou menor capacidade de um território conseguir equilibrar o desenvolvimento dos processos de construção de uma economia competitiva e de uma sociedade coesa em que se verifique um acesso equilibrado da população aos frutos do progresso económico.

O diagnóstico estrutura-se numa óptica de articulação entre condições e resultados de competitividade e coesão subjacente ao modelo de avaliação regional da "Pirâmide de Competitividade Territorial"(1) em que se procura valorizar os processos e trajectórias de convergência num contexto regional, nacional ou supra nacional, pressupondo uma análise da transformação das condições e recursos existentes em resultados que se revelem duradouros e sustentados.



O diagnóstico adopta uma abordagem integrada do cruzamento entre, por um lado, os eixos da competitividade e da coesão e, por outro, as dimensões condições, processos e resultados.



Esta articulação materializa-se na selecção de um conjunto de indicadores estruturados em quatro grandes domínios de observação e análise que procuram posicionar o território em estudo no contexto de escalas territoriais mais abrangentes:

- **Óptica global:** inclui os principais indicadores de resultado que avaliam a competitividade e a coesão territorial, valorizando os ganhos em termos de melhoria do nível de vida dos habitantes;
- **Óptica do Território:** analisa indicadores que reflectem, no essencial, o nível da coesão territorial em termos das principais condições e processos que suportam e influenciam a competitividade territorial;
- **Óptica das Empresas:** engloba indicadores que quantificam a dinâmica empresarial, quer ao nível das condições e processos, quer ao nível dos resultados, centrando a análise em alguns factores de concentração e de especialização da actividade económica;
- **Óptica das Pessoas:** conjunto de indicadores que centram a sua análise essencialmente em torno de aspectos relacionados com as condições, os processos e alguns resultados inerentes à dinâmica demográfica, à qualificação dos recursos humanos e à actividade laboral.

(1) Veja-se, nomeadamente, Mateus, A. et al (2000), "Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas", Revista de Estudos Regionais, INE, pp. 47-73,

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial, v.2.0.

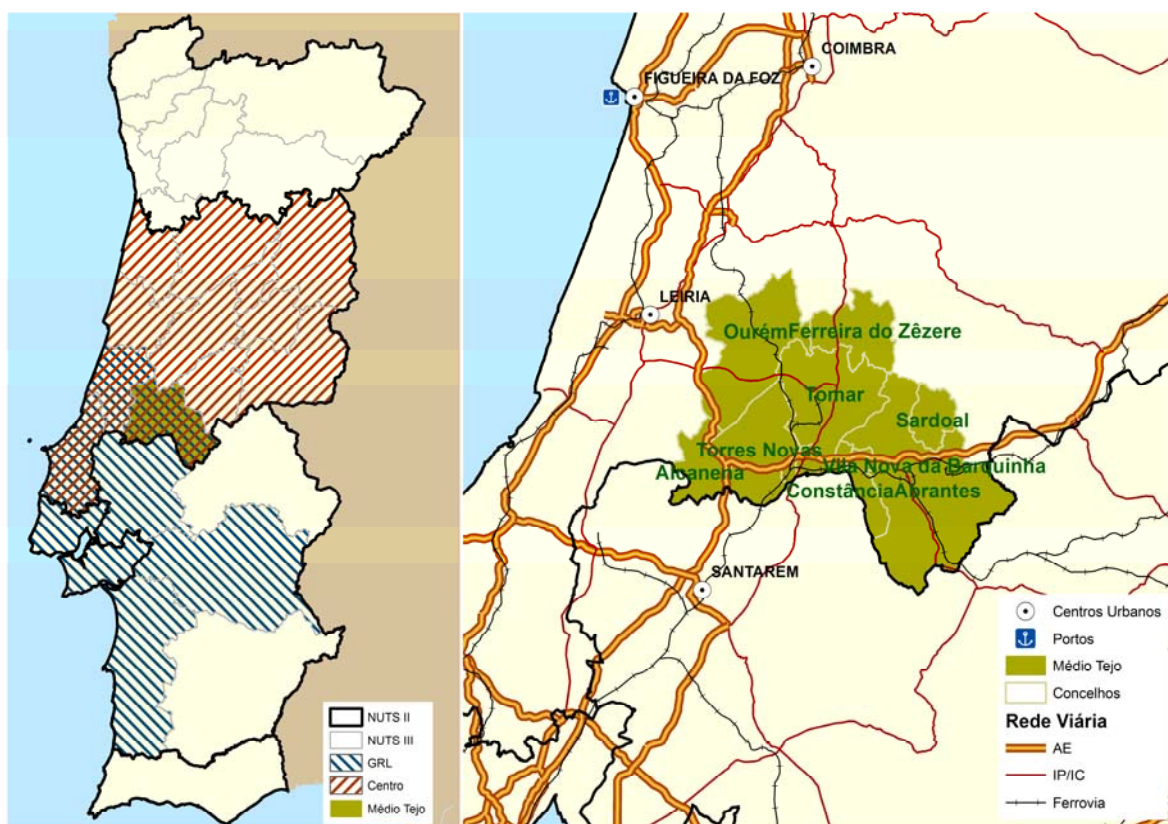
IV.1. Diagnóstico Socioeconómico do Médio Tejo

ÓPTICA GLOBAL DA REGIÃO

4.1. O território do Médio Tejo encontra-se administrativamente integrado na Região Centro, apresentando, no entanto, forte relacionamento funcional e económico com a Grande Região de Lisboa.

- O Médio Tejo, do ponto de vista da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS) é uma região NUTS III, inserida na NUTS II Centro. O Médio Tejo e os concelhos nele integrados constituem um território com raízes históricas e culturais muito marcadas, apresentando uma forte interligação funcional e económica com a Grande Região de Lisboa, delimitada no mapa seguinte.
- O Médio Tejo, sendo um território sem faixa costeira, encontra-se circundado pelas NUTS III contíguas do Pinhal Litoral (a este/noroeste), do Pinhal Interior Norte (a norte), do Pinhal Interior Sul (a nordeste), do Alto Alentejo (a sudeste) e da Lezíria do Tejo (a sul/sudoeste).
- O Médio Tejo ocupa uma área de cerca de 2.300 Km², o que representa 3% do território nacional e 8% da área total da região NUTS II Centro.
- Fazem parte da região Médio Tejo os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Ourém.
- O Médio Tejo apresenta, em geral, um conjunto de boas infraestruturas de transportes, sendo atravessado pelos eixos rodoviários que fazem a ligação Sul-Norte e Sudeste-Noroeste (a A1 e a A23 respectivamente) e pelos eixos ferroviários da "Linha do Norte-Sul", "Linha da Beira Baixa" e "Linha do Leste". A circulação transversal entre os concelhos mais a norte da região apresenta, ainda, alguns constrangimentos.
- O posicionamento da região permite igualmente uma boa acessibilidade em termos de transporte marítimo, nomeadamente através do porto comercial da Figueira da Foz.

F. 1: O Médio Tejo no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa (RP-LIS)



4.2. A inserção do Médio Tejo no contexto da região Centro permite considerá-lo um território mais denso em termos populacionais do que em termos económicos, onde se atinge um nível médio de vida mais elevado do que o induzido pelo nível de rendimento disponível.

- A representatividade do Médio Tejo no contexto da região Centro atinge cerca de 10%, em termos de população residente, de unidades empresariais e do número de postos de trabalho gerados.
- O modelo de povoamento do Médio Tejo confere-lhe uma densidade populacional que supera a média da região Centro em cerca de 19% (embora fique abaixo da média nacional em cerca de 13 pontos percentuais), um valor que desce níveis praticamente equiparados aos do Centro e aos do País quando se considera a implantação de 350 unidades empresariais por cada 10.000 habitantes.
- 74% da população total da região Médio Tejo concentra-se nos quatro centros urbanos de maior dimensão – Ourém, Tomar, Abrantes e Torres Novas.
- O crescimento populacional de 2% registado no Médio Tejo entre 2001 e 2005 resulta do equilíbrio entre o aumento populacional dos concelhos do Entroncamento, Ourém, Vila Nova da Barquinha e, embora com menor intensidade, Alcanena e Torres Novas, e a perda populacional que se faz sentir nos restantes concelhos da região.
- O nível de vida atingido pela população residente no Médio Tejo aproxima-se do nível médio da região Centro (superando o seu valor de PIB per capita em 4%), ficando, contudo, abaixo do nível médio de vida nacional em cerca de 11 p.p.. O posicionamento relativamente confortável no 10º lugar do ranking nacional das 30 NUTS III em termos de PIB per capita degrada-se para um 15º lugar quando se considera o nível médio de rendimento disponível atingido pela população residente na região.
- O rendimento disponível da população residente nos concelhos do Médio Tejo apresenta discrepâncias significativas, oscilando entre o patamar mais elevado atingido pelo concelho do Entroncamento, que ultrapassa a média nacional em cerca de 15%, e o patamar mais baixo onde se inserem os concelhos de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourém e Sardoal, que ficam abaixo do limiar equivalente a 50% da média nacional. Em posições intermédias, ainda que abaixo dos 75% da média nacional incluem-se os concelhos de Abrantes, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Q. 1: Dimensão do Médio Tejo no contexto regional e nacional

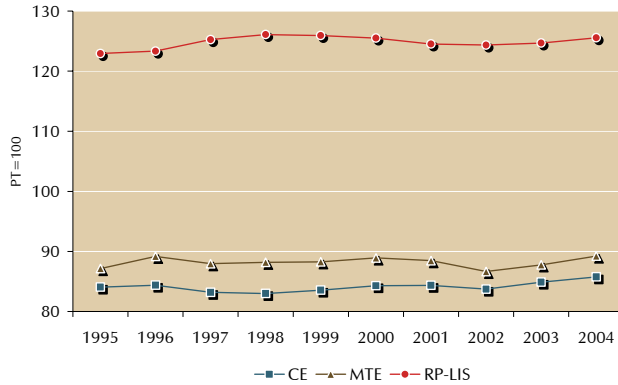
Âmbito Geográfico	Área (Km²)	População		Unidades empresariais (Nº estab.)	Pessoal ao serviço (Nº)	Densidade populac. (Hab./ Km²)	Unidades Empres. /10 mil hab. (Nº estab./ 10 mil hab.)	PIB per capita (1.000 euros/hab)	Rendim. colectável per capita (PT=100)
		(Nº habit.)	Taxa de Variação (2001-05)						
	2005	2005	2001-05	2004	2004	2005	2004	2004	2004
Abrantes	714,7	41.041	-2,8% ↓	1.198	8.823	57,4	289,9	n.d.	70,5
Alcanena	127,3	14.728	0,9% ↑	600	5.305	115,7	406,4	n.d.	46,9
Constância	80,4	3.797	-0,5% ↓	95	1.110	47,2	250,3	n.d.	63,5
Entroncam.	13,7	20.475	12,7% ↑	620	4.583	1.491,3	309,0	n.d.	115,1
F. Zêzere	190,4	9.264	-1,7% ↓	320	1.917	48,7	342,4	n.d.	25,6
Ourém	416,6	49.763	7,7% ↑	2.463	15.354	119,5	499,9	n.d.	48,2
Sardoal	92,1	3.950	-3,8% ↓	132	701	42,9	330,7	n.d.	49,8
Tomar	351,2	42.794	-0,5% ↓	1.316	8.665	121,9	306,2	n.d.	74,9
Torres Novas	270,0	37.206	0,8% ↑	1.195	9.623	137,8	321,6	n.d.	74,7
Barquinha	49,6	7.962	4,6% ↑	122	631	160,6	154,9	n.d.	74,4
M. TEJO	2.306,0	230.980	2,2% ↑	8.061	56.712	100,2	349,6	12,2	67,4
CENTRO	28.198,7	2.382.448	1,4% ↑	81.828	598.799	84,5	344,3	11,7	75,6
RP - LIS	25.964,4	4.146.098	3,9% ↑	149.577	1.244.806	159,7	362,9	17,2	137,4
País	92.117,4	10.569.592	2,1% ↑	362.898	2.898.671	114,8	344,7	13,7	100,0
M. TEJO no Centro	8,2%	9,7%	149,2 (*)	9,9%	9,5%	118,6 (*)	101,5 (*)	104,0 (*)	89,1 (*)
M. TEJO no País	2,5%	2,2%	104,9 (*)	2,2%	2,0%	87,3 (*)	101,4 (*)	89,2 (*)	67,4 (*)
Ranking: M. TEJO nas 30 NUTS III do país	15/30	18/30	11/30	16/30	16/30	15/30	9/30	10/30	15/30

Nota: (*) valor em índice: 100= unidade territorial de referência.

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005); INE, Contas Regionais (2004); DGEEP, Quadros de Pessoal(2004) e ANMP.

4.3. O Médio Tejo regista um PIB pc inferior à média nacional mas evidencia uma performance relativa favorável no seio da Região Centro, colocando-se entre as NUTS III com maiores níveis de riqueza média.

G. 1: PIB per capita

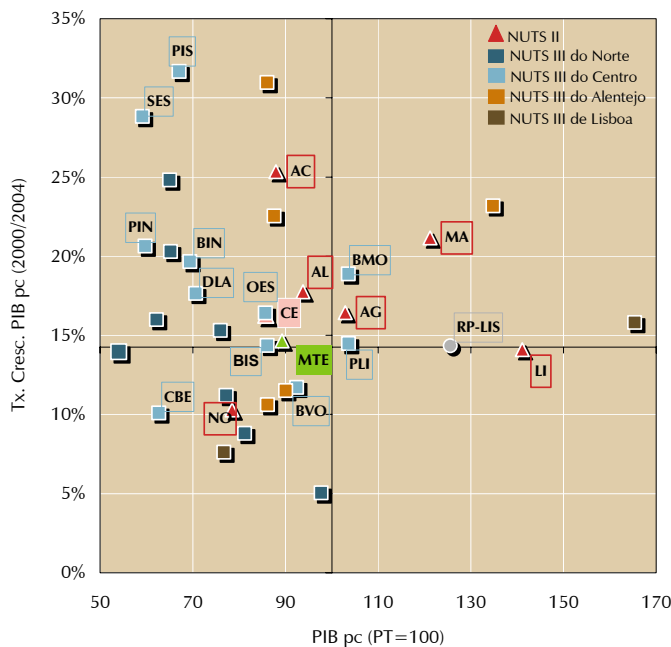


Nota: Retropolação da série do VAB base 2000 efectuada para os anos de 1995 a 1999, com base na série disponível para esses anos (base 1995).
Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

- No ranking nacional de PIB pc, o Médio Tejo ocupa a 10ª posição (entre 30 NUTS III no País), enquanto que no Centro permanece como a 4ª região (entre as 10 NUTS III que compõem a região Centro) com um nível de vida médio mais elevado, atrás do Pinhal Litoral, Baixo Mondego e Baixo Vouga.
- O avanço do Médio Tejo face ao nível de vida médio no Centro reduziu-se entre 2000 e 2002, mantendo-se estável desde então. Ao longo da segunda metade da década de 90, o diferencial entre o nível de PIB per capita do Médio Tejo e da região Centro era de 4 p.p. (correspondente a cerca de 88% e 84%, respectivamente, do nível médio nacional), verificando-se a partir de 2002 uma redução desse diferencial para cerca de 2 pontos percentuais.
- A tendência de recuperação desenhada nos últimos 3 anos deve ser avaliada à luz dos ganhos de produtividade de que a região beneficiou.

4.4. O ligeiro atraso do Médio Tejo face ao ritmo de crescimento do Centro nos últimos 5 anos, indicia as dificuldades de passagem de uma posição confortável no grupo das regiões com um nível de vida intermédio para o “pelotão da frente” liderado pelo Baixo Mondego e Pinhal Litoral.

G. 2: PIB per capita e taxa de crescimento do PIB per capita, 2004

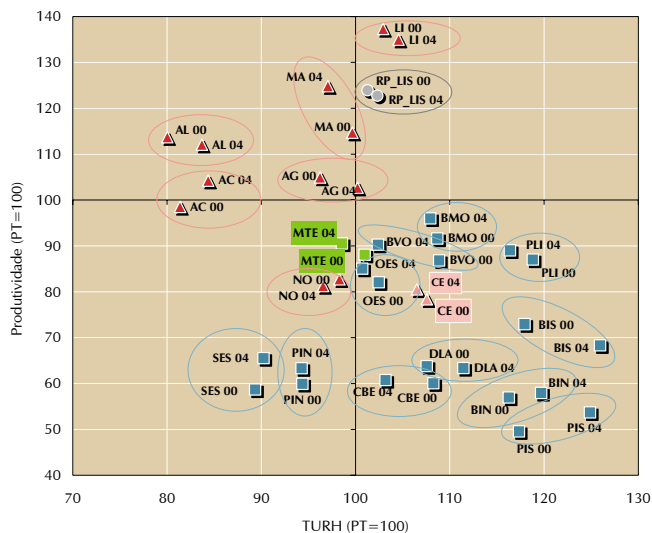


Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

- O posicionamento do Médio Tejo no ranking de PIB pc no Centro surge entre as regiões que têm vindo a consolidar um sistema urbano mais dinâmico e inovador - Leiria/Marinha Grande, Figueira da Foz, Coimbra e Aveiro - e as regiões do interior mais marcadas pelas tendências de desertificação e envelhecimento.
- O PIB pc do Médio Tejo cresceu 15% entre 2000 e 2004, um registo alinhado com a média nacional mas ligeiramente inferior ao do Centro (16%). As taxas de crescimento mais elevadas registam-se nas regiões que partem de um patamar mais baixo, denotando uma tendência de convergência interna à região Centro, destacando-se no entanto duas excepções:
 - O Baixo Mondego concilia um nível de vida superior à média nacional com um assinalável crescimento nos últimos 4 anos.
 - A Cova da Beira evidencia um posicionamento particularmente gravoso que, a par com algumas regiões do Norte, como o Ave e o Tâmega, se traduz numa posição de atraso estrutural face ao registo nacional.

4.5. O posicionamento desfavorável do Médio Tejo no referencial nacional de produtividade e empregabilidade tem, no contexto da região Centro, uma avaliação menos negativa, destacando-se os elevados níveis de produtividade, comparáveis aos do Baixo Vouga e Pinhal Litoral.

G. 3: Produtividade e taxa de utilização dos recursos humanos, 2000 e 2004

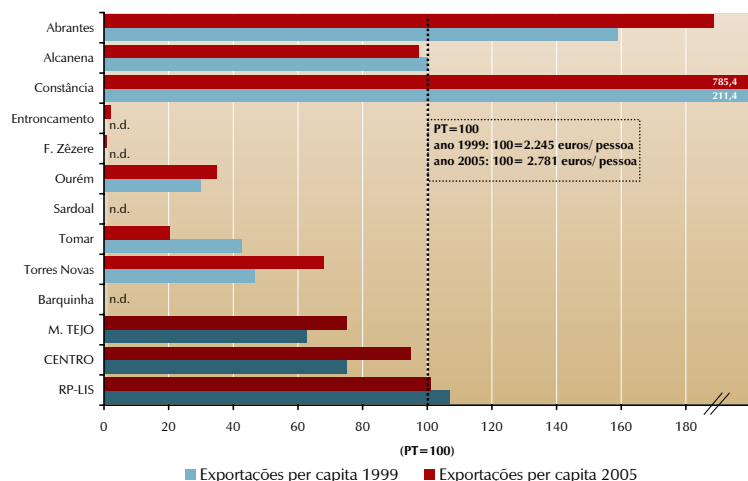


Fonte: AM&A com base em dados INE, Contas Regionais

- A trajetória do Médio Tejo nos últimos 4 anos é comum às regiões mais desenvolvidas da região Centro, em que os avanços em termos de produtividade face à média nacional mais do que compensam os ligeiros recuos da intensidade de utilização dos recursos humanos decorrentes do duplo envelhecimento da população portuguesa.
- Ainda assim, o Médio Tejo continua a exibir um modelo de crescimento, à semelhança do que acontece no Centro, mais intensivo na utilização de recursos humanos do que em termos do nível de produtividade atingido. Tal significa que a região atinge uma boa capacidade de absorção pelo mercado da população que se encontra disponível para o trabalho (uma situação que tende para a estagnação/esgotamento, uma vez que tem sido sustentada pelo acréscimo de população feminina disponível para o trabalho, na sequência de hábitos geracionais diferentes), embora o processo produtivo e o nível de eficiência atingidos, enquanto motores sustentados de desenvolvimento, apresentem debilidades face aos padrões nacionais.

4.6. O Médio Tejo apresenta um nível de exportações per capita relativamente modesto face aos valores observados para a média nacional e para o conjunto da região Centro e evidencia desempenhos muito diferenciados a nível dos diferentes concelhos.

G. 4: Exportações per capita



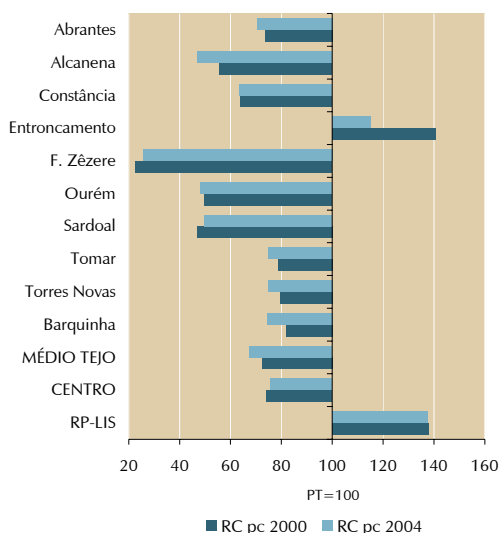
Nota: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005); INE, Censos (1991 e 2001) e INE, Estimativas da população residente (2005).

- Em 2005, o indicador exportações per capita regista um valor correspondente a 3/4 da média nacional e evidencia alguma dinâmica de crescimento entre 1999 e 2005, seguindo de perto a tendência da região Centro.
- É evidente uma grande variabilidade concelhia, com os maiores valores a registarem-se nos concelhos de Constância e Abrantes.
- A performance deste indicador deve no entanto interpretar-se com algum cuidado dado que os resultados são muito influenciados pela dimensão concelhia em termos populacionais (Constância é o segundo concelho mais pequeno).

4.7. A medição do nível de vida na perspectiva do rendimento coloca o Médio Tejo numa posição mais desfavorável – inferior à média nacional e do Centro – e evidencia o contraste entre os concelhos que têm vindo a retirar vantagens competitivas da posição geográfica e do património natural da região e os concelhos mais rurais e marcados pelo envelhecimento populacional.

G. 5: Rendimento colectável per capita

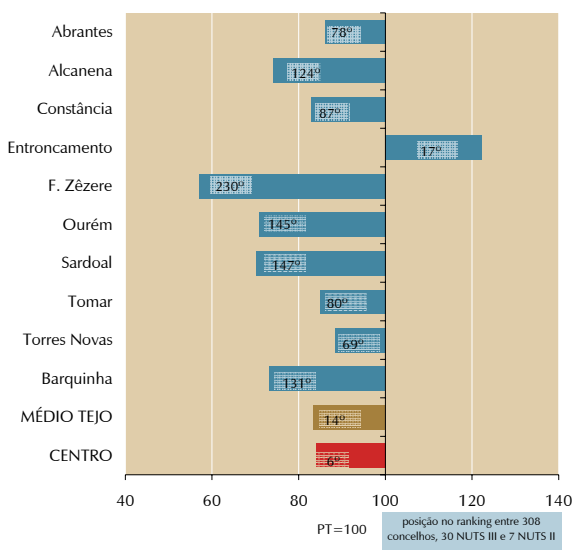


Nota: calculado com base no IRS pago.
Fonte: ANMP

- Ainda que o Entroncamento seja o único concelho posicionado acima da média nacional e do Centro, numa perspectiva intra regional destacam-se também pela positiva os concelhos de Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Abrantes, reflexo da sua tradição industrial e do desenvolvimento da actividade logística e de distribuição na região.
- A trajectória entre 2000 e 2004 agravou a divergência do Médio Tejo face ao Centro e ao País. Esta tendência divergente face ao País coloca o nível de rendimento colectável per capita da região Médio Tejo, em 2004, num patamar correspondente a 67,4% do valor médio nacional, quando em 2000 este patamar era ligeiramente mais aproximado do valor nacional (72,4%). No caso da região Centro, esta tendência de evolução foi convergente face à média nacional, ainda que pouco expressiva: em 2000, o rendimento colectável da região correspondia a 74% da média nacional, recuperando em 2004 para 75,6%.

4.8. O posicionamento do Médio Tejo a meio do ranking nacional de poder de compra (14º lugar em 30) em contraste com a 10ª posição no ranking de PIB pc, indicia que a região se posiciona como um espaço privilegiado para produzir e trabalhar, permanecendo ainda algumas fragilidades enquanto espaço para viver e consumir.

G. 6: Índice de poder de compra, 2005

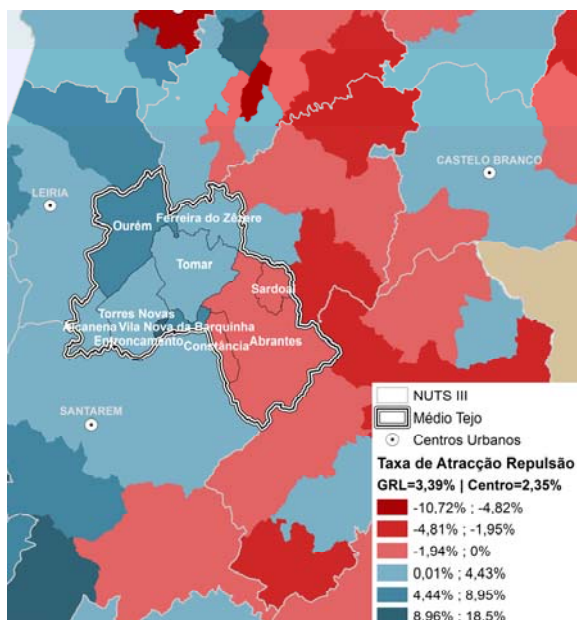


Fonte: INE, Índice de poder de compra concelho

- O Entroncamento volta a destacar-se, na 17ª posição do ranking nacional, com um índice superior em cerca de 20% à média do país; seguem-se Torres Novas, Abrantes e Tomar com registos superiores à média da região.
- O concelho de Ferreira do Zêzere demonstra as maiores dificuldades de inserção nas tendências de desenvolvimento da região, com um poder de compra inferior a 60% da média nacional.
- O posicionamento dos concelhos do Médio Tejo no ranking nacional de poder de compra apresenta uma amplitude considerável, oscilando entre o 17º e o 230º lugar (entre 308 concelhos, 30 NUTS III e 7 NUTS II). Será, no entanto, de referir que o concelho de Ferreira do Zêzere é o único que se posiciona abaixo do meio da tabela, ficando os restantes 9 concelhos da região acima do 154º lugar.

4.9. O Médio Tejo apresenta-se como um território relativamente heterogéneo em termos de atractividade populacional, resultado dos diferentes níveis de qualidade de vida oferecida nos diversos concelhos e dos efeitos resultantes da proximidade a alguns dos principais pólos urbanos e empresariais da região Centro.

F. 2: Taxa de atracção/ repulsão populacional, 2001-2005



Nota: Região atractiva: Tx. Atracção/Repulsão >0;
Região repulsiva: Tx. Atracção/Repulsão <0.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Estatísticas Demográficas

- O Médio Tejo apresenta uma taxa de atracção populacional de 3,44%, consideravelmente superior à taxa de atracção da região Centro e ligeiramente superior à da Grande Região de Lisboa. A heterogeneidade dos níveis de atractividade populacional registada nos concelhos desta região é influenciada por um conjunto de factores, que abarcam desde factores objectivos como a facilidade/dificuldade de deslocação, o preço da habitação ou a proximidade ao local de trabalho, até factores mais subjectivos como o estilo de vida ou a preferência por hábitos de vida mais urbanos ou mais rurais.
- Abrantes, Sardoal e Constância caracterizam-se por serem concelhos com capacidade de atracção negativa (i.e. territórios repulsivos em termos demográficos), consequência de registarem saldos fisiológicos e migratórios negativos.
- Entroncamento, Ourém e Vila Nova da Barquinha apresentam as taxas de atracção mais elevadas do Médio Tejo, com 10%, 8% e 6% respectivamente.
- Os restantes concelhos, Ferreira do Zêzere, Tomar, Torres Novas e Alcanena, apresentam taxas de atracção que não ultrapassam os 3%.

ÓPTICA DO TERRITÓRIO

4.10. Modelo de urbanização do Médio Tejo abrange duas realidades diferenciadas, uma com características vincadamente urbanas e com capacidade de polarização funcional, onde se incluem os concelhos de Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas, e outra com características mais rurais e impostas pela acção de factores naturais, como o curso dos rios, a floresta ou o recorte do território, onde se incluem os concelhos de Constância, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

- O Médio Tejo apresenta um modelo de povoamento e concentração populacional consideravelmente díspar, incluindo:
 - concelhos em que grande parte da população reside em freguesias com perfil tipicamente rural (como é o caso de 77,1% da população residente em Ferreira do Zêzere);
 - concelhos em que grande parte da população se concentra num único pólo urbano (Entroncamento) ou em vários aglomerados urbanos (Vila Nova da Barquinha);
 - concelhos em que a população se concentra de forma mais intensa em freguesias com carácter rural (Constância, sobretudo, e Sardoal, como menor expressão, uma vez que as freguesias como características mais urbanas deste concelho se inserem na tipologia de áreas medianamente urbanas);
 - e concelhos em que a população se concentra de forma mais intensa em freguesias com carácter urbano (Abrantes, Alcanena, Ourém, Tomar e Torres Novas).
- Globalmente, o nível de urbanização do Médio Tejo é de 41%, o que significa que 41% da população do Médio Tejo reside em pólos urbanos com 2.000 habitantes ou mais. Este valor aumenta para 49% quando se alarga o nível de abrangência às freguesias com características urbanas (independentemente de atingirem, ou não, o patamar dos 2.000 habitantes).
- Ourém, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha constituem casos extremos:
 - Ourém apresenta uma taxa de urbanização relativamente baixa (28,2%), quando comparada com o peso de população residente em freguesias com características urbanas (48,1%), como resultado de um modelo urbano bipolarizado entre as cidades de Fátima e Ourém;
 - Entroncamento concentra a totalidade da população na única freguesia, vincadamente urbana, do concelho;
 - Vila Nova da Barquinha, apesar de concentrar 68,7% da sua população em torno das suas freguesias urbanas, não reúne um pólo urbano de grande dimensão.

Q. 2: Níveis de urbanização: tipologia de freguesias e concentração populacional Freguesias rurais e urbanas

Âmbito Geográfico	Nº Freguesias (2003)	Freguesias Rurais (APR)		Freguesias Urbanas (APU)		Taxa de Urbanização
		Nº freg. (1998)	% Pop Resid. (2001)	Nº freg. (1998)	% Pop. Resid. (2001)	% (2001)
Abrantes	19	13	40,3%	4	44,1%	55,7%
Alcanena	10	6	33,8%	2	36,7%	40,7%
Constância	3	2	76,9%	-	-	-
Entroncamento	1	-	-	1	100,0%	100,0%
F. Zêzere	9	8	77,1%	-	-	-
Ourém	18	9	29,9%	3	48,1%	28,2%
Sardoal	4	3	43,5%	-	-	-
Tomar	16	11	33,9%	2	44,0%	36,7%
Torres Novas	17	7	25,4%	6	60,7%	44,5%
Barquinha	5	-	-	3	68,7%	-
M. TEJO	102	59	31,7%	21	49,0%	41,1%
CENTRO	1.334	823	26,5%	234	51,9%	32,2%
RP - LIS	723	279	8,7%	293	82,9%	70,8%
Portugal	4.257	2.102	13,6%	1.025	69,6%	54,8%

Nota 1: APU: Áreas Predominantemente Urbanas, AMU: Áreas Medianamente Urbanas e APR: Áreas Predominantemente Rurais. As AMU não foram contabilizadas, obtendo-se por diferença.

Nota 2: Taxa de Urbanização = População Residente em Lugares com 2000 habitantes ou mais / População Residente Total.

Nota 3: o concelho do Entroncamento divide-se, actualmente, em 2 freguesias.
Fonte: INE, Censos 2001 e INE, Tipologia de Áreas Urbanas aprovadas pelo CSE, 1998

4.11. O uso do solo no Médio Tejo revela algumas diferenças concelhias em que sobressaem as restrições impostas pelas zonas de reserva agrícola e ecológica.

- Perímetro urbano do Médio Tejo corresponde a 12% da sua área total.
- Opções de investimento e desenvolvimento futuro assumidas por alguns dos concelhos com menor área de dimensão traduzem-se numa afectação dos solos urbanos muito polarizada por equipamentos e parques urbanos - Constância, Entroncamento e Barquinha.
- Tradição industrial de alguns concelhos do Médio Tejo fica patente numa percentagem de solos urbanos afecta à indústria superior a 10% – Alcanena, Ourém e Torres Novas.
- Alcanena, Ourém e Sardoal são os concelhos do Médio Tejo com maior percentagem de área condicionada por reserva agrícola e ecológica (superior a 60%).

Q. 3: Ordenamento do território, 2005

Âmbito Geográfico	% de solo urbano(*) na área total	Usos do solo identificados no perímetro urbano por tipologia (% face ao Solo Urbano)				Serviços e restrições (% face à área total do concelho)	
		Espaços Urbanos e Urbanizáveis	Equipamentos e parques urbanos	Indústria	Turismo	% RAN	% REN
Abrantes	5%	84%	6%	7%	3%	12%	43%
Alcanena	13%	83%	3%	14%	-	14%	51%
Constância	28%	24%	73%	3%	-	16%	26%
Entroncamento	68%	52%	39%	9%	0%	20%	16%
F. Zêzere	11%	89%	1%	2%	8%	-	-
Ourém	19%	80%	4%	15%	1%	18%	42%
Sardoal	7%	96%	1%	3%	-	9%	58%
Tomar	11%	90%	3%	7%	-	18%	23%
Torres Novas	11%	89%	-	11%	-	-	-
Barquinha	23%	60%	35%	4%	1%	10%	24%
M. TEJO	12%	78%	12%	9%	1%	-	-
CENTRO	8%	83%	4%	12%	1%	-	-
RP - LIS	8%	72%	8%	15%	5%	-	-
CONTINENTE (**)	7%	79%	6%	12%	3%	-	-

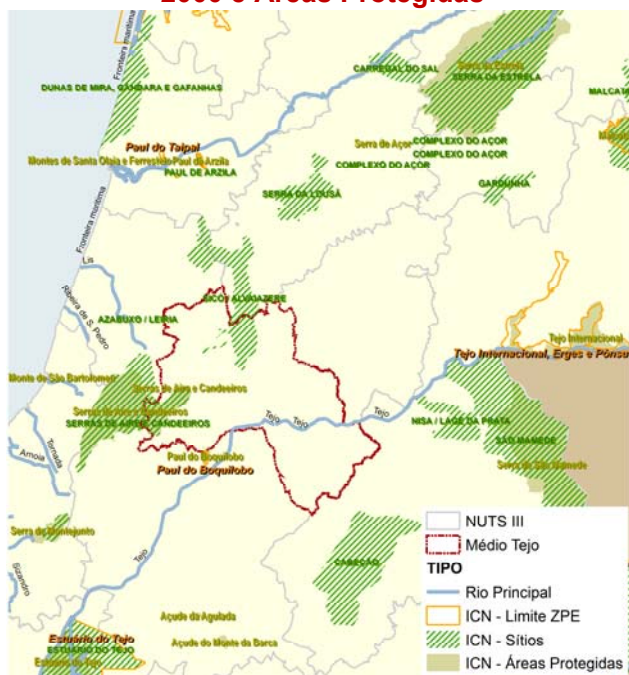
Nota: (*) aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreende os terrenos urbanizados ou cuja a urbanização seja programada, constituindo o seu perímetro urbano. É definido ao nível de PDM.

(**) Dados não disponíveis para alguns concelhos, implicando a sub-avaliação desta unidade territorial.

Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo dados da DGOTDU)

4.12. O Médio Tejo apresenta poucas áreas do seu território cuja utilização se apresenta condicionada pelo plano de ordenamento de Áreas Protegidas.

F. 3: Condicionantes territoriais – Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas



- Zonas de Protecção Especial (Directiva Aves) e Sítios da Lista Nacional de Sítios e de Importância Comunitária – SIC (Directiva Habitats) que interceptam os limites administrativos do Médio Tejo:

- ZPE Paul do Boquilobo;
- Sítio Sicó/Alvaiázere;
- Sítio Serras de Aire e Candeeiros;

- Áreas Protegidas:

- Parque Natural Serras de Aire e Candeeiros;
- Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

- O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode constitui um plano especial de ordenamento do território, cuja área de intervenção introduz um conjunto significativo de restrições relativas aos usos da água e dos solos envolventes da Albufeira de Castelo de Bode, que se reflectem, sobretudo, no concelho de Ferreira do Zêzere, mas também em Abrantes, Figueiró dos Vinhos, Sardoal, Sertã, Tomar e Vila de Rei.

Fonte: ICN e Instituto da Água

4.13. No domínio do ambiente, o Médio Tejo apresenta valores muito favoráveis de implementação de sistemas de tratamento de águas residuais, mas menos satisfatórios ao nível da introdução de sistemas de recolha selectiva de resíduos urbanos.

- A proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente na região é de apenas 4%, sendo esta recolha selectiva inexistente (segundo a informação publicamente disponível), em Abrantes e Sardoal.
- A proporção de águas residuais tratadas no Médio Tejo é de 98%, atingindo 100% em todos os concelhos, à excepção de Torres Novas onde atinge 93%, ainda assim um registo muito positivo no contexto nacional.
- A acessibilidade a sistemas de abastecimento de água é próxima dos 100%, no entanto a dotação de sistemas de drenagem de águas residuais e de ETAR ainda não atingiu os patamares nacionais em alguns concelhos, designadamente Tomar, Ourém e, principalmente, Ferreira do Zêzere.

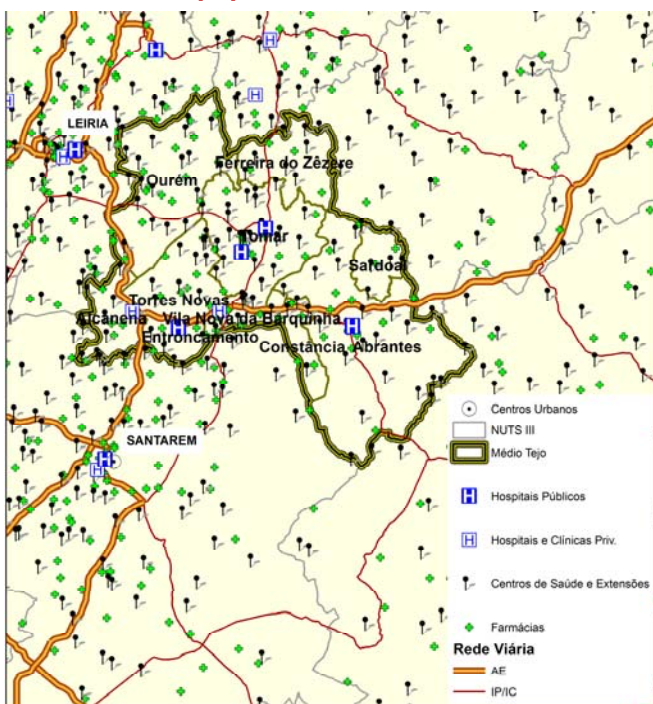
Q. 4: Indicadores de saneamento e ambiente, 2005

	% de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	% população residente em freguesias servidas por:			% de águas residuais tratadas
		Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais	
Abrantes	0%	100%	72%	72%	100%
Alcanena	4%	100%	94%	100%	100%
Constância	5%	98%	98%	98%	100%
Entroncamento	5%	100%	99%	80%	100%
F. Zêzere	5%	99%	13%	13%	100%
Ourém	7%	100%	56%	56%	100%
Sardoal	0%	100%	75%	75%	100%
Tomar	4%	97%	35%	35%	100%
Torres Novas	3%	98%	70%	59%	93%
Barquinha	3%	100%	82%	82%	100%
M. TEJO	4%	99%	63%	60%	98%
CENTRO	5%	97%	73%	63%	93%
CONTINENTE	6%	92%	78%	65%	65%

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais; INE, Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico

4.14. A população residente na sub-região é, em regra, bem servida por equipamentos de saúde, que conferem ao Médio Tejo uma boa posição neste parâmetro de qualidade de vida.

F. 4: Equipamentos de saúde, 2002



- Na região do Médio Tejo existem 4 hospitais públicos (dois em Tomar, um em Abrantes e outro em Torres Novas) e 2 hospitais/clínicas privadas (no Entroncamento e em Alcanena).
- A cobertura dos centros de saúde na região do Médio Tejo é em média de cerca de 10 centros de saúde/extensões por concelho o que dá uma capitação média de cerca de 5 centros por 10.000 habitantes (que desce para 4 e 2 centros por 10.000 habitantes, respectivamente, na região Centro e no País), enquanto que no caso das farmácias estas apresentam uma capitação de cerca de 3 farmácias por 10.000 habitantes (coincidente com o patamar médio do Centro e do País).
- Para além dos próprios equipamentos, a sub-região beneficia de uma posição geográfica privilegiada em termos de acessibilidades e de proximidade a outros pólos urbanos de dimensão relevante da região Centro.

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

4.15. O Médio Tejo goza de uma acessibilidade elevada a equipamentos de saúde, denotando, contudo, uma insuficiente disponibilidade de profissionais de saúde.

- No Médio Tejo, a acessibilidade a infraestruturas de saúde é superior à média do país e da região Centro, destacando-se os concelhos de Constância e Entroncamento, onde estes equipamentos estão disponíveis em todas as freguesias.
- A disponibilidade de profissionais de saúde situa-se significativamente abaixo dos valores médios observados no país e no Centro, destacando-se, no panorama regional, Abrantes, Torres Novas e Tomar, pela maior disponibilidade registada de médicos e, sobretudo, de enfermeiros.

Q. 5: Indicadores de saúde

Âmbito Geográfico	% população residente em freguesias equipadas com:		Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
	Centro de Saúde ou Extensão	Farmácia ou Posto de Medicamentos			
	2002		2005		
Abrantes	75%	89%	6,5‰	2,0‰	3,3
Alcanena	85%	64%	1,1‰	0,7‰	n.d.
Constância	100%	100%	1,1‰	0,5‰	n.d.
Entroncamento	100%	100%	1,6‰	1,8‰	n.d.
F. Zézere	75%	55%	1,0‰	0,2‰	3,4
Ourém	98%	78%	0,8‰	0,7‰	2,9
Sardoal	100%	83%	0,3‰	1,0‰	2,7
Tomar	100%	76%	4,1‰	1,9‰	n.d.
Torres Novas	74%	78%	7,6‰	1,8‰	3,2
Barquinha	69%	69%	0,8‰	0,5‰	3,9
M. TEJO	88%	80%	3,6‰	1,4‰	n.d.
CENTRO	81%	75%	4,5‰	2,9‰	4,1
CONTINENTE	74%	80%	4,5‰	3,5‰	3,9

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro; INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde; INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde

4.16. O Médio Tejo acusa uma insuficiente dotação de equipamentos na área da acção social, da cultura e lazer e do desporto.

- A informação publicada relativamente aos níveis de acesso a equipamentos colectivos de desporto, cultura e lazer e acção social, é fortemente influenciada pela divisão administrativa de cada concelho (i.e., % de população do concelho que reside na freguesia onde se localiza o equipamento). Naturalmente, estes equipamentos estão acessíveis a um conjunto de população mais alargado que o da população residente na freguesia onde se localizam. Os elevados níveis de acessibilidade aos equipamentos colectivos em análise apresentados pelo concelho do Entroncamento, que se destacam na região e no país, são justificados pelas especificidades de um concelho que coincidia, à data a que reportam os dados, com a sua única freguesia.

Q. 6: Indicadores de acessibilidade a equipamentos diversos, 2002

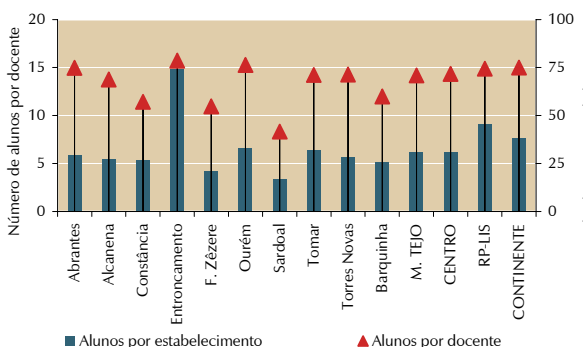
Âmbito Geográfico	% população residente em freguesias servidas por equipamentos de:							
	Desporto			Cultura e Lazer		Acção Social		
	Piscina	Campo de Jogos	Pavilhão desportivo ou Ginásio	Sala de Espectáculo/ Conferência/ Congresso	Biblioteca aberta ao público	Creche	Lar de idosos	Centro de dia
Abrantes	27%	91%	54%	59%	39%	48%	20%	59%
Alcanena	52%	86%	42%	68%	34%	57%	52%	81%
Constância	23%	100%	23%	23%	23%	72%	23%	23%
Entroncamento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
F. Zézere	23%	94%	23%	35%	23%	23%	42%	57%
Ourém	37%	100%	56%	40%	74%	48%	62%	86%
Sardoal	57%	92%	57%	0%	57%	57%	57%	57%
Tomar	51%	97%	40%	52%	47%	51%	73%	66%
Torres Novas	8%	91%	70%	89%	24%	33%	44%	65%
Barquinha	27%	100%	46%	46%	69%	0%	69%	19%
M. TEJO	38%	95%	55%	59%	50%	49%	54%	70%
CENTRO	39%	94%	61%	58%	42%	61%	56%	70%

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro

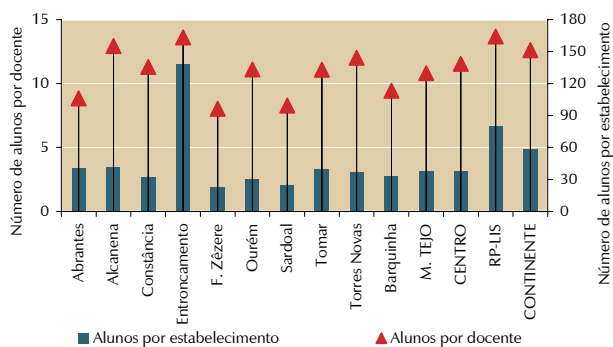
4.17. O número médio de alunos dos estabelecimentos de ensino do Médio Tejo é inferior ao nacional em todos os escalões. O rácio alunos/docentes é inferior ao do País no Pré-Escolar e no 1º ciclo e superior ao do País no 2º e 3º ciclos e secundário.

- No ensino pré-escolar e no 1º ciclo, a generalidade dos concelhos apresenta um número de alunos por estabelecimento e por docente inferior à média nacional.
- No 2º e 3º ciclo e secundário existem maiores disparidades inter-concelhias nestes indicadores, embora em média, o número de alunos por estabelecimentos seja inferior e o número de alunos por docente seja superior aos valores nacionais de referência.
- O Entroncamento destaca-se apresentando para todos os níveis de ensino um número médio de alunos por docente e por estabelecimento elevado no contexto regional e acima da média nacional.

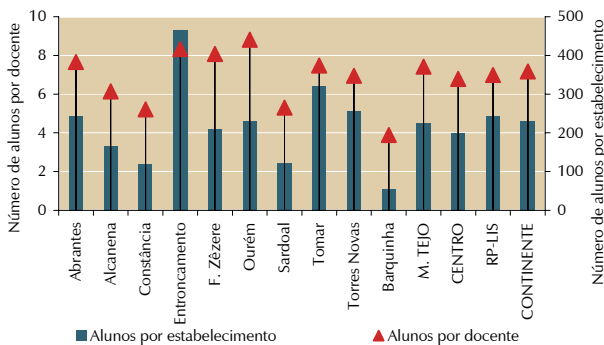
G. 7: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – Pré Escolar



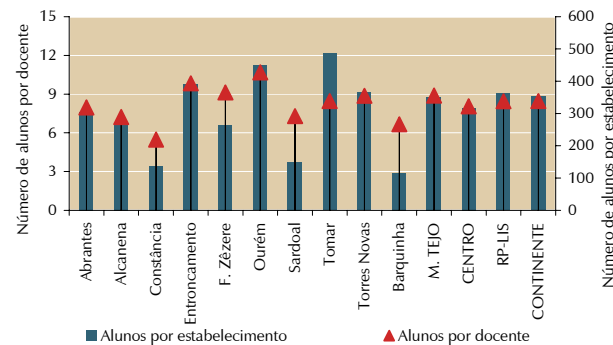
G. 8: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 1º ciclo



G. 9: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 2º ciclo



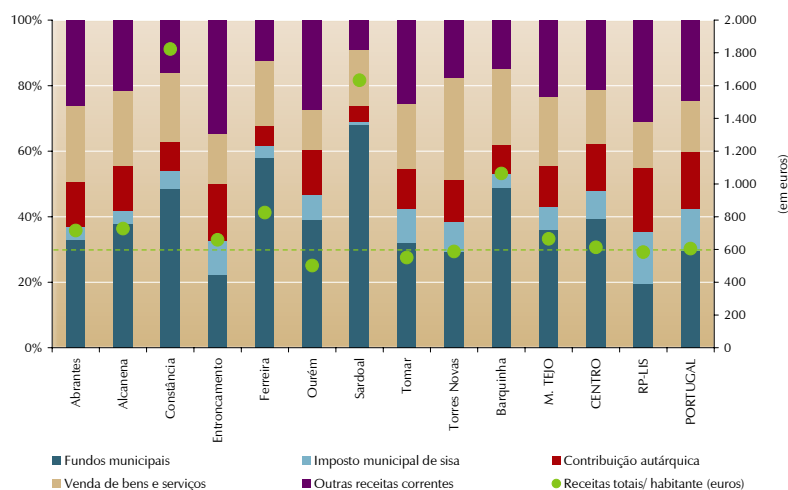
G. 10: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 3º ciclo e secundário



Fonte: Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Observatório da Ciência e do Ensino Superior

4.18. Existe uma maior dependência dos municípios do Médio Tejo relativamente às transferências do Estado quando comparada com a média nacional, com exceção de Entroncamento que revela uma maior capacidade em gerar receitas próprias.

G. 11: Finanças municipais, 2004
(Principais componentes das receitas correntes (%) e receitas totais per capita)



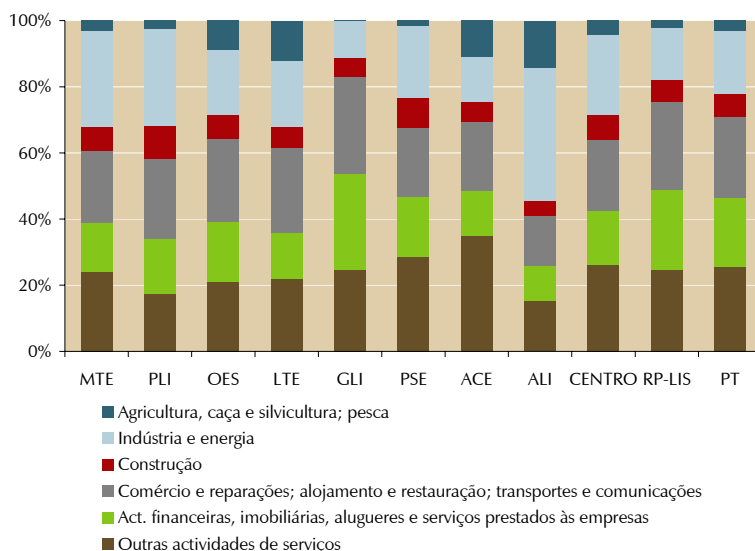
Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo o Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais.)

- Os concelhos do Médio Tejo revelam, na maior parte dos casos, uma maior dependência das transferências do Estado que o padrão médio nacional, distinguindo-se a este nível o Entroncamento, cujo carácter fortemente urbano e a elevada densidade populacional explicam a existência de uma proporção do imposto municipal de siza e da contribuição autárquica no total das receitas correntes superior à média nacional.
- As receitas totais por habitante apresentam no Médio Tejo um nível semelhante à média do país, destacando-se ao nível concelhio os registos de Constância, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, coincidindo estes com os três concelhos menos populosos.

ÓPTICA DAS EMPRESAS

4.19. O Médio Tejo acompanha as tendências da estrutura produtiva nacional, embora se verifique um enfoque ligeiramente superior em actividades industriais, em contrapartida de actividades relativas ao sector terciário, nomeadamente actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

G. 12: Estrutura do VAB por sector de actividade, 2003

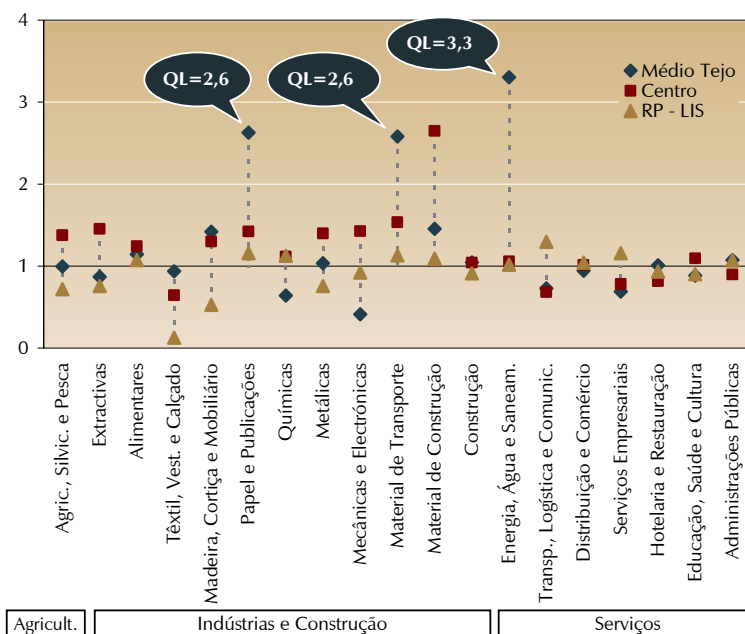


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O Médio Tejo apresenta uma estrutura de criação de valor sustentada pelos sectores de produção industrial (29% do VAB), pelas actividades ligadas à prestação de serviços públicos, como a administração pública, saúde, educação e acção social (24%) e pelas actividades ligadas ao comércio, alojamento e restauração, transportes e comunicações (22%).
- Face ao referencial nacional, o sector indústria e energia tem um peso consideravelmente superior, devido, essencialmente, aos sectores da fabricação de pasta, de papel e cartão, fabricação de outro material de transporte e produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente, em detrimento, de actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

4.20. Grandes serviços infraestruturais (energia, água e saneamento) e actividades industriais ligadas à fabricação de material de transporte e à indústria do papel e publicações constituem os sectores de especialização da região do Médio Tejo.

G. 13: Quociente de localização do VAB, 2003



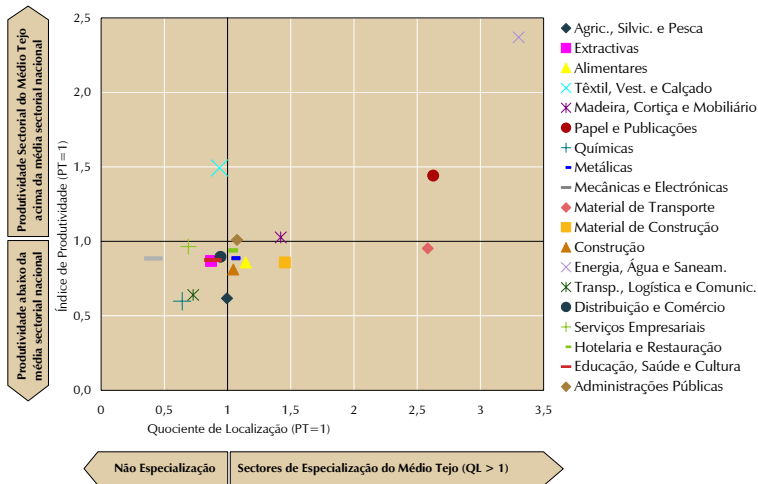
- No perfil de especialização da região do Médio Tejo destacam-se os sectores ligados à energia, água e saneamento, material de transporte e indústria do papel e publicações. Como sectores de especialização menos expressivos incluem-se, também, as indústrias do material de construção e da madeira, cortiça e mobiliário.
- Os sectores de especialização da região Médio Tejo (i.e., aqueles cujo contributo para a formação do VAB total do Médio Tejo é mais significativo do que à escala nacional) coincidem, em geral, com sectores de especialização da região Centro, embora o contributo destes sectores para a formação do VAB regional seja mais vincado no caso do Médio Tejo do que no caso da região Centro.

Nota: O Quociente de Localização (QL) pode ser utilizado como indicador do grau de especialização produtiva de uma determinada região face ao país. Assim: se $QL > 1$, o sector tem maior peso na região que a nível nacional; se $QL < 1$, o sector tem menor peso na região que a nível nacional.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais 2003

4.21. A região apresenta maior eficiência produtiva em alguns dos sectores em que tem vindo a afirmar a sua especialização, como a indústria do papel e publicações e da madeira, cortiça e mobiliário, embora persistam níveis de produtividade inferiores ao padrão nacional nos sectores de especialização ligados ao material de transporte e construção.

G. 14: Especialização produtiva e produtividade sectorial, 2003



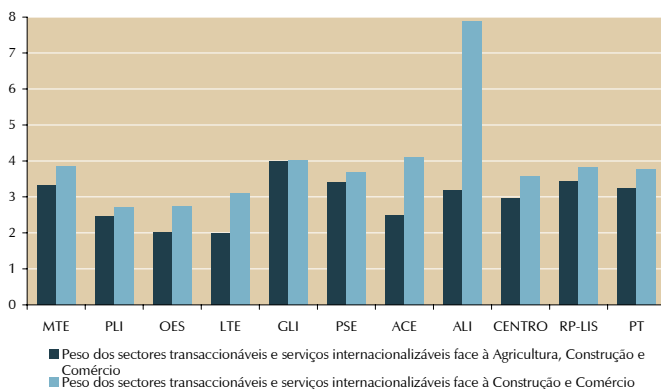
Nota: No 1º. Quadrante posicionam-se os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional. No 2º. Quadrante posicionam-se os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional. No 3º. Quadrante posicionam-se os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional. No 4º. Quadrante posicionam-se os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional.

Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- Identifica-se uma dicotomia relevante entre os sectores que apresentam maior e menor intensidade no perfil de especialização do Médio Tejo, face ao seu posicionamento em relação ao patamar médio nacional de produtividade desses sectores.
- Nos sectores de especialização mais expressiva, verifica-se que as empresas do Médio Tejo ligadas à indústria do papel e publicações atingem níveis de produtividade mais elevados do que a média nacional do sector, o que já não acontece na indústria do material de transporte (com produtividade inferior à média nacional).
- No caso dos sectores de especialização menos expressiva, verifica-se, também, que a indústria da madeira, cortiça e mobiliário apresenta níveis de produtividade superiores à média nacional do sector, enquanto os níveis de produtividade da indústria do material de construção descem para um patamar inferior ao padrão nacional do sector.

4.22. O peso do VAB nos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis apenas triplica o peso da agricultura, construção e comércio, o que evidencia uma economia dependente de sectores tradicionais e pouco diversificada.

G. 15: Relação: sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis face à agricultura, construção e comércio, 2003

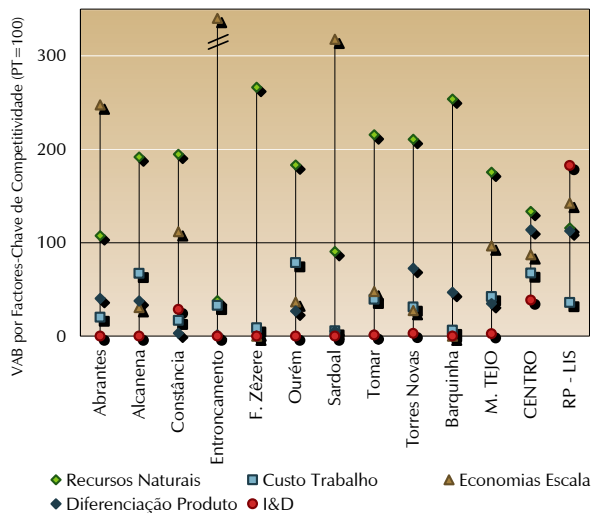


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- A relação entre o valor criado pelos sectores transaccionáveis e pelos serviços internacionalizáveis (i.e., cuja actuação e capacidade de penetração no mercado não se confinam necessariamente à proximidade física e que podem competir à escala nacional e/ou internacional) face à relevância dos serviços com maior vínculo à localização física (construção, comércio e serviços de proximidade) permitem aferir do potencial de competitividade da região Médio Tejo.
- O Médio Tejo apresenta um nível de especialização produtiva pouco diversificado e dependente de sectores típicos da economia portuguesa, como a agricultura, a construção e o comércio. Note-se que o valor criado pelos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis não chega a quadruplicar o valor criado pela construção e comércio.

4.23. Modelo de especialização industrial assente em factores competitivos ligados à proximidade e facilidade de acesso a recursos naturais e complementado pela relevância de indústrias que produzem em economia de escala, em que sobressai o baixo contributo para a formação do VAB regional de indústrias centradas em factores avançados de competitividade, como a diferenciação de produto ou a realização intensiva de I&D.

G. 16: Especialização da indústria por factores-chave de competitividade, 2003



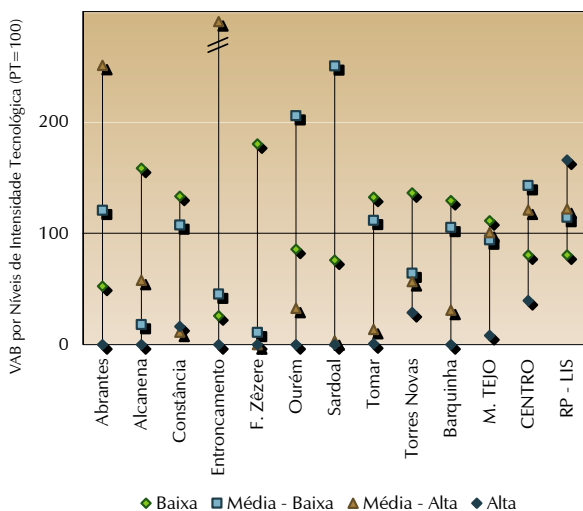
Nota 1: o indicador representa o grau de especialização produtiva de uma dada região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

- Indústrias suportadas pela exploração de recursos naturais evidenciam um contributo nitidamente mais expressivo para a formação do VAB industrial do Médio Tejo do que o contributo que este tipo de indústrias evidencia na formação do VAB total industrial do País.
- A tendência geral de amplificação, no Médio Tejo, do perfil de especialização da região Centro é contrariada no caso das indústrias cujo factor competitivo assenta na diferenciação de produtos, em que o Médio Tejo evidencia sub-especialização.
- Abrantes, Entroncamento e Sardoal contrariam a tendência geral de especialização concelhia, assumindo um perfil de especialização influenciado pela capacidade de maximizar a escala de produção.

Nota: **Factor-Chave Competitividade - Rec. Naturais:** I. alimentares e bebidas, I. tabaco, Fab. pasta, papel e cartão, etc.. **Custo do Trabalho:** Fab. têxteis, I. Calçado, etc.. **Economias de Escala:** Fab. coque, Prod. Petrolíferos, Fab. Produtos Químicos, Fab. artigos borracha e matérias plásticas, Fab. veículos automóveis, etc.. **Diferenciação do produto:** Fab. máquinas e equipamentos, apar. eléctricos, apar. rádio, televisão e comunicação, etc.. **I&D:** Prod. Farmacêuticos, máq. escritório e equipamento p/ tratamento automático da informação, etc..
 Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

4.24. Contributo de indústrias com baixa incorporação tecnológica supera a média nacional da formação do VAB industrial, constituindo a relevância de actividades industriais com média incorporação tecnológica um indício de um modelo produtivo com capacidade de garantir o reforço da sua sustentação futura no mercado.

G. 17: Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica, 2003



Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

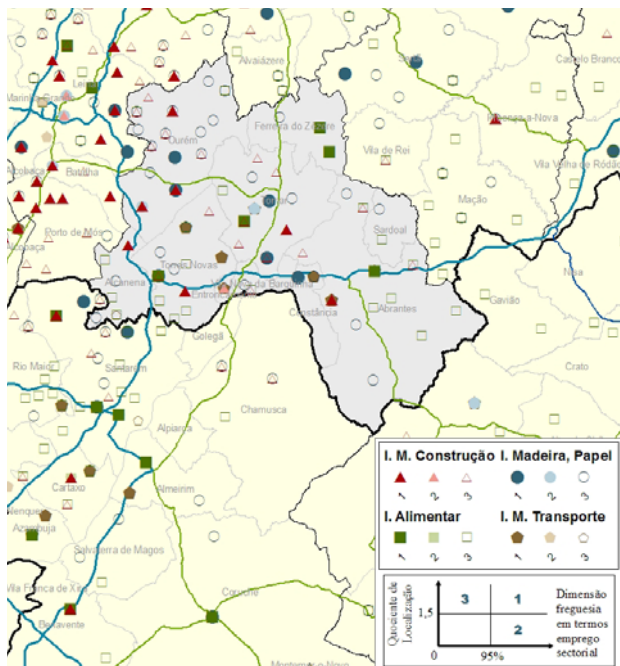
- A criação de valor pela indústria do Médio Tejo evidencia um maior enfoque do contributo de indústrias com baixa intensidade tecnológica do que o padrão nacional, onde também se destaca a relevância (ainda que sem atingir o patamar de especialização) de indústrias com incorporação tecnológica de nível médio.
- Abrantes destaca-se pela capacidade de combinar uma especialização em indústrias com níveis diferenciados do incorporação tecnológica (média-baixa e média-alta), enquanto o Entroncamento evidencia um padrão de especialização produtiva expressivamente polarizado por indústrias de média-alta tecnologia.

Nota 1: o indicador representa o grau de especial. produtiva de uma região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

Nota 2: **Níveis de intensidade tecnológica - Alta:** Aeronáutica, aeroespacial, P. farmacêuticos, comput. e equip.inform. e escritório, equip. telecomunicações, inst. médicos, ópticos e de precisão; **Média-Alta:** Máq. e apar. eléctricos, veíc. automóveis, ind. químicas, equip. ferroviário, máq. e equip.; **Média-Baixa:** Coque, prod. refinados petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, prod. minerais não metálicos, const. e rep. naval, metalurgias base, prod. Metálicos; **Baixa:** Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vest., couro e calçado, prod. aliment., bebidas e tabaco, madeira, mobil. e cortiça

4.25. A localização dos sectores em que o Médio Tejo apresenta um maior grau de especialização e relevância à escala nacional tende a verificar-se em torno das redes viárias principais e dos concelhos de Ourém, Alcanena, Torres Novas, Entroncamento, Constância, Abrantes e Tomar.

F. 5: Localização dos principais sectores de especialização produtiva, 2004



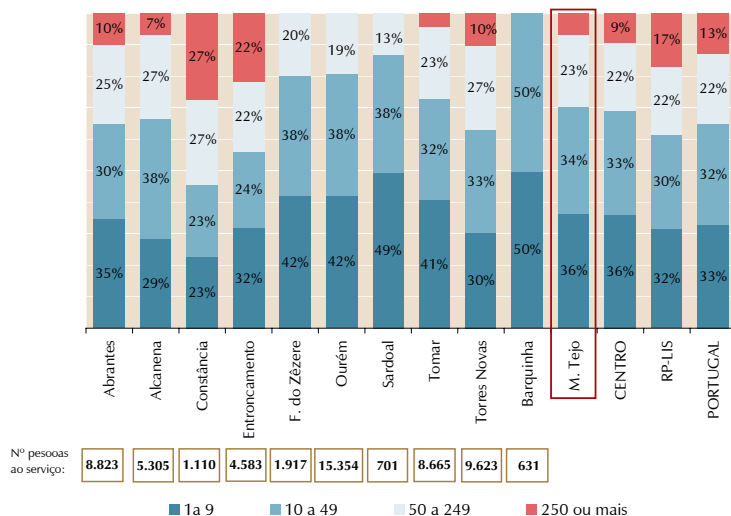
Fonte: AM&A com base nos dados do DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- A indústria de materiais de construção que atinge relevância à escala nacional encontra-se essencialmente concentrada em Ourém, Alcanena, Torres Novas, Tomar e Abrantes.
- Os níveis mais elevados de especialização produtiva da indústria de materiais de transporte, que atingem relevância no quadro das empresas nacionais do sector, concentram-se em Torres Novas, Entroncamento, Constância e Abrantes.
- A indústria de madeira e papel regista níveis elevados de especialização produtiva com relevância nacional em Tomar, Ourém, Torres Novas e Constância.
- As actividades relacionadas com a indústria alimentar concentram-se essencialmente em Ferreira do Zêzere, Torres Novas, Tomar e Abrantes, atingindo relevância nacional.

Nota: os sectores de especialização identificam-se através do Quociente de Localização do Emprego (QL>1), sendo a relevância à escala nacional atingida a partir de QL>1,5. Existem pólos relevantes de concentração quando 95% do emprego sectorial se concentra numa mesma freguesia.

4.26. O tecido empresarial do Médio Tejo apresenta-se um pouco mais atomizado do que a média nacional, sendo também mais reduzida a concentração do emprego em estabelecimentos de grande dimensão.

G. 18: Distribuição do emprego por dimensão do estabelecimento, 2004



Nota: não inclui Agricultura nem Administração Pública.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O Médio Tejo apresenta uma estrutura de emprego por escalão de dimensão dos estabelecimentos distinta da verificada ao nível do país, essencialmente devido a uma menor capacidade de fixar estabelecimentos de grande dimensão (com 250 ou mais pessoas ao serviço).
- Constância, Entroncamento, Abrantes e Torres Novas registam um maior peso do emprego em estabelecimentos de grande dimensão, no entanto a presença deste tipo de empresas é ainda bastante reduzida. Saliente-se, contudo, que o universo de emprego destes concelhos se situa em patamares diferenciados (numa amplitude que oscila entre os mil e os dez mil postos de trabalho gerados nestes concelhos), o que se traduz em implicações diferentes do ponto de vista da concentração de emprego em estabelecimentos de grande dimensão.

4.27. O Médio Tejo tem uma concentração de emprego relativamente reduzida, o que actua como um factor de estabilidade no mercado de trabalho e limitativo de potenciais impactos negativos originados pela eventualidade de deslocalização ou falência de empresas.

Q. 7: Peso dos 5 maiores estabelecimentos por Concelho no respectivo emprego total, 2004

Localização	Sectores de Actividade	Peso dos 5 maiores estabelecimentos no emprego do concelho
Abrantes	Material Transporte; Serviços Empresariais; Educação, Saúde e Cultura	14,3%
Alcanena	Distrib. e Comércio; Têxtil, Vest. e Calçado	18,1%
Constância	Químicas; Papel e Publicações; Educ., Saúde e Cultura	60,1%
Entroncamento	Transp., Logíst. e Comunic.; Material Transporte; Distribuição e Comércio; Educação, Saúde e Cultura	34,0%
F. Zêzere	Alimentares; Agric., Silv. e Pesca; Educação, Saúde e Cultura	22,2%
Ourém	Educação, Saúde e Cultura; Construção; Serv. Empresariais	6,5%
Sardoal	Químicas; Educação, Saúde e Cultura; Administrações Públicas; Agric., Silv. e Pesca; Alimentares	33,7%
Tomar	Construção; Madeira, Cortiça e Mobiliário; Educação, Saúde e Cultura; Alimentares	13,2%
Torres Novas	Papel e Publicações; Mat. Construção; Serv. Empresariais; Têxtil, Vest. e Calçado; Alimentares	17,7%
Barquinha	Construção; Educação, Saúde e Cultura; Alimentares	26,8%

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O concelho de Constância é o que apresenta maior nível de concentração de empregados por estabelecimento – cerca de 60% do pessoal ao serviço está integrado nos 5 maiores estabelecimentos do concelho. Seguem-se Entroncamento e Sardoal que também apresentam níveis significativos de concentração do emprego.
- As 20 maiores empresas do Médio Tejo concentram 10,9% do emprego total e dedicam-se, essencialmente, aos seguintes sectores de actividade: Papel e Publicações, Transportes, Logística e Comunicações, Material de Transporte e Construção.

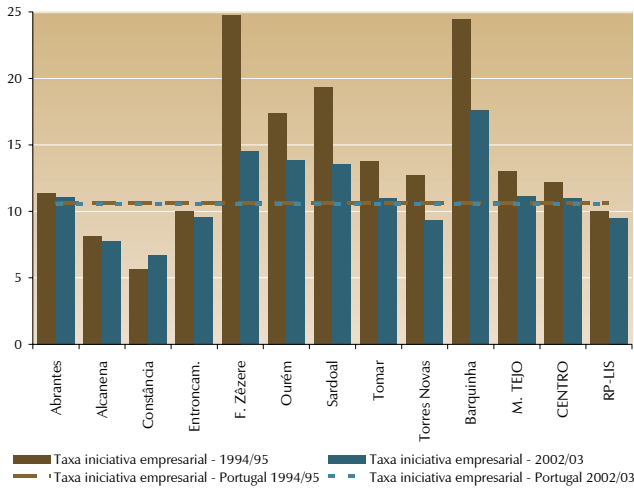
Q. 8: Top 20 maiores estabelecimentos do Médio Tejo (por nº pessoas ao serviço), 2004

Ranking	Top Estabelecimentos (2004)	Sector de Actividade	Dimensão (nº. de pessoas ao serviço)	Natureza Jurídica	Concelho
1	RENOVA FAB DE PAPEL DO ALMONDA, SA	Papel e Publicações	250 ou mais	Sociedade Anónima	Torres Novas
2	CP CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	Transp., Logíst. e Comunic.	250 ou mais	Empresa Publica	Entroncamento
3	EMEF EMP DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, SA	Material de Transporte	250 ou mais	Sociedade Anónima	Entroncamento
4	JOAO SALVADOR, LDA	Construção	250 ou mais	Sociedade por Quotas	Tomar
5	TRANSBASE TRANSPORTE E LOGISTICA, SA	Distribuição e Comércio	250 ou mais	Sociedade Anónima	Alcanena
6	MITSUBISHI FUSO TRUCK EUROPE, SA	Material de Transporte	250 ou mais	Sociedade Anónima	Abrantes
7	X FLEX EMP DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	Serviços Empresariais	250 ou mais	Sociedade por Quotas	Abrantes
8	TUPPERWARE IND LUSITANA ARTIG DOMÉSTICOS, LDA	Químicas	250 ou mais	Sociedade por Quotas	Constância
9	C M G CERÂMICAS, LDA	Material de Construção	250 ou mais	Sociedade por Quotas	Torres Novas
10	ROBERT BOSCH TRAVOES UNIPESSOAL, LDA	Material de Transporte	250 ou mais	Sociedade por Quotas	Abrantes
11	PROSEGUR C DE SEGURANÇA, LDA	Serviços Empresariais	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Torres Novas
12	C NACIONAL DE FIACAO E TECIDOS DE TORRES NOVAS, SA	Têxtil, Vestuário e Calçado	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Torres Novas
13	I F M IND DE FIBRAS DE MADEIRA, SA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Tomar
14	ARTIC EMP DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	Serviços Empresariais	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Abrantes
15	TONOVA PROCESSAMENTO CENTRALIZADO CARNES, LDA	Alimentares	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Torres Novas
16	REFER REDE FERROVIARIA NACIONAL, EP	Transp., Logíst. e Comunic.	entre 50 e 250	Empresa Publica	Entroncamento
17	CEF CENTRO DE ESTUDOS DE FATIMA	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Outras Associações	Ourém
18	CAIMA IND DE CELULOSE, SA	Papel e Publicações	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Constância
19	CONSTRUCOES AQUINO & RODRIGUES, SA	Construção	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Ourém
20	TRONCADIS SOC DE DISTRIBUICAO, SA	Distribuição e Comércio	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Entroncamento

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.28. Forte heterogeneidade concelhia dos níveis de iniciativa empresarial, sendo mais frequente uma tendência de redução da iniciativa empresarial entre 1994/95 e 2002/03, ao contrário do que acontece no espaço de referência da Região Alargada de Polarização de Lisboa.

G. 19: Taxa de iniciativa empresarial



Nota: Taxa iniciativa empresarial = n° empresas novas na região X / emprego total na região X.
 Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

- 11 em cada 100 pessoas concretizaram em 2002/03, no Médio Tejo, a sua capacidade potencial para criar uma empresa. Este valor está alinhado com a média do país, superando ligeiramente a Região Alargada de Polarização de Lisboa (10 pessoas em cada 100).
- O decréscimo da taxa de iniciativa empresarial do Médio Tejo entre os períodos analisados (de 13% para 11,2%) acompanha a tendência da região Centro. A redução dos níveis de iniciativa empresarial foi menos acentuada no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa.
- Vila Nova da Barquinha apresenta a taxa de iniciativa mais elevada, tendo no entanto sofrido a segunda maior quebra de empreendedorismo, logo a seguir a Ferreira do Zêzere.

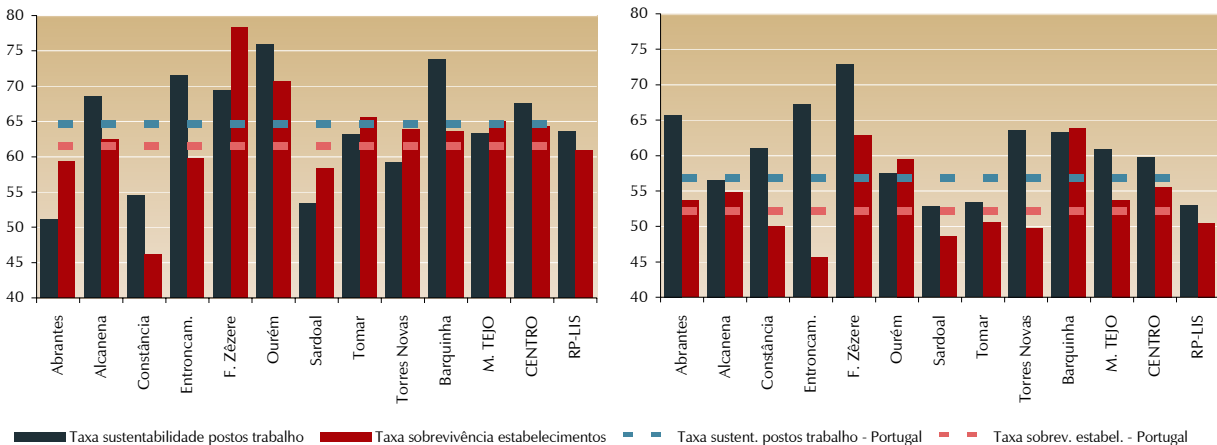
4.29. Aumento dos níveis de insucesso empresarial e da conseqüente dificuldade de sustentação de postos de trabalho segue a tendência do país.

- 54% dos estabelecimentos criados em 1999/00 mantiveram-se em funcionamento durante, pelo menos, 3 anos (até 2002/03), sustentando 61% dos postos de trabalho criados nesse período.
- Entre 1997/98 e 2002/03 assiste-se ao decréscimo dos níveis de sucesso empresarial na maioria dos concelhos do Médio Tejo, com exceção de Constância e Vila Nova da Barquinha.
- O Médio Tejo exhibe, em 2002/03, níveis mais favoráveis de sobrevivência e sustentabilidade de postos de trabalho do que os atingidos pelo conjunto correspondente à Região Alargada de Polarização de Lisboa.

G. 20: Sobrevivência de estabelecimentos e sustentabilidade de postos de trabalho

1997/98, face aos estabelecimentos criados 3 anos antes

2002/03, face aos estabelecimentos criados 3 anos antes

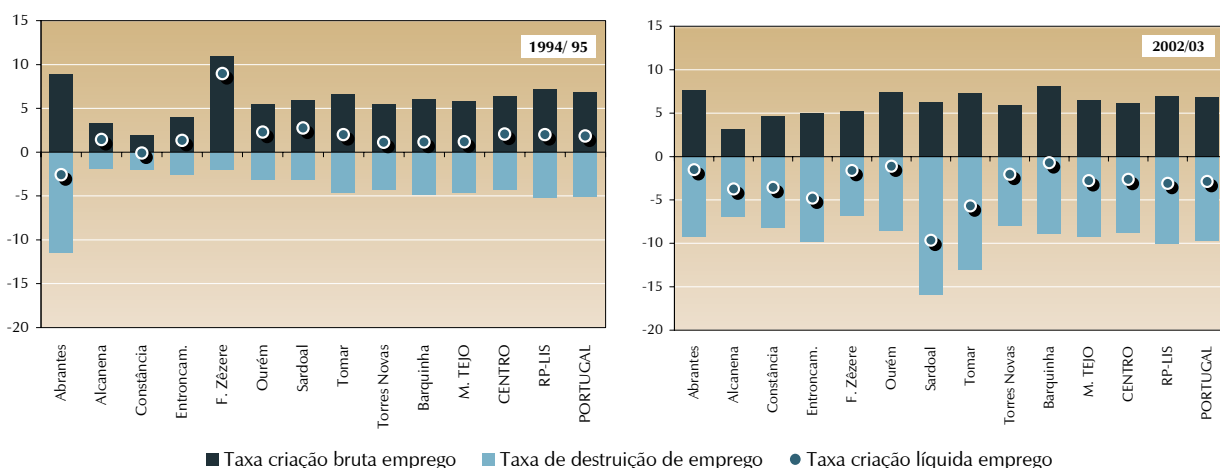


Nota: Taxa sobrevivência estab. a 3 anos = $(n^{\circ}$ estab. novos na região X que atingem o 3^o ano de vida) / n° estab. novos na região X; Taxa sustent.. postos trabalho a 3 anos = $($ emprego nos estab. novos na região X que atingem o 3^o ano de vida) / emprego nos estab. novos na região X.
 Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.30. Inversão da capacidade líquida de criação de postos de trabalho em 2002/2003 face ao período 1994/1995, sugerindo níveis significativos de insucesso empresarial, associados à degradação significativa da situação conjuntural de um período (de retoma) face a outro período (epicentro da crise actual).

- No Médio Tejo, a destruição de emprego associada ao encerramento de estabelecimentos superou, em 2002/03, a criação de emprego induzida pelos novos estabelecimentos, o que se traduz numa taxa de criação líquida de emprego de -2,8% nivelada com a destruição líquida de emprego registada na região Centro, na Região Alargada de Polarização de Lisboa e no País.
- Verifica-se na maioria dos concelhos um agravamento da taxa de destruição de emprego entre 1994/95 e 2002/03, mais intenso nos concelhos de Sardoal, Ferreira do Zêzere e Tomar, que registam as quebras mais acentuadas entre um nível líquido de criação de emprego em 1994/95 (respectivamente, de 2,8%, 9% e 2%) e um nível líquido de destruição de emprego em 2002/03 (respectivamente, de -9,7%, -1,6% e -5,7%).

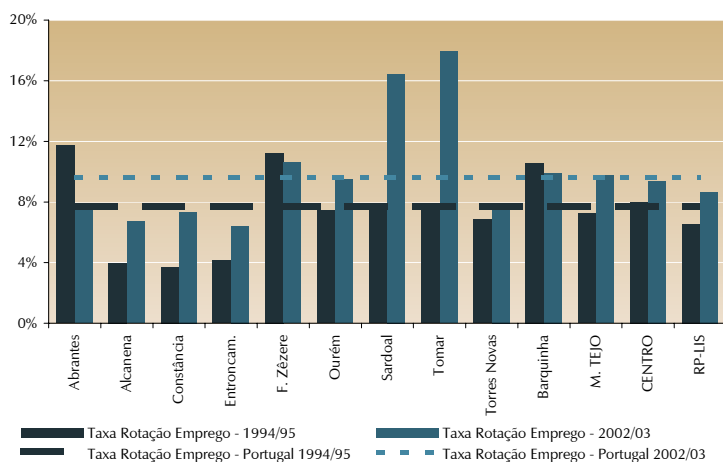
G. 21: Criação e destruição de emprego



Nota: Taxa criação bruta de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X / emprego total na região X; Taxa de destruição de emprego = emprego nos estabelecimentos encerrados na região X / emprego total na região X; Taxa de criação líquida de emprego = (emprego nos estabelecimentos novos na região X - emprego nos estabelecimentos encerrados na região X) / emprego total na região X.
Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.31. Tendência de subida da representatividade de postos de trabalho envolvidos em processos de turbulência (encerramento e criação de empresas) alinhada com o perfil nacional.

G. 22: Taxa de rotação do emprego em empresas



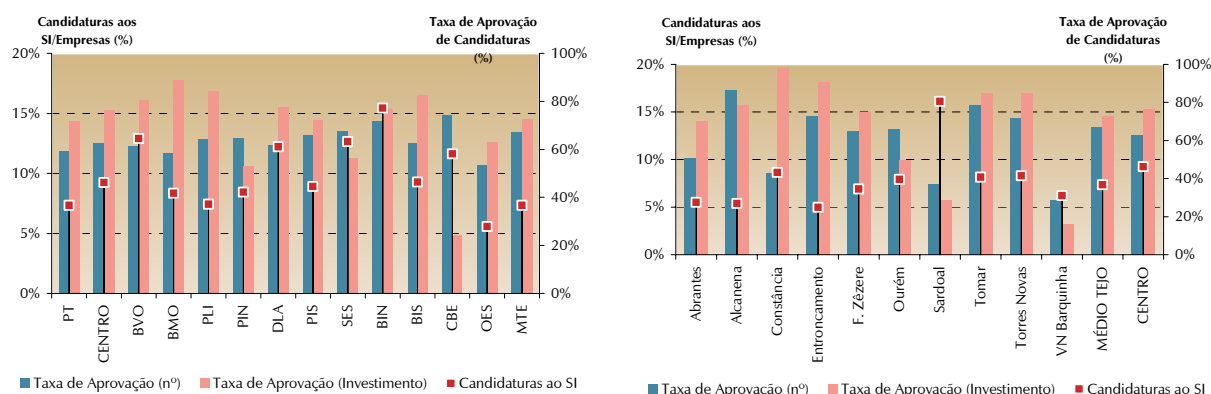
Nota: Taxa de rotação do emprego = (emprego nas empresas novas na região X + emprego as empresas encerradas na região X) / emprego total na região X.
Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Postos de trabalho envolvidos em processos de turbulência (encerramento e criação de empresas) representavam 9,8% do total de postos de trabalho do Médio Tejo em 2002/03, situação alinhada com a média do país.
- Os concelhos de Sardoal e Tomar apresentam um acréscimo muito significativo da taxa de rotação do emprego entre 1994/95 e 2002/03 explicada por níveis mais elevados de destruição de emprego entre os dois períodos.
- Abrantes posiciona-se como o concelho em que a estabilidade de emprego melhorou mais significativamente entre os dois períodos em análise.

4.32. 5 em cada 100 empresas do Médio Tejo candidataram e obtiveram aprovação de projectos no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas no período 2000-2006.

- 7 em cada 100 empresas existentes no Médio Tejo apresentaram candidaturas aos sistemas de incentivos às empresas no período 2000-2006. A taxa de aprovação destas candidaturas foi de 67% (superior à nacional de 59%), o que estabilizou em 5 empresas em cada 100 o número das que viram aprovados os respectivos projectos candidatados;
- O investimento médio (componente FEDER) dos projectos aprovados atingiu os 440 mil Euros, inferior em cerca de 16% à média nacional de 530 mil Euros;
- Investimentos ligados à indústria do papel e publicações são os que superam de forma mais expressiva o patamar nacional de investimento médio por sector, sobretudo pela dimensão dos projectos localizados em Constância, Tomar e Torres Novas.

G. 23: Candidaturas aos Sistemas de Incentivos às Empresas no QCA III, 2000-2006



Nota 1: os projectos considerados no G. 23 dizem respeito aos sistemas de incentivos às empresas SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, SIVETUR - Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, URBCOM - Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial, SIUPI - Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial e SIME - INOVAÇÃO, inseridos no Eixo 1 (Dinamização das Empresas) do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) 2000-2006.

Nota 2: o montante de investimento considerado diz respeito à componente FEDER.
Fonte: AM&A com base em dados do SiPrime, 2006

4.33. Apesar da produtividade das empresas do Médio Tejo ser superior à das do país, a rentabilidade apresenta um comportamento misto: a rentabilidade líquida das vendas é superior à média do país, mas a rentabilidade líquida dos capitais próprios é inferior.

- Os rácios das empresas da região exibem valores alinhados ou superiores aos apresentados pelas empresas do Centro e país, com excepção da rotação do activo (que mede a eficácia da gestão de activos, i.e., a cadência da sua utilização para gerar vendas) e rentabilidade líquida dos capitais próprios.
- Em termos de produtividade, destacam-se as empresas de Abrantes e Ourém, com produtividades superiores à produtividade média da região, enquanto que em termos de rentabilidade (a capacidade da empresa produzir a baixo custo e/ou de vender a preços elevados), salienta-se o desempenho das empresas de Tomar e Vila Nova da Barquinha.

Q. 9: Rácios financeiros do tecido empresarial do Médio Tejo, 2004

Rácio Financeiro (mediana)	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	F. Zézere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Barquinha	M. Tejo	CENTRO	RP- IIS	Portugal
Produtividade Global	2,671	2,473	2,178	2,425	2,483	2,741	2,606	2,619	2,440	2,616	2,599	2,402	2,105	2,243
Rotação do Activo	0,821	0,868	0,641	0,777	0,757	0,803	0,791	0,905	0,882	1,044	0,839	0,902	0,951	0,925
Autonomia Financeira	0,281	0,221	0,285	0,208	0,214	0,244	0,269	0,219	0,225	0,259	0,239	0,222	0,213	0,216
Liquidez Geral	1,356	1,211	1,137	1,227	1,186	1,258	1,270	1,193	1,229	1,258	1,246	1,178	1,176	1,184
Rendibilidade Líq. Capitais Próprios	7,3%	5,8%	2,9%	6,3%	7,4%	6,9%	7,0%	7,7%	7,3%	8,4%	7,0%	7,8%	8,6%	8,4%
Rendibilidade Líquida Vendas	1,7%	1,1%	0,4%	1,6%	1,7%	1,8%	2,3%	1,5%	1,4%	1,1%	1,6%	1,3%	1,3%	1,2%

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004

4.34. Todos os sectores de actividade apresentam diferenciais positivos de produtividade global face ao padrão nacional dos respectivos sectores, com excepção para a indústria têxtil, que evidencia uma produtividade global com diferencial desfavorável face ao País.

- As indústrias Alimentares, Mecânicas e Electrónicas, de Material de Construção e Serviços Empresariais, são sectores de actividade cujos rácios financeiros nunca apresentam diferenças desfavoráveis face à referência nacional.
- As indústrias de Energia, Material de Transporte e Papel e Publicações, apesar de serem sectores de especialização do Médio Tejo, apresentam rácios de rentabilidade cujo diferencial face ao padrão nacional é desfavorável.

Q. 10: Rácios Financeiros por Sector de Actividade, 2004

Sector de Actividade (mediana)	Produtividade Global		Rotação do Activo		Autonomia Financeira		Liquidez Geral		Rentabilidade Liq. Capitais Próprios		Rentabilidade Líquida Vendas	
	M. Tejo	PT	M. Tejo	PT	M. Tejo	PT	M. Tejo	PT	M. Tejo	PT	M. Tejo	PT
Agric., Silvíc. e Pesca	1,771	1,669	0,372	0,313	0,196	0,184	1,103	0,951	3,4%	6,0%	1,2%	1,8%
Extractivas	1,977	2,097	0,369	0,498	0,265	0,283	1,041	1,144	2,8%	3,6%	2,4%	1,9%
Alimentares	3,143	2,872	1,073	1,161	0,255	0,268	1,061	1,084	8,6%	6,4%	1,4%	1,2%
Têxtil, Vest. e Calçado	3,027	3,561	0,747	1,160	0,196	0,189	1,097	1,127	3,1%	7,9%	0,9%	0,8%
Madeira, Cortiça e Mobil.	3,616	3,338	0,736	0,815	0,234	0,186	1,254	1,175	4,7%	5,8%	1,1%	1,0%
Papel e Publicações	2,066	2,290	0,753	0,901	0,182	0,213	1,229	1,127	6,0%	7,0%	1,1%	1,0%
Químicas	2,606	2,649	0,707	0,934	0,271	0,279	1,161	1,294	5,6%	5,6%	1,1%	1,4%
Metálicas	3,309	3,128	0,954	0,997	0,227	0,208	1,331	1,179	7,6%	8,9%	1,8%	1,5%
Mecânicas e Electrónicas	2,993	2,758	0,916	0,988	0,270	0,252	1,210	1,259	11,1%	7,8%	3,0%	1,5%
Material de Transporte	2,722	2,944	0,962	0,964	0,304	0,223	1,411	1,205	0,0%	7,1%	0,1%	1,0%
Material de Construção	2,828	2,856	0,681	0,706	0,291	0,243	1,442	1,159	3,9%	3,8%	1,2%	1,1%
Construção	3,057	2,304	0,702	0,801	0,185	0,175	1,295	1,260	8,0%	9,3%	2,5%	1,9%
Energia, Água e Saneam.	2,341	1,779	0,563	0,136	0,124	0,206	1,060	1,074	24,6%	3,6%	3,7%	5,0%
Transp., Logística e Comunic.	1,834	1,890	0,837	1,027	0,457	0,470	1,553	1,585	4,6%	6,0%	2,2%	1,9%
Distribuição e Comércio	2,719	2,371	1,111	1,146	0,218	0,180	1,273	1,183	7,4%	8,4%	1,0%	0,7%
Serviços Empresariais	2,391	1,750	0,536	0,505	0,262	0,251	1,287	1,191	7,1%	7,7%	3,2%	2,6%
Hotelaria e Restauração	2,650	2,406	1,041	1,418	0,196	0,184	0,826	0,890	7,0%	8,9%	1,1%	0,7%
Educação, Saúde e Cultura	2,072	1,948	0,845	0,912	0,306	0,292	1,171	1,110	14,5%	16,3%	2,8%	2,7%

Legenda: ■ Diferencial positivo superior a +10%, entre o rácio obtido pelas empresas localizadas no Médio Tejo e o padrão nacional do sector ■ Diferencial neutro (entre -10% e +10%), entre o rácio obtido pelas empresas localizadas no Médio Tejo e o padrão nacional do sector ■ Diferencial negativo superior a -10%, entre o rácio obtido pelas empresas localizadas no Médio Tejo e o padrão nacional do sector

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004

4.35. Quota de exportações do Médio Tejo ocupa uma posição mediana (15º/30) no panorama nacional, melhorando ligeiramente o seu desempenho entre 1999 e 2005.

Q. 11: Quotas de exportação

Âmbito Geográfico	Quota de exportação 1999	Quota de exportação 2005
	Face ao Médio Tejo	
Abrantes	48,4%	44,5%
Alcanena	10,3%	8,3%
Constância	5,8%	17,2%
Entroncamento	n.d.	0,2%
F. Zézere	n.d.	0,0%
Ourém	9,6%	10,0%
Sardoal	n.d.	n.d.
Tomar	13,0%	5,0%
Torres Novas	12,3%	14,6%
Barquinha	n.d.	n.d.
	Face ao país	
MÉDIO TEJO	1,4%	1,6%
CENTRO	17,1%	21,4%
RP-LIS	41,1%	39,6%

- O Médio Tejo contribui apenas para 1,6% das exportações totais do país em 2005, o que representa um diferencial de apenas duas décimas de ponto percentual face à sua quota de exportações em 1999.

- Constância e Tomar apresentam comportamentos inversos no que se refere à evolução da quota de exportações entre 1999 e 2005, Constância ganhando peso e Tomar perdendo peso no conjunto das exportações do Médio Tejo.

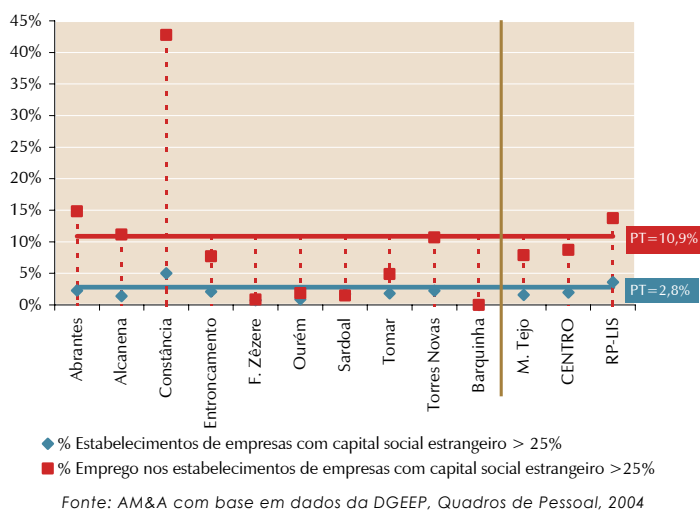
- Assinala-se o forte contributo do concelho de Abrantes no nível de comércio externo da região (quase metade das exportações do Médio Tejo têm origem em estabelecimentos sedeados nesse concelho).

Nota: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005)

4.36. A presença de capital estrangeiro (participações > 25% do capital) na estrutura accionista dos estabelecimentos localizados no Médio Tejo encontra-se abaixo dos valores de referência nacional, indiciando a esse nível um grau de internacionalização ainda incipiente do tecido empresarial desta NUTS III.

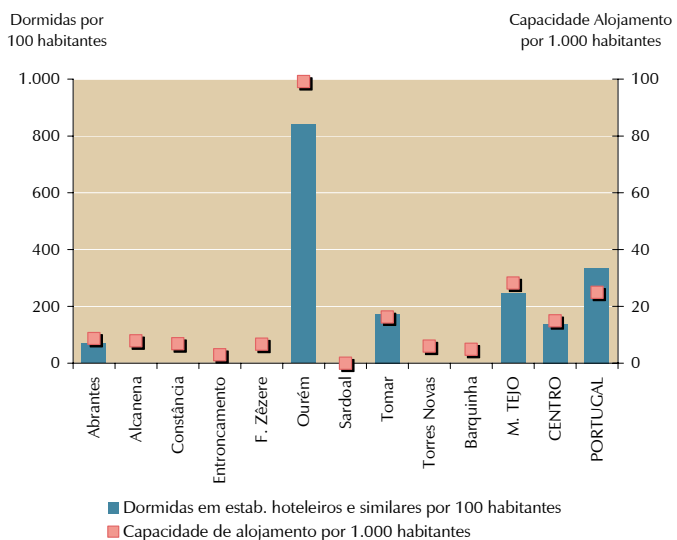
G. 24: Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial (2004)



- Tendo por critério quer o número de estabelecimentos integrados em empresas com mais de 25% de capital social estrangeiro, quer o número de postos de trabalho associados a esses estabelecimentos (que concede uma ideia da dimensão implícita nestes estabelecimentos), o Médio Tejo regista um peso inferior ao Centro e à média nacional.
- Constância destaca-se no conjunto dos concelhos do Médio Tejo, por registar um peso dos estabelecimentos inseridos em empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro consideravelmente superior à média nacional, ultrapassando igualmente os valores registados para o Centro e para a Região de Polarização de Lisboa.
- As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, acentuando o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.

4.37. Peso do turismo religioso induzido pelo concelho de Ourém destaca-se claramente na região do Médio Tejo, enquanto que o peso do turismo nos demais concelhos é praticamente residual.

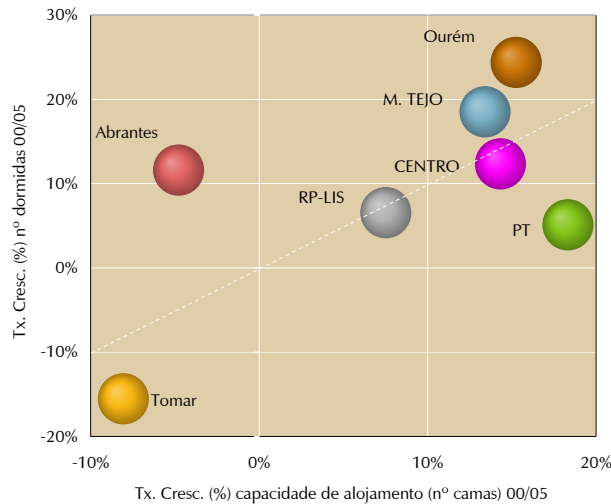
G. 25: Capacidade de alojamento e dormidas, 2005



- Embora a capacidade de alojamento por habitantes no Médio Tejo (28 camas por 1.000 habitantes), seja ligeiramente superior face ao referencial nacional (25 camas por 1.000 habitantes), o número de dormidas por 100 habitantes é consideravelmente inferior à média nacional (245 e 336 dormidas por 100 habitantes, respectivamente), o que poderá evidenciar algum potencial de crescimento.
- O próprio rácio dormidas/capacidade é também consideravelmente mais baixo no caso do Médio Tejo face ao referencial nacional: 87,0 e 134,6, respectivamente.
- A performance do turismo nesta região está obviamente emolada pelo concelho de Ourém, que se destaca claramente em termos de oferta (medido pela capacidade) e de procura (medido em termos de dormidas), já que este concelho concentra 76% e 74% da capacidade e das dormidas, respectivamente, da região.

4.38. Crescimento do sector do turismo na região do Médio Tejo evidencia boas perspectivas de sustentabilidade futura, traduzidas num crescimento registado pela procura superior ao crescimento da oferta de alojamento.

**G. 26: Capacidade de alojamento e dormidas
Tx. Variação 2000-2005**



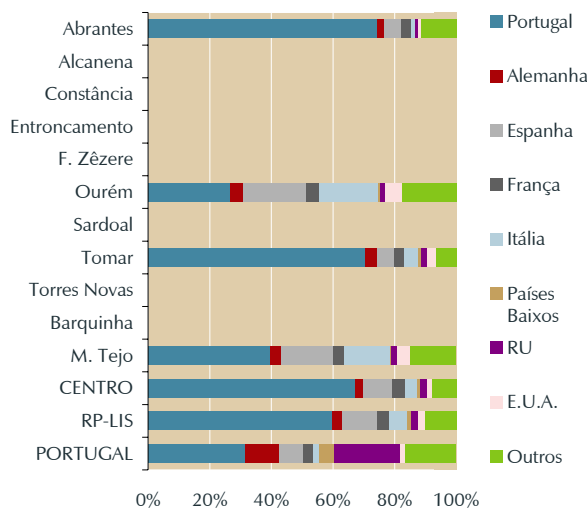
Nota: A informação sobre dormidas em Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha está sujeita a segredo estatístico. Não foram registadas quaisquer dormidas e capacidade hoteleira no concelho do Sardoal.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O crescimento da oferta de alojamento no Médio Tejo não acompanhou o ritmo de crescimento da procura (13% e 19%, respectivamente), o que demonstra um evidente potencial no grau de dinamismo desta actividade, condicionado, contudo, pelas restrições impostas pela capacidade instalada existente e, sobretudo, pela ainda pouca diversidade das tipologias e conceitos hoteleiros. Esta tendência contraria o que se passa a nível nacional, em que a variação da procura é muito inferior ao crescimento da oferta, fruto de expectativas demasiado elevadas por parte do sector empresarial e quedas abruptas na procura devido ao 11 de Setembro, não obstante a aparente tendência de recuperação mais recente.

- As variações da oferta e procura desta região são muito influenciadas pela dinâmica do concelho de Ourém, que apresentou um crescimento de 24% no nível de dormidas e 15% na capacidade de alojamento, em apenas 5 anos. Pelo contrário, o concelho de Tomar - segundo concelho com maior peso em termos de capacidade de alojamento - sofreu uma quebra significativa no número de dormidas, com repercussões notórias na diminuição do nº de camas.

4.39. Os efeitos positivos esperados de iniciativas sistemáticas que estimulem a inserção do Médio Tejo na rota dos destinos complementares do efeito de atractividade exercido pela capital Lisboa tornam-se evidentes quando se constata que esta região já tem capacidade de atrair um mercado mais diversificado de turistas estrangeiros que a região Centro e o conjunto da região de polarização de Lisboa.

G. 27: Repartição das dormidas por origem, 2005



Nota: A informação sobre dormidas em Alcanena, Constância, Entroncamento, F. Zêzere, Torres Novas e V. N. Barquinha está sujeita a segredo estatístico. Não foram registadas quaisquer dormidas no concelho do Sardoal.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

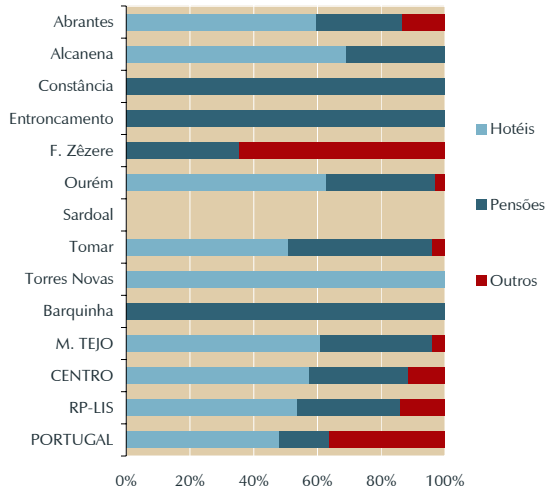
- A Região do Médio Tejo apresenta uma taxa de internacionalização da procura turística (medida pelo peso das dormidas de turistas estrangeiros no total das dormidas) notoriamente inferior ao referencial da região Centro e da região de polarização de Lisboa, já que apenas 40% dos turistas na região são portugueses, enquanto no Centro este índice sobe para 67% e na RP Lis para 60%.

- Entre os mercados externos, Espanha é o mercado emissor mais importante (16,6%), devido à proximidade geográfica e crescente importância do mercado short-breaks, seguido de Itália (14,8%).

- A internacionalização da região é muito influenciada pela dinâmica do concelho de Ourém e, em particular, do turismo de vocação religiosa atraído por Fátima, já que neste concelho o grau de internacionalização corresponde a 73,5%, enquanto que nos concelhos de Abrantes e Tomar este valor desce para 25,6% e 29,7%, respectivamente.

4.40. A oferta hoteleira no Médio Tejo é, ainda, bastante tradicional, já que a presença de hotéis e pensões é mais evidente em detrimento de outras unidades hoteleiras mais modernas, inovadoras e com um cunho emblemático marcante.

G. 28: Repartição da capacidade de alojamento por tipologia, 2005

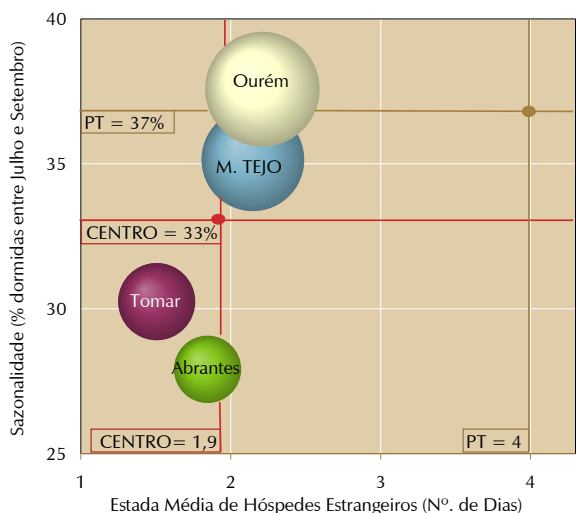


Nota: Não foi registada qualquer tipologia de alojamento no concelho do Sardoal.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- No Médio Tejo, mais de metade da oferta de alojamento (61%) é constituída por Hotéis, enquanto 35% é relativa a Pensões e apenas 4% à categoria Outros, que engloba hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.
- Ao nível concelhio sobressaem, principalmente, as restrições à tipologia de oferta, nomeadamente:
 - A inexistência de unidades hoteleiras no Sardoal;
 - A existências apenas de Hotéis em Torres Novas;
 - A existência apenas de Pensões em Constância, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.
- Refira-se, em complemento, que a inexistência de unidades hoteleiras de 5 estrelas na região do Médio Tejo é um condicionante do tipo de turismo praticado e das receitas turísticas retidas na região. O facto da região Centro registar o mais baixo nível médio de preços ao balcão em estabelecimentos hoteleiros, no contexto das 7 regiões NUTS II portuguesas, deverá ser analisado à luz da fraca oferta de unidades de 5 estrelas na região e que só recentemente se concretizou (Óbidos e Coimbra).

4.41. O mercado do Turismo do Médio Tejo está ainda muito vocacionado para as “short-breaks” com uma significativa sazonalidade concentrada nos meses de Verão.

G. 29: Tempo médio de estada e sazonalidade, 2005



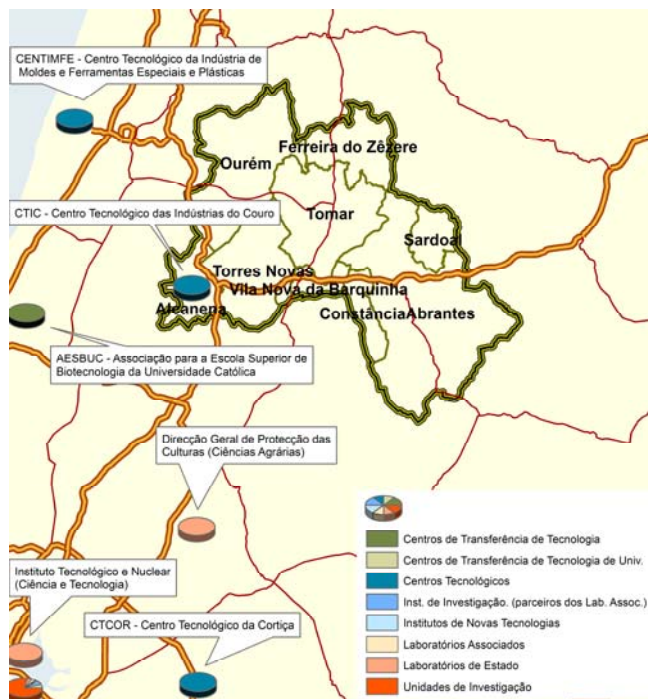
○ Representa Grau de Internacionalização (% dormidas de estrangeiros)

Nota: A informação sobre dormidas em Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha está sujeita a segredo estatístico. Não foram registadas quaisquer dormidas no concelho do Sardoal.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Relativamente à estada média, verifica-se que o mercado procura do Médio Tejo privilegia as *short-breaks*, pois a estadia média nesta região é de apenas 2,1 dias, enquanto a média nacional é de 4 dias. Os factores que sustentam a atractividade que esta região exerce sobre os residentes, sobretudo, na área de influência de Lisboa, induzem, contudo, a implementação de um modelo turístico ditado pelo conceito já frequente de “escapadela”, e reforçam a ideia de que o aumento da permanência na região poderá estar ligado à formulação de um “pacote regional” atractivo, diversificado e estimulante.
- À resistência ao aumento da estada média junta-se a vulnerabilidade associada à sazonalidade, já que nesta região (e à semelhança do que ocorre no País), cerca de 35% das dormidas ocorrem durante os meses de Verão. A comparação com o referencial nacional de sazonalidade (37%) deve enquadrar-se com o facto do mercado procura português ser muito polarizado em torno do destino praia e sol, sofrendo, como tal, uma notória concentração nos meses de Verão.
- A sazonalidade da região é mais evidente no concelho de Ourém, em contrapartida dos concelhos de Tomar e Abrantes, que apresentam índices de sazonalidade mais baixos.

4.42. Em Alcanena encontra-se localizado a única infra-estrutura de Investigação e Tecnologia do Médio Tejo, o Centro Tecnológico das Indústrias do Couro. A reduzida oferta deste tipo de infra-estruturas de suporte na região, onde se incluem também os Centros de Transferência de Tecnologia, Laboratórios e Unidades de Investigação, é suplantada nas regiões vizinhas.

F. 6: Infraestruturas de Investigação e Tecnologia



- Para além das indústrias do couro (com o CTIC), outros sectores encontram apoio ao nível tecnológico e de investigação e desenvolvimento nas proximidades do Médio Tejo, como são os casos:

- da Indústria dos moldes, de ferramentas especiais e plásticas com o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (Marinha Grande),
- das actividades ligadas à Biotecnologia com o Centro de transferência de Tecnologia da AESBUC – Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (Caldas da Rainha),
- das ciências agrárias com o laboratório do Estado da Direcção Geral de Protecção das Culturas (Salvaterra de Magos),
- da tecnologia nuclear com o Instituto Tecnológico e Nuclear (Loures),
- e do sector da cortiça com o CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça (Montijo).

Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ÓPTICA DAS PESSOAS

4.43. O ritmo de crescimento populacional da região Médio Tejo foi inferior ao padrão nacional durante a década de 90, parecendo ter atingido nos últimos anos uma estabilização do ritmo de crescimento em padrões equiparados aos do País. A concentração populacional em torno dos principais centros urbanos da região tem mantido uma relativa estabilidade.

- A tendência geral verificada no Médio Tejo é a de um crescimento populacional moderado de 2,2% no período recente entre 2001 e 2005, como resultado do saldo líquido entre os acréscimos e perdas populacionais dos concelhos da região, e que coloca a região no 11º lugar do ranking de crescimento populacional das 30 NUTS III do país.
- O período mais alargado 1991-2001, embora se traduza efectivamente num crescimento populacional positivo de 2,1%, foi um período em que a região cresceu a um ritmo inferior ao do País (5%) e que lhe valeu a descida para o 14º do ranking de crescimento populacional das 30 NUTS III do País.
- Em termos globais, os concelhos de Abrantes, Tomar, Ourém e Torres Novas constituem os 4 principais pólos de aglomeração de pessoas e, ainda que entre 1991 e 2005 não se tenha praticamente alterado o peso que estes concelhos representam na população total da região (75,3% em 1991 e 74,5% em 2005), faz-se notar que a população de Ourém representa em 2005 um peso ligeiramente mais expressivo do que representava em 1991 no contexto do Médio Tejo, por contrapartida do ligeiro decréscimo evidenciado por Abrantes, Tomar e Torres Novas.
- De destacar são, também, as dinâmicas populacionais dos concelhos de Torres Novas e Entroncamento:
 - Torres Novas, devido aos indícios de estabilização populacional que evidencia entre 2001 e 2005 (crescimento positivo de 0,8%), na sequência de uma década de 90 em que perdeu população (- 2,1%);
 - Entroncamento, devido às elevadas taxas de crescimento populacional registadas, quer entre 1991-2001 quer entre 2001-2005, e que traduzem uma tendência sustentada de crescimento populacional.
- Os níveis de densidade populacional do Médio Tejo colocam a região a meio do ranking nacional de NUTS III (15º lugar), embora incorporem concelhos com níveis francamente mais elevados de concentração de pessoas por km², como Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Tomar, Ourém, Alcanena e, sobretudo, Entroncamento (que atinge o 14º valor mais elevado de densidade populacional no conjunto dos 308 concelhos do País), e concelhos onde a dispersão populacional é mais vincada, como Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere e Sardoal.

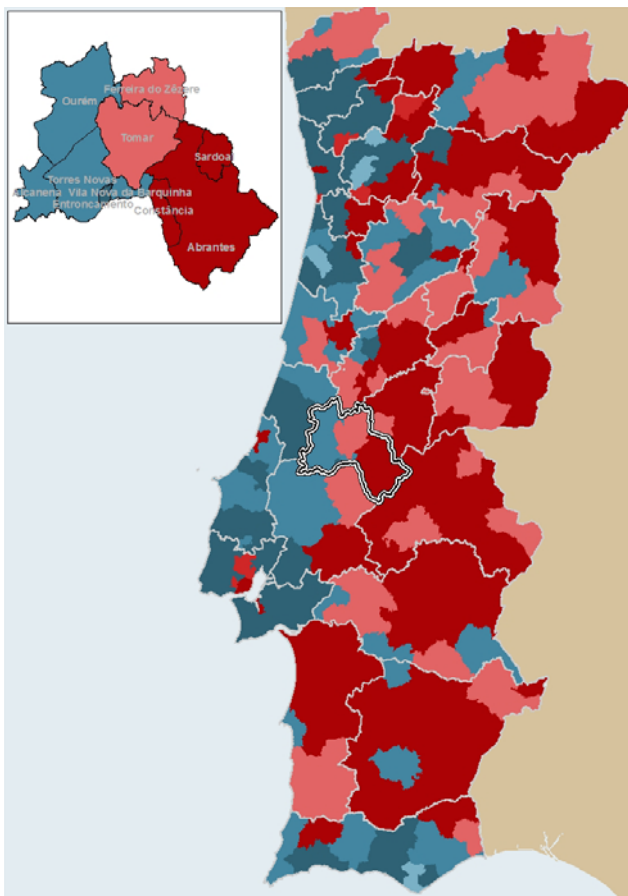
Q. 12: Densidade populacional e dinâmicas de crescimento da população residente

Âmbito Geográfico	População (% do total)		População (taxa variação)				Densidade pop. 2005 (hab/ Km ²)
	1991	2005	1991/2001		2001/2005		
Abrantes	20,6%	18,7%	-7,6%	↓	-2,8%	↓	57,4
Alcanena	6,5%	6,5%	1,6%	↑	0,9%	↑	115,7
Constância	1,9%	1,7%	-8,5%	↓	-0,5%	↓	47,2
Entroncamento	6,4%	8,0%	27,8%	↑	12,7%	↑	1.491,3
F. Zêzere	4,5%	4,2%	-5,3%	↓	-1,7%	↓	48,7
Ourém	18,1%	20,4%	15,0%	↑	7,7%	↑	119,5
Sardoal	2,0%	1,8%	-7,4%	↓	-3,8%	↓	42,8
Tomar	19,5%	19,0%	-0,3%	↓	-0,5%	↓	121,9
Torres Novas	17,0%	16,3%	-2,1%	↓	0,8%	↑	137,8
Barquinha	3,4%	3,4%	0,8%	↑	4,6%	↑	160,5
M. TEJO	100,0%	100,0%	2,1%	↑	2,2%	↑	100,2
M. TEJO	2,2%	2,2%	2,1%	↑	2,2%	↑	100,2
CENTRO	22,9%	22,7%	4,0%	↑	1,4%	↑	84,5
RP-LIS	38,4%	39,2%	5,5%	↑	3,9%	↑	159,7
PORTUGAL	100,0%	100,0%	5,0%	↑	2,1%	↑	114,8

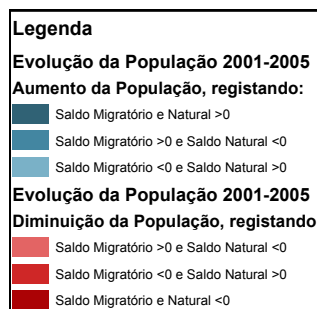
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

4.44. O Médio Tejo apresenta dinâmicas demográficas distintas, evidenciando crescimento populacional nos concelhos a Oeste e perda de população nos concelhos a Este. Assume-se como um território com capacidade de atracção populacional, patente num crescimento migratório elevado que contraria e mais que compensa as tendências verificadas de redução de natalidade.

F. 7: Componentes da evolução populacional, 2001-05



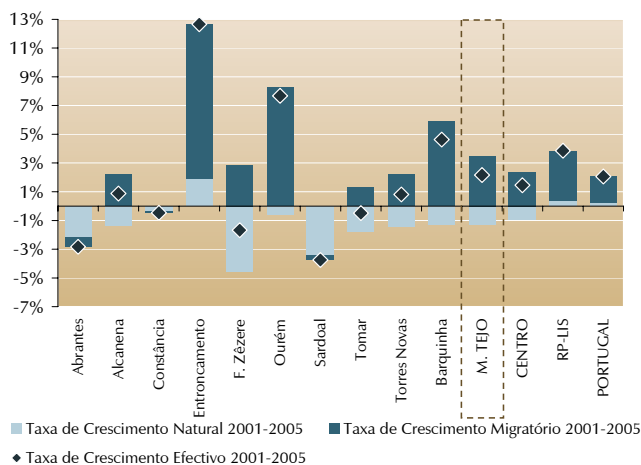
- Entroncamento, Ourém, Torres Novas, Alcanena e V.N. Barquinha, beneficiando da proximidade ao litoral e a alguns centros urbanos de referência como Leiria, Marinha Grande, Pombal, Santarém e Caldas da Rainha, são os únicos concelhos que registam um crescimento populacional no período em análise, com particular destaque para os dois primeiros (acima das 2.000 pessoas).
- Tomar e Ferreira do Zêzere vêm a sua população diminuir (perdendo 212 e 158 pessoas) apesar de apresentarem algum grau de atractividade justificado pelos saldos migratórios positivo observados.
- Em Constância, Abrantes e Sardoal, deve realçar-se o facto de ambas as componentes da evolução populacional serem negativas, com especial destaque para Abrantes que vê diminuir a sua população em 1.194 pessoas, das quais 909 são resultado do saldo natural.



- A taxa de crescimento efectivo elevado da região do Médio Tejo é amplamente explicada pela importância dos movimentos migratórios nos concelhos do Entroncamento (10,7%), sendo, também o único concelho onde o crescimento natural assume sinal positivo, Ourém (8,2%), Vila Nova da Barquinha (5,9%), Alcanena (2,2%) e Torres Novas (2,2%).
- Os restantes concelhos apresentam duas situações diferentes mas que resultam na perda líquida de população residente: por um lado, o registo de taxas de crescimento migratório positivas mas insuficientes para compensar a evolução da componente natural (Ferreira do Zêzere e Tomar) e por outro lado, ambas as componentes a evidenciarem um comportamento desfavorável (Abrantes, Constância e Sardoal).

Taxa de Crescimento Efectivo 2001-2005 = 2,2%
M. Tejo Taxa de Crescimento Migratório 2001-2005 = 3,5%
Taxa de Crescimento Natural 2001-2005 = - 1,3%

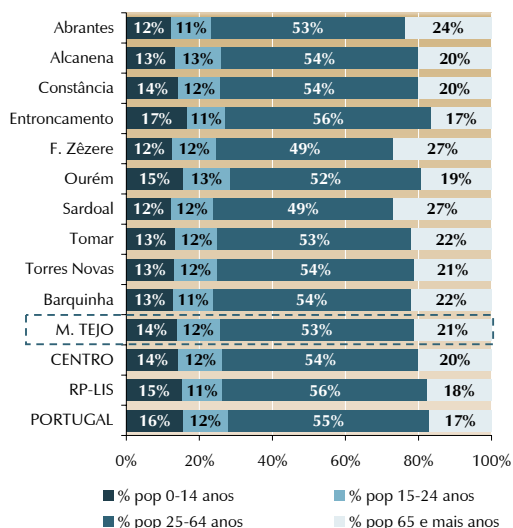
G. 30: Decomposição da taxa de crescimento populacional 2001-2005: componente natural e migratória



Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005)

4.45. O processo de envelhecimento populacional reflecte-se no Médio Tejo de forma ligeiramente mais intensa que os níveis médios nacionais e de forma relativamente alinhada com o registado na NUTS II Centro em que se insere, o que deve ser contextualizado à luz de uma tendência de fragilização de factores de competitividade regional ligados à disponibilidade de população para o trabalho.

G. 31: Estrutura etária da população residente, 2005

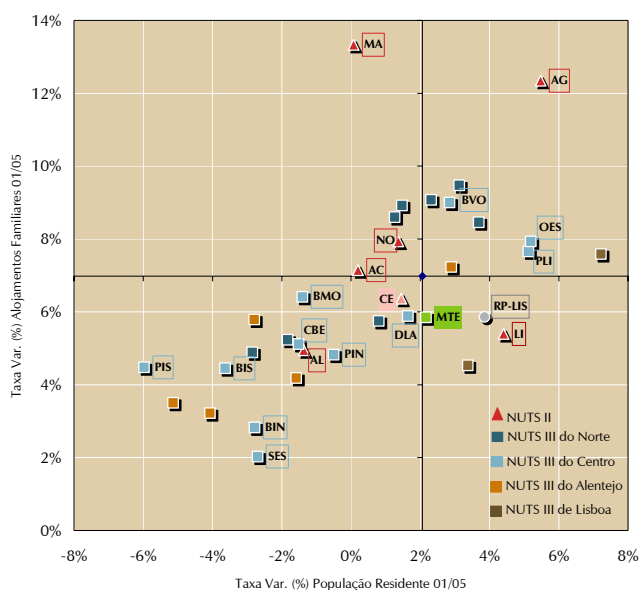


Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

- Os concelhos do Sardoal, Ferreira do Zêzere e Abrantes apresentam as situações mais acentuadas de envelhecimento populacional, verificando-se uma elevada proporção de população idosa, inclusivamente superior à população com menos de 25 anos, com impactos negativos sobre a população em idade activa.
- Os concelhos do Entroncamento e de Ourém são os concelhos mais jovens do Médio Tejo, destacando-se, por um lado, pelo reduzido peso da população idosa (17% e 19%, respectivamente) e por outro lado, por uma elevada proporção de população jovem, menos de 25 anos, (27% e 29%, respectivamente).
- Entroncamento, Alcanena (67% para ambos) Torres Novas (66%) e Ourém (65%) compõem o grupo de concelhos onde existe uma maior fatia da população apta a integrar o mercado de trabalho e o processo produtivo, sob a forma de força de trabalho.

4.46. O crescimento do número de alojamentos no Médio Tejo ficou aquém da dinâmica atingida por regiões com níveis semelhantes de crescimento populacional, o que pode indiciar quer alguma incapacidade de resposta do mercado de habitação quer os efeitos de um crescimento populacional fundamentalmente explicado por uma componente migratória, tipicamente de jovens casais.

**G. 32: Alojamentos e população residente
Taxa de variação 2001-2005**



Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

- O perfil de linearidade que se estabelece entre o crescimento populacional e o aumento do número de alojamentos permite destriçar especificidades regionais ligadas ao equilíbrio estabelecido entre, por um lado, níveis de crescimento populacional explicados por uma maior intensidade do aumento da natalidade ou da componente migratória (esta última com impactos potenciais mais imediatos nos alojamentos, ainda que o facto de ser muito ditada por casais tenha reflexos mais expressivos no acréscimo do número de residentes do que do número de alojamentos) e, por outro lado, a dinâmica de resposta do mercado de habitação em relação às tipologias com maior potencial de absorção pelo mercado.
- Entroncamento e Constância são os concelhos onde a dinâmica construtiva foi mais evidente, diferenciando-se pelo facto do Entroncamento viver um período de forte expansão populacional enquanto que a população residente em Constância diminuiu ligeiramente entre 2001 e 2005, e permite encontrar indícios, como tal, de uma tendência de crescimento do mercado de 2ª habitação.

4.47. Prevaecem no Médio Tejo dinâmicas concelhias diferenciadas na capacidade de gerar os postos de trabalho necessários à absorção da população activa, gerando notórias oscilações na capacidade da população residir e trabalhar no mesmo concelho (localização do emprego).

- Os concelhos de Abrantes, Ourém, Tomar e Torres Novas são as principais bolsas de força de trabalho do Médio Tejo concentrando, conjuntamente, 73,9% da população residente empregada, e são, também, os principais pólos de criação de emprego (concentram 71,7% dos postos de trabalho gerados na região).
- Os concelhos de Alcanena e Constância são aqueles cuja capacidade de gerar postos de trabalho é superior à mão-de-obra disponível para integrar o mercado de trabalho (grau de atractividade/repulsão superior a 100%), divergindo, significativamente na proporção de saídas (17,8% e 34,2%, respectivamente), na percentagem de postos de trabalho ocupadas por população não residente (30,6% contra 64,4%) e no grau de localização do emprego, ou seja, na ocupação de postos de trabalho com base em recursos humanos internos (82,2% contra 65,8%). Apenas estes concelhos revelam saldos de emprego de sinal positivo, com as saídas de população a serem mais do que compensadas com as entradas.
- Os concelhos de Ferreira do Zêzere, Abrantes e Ourém revelam uma elevada autosuficiência laboral, com relativo equilíbrio entre população residente empregada e emprego gerado, evidenciando uma reduzida proporção de postos de trabalho (abaixo dos 16%) ocupados por população não residente no concelho.
- Vila Nova da Barquinha destaca-se por registar elevada percentagem de saídas (57,6%) com parte significativa dos postos de trabalho a serem ocupados por população não residente (51,0%) e por um reduzido número de pessoas residentes a exercerem actividades profissionais no interior do concelho (42,4%).

Q. 13: Movimentos pendulares e indicadores de mobilidade, 2001

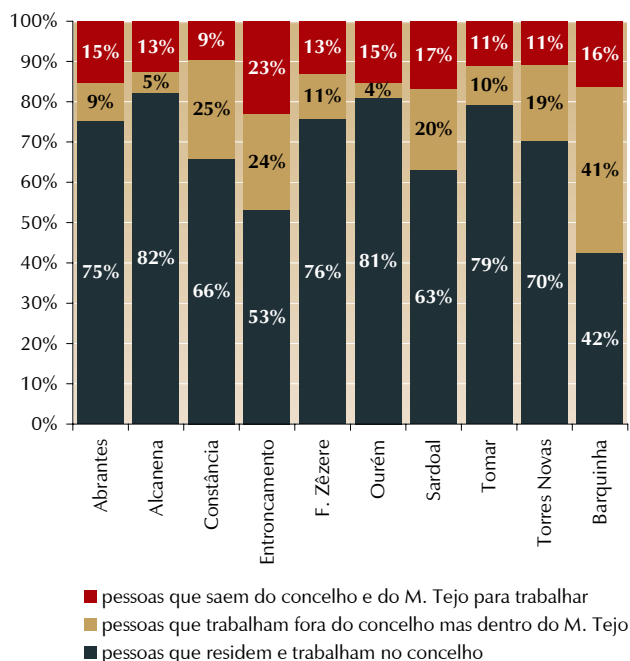
Indicadores de Mobilidade		Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncam.	F. Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Barquinha
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm emprego, dentro ou fora do concelho) (1)	16.936	6.699	1.619	8.352	3.284	19.701	1.505	16.736	15.863	3.029
	Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos) (2)	2.290	2.427	1.928	3.462	440	3.011	284	2.914	3.695	1.338
	Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos) (3)	4.180	1.190	554	3.912	800	3.753	558	3.487	4.696	1.744
	Saldo de Emprego (se negativo - concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo - concelho importador líquido de mão-de-obra) (4) = (2) - (3)	-1.890	1.237	1.374	-450	-360	-742	-274	-573	-1.001	-406
	Emprego (nº postos trabalho gerados no concelho) (5) = (1) + (4)	15.046	7.936	2.993	7.902	2.924	18.959	1.231	16.163	14.862	2.623
Importância dos movimentos (em %)	Taxa mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar) (6) = [(3)/(1)]*100	24,7%	17,8%	34,2%	46,8%	24,4%	19,0%	37,1%	20,8%	29,6%	57,6%
	Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente) (7) = [(2)/(5)]*100	15,2%	30,6%	64,4%	43,8%	15,0%	15,9%	23,1%	18,0%	24,9%	51,0%
	Grau de atractividade / repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%) (8) = [(5)/(1)]*100	88,8%	118,5%	184,9%	94,6%	89,0%	96,2%	81,8%	96,6%	93,7%	86,6%
	Grau de localização do emprego (% da população que trabalha e simultaneamente reside no concelho) (9) = [(1)-(3))/(1)*100	75,3%	82,2%	65,8%	53,2%	75,6%	81,0%	62,9%	79,2%	70,4%	42,4%

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

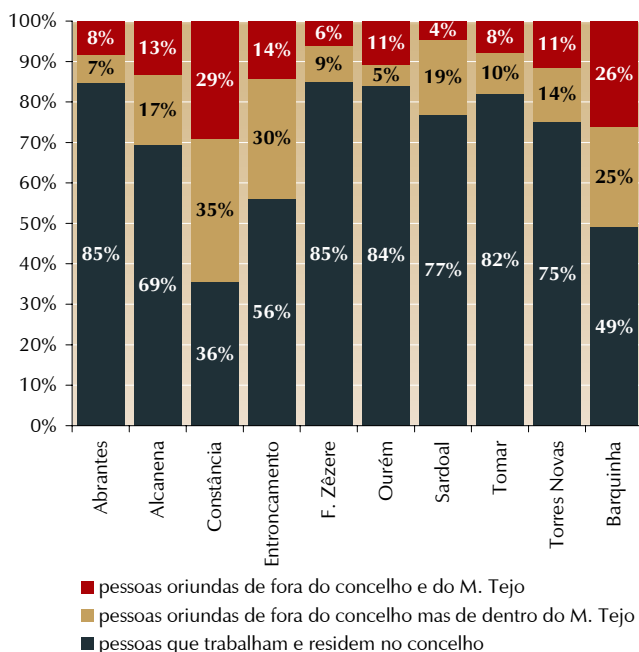
4.48. As dinâmicas de emissão e recepção de mão-de-obra assumem contornos heterogêneos nos concelhos do Médio Tejo, que globalmente se apresenta como fornecedor líquido de força de trabalho mas com importantes diferenças concelhias, em larga medida concebidas pela respectiva dimensão territorial, populacional e do mercado de trabalho e pelos impactos do nível de dinamismo económico em termos da relação procura-oferta de trabalho.

- Vila Nova da Barquinha (41%), Constância (25%) e Entroncamento (24%) são, em termos relativos, os grandes emissores líquidos de mão-de-obra no interior dos limites territoriais do Médio Tejo. Note-se que a dimensão económica destes concelhos é consideravelmente diferente e que, como tal, a significância destes valores percentuais se traduz em patamares diferentes de volume de emprego, sendo que o número de pessoas que residem nestes concelhos e que trabalham noutros é, respectivamente, de 1.744, 554 e 3.912 pessoas.
- Entroncamento (23%), Sardoal (17%) e Vila Nova da Barquinha (16%) delimitam a coroa de concelhos que apresentam as mais importantes relações laborais de emissão de força de trabalho para fora do Médio Tejo.
- Nos concelhos de Alcanena e Ourém, mais de 80% da população residente que se encontra a trabalhar é absorvida por postos de trabalho gerados no concelho, não precisando, como tal, de sair do concelho para trabalhar.
- Uma percentagem significativa do emprego gerado nos concelhos de Constância, Vila Nova da Barquinha e Entroncamento é preenchida por população oriunda de outros concelhos, quer sejam pertencentes ao Médio Tejo quer sejam de fora da região (64%, 51% e 44%, respectivamente). Em termos absolutos, o número de postos de trabalho de cada um destes concelhos preenchidos por população não residente é de, respectivamente, 1.928, 1.338 e 3.462 pessoas.
- No conjunto do emprego total gerado na região do Médio Tejo, a representatividade da população residente que trabalha no seu concelho de origem atinge níveis particularmente significativos nos concelhos de Abrantes e Ferreira do Zêzere, em que mais de 85% dos postos de trabalho gerados no concelho são preenchidos com população residente no próprio concelho, evidenciando um equilíbrio significativo entre o perfil da força de trabalho disponível e o perfil dos postos de trabalho gerados no concelho. Nos casos de Constância, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, este equilíbrio é menos notório, uma vez que estes valores estabilizam abaixo dos 60%.

G. 33: Destino laboral da população residente nos concelhos do Médio Tejo 2001



G. 34: Origem residencial das pessoas ao serviço nos concelhos do Médio Tejo, 2001



Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.49. Os fluxos de mobilidade de pessoas são ditados, não só pela necessidade de ajustamento entre procura e oferta de mão-de-obra e postos de trabalho mas são, simultaneamente ditados pela necessidade em suprir localmente o perfil de competências exigido por determinadas profissões.

- Os dois únicos concelhos que se assumem como “importadores líquidos” de força de trabalho, Alcanena e Constância, são receptores, o primeiro principalmente de população oriunda de concelhos como Torres Novas e Santarém e, o segundo de Abrantes e Entroncamento. Em termos de sectores, para os dois concelhos “importadores líquidos”, o fluxo direcciona-se principalmente para as Indústrias do couro de produtos relacionados e Indústrias de pasta, papel, cartão e seus derivados e fabricação de artigos de borracha e material de plástico.
- Os critérios de proximidade em termos de fronteiras e a pólos de especial dinamismo económico como capitais de distrito assim como o perfil de especialização, entre outros, ditam a orientações dos movimentos laborais existentes. O sector industrial (madeira e papel, materiais de construção, alimentar materiais de transporte, têxtil, material de plástico), construção e o sector terciário, destacando-se o comércio e a administração pública são importantes no perfil dos fluxos de entradas e saídas na região.

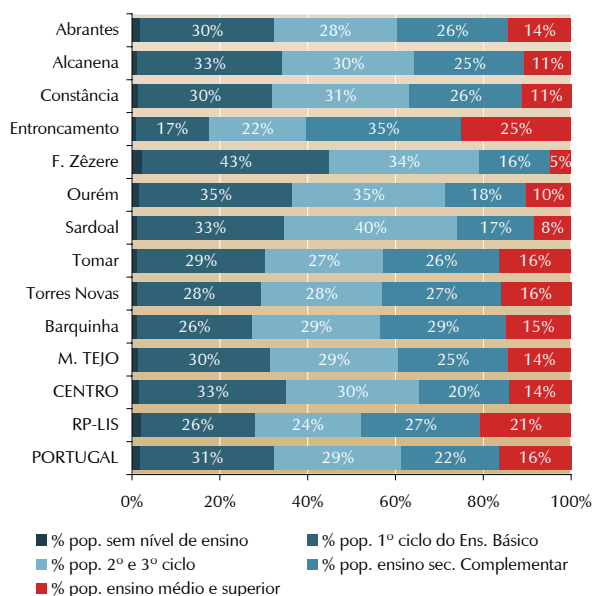
Q. 14: Entradas e saídas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade, 2001

Âmbito Geográfico	“Saídas de Mão-de-Obra” [Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída]		“Entradas de Mão-de-Obra” [Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada]	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
Abrantes	Lisboa, Constância, Entroncamento, Ponte Sôr, Sardoal, Tomar	Comércio por grosso; Construção; Administração Pública; Educação; Saúde e Acção Social	Sardoal, Constância, Tomar, Entroncamento, Torres Novas, Mação	Comércio por grosso; Construção; Administração pública; Saúde e Acção Social; Educação
Alcanena	Santarém, Torres Novas, Lisboa, Porto de Mós, Ourém	Indústria do couro e dos produtos do couro; Comércio por grosso; Indústria Têxtil; Construção	Torres Novas, Santarém, Porto de Mós, Entroncamento	Indústria do couro e dos produtos do couro; Comércio por grosso; Indústria Têxtil; Construção
Constância	Abrantes, Lisboa, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Tomar	Administração Pública; Comércio por grosso; Construção; Indústrias de pastas e papel	Abrantes, Entroncamento, Pombal, Vila Nova da Barquinha, Tomar, Torres Novas	Administração pública; Indústrias de pasta, papel, cartão e seus derivados; Fabricação de artigos de borracha e material de plástico
Entroncamento	Torres Novas, Lisboa, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Santarém, Constância	Administração Pública; Comércio por grosso; Construção; Indústrias de pastas e papel; Transporte, Armazenagem e Comunicações; Educação	Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Tomar, Abrantes, Ourém, Golegã, Chamusca	Transporte, armazenagem e Comunicações; Comércio por grosso; Administração pública; Construção
F. Zêzere	Tomar, Alvaiázere, Lisboa, Ourém, Coimbra	Construção; comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Administração pública	Tomar, Alvaiázere, Sertã	Construção; Comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Educação; Saúde e Acção Social
Ourém	Leiria, Lisboa, Batalha, Tomar, Entroncamento, Pombal	Comércio por grosso; Construção; Alojamento e restauração	Leiria, Torres Novas, Tomar, Batalha	Comércio por grosso; Construção; Alojamento e restauração; Educação
Sardoal	Abrantes, Lisboa, Mação	Construção; Administração pública; Comércio por grosso	Abrantes, Mação, Vila de Rei	Administração pública; Construção; Educação; Comércio por grosso; Saúde e Acção Social
Tomar	Ferreira do Zêzere, Abrantes	Comércio por grosso; Construção; Educação; Administração Pública	Torres Novas, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Vila Nova da Barquinha, Abrantes	Comércio por grosso; Construção; Administração pública; Educação; Saúde e Acção Social
Torres Novas	Alcanena, Entroncamento, Lisboa, Tomar, Ourém, Santarém	Comércio por grosso; Construção; Educação; Administração Pública	Entroncamento, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Golegã, Chamusca, Santarém	Comércio por grosso; Construção; Administração pública; Educação
Barquinha	Entroncamento, Torres Novas, Tomar, Lisboa, Constância, Abrantes	Administração pública; Comércio por grosso; Transportes, Armazenagem e Comunicações; Construção; Educação	Entroncamento, Tomar, Torres Novas, Abrantes, Constância, Seixal	Administração pública; Comércio por grosso; Construção; Educação

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.50. A estrutura de habilitações da população activa residente no Médio Tejo encontra-se alinhada com os valores de referência nacionais embora com maiores e, ainda assim ligeiras diferenças, nos níveis mais elevados de instrução (ensino secundário complementar e ensino médio e superior).

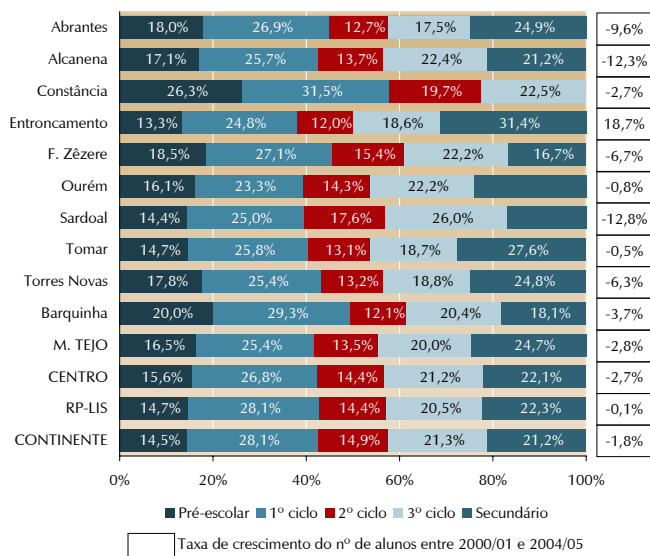
G. 35: Habilitações da população activa residente, 2001



- A heterogeneidade concelhia no Médio Tejo é notória, observando-se diversas combinações de estrutura de habilitações de população activa.
- Os concelhos do Entroncamento e Ferreira do Zêzere representam os extremos destas estruturas de habilitações assinalavelmente divergente:
 - No Entroncamento 17% da população activa completou apenas o 1º ciclo e 25% apresentam níveis de instrução médio e superior enquanto em Ferreira do Zêzere esses valores alcançam os 43% e 5%, respectivamente;
 - No Entroncamento a fatia da população remanescente distribui-se, maioritariamente, no nível secundário complementar (35%) enquanto que em Ferreira do Zêzere essa posição é ocupada pelo 2º e 3º ciclo do ensino básico;
- Os concelhos do Sardoal e Ourém revelam uma estrutura de habilitações moderadamente próxima de Ferreira do Zêzere.

4.51. A redução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do Médio Tejo acompanhou a tendência da região Centro, e traduziu-se numa redução significativamente mais forte do que a sentida a nível nacional.

G. 36: Taxa de crescimento do nº de alunos e estrutura dos alunos matriculados, no ano lectivo 2004/2005

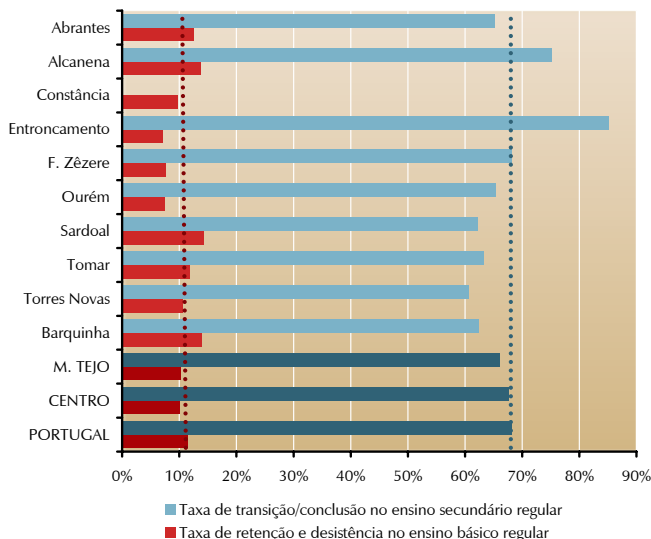


- O Médio Tejo conheceu uma redução do número de inscritos de 2,7%, significativamente mais forte do que a sentida no país entre os anos lectivos de 2000/01 e 2004/05.
- O Entroncamento apresentou, ao contrário dos restantes concelhos, um crescimento positivo na ordem dos 18,7%, claramente influenciado pelo forte crescimento populacional que o concelho tem manifestado nos últimos anos.
- A redução do número de alunos foi particularmente forte no Sardoal, Alcanena e Abrantes.
- Face ao padrão nacional, a região apresenta um maior peso dos alunos inscritos no pré-escolar e no secundário, em detrimento dos restantes níveis de ensino.
- Em Constância não existe ensino secundário, razão pela qual os restantes níveis de ensino atingem um maior peso relativo.

Fonte: Min. da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

4.52. O Médio Tejo apresenta uma taxa de insucesso no ensino básico inferior à média nacional, mas o nível de sucesso no ensino secundário é inferior ao do país.

G. 37: Indicadores de sucesso / insucesso da educação, ano lectivo 2004/2005.



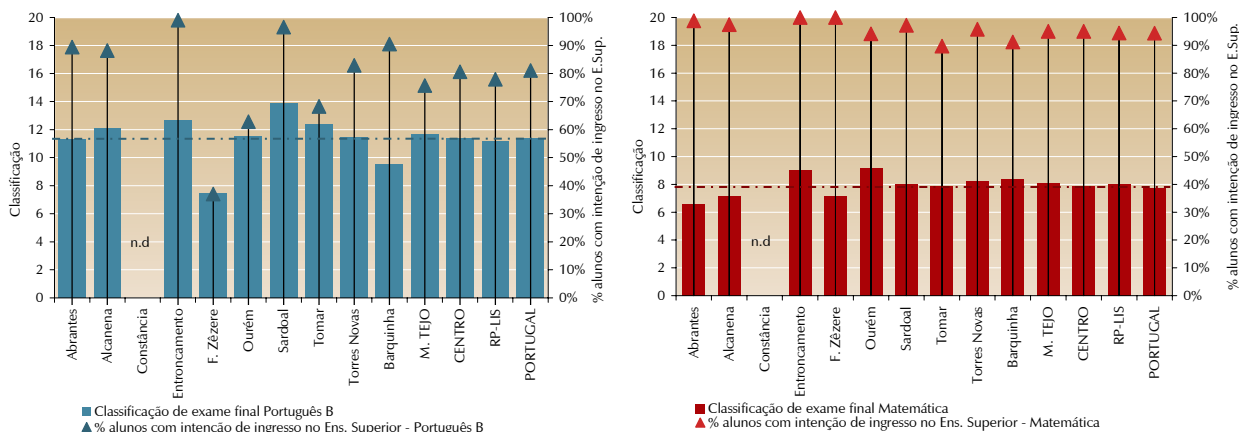
Fonte: INE, Retrato territorial de Portugal 2005 (com base em dados do Min. Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo)

- O insucesso escolar no ensino básico (9ºano) assume valores mais acentuados nos concelhos do Sardoal (14,3%), Vila Nova da Barquinha (13,9%), Alcanena (13,7%) e Abrantes (12,5%), enquanto que os valores mais favoráveis são observados no Entroncamento (7,2%), Ourém (7,5%) e Ferreira do Zêzere (7,6%).
- A taxa de transição/conclusão do ensino secundário assume valores favoráveis no Entroncamento (85,2%), mas também em Alcanena (75,1%) e Ferreira do Zêzere (68,2%), situando-se nos restantes concelhos abaixo da média nacional (68,1%).
- Os concelhos do Sardoal e, embora com menor intensidade, de Tomar e Torres Novas, posicionam-se, simultaneamente, nos patamares mais elevados do Médio Tejo no respeitante aos níveis de retenção e desistência no ensino básico regular e nos patamares mais baixos do Médio Tejo no respeitante aos níveis de transição/conclusão no ensino secundário regular.

4.53. Os alunos do Médio Tejo obtiveram classificações médias nos exames finais do 12º ano das disciplinas de Português B e Matemática equiparadas às nacionais, sendo as intenções de ingresso no ensino superior mais elevadas nos alunos que realizam exame final de matemática.

- As intenções de acesso ao ensino superior por via das áreas científicas são mais homogêneas nos concelhos do Médio Tejo do que as manifestadas por via das vertentes mais ligadas às humanidades, verificando-se que entre 88% e 98% dos alunos que realizam exame final de Matemática no 12º ano têm intenções de acesso ao ensino superior, quando no caso do exame de Português B se detectam níveis de intenção de acesso ao superior que variam entre os 35% e os 98%.
- Ferreira do Zêzere (7,4) e Vila Nova da Barquinha (9,5) destacam-se negativamente, apresentando notas médias no exame final de Português B inferiores a 10 valores e, portanto, inferiores à média nacional.
- As classificações nos exames de matemática são globalmente favoráveis no Médio Tejo, destacando-se, pela positiva, Ourém (9,2) e Entroncamento (9,0) e, pela negativa, Abrantes (6,6), Ferreira do Zêzere (7,1) e Alcanena (7,2).

G. 38: Médias das classificações de exames finais do 12º ano, 2005



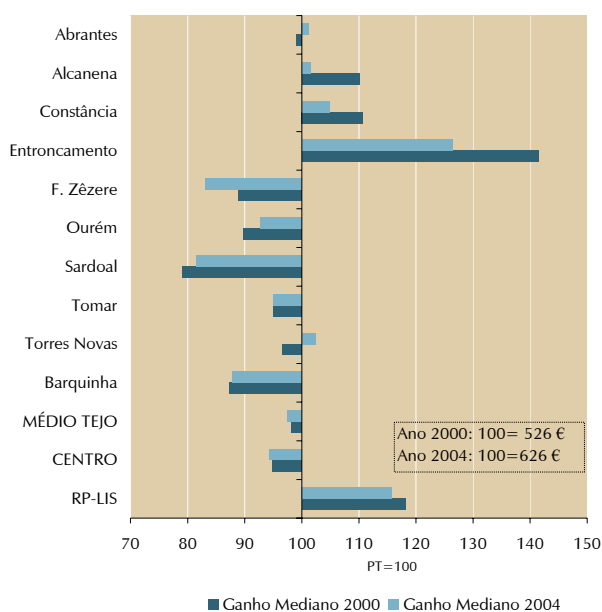
Nota: Apenas inclui as classificações dos alunos internos do ano lectivo 2004/2005.

Fonte: Ministério da Educação, Júri Nacional de Exames, Relatório Final – Exames Nacionais dos Ensinos Básico e Secundário 2005

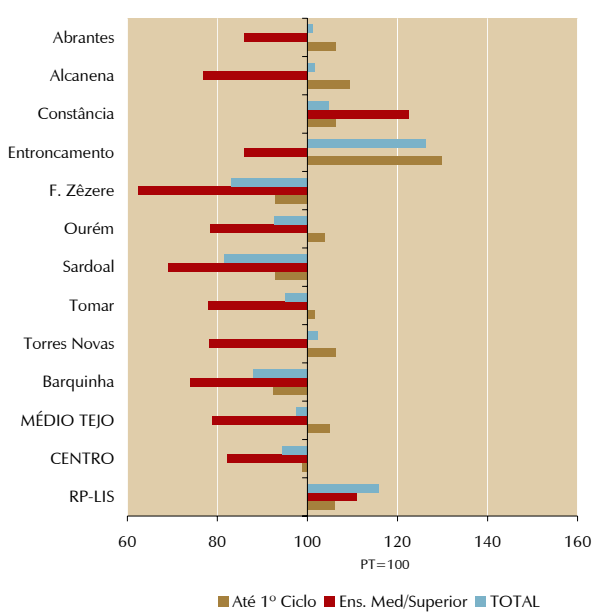
4.54. Apesar do posicionamento ligeiramente desfavorável do Médio Tejo face aos níveis médios salariais do país, quando confrontado com a média do Centro o comportamento da região é mais positivo, ainda que fortemente marcado por divergências internas

- O Entroncamento destaca-se claramente com um salário superior em cerca de 25% à média do país, seguindo-se Abrantes, Alcanena, Constância e Torres Novas com registos também positivos. Os concelhos mais envelhecidos e com um perfil habilitacional mais marcado pelo peso da população com habilitações apenas até ao 1º ciclo – em particular Ferreira do Zêzere e Sardoal – são também os que registam salários mais baixos.
- A divergência positiva do Médio Tejo face ao Centro neste indicador assenta no posicionamento favorável dos trabalhadores menos qualificados; de facto, o salário recebido pelos trabalhadores com qualificações ao nível do ensino médio e superior não só é significativamente mais baixo que a média nacional como fica também aquém do nível alcançado pelos trabalhadores mais qualificados do Centro.

G. 39: Ganho mediano



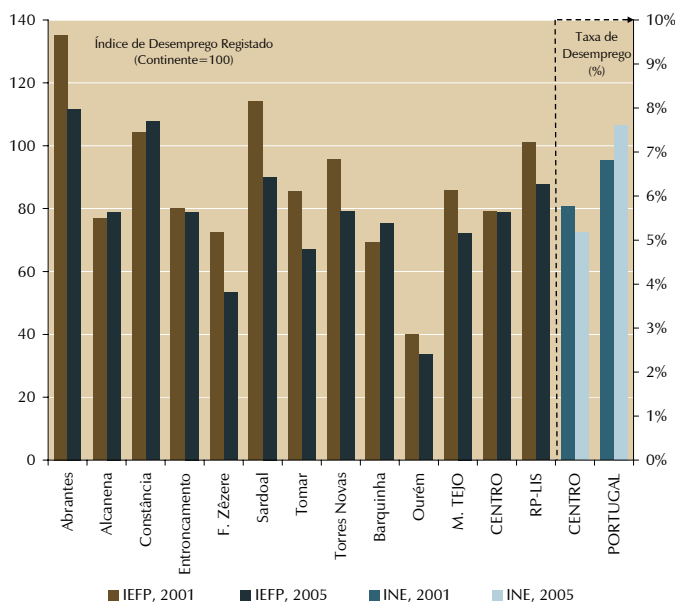
G. 40: Ganho mediano nos extremos do perfil habilitacional, 2004



Nota: trabalhadores por conta de outrem, com horário completo.
 Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

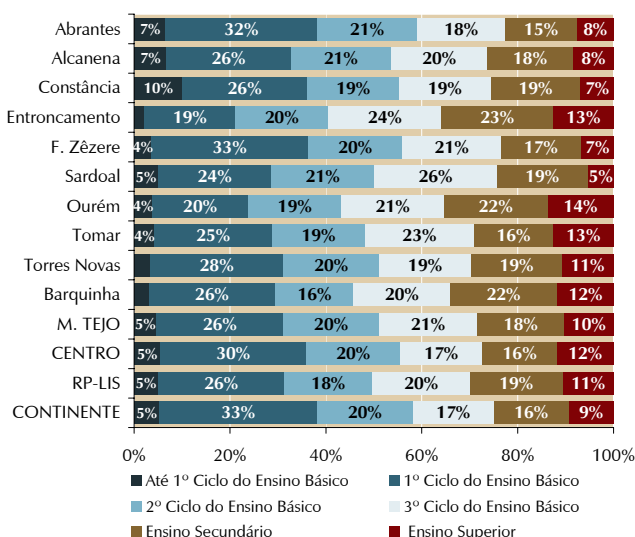
4.55. A região Centro apresenta um comportamento favorável nos níveis de desemprego a dois níveis, evidenciando, por um lado, valores para a taxa de desemprego abaixo da média nacional e, por outro lado, uma redução desse valor de 2001 para 2005, contrariando a tendência nacional. A estrutura do desemprego por níveis de habilitações do Médio Tejo revela heterogeneidades significativas ao nível inter-concelhio, embora com predominância do desemprego ao nível do 1º ciclo.

G. 41: Índice de desemprego registado nos centros de emprego do IEFP e taxas de desemprego INE



- O índice de desemprego registado do Médio Tejo permite verificar alterações do posicionamento face ao valor de referência do Centro. O facto do Médio Tejo ter transitado de cima para baixo da média do Centro entre 2001 e 2005 pode ser encarado como particularmente favorável, assumindo-se o facto de que o desemprego na região Centro se reduziu, apesar de ligeiramente, neste período.
- Os concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere, Vila Nova da Barquinha e Ourém, este último com especial destaque, revelam, para 2005, índices de desemprego inferiores à média do Médio Tejo.
- Destaque-se os concelhos de Abrantes e do Sardoal pelo elevado índice de desemprego mas com recuperações importantes em 2005. Embora as tendências tenham sido de redução do nível de desemprego registado verificam-se, ainda que ligeiras, subidas nos concelhos de Alcanena, Constância e Vila Nova da Barquinha.

G. 42: Desemprego por nível de habilitações, 2006



- A estrutura do desemprego por níveis de habilitações revela uma relativa heterogeneidade concelhia tendo, no entanto, em comum o mais significativo peso do desemprego a incidir sobre indivíduos com níveis de instrução do 1º ciclo do ensino básico exceptuando-se, o Entroncamento e o Sardoal onde o desemprego é mais incidente sobre o 3º ciclo (24% e 26%, respectivamente) e Ourém com desemprego predominante sobre indivíduos com ensino secundário (22%).
- Ourém (14%), Entroncamento (13%) e Tomar (13%) destacam-se por apresentarem as situações mais gravosas em termos de desemprego de bacharéis e licenciados.

Nota: calculado com base no nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e na população em idade activa do ano respectivo (comparação de cada âmbito geográfico com o Continente)

Fonte: AM&A com base em dados do IEFP, Estatísticas Mensais do Desemprego, do INE, Censos 2001, e do INE, Inquérito ao Emprego 2005

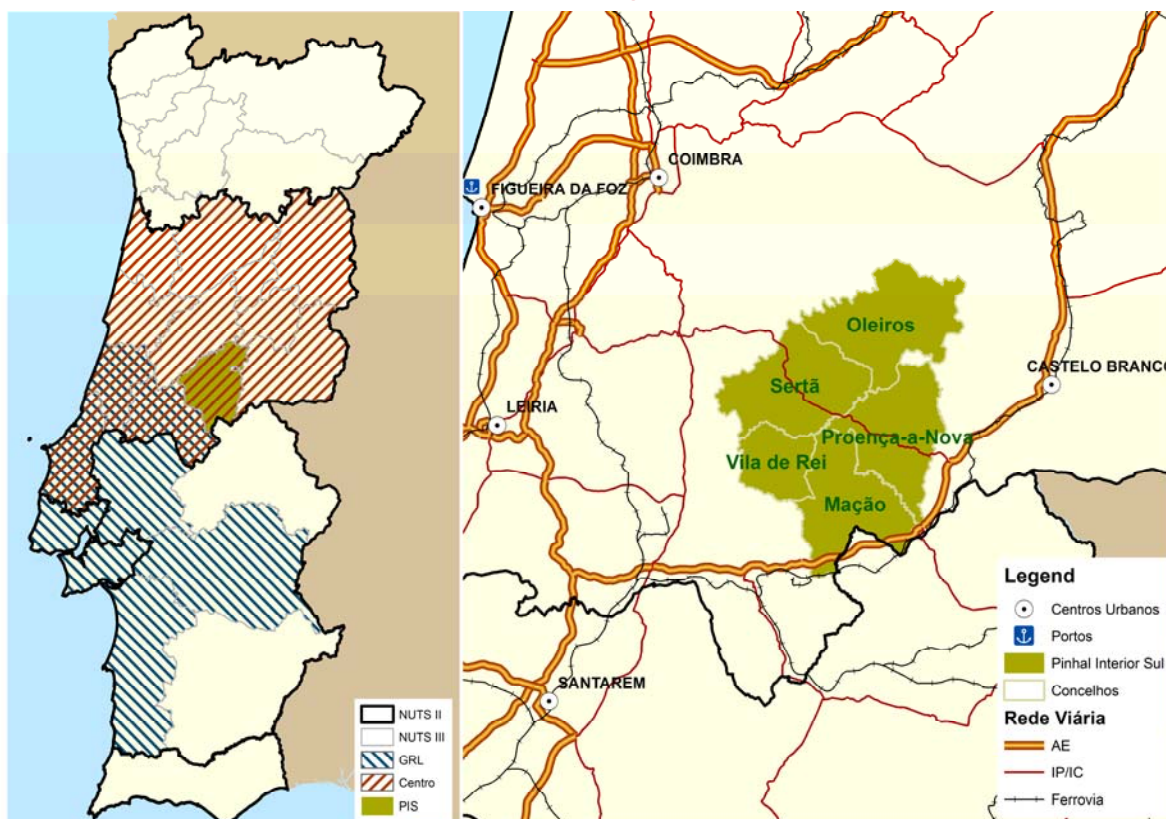
IV.2. Diagnóstico Socioeconómico do Pinhal Interior Sul

ÓPTICA GLOBAL DA REGIÃO

4.1. O território do Pinhal Interior Sul encontra-se inserido administrativamente na Região Centro apresentando, no entanto, um relacionamento funcional e económico com alguns concelhos inseridos no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa e com alguns concelhos limítrofes do Alentejo.

- O Pinhal Interior Sul, do ponto de vista da nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) é uma região NUTS III, inserida em termos de NUTS II na região Centro, apresentando no entanto um relacionamento funcional com a Região de Polarização de Lisboa, muito pela influência da A23, e com alguns concelhos limítrofes da Região do Alentejo.
- O Pinhal Interior Sul ocupa cerca de 1.900Km² de área o que representa 2% do território nacional e 7% da área total da região NUTS II do Centro.
- Fazem parte da região do Pinhal Interior Sul os concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Mação, Vila de Rei e Sertã.
- O Pinhal Interior Sul encontra-se envolvido pelas NUTS III contíguas do Médio Tejo, Pinhal Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Alto Alentejo.
- O Pinhal Interior Sul apresenta algumas debilidades em termos de acessibilidades intra-região sendo, no entanto, circundado pelo eixo rodoviário que faz a ligação nacional Sudoeste-Nordeste (a A23) e pelo eixo ferroviário da "Linha da Beira Baixa".

F. 1: O Pinhal Interior Sul no contexto da Região de Polarização de Lisboa (RP-LIS)



Fonte: AM&A

4.2. O Pinhal Interior Sul é uma região com uma reduzida densidade populacional e empresarial no contexto regional e nacional. Os indicadores de nível de vida PIB *per capita* e rendimento colectável registam valores consideravelmente inferiores às respectivas médias nacionais.

- O Pinhal Interior Sul ocupa 2,1% do território nacional e a sua população representa 0,4% do total do país, apresentando uma densidade populacional reduzida (22,1 hab/km², contra 114,8 hab/km² no país), com tendência para se agravar, colocando-o na 26ª posição entre as 30 NUTS III.
- A região apresenta uma densidade empresarial ligeiramente acima da média (14ª mais alta do país entre as 30 NUTS III), não obstante o PIB *per capita* ser dos mais baixos do país (23º mais elevado) e o rendimento colectável representar apenas 36,1% da média nacional, o segundo mais baixo (29ª posição de entre todas as regiões NUTS III).

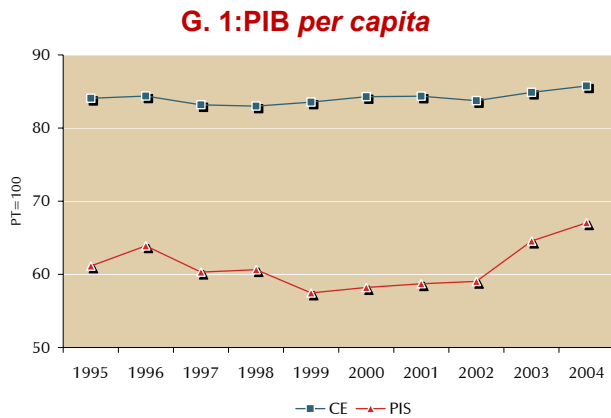
Q. 1: Dimensão do Pinhal Interior Sul no contexto regional e nacional

	Área		População População		Unidades empresaria is	Pessoal ao serviço	Densidade pop.	Unid. Empres. /10 mil hab.	PIB <i>per capita</i>	Rend. colectável <i>per capita</i>
	(Km ²)	(Nº habit.)	Variação 2001-2005	(Nº estab.)	(Nº)	(Hab./ Km ²)	(Nº estab./ 10 mil hab.)	(1.000 euros/hab.)	(PT=100)	
	2005	2005		2004	2004	2005	2004	2004	2004	
Mação	400,0	7.584	-10,2%↓	236	1.397	19,0	304,0	n.d.	39,6	
Oleiros	471,1	6.093	-8,7%↓	167	884	12,9	268,8	n.d.	27,1	
Proença-a-Nova	395,4	9.166	-4,6%↓	287	1.453	23,2	309,7	n.d.	40,0	
Sertã	446,7	16.081	-3,8%↓	610	3.204	36,0	376,4	n.d.	37,1	
Vila de Rei	191,5	3.201	-4,6%↓	126	596	16,7	388,6	n.d.	28,2	
PINHAL INTERIOR SUL	1.904,8	42.125	-6,0%↓	1.426	7.534	22,1	334,0	9,2	36,1	
CENTRO	28198,7	2.382.448	1,4%↑	81.828	598.799	84,5	344,3	11,7	75,6	
RP-LIS	25964,4	4.146.098	3,9%↑	149.577	1.244.806	159,7	362,9	17,2	137,4	
PORTUGAL	92117,4	10.569.592	2,1%↑	362.898	2.898.671	114,8	344,7	13,7	100,0	
Pinhal Interior Sul no Centro	6,8%	1,8%	-412,2(*)	1,7%	1,3%	26,2	97,0	78,2	47,7	
Pinhal Interior Sul no país (% ou PT=100)	2,1%	0,4%	-290,0(*)	0,4%	0,3%	19,3	96,9	67,1	36,1	
Ranking Pinhal Interior	19/30	30/30	30/30	29/30	30/30	26/30	14/30	23/30	29/30	

Nota: (*) valor em índice: 100= unidade territorial de referência.

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005); INE, Contas Regionais (2004); DGEEP, Quadros de Pessoal (2004) e ANMP.

4.3. O Pinhal Interior Sul está entre as 10 regiões com um menor nível de vida médio do país, não obstante o progresso verificado nos últimos anos.

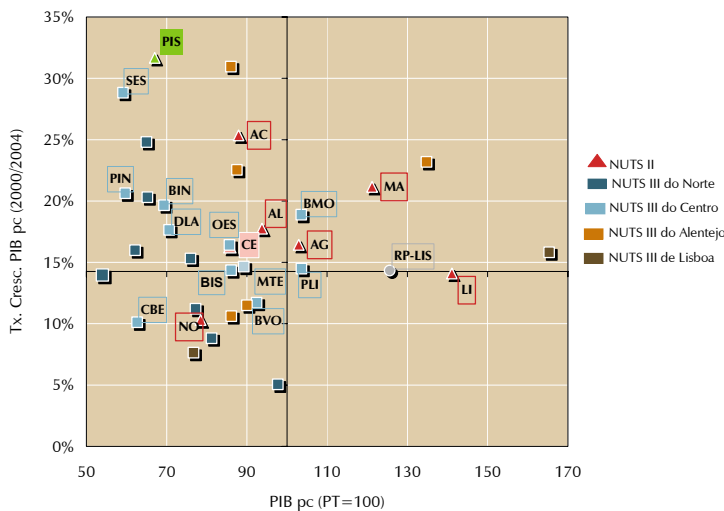


- O Pinhal Interior Sul forma em conjunto com Dão Lafões, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela, o grupo de regiões do Centro com um PIB *per capita* inferior à média regional.
- O PIB p.c. do Pinhal Interior Sul em 2004 cifrou-se em cerca de 67% da média nacional, mais 9 p.p. do que o registado em 2000.

Nota: Retropolização da série do VAB base 2000 efectuada para os anos de 1995 a 1999, com base na série disponível para esses anos (base 1995).
 Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

4.4. O nível de vida médio no Pinhal Interior Sul reflecte a localização periférica, as tendências de litoralização do crescimento económico e a gradual consolidação de um sistema urbano em torno de algumas cidades do interior.

F. 2: PIB per capita e Taxa de Crescimento do PIB per capita, 2004

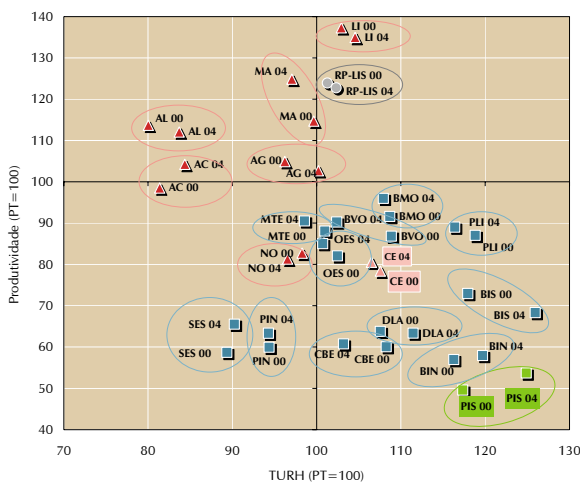


- Ainda assim, destaca-se pela positiva a dinâmica de crescimento verificada pelo Pinhal Interior Sul, nos últimos 5 anos, a mais expressiva do país.
- O Pinhal Interior Sul evitou o posicionamento particularmente gravoso da Cova da Beira que, a par com algumas regiões do Norte como o Ave e o Tâmega, consolida o atraso face ao registo nacional.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

4.5. O Pinhal Interior Sul regista, apesar da ligeira recuperação nos últimos anos, o nível de produtividade mais baixo do país no contexto de uma região em que todas as suas NUTS III apresentam produtividades inferiores à média nacional.

G. 2: Produtividade e taxa de utilização dos recursos humanos, 2000 e 2004

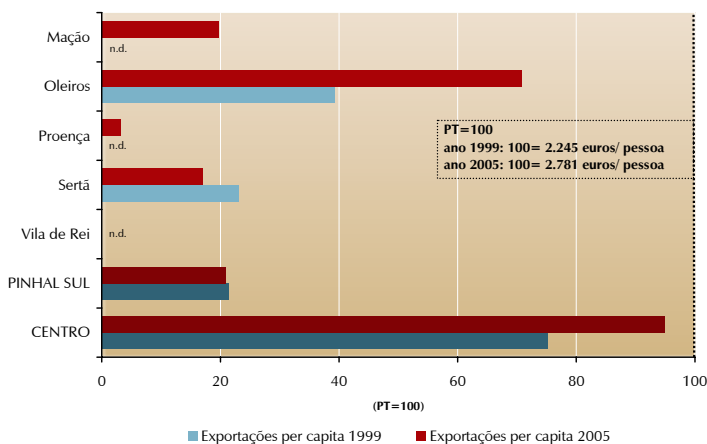


Fonte: AM&A com base em dados INE, Contas Regionais

- O Pinhal Interior Sul é a região do Centro onde o impacto do baixo nível de produtividade mais é contrariado por uma taxa de utilização dos recursos humanos superior à média nacional.
- A intensa taxa de utilização de recursos humanos do Pinhal Interior Sul (entre as mais elevadas do Centro) não pode ser dissociada do facto da população em idade activa confrontar-se com um mercado de trabalho com um perfil produtivo pouco inovador, explorador dos recursos naturais da região e utilizador intensivo de mão-de-obra. Por outro lado, não será negligenciável o peso da população que, tendo mais de 65 anos, continua empregada num sector agrícola de natureza eminentemente familiar e de subsistência.

4.6. O Pinhal Interior Sul apresenta um nível de exportações per capita pouco significativo face aos valores observados para a média nacional e para a região Centro, evidenciando, contudo, desempenhos diferenciados a nível dos diferentes concelhos.

G. 3: Exportações per capita



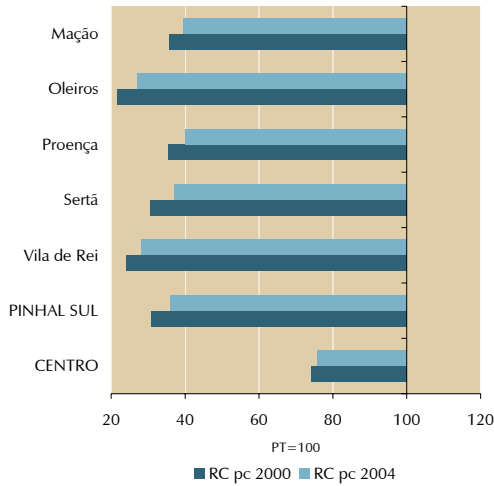
Nota: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores. A população de 1999 foi determinada com base na taxa de variação média anual da população intercensitária. Sertã e Oleiros: valores de 1999 referem-se apenas a comércio intracomunitário.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005), INE; Censos (1991 e 2001) e INE, Estimativas da população residente (2005).

- Em 2005, o indicador exportações per capita assumiu no Pinhal Interior Sul um valor cinco vezes inferior ao da média nacional, registando ainda uma ligeira retracção entre os dois períodos em análise, contrária à dinâmica positiva evidenciada pela região Centro e país.
- Ao nível concelhio, Oleiros destaca-se pelo nível de exportações per capita alcançado e pela dinâmica de crescimento associada.
- A performance deste indicador deve no entanto interpretar-se com algum cuidado dado que os resultados são muito influenciados pela dimensão concelhia em termos populacionais (Oleiros é o segundo concelho mais pequeno).

4.7. O rendimento colectável per capita no Pinhal Interior Sul, apesar da tendência de crescimento, é ainda claramente inferior à média, nacional evidenciando a pouca relevância dos mecanismos redistributivos na correcção das assimetrias na distribuição regional do rendimento.

G. 4: Rendimento colectável per capita

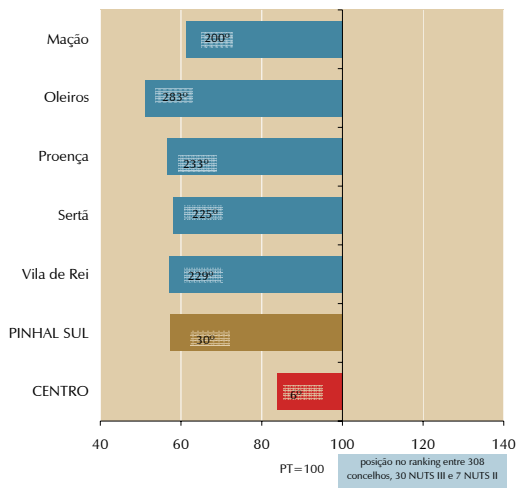


Nota: calculado com base no IRS pago.
Fonte: ANMP

- A trajectória de ligeira melhoria dos níveis de vida, já detectada na óptica do produto, observa-se igualmente na óptica do rendimento: em 2000 o rendimento colectável per capita no Pinhal Interior Sul não ultrapassava os 30% da média nacional, chegando em 2004 aos 36%.
- Mação e Proença registam um rendimento colectável per capita ligeiramente superior à média do Pinhal Interior Sul, enquanto Oleiros e Vila de Rei posicionam-se no outro extremo do ranking.

4.8. O Pinhal Interior Sul regista o menor poder de compra do país, reflexo das dificuldades produtivas da região e da fraca capacidade de retenção/atração de população mais jovem e qualificada.

G. 5: Índice de poder de compra, 2005

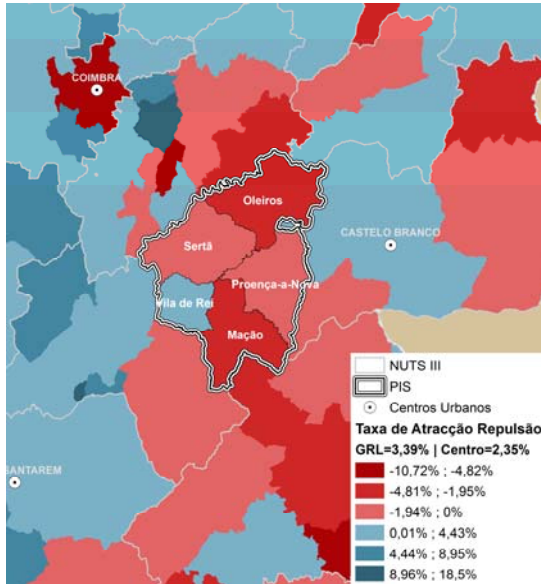


Fonte: INE, Índice de poder de compra concelho

- Numa perspectiva intra-regional Mação confirma a posição ligeiramente mais favorável, que deverá ser avaliada à luz das acessibilidades de que o concelho beneficia (nomeadamente a proximidade à A23) e que permitem uma ligação eficiente a pólos urbanos/industriais mais dinâmicos, nomeadamente às cidades do Médio Tejo.
- Pelo contrário, Oleiros – na 283ª posição no ranking de poder de compra entre 308 concelhos – reflecte ao máximo as dificuldades da região, expressas na tendência acentuada para a desertificação e o envelhecimento potencial, no défice de agentes produtivos e na presença significativa de actividades maduras que se caracterizam por baixas taxas de inovação e de crescimento.

4.9. O Pinhal Interior Sul apresenta-se como um território repulsivo em termos populacionais, resultado da sua interioridade e da dificuldade em gerar riqueza capaz de proporcionar emprego e níveis de rendimentos consentâneos com as aspirações da população.

F. 3: Taxa de atracção / repulsão populacional, 2001-2005



Nota: Região atractiva: Taxa Atracção/Repulsão >0;
 Região repulsiva: Taxa Atracção Repulsão <0.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Estatísticas Demográficas

- O Pinhal Interior Sul apresenta uma taxa de atracção/repulsão negativa (-1,38%) consequência do forte impacto negativo do saldo natural (-2078) e do êxodo populacional registado pelo valor negativo do saldo migratório (-600).
- Mação e Oleiros são os concelhos com níveis mais alarmantes de repulsão (-4% e -3% respectivamente), logo seguidos pela Sertão e Proença-a-Nova (com valores perto do equilíbrio entre repulsão e atracção, -0,8% e -0,4% respectivamente).
- Vila de Rei é o único concelho que apresenta uma taxa de atracção/repulsão positiva, consequência de um saldo migratório positivo suficiente para diluir o impacto do saldo natural que apesar de negativo não foi muito significativo.

ÓPTICA DO TERRITÓRIO

4.10. O Pinhal Interior Sul apresenta características de predominante ruralidade na distribuição populacional e ocupação do território, com elevada proporção da população a residir em freguesias rurais.

- A população residente em freguesias predominantemente rurais é de 61,1%, no Pinhal Interior Sul, contrastante com o valor médio nacional e com o da região Centro, relativamente inferiores, de 13,6% e 26,5% respectivamente, sinónimo de um território vincadamente rural, onde apenas 9,8% da população reside em locais com características urbanas.
- Os concelhos do Pinhal Interior Sul partilham também isoladamente o vincado pendor rural verificado ao nível global da região, sendo que esta característica é particularmente visível nos concelhos de Mação, Oleiros e Vila de Rei onde, simultaneamente, a taxa de urbanização é nula e não existe nenhuma freguesia categorizada enquanto predominantemente urbana.

Q. 2: Níveis de urbanização: tipologia de freguesias e população residente Freguesias rurais e urbanas

	Nº Freguesias (2003)	Freguesias Rurais (APR)		Freguesias Urbanas (APU)		Taxa de Urbanização (2001)
		Nº freg. (1998)	%Pop. Resid. (2001)	Nº freg. (1998)	% pop. Resid. (2001)	(%)
Oleiros	12	11	63,0%	-	-	0,0%
Proença	6	5	51,4%	-	-	23,1%
Sertã	14	13	67,1%	1	32,9%	13,1%
Vila de Rei	3	2	25,3%	-	-	0,0%
Mação	8	7	73,0%	-	-	0,0%
PINHAL SUL	43	38	61,1%	1	12,3%	9,8%
CENTRO	1.334	823	26,5%	234	51,9%	32,2%
PORTUGAL	4257	2102	13,6%	1.025	69,6%	54,8%

Nota: APU: Áreas Predominantemente Urbanas, AMU: Áreas Medianamente Urbanas e APR: Áreas Predominantemente Rurais. As AMU não foram contabilizadas, obtendo-se por diferença. Taxa de Urbanização=Pop.Residente em lugares com 2000 habitantes ou mais/Pop.Residente Total.
Fonte: INE, Censos 2001 e INE, Tipologia de Áreas Urbanas aprovadas pelo CSE, 1998

4.11. No Pinhal Interior Sul a reduzida proporção de solo atribuída a usos urbanos é predominantemente consignada a espaços urbanos e espaços urbanizáveis em detrimento das zonas de implementação de equipamentos e parques urbanos, indústria e turismo, localizando-se dentro das suas fronteiras uma importante área de REN que cobre mais de metade do território.

- Os solos urbanos representam 3% da área total do Pinhal Interior Sul, enquanto no país esse valor representa 7% da área total nacional.
- O pendor rural da região encontra confirmação nas reduzidas proporções de solo urbano observado nos respectivos concelhos, com valores abaixo dos 5% e distanciados das parcelas de território atribuídas a actividades urbanas no Centro (8%) e no país (7%).
- A estrutura de utilização dos solos urbanos revela, face ao país, um peso mais elevado dos espaços urbanos e urbanizáveis compensado por uma parcela mais reduzida de espaços consignados a equipamentos e parques urbanos e indústria.
- Destaques para os concelhos de Vila de Rei pelo elevado peso de solo industrial face aos restantes concelhos (10%) e a Sertã onde 99% da utilização do solo urbano identificado está atribuído a espaços urbanos e espaços urbanizáveis.
- Importantes extensões REN correspondentes a 63% da área total da região o que em termos concelhios assume especial dimensão no concelho de Vila de Rei (78%).

Q. 3: Ordenamento do território, 2005

	% de solo urbano(*) na área total	Usos do solo identificados no perímetro urbano por tipologia (% face ao Solo Urbano)				Serviços e restrições (% face à área total do concelho)	
		Espaços Urbanos e Espaços Urbanizáveis	Equipamentos e parques urbanos	Indústria	Turismo	% RAN	%REN
Oleiros	1%	96%	-	4%	-	2%	72%
Proença	2%	94%	1%	5%	-	2%	61%
Sertã	5%	99%	-	1%	-	4%	59%
Vila de Rei	3%	84%	5%	10%	-	3%	78%
Mação	3%	89%	-	6%	5%	4%	49%
PINHAL SUL	3%	94%	1%	4%	1%	3%	63%
CENTRO	8%	83%	4%	12%	1%	-	-
CONTINENTE (**)	7%	79%	6%	12%	3%	-	-

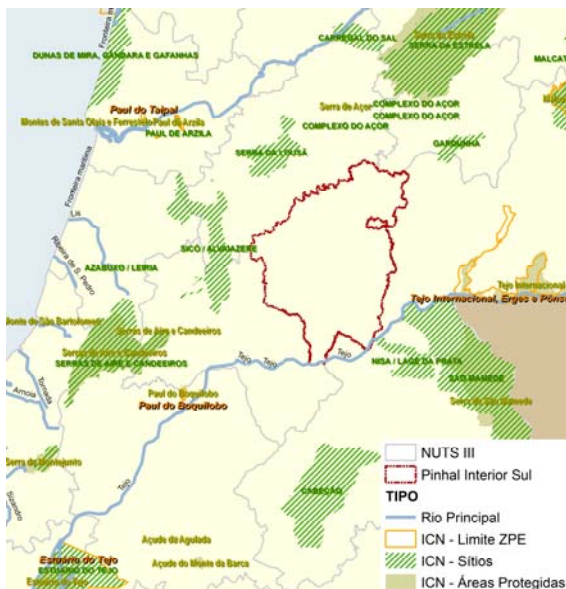
Nota: (*) aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreende os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano. É definido ao nível de PDM.

(**) Dados não disponíveis para alguns concelhos, implicando a subavaliação desta unidade territorial.

Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo dados da DGOTDU)

4.12. O Pinhal Interior Sul não apresenta qualquer área sujeita a utilização condicionada pelo Plano De Ordenamento de Áreas Protegidas ou pelo plano sectorial da Rede Natura.

F. 4: Condicionantes territoriais – Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas



Fonte: ICN

• Zonas de Protecção Especial (*Directiva Aves*), Sítios da Lista Nacional de Sítios e de Importância Comunitária – SIC (*Directiva Habitats*) e áreas protegidas próximas do Pinhal Interior Sul:

- ▣ Serra da Lousã,
- ▣ Serra da Gardunha,
- ▣ Sicó/Alvaiázere,
- ▣ Nisa/Lage da Prata,
- ▣ Serra e Complexo do Açor,
- ▣ Tejo Internacional.

4.13. Os indicadores do ambiente do Pinhal Interior Sul são satisfatórios ao nível da quantidade de água residual tratada e da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água, mas desfavoráveis no que respeita aos resíduos urbanos recolhidos selectivamente e à dotação de sistemas de drenagem de águas residuais e ETAR.

- O nível de resíduos urbanos recolhidos selectivamente é relativamente baixo, com excepção da Sertã, onde atinge já 7%, contra os 6% registados no país.
- Permanecem algumas fragilidades em determinados concelhos ao nível da dotação de sistemas de drenagem de águas residuais e ETAR em Proença, Sertã e Vila de Rei e de sistemas de abastecimento de água na Sertã.
- O Pinhal Interior Sul apresenta um nível muito elevado de águas residuais tratadas. Com efeito, todos os concelhos, à excepção de Oleiros que ainda fica aquém da média nacional, registam o valor máximo para este indicador.

Q. 4: Indicadores de saneamento e ambiente, 2005

	% de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	% da população servida por:			% de águas residuais tratadas
		sistemas de abastecimento de água	sistemas de drenagem de águas residuais	estações de tratamento de águas residuais	
Mação	0%	99%	78%	78%	100%
Oleiros	2%	97%	86%	70%	56%
Proença	2%	100%	39%	34%	100%
Sertã	7%	85%	65%	42%	100%
Vila de Rei	0%	100%	46%	27%	100%
PINHAL SUL	3%	94%	63%	50%	94%
CENTRO	5%	97%	73%	63%	93%
CONTINENTE	6%	92%	78%	65%	65%

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais; INE, Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico

4.14. A cobertura de equipamentos de saúde no Pinhal Interior Sul é, regra geral, insuficiente, sendo um território desprovido quer de hospitais públicos, quer de hospitais e clínicas privadas, limitando e dependendo a qualidade de vida nesta região dos serviços de saúde existentes nos concelhos vizinhos.

F. 5: Equipamentos de saúde, 2002



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

- A cobertura dos centros de saúde na região do Pinhal Interior Sul é em média de cerca de 8 centros de saúde/extensões por concelho o que dá uma capitação média de cerca de 9 centros por 10.000 habitantes, enquanto no caso das farmácias estas apresentam uma capitação de cerca de 3 farmácias por 10.000 habitantes.
- A região depende fortemente da cobertura de equipamentos de saúde centrais noutros pólos urbanos próximos, como Castelo Branco, Coimbra, Tomar, Torres Novas e Covilhã, estando condicionada aos serviços aí oferecidos e às acessibilidades que servem esses locais.
- Neste sentido, assume actualmente crucial importância o nível de qualidade e de diversidade dos serviços prestados nos centros de saúde em funcionamento no Pinhal Interior Sul.

4.15. O Pinhal Interior Sul acusa debilidades no domínio da saúde, pois, se a acessibilidade a centros de saúde ou extensões destes é satisfatória, a disponibilidade de farmácias ou postos de medicamentos, bem como pessoal de saúde é insuficiente.

- A acessibilidade a centros de saúde é elevada, ultrapassando, na generalidade dos concelhos, a média nacional e da região Centro.
- A insuficiente dotação de farmácias e postos de medicamentos é comum a todos os concelhos do Pinhal Interior Sul.
- A disponibilidade de profissionais de saúde fica muito aquém do nível médio da região Centro e do país, não obstante, o número de consultas por habitante ser próximo do nacional.

Q. 5: Indicadores de saúde

	População residente em freguesias equipadas com		Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
	Centro de Saúde ou Extensão	Farmácia ou Posto de Medicamentos			
	2002		2005		
Mação	93%	66%	1,7	0,4	3,1
Oleiros	83%	62%	2,3	0,0	4,1
Proença	100%	71%	1,7	0,9	4,1
Sertã	98%	53%	1,4	0,7	3,8
Vila de Rei	80%	75%	0,9	1,2	4,2
PINHAL SUL	94%	62%	1,6	0,6	3,8
CENTRO	81%	75%	4,5	2,9	4,1
CONTINENTE	74%	80%	4,5	3,5	3,9

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro; INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde; INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde

4.16. O acesso da população do Pinhal Interior Sul a equipamentos de desporto, cultura e lazer e acção social é ainda incipiente quando comparada com os patamares médios nacionais.

- A região, tomada globalmente, e os concelhos de Mação, Oleiros, Proença e Sertã, de modo mais evidente, revelam ainda uma insuficiente dotação de diversos equipamentos necessários para alcançar níveis superiores de coesão social.
- Vila de Rei destaca-se, apresentando uma acessibilidade elevada aos equipamentos seleccionados, ultrapassando em todos eles a média nacional.

Q. 6: Indicadores de acessibilidade a equipamentos diversos, 2002

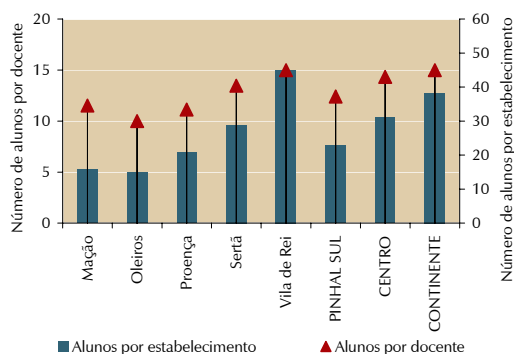
	Percentagem da população residente em freguesias servidas por equipamentos de:							
	Desporto			Cultura e Lazer		Acção Social		
	Piscina	Campo de Jogos	Pavilhão desportivo ou Ginásio	Sala de Espectáculo/ Conferência/ Congresso	Biblioteca aberta ao público	Creche	Lar de idosos	Centro de dia
Mação	42%	100%	27%	34%	38%	27%	57%	92%
Oleiros	0%	100%	52%	0%	43%	37%	47%	30%
Proença	49%	87%	49%	65%	71%	49%	49%	95%
Sertã	53%	78%	59%	53%	33%	62%	38%	58%
Vila de Rei	75%	95%	75%	80%	80%	75%	95%	95%
PINHAL SUL	43%	89%	51%	46%	47%	50%	50%	71%
CENTRO	39%	94%	61%	58%	42%	61%	56%	70%
CONTINENTE	46%	93%	65%	58%	44%	67%	58%	71%

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro

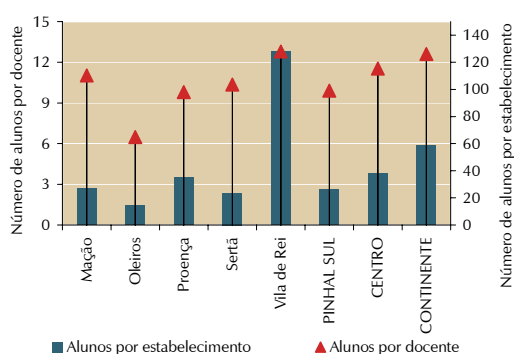
4.17. Os estabelecimentos de ensino do Pinhal Interior Sul apresentam um número de alunos por estabelecimento e por docente abaixo do nível médio nacional.

- No pré-escolar e no 1º ciclo, a generalidade dos concelhos apresentam um número médio de alunos por estabelecimento e por docente abaixo da média nacional, em oposição, Vila de Rei destaca-se com valores superiores ao país nestes indicadores.
- No 2º ciclo e 3º ciclo o número médio de alunos por estabelecimento e por docente situa-se abaixo da média nacional em todos os concelhos, sendo este facto mais pronunciado em Oleiros e Vila de Rei.

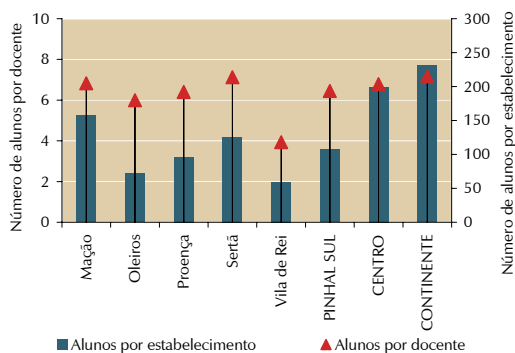
G. 6: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – Pré-escolar



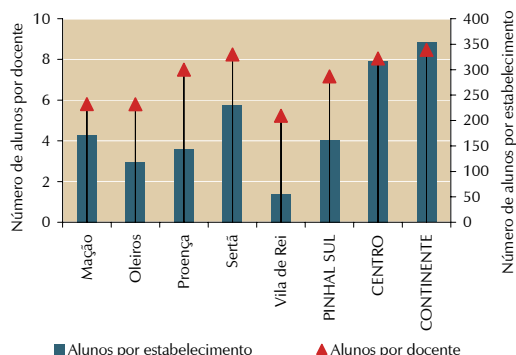
G. 7: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 1º ciclo



G. 8: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 2º ciclo



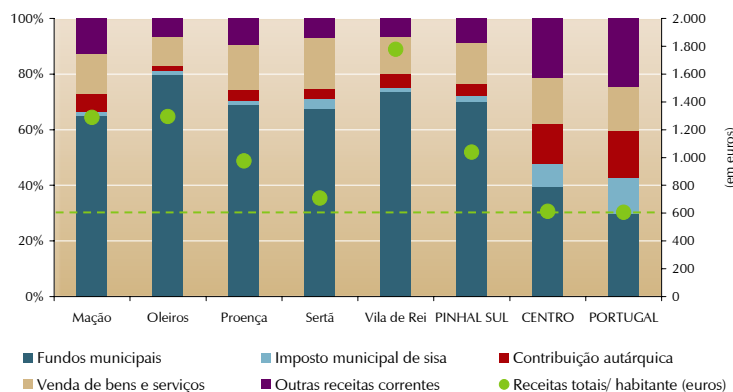
G. 9: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 3º ciclo e secundário



Fonte: Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Observatório da Ciência e do Ensino Superior

4.18. Nos concelhos do Pinhal Interior Sul a dependência municipal relativamente às transferências do Estado é muito mais acentuada do que a média nacional, sendo pouco significativa a capacidade de gerar receitas próprias através de impostos ligados à habitação.

G. 10: Finanças municipais, 2004
Principais componentes das receitas correntes (%)
e receitas totais per capita



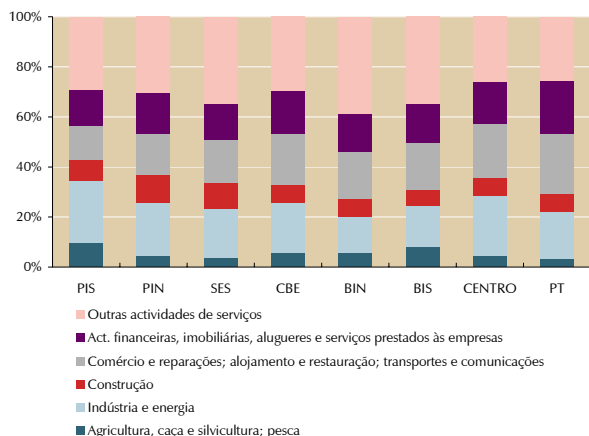
Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo o Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais.)

- O peso dos fundos municipais no total das receitas correntes dos municípios do Pinhal Interior Sul é muito elevado, em comparação com a região Centro e com o país, sendo este um factor revelador da dificuldade destes municípios gerarem receitas próprias.
- A componente venda de bens e serviços é consideravelmente superior à receita gerada pelos impostos relacionados com a habitação (SISA e Contribuição Autárquica), situação que difere da verificada ao nível da região Centro e do país, o que poderá estar associado a um nível reduzido de dinâmica imobiliária e a um parque habitacional diminuto.

ÓPTICA DAS EMPRESAS

4.19. A estrutura produtiva do Pinhal Interior Sul regista fortes desfasamentos face ao referencial nacional: o peso de actividades associadas ao sector primário e secundário é consideravelmente superior no Pinhal Interior Sul verificando-se o oposto nas actividades relativas ao sector terciário.

G. 11: Estrutura do VAB por sector de actividade, 2003

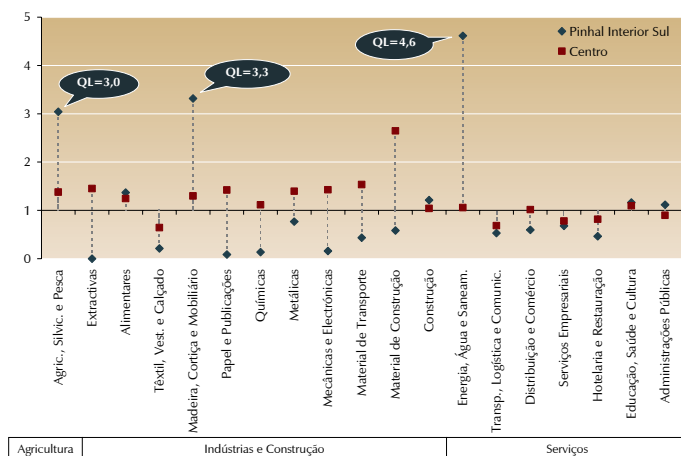


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O Pinhal Interior Sul apresenta um perfil de especialização baseado na indústria e energia (25% do VAB), que conjuntamente com outras actividades relacionadas à administração pública e serviços às famílias (29% do VAB) constituem mais de metade do VAB regional.
- Verificam-se algumas diferenças em termos de especialização produtiva face ao referencial nacional: actividades relativas ao sector primário (agricultura e pescas) e secundário (indústria e energia) apresentam um maior peso nesta região, em detrimento de actividades afectas ao sector terciário, nomeadamente outras actividades de serviços, para além de actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas.

4.20. Energia, água e saneamento, madeira, cortiça e mobiliário e agricultura e pesca constituem os sectores de especialização mais expressivos da região do Pinhal Interior Sul.

G. 12: Quociente de localização do VAB, 2003

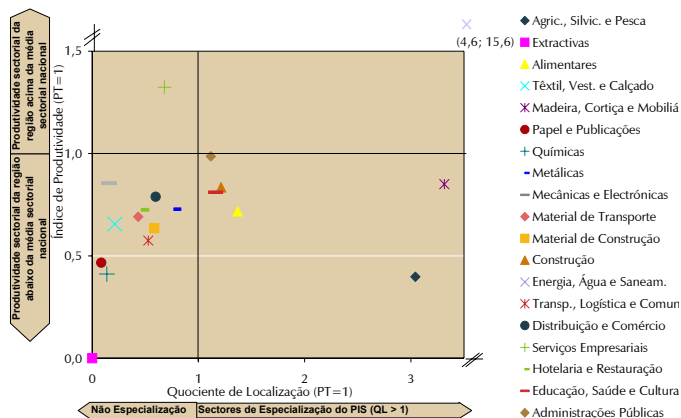


- O perfil de especialização da região do Pinhal Interior Sul incide, sobretudo, sobre os sectores ligados a energia, água e saneamento; madeira, cortiça e mobiliário e agricultura e pesca. Nestes sectores, o contributo para a formação do VAB total da região Pinhal Interior Sul é consideravelmente mais significativo do que à escala nacional.
- Os sectores de especialização da região Pinhal Interior Sul coincidem com os sectores de especialização da região Centro, embora o contributo destes sectores para a formação do VAB regional seja mais vincado no caso do Pinhal Interior Sul do que no caso da região Centro.

Nota: O Quociente de Localização (QL) pode ser utilizado como indicador do grau de especialização produtiva de uma determinada região face ao país. Assim: se $QL > 1$, o sector tem maior peso na região do que a nível nacional; se $QL < 1$, o sector tem menor peso nessa região do que a nível nacional.
Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais 2003

4.21. A região apresenta maior eficiência produtiva em apenas um dos sectores em que tem vindo a afirmar a sua especialização, que é o caso do sector da energia, água e saneamento.

G. 13: Produtividade dos sectores e respectivo grau de especialização, 2003



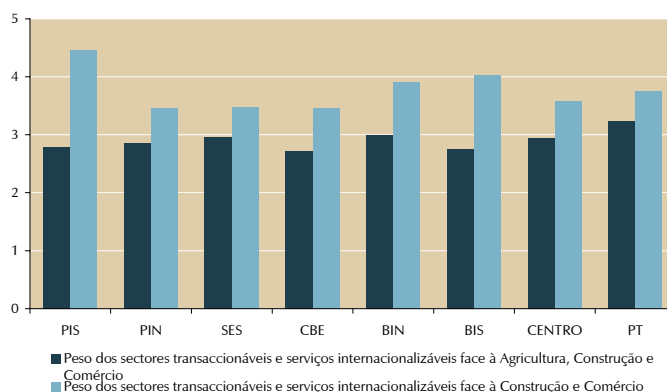
Nota: No 1º Quadrante estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 2º Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 3º Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional; No 4º Quadrante, estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional.

Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O cruzamento da informação sobre o índice de produtividade de cada sector e o respectivo grau de especialização permite verificar que estes índices estão, de algum modo, positivamente relacionados.
- O sector da energia, água e saneamento destaca-se, pois apresenta um grau de especialização elevado e um índice de produtividade acima da média nacional.
- Agricultura e pesca, madeira, cortiça e mobiliário, indústrias alimentares, construção e educação, saúde e cultura apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional, embora evidenciem graus de especialização elevados.
- O sector de serviços empresariais indicia um índice de produtividade superior ao referencial nacional, contudo o quociente de localização está abaixo da média nacional.
- Estes desfasamentos poderão evidenciar alguma falta de aproveitamento do potencial produtivo da região.

4.22. O peso do VAB dos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis quase triplica o peso da agricultura, construção e comércio, o que evidencia uma economia dependente de sectores tradicionais e pouco diversificada.

G. 14: Relação: sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis face à agricultura, construção e comércio, 2003

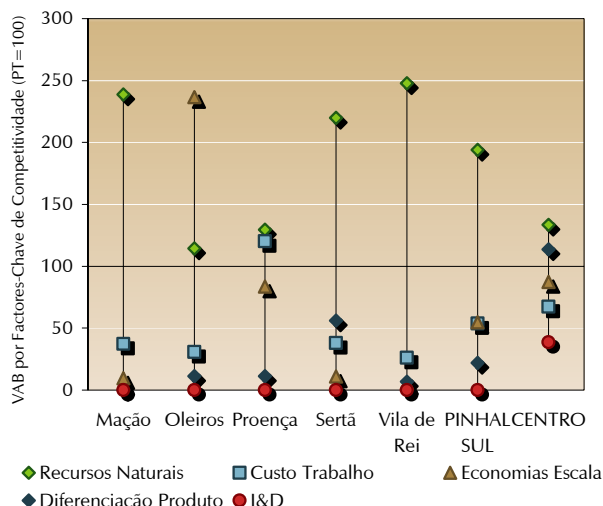


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- A relação entre o valor criado pelos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis (i.e., cuja actuação e capacidade de penetração no mercado não se confinam necessariamente à proximidade física e que podem competir à escala nacional e/ou internacional) face à relevância dos serviços com maior vínculo à localização física (construção, comércio e serviços de proximidade) permitem aferir o potencial de competitividade da região.
- Face ao resto do país, o Pinhal Interior Sul apresenta um nível de especialização produtiva ligeiramente menos diversificado e mais dependente de sectores tradicionais, como a agricultura, a construção e o comércio (explicado, em grande parte pelo elevado peso do sector agrícola).

4.23. O modelo de especialização industrial assenta em indústrias que sustentam a sua competitividade com base na facilidade de acesso e proximidade a recursos naturais, e em que se indiciam possibilidades de desenvolvimento em indústrias sustentadas por factores mais avançados de competitividade, como as centradas na extensão da série de produção.

G. 15: Especialização da indústria por factores-chave de competitividade, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especialização produtiva de uma dada região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

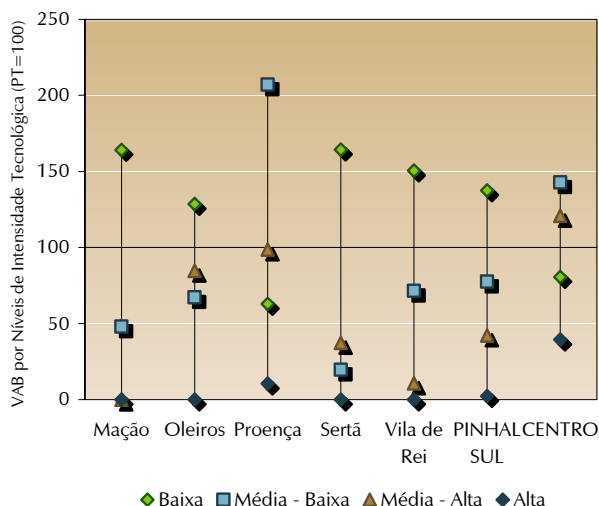
- Indústrias suportadas pela exploração de recursos naturais evidenciam um contributo mais expressivo para a formação do VAB industrial do Pinhal Interior Sul do que o contributo que este tipo de indústrias evidencia na formação do VAB total industrial do País.
- Oleiros e Proença-a-Nova complementam uma especialização industrial ditada pela proximidade do acesso a recursos naturais com a exploração de outros factores competitivos, como a ampliação da escala de produção em Oleiros e o baixo custo do factor trabalho em Proença-a-Nova.

Nota 2: *Factor-Chave de Competitividade - Rec. Naturais*: I. alimentares e bebidas, I. tabaco, Fab. pasta, papel e cartão, etc.. *Custo do Trabalho*: Fab. têxteis, I. Calçado, etc.. *Economias de Escala*: Fab. coque, Prod. Petrolíferos, Fab. Produtos Químicos, Fab. artigos borracha e matérias plásticas, Fab. veículos automóveis, etc.. *Diferenciação do produto*: Fab. máquinas e equipamentos, apar. eléctricos, apar. rádio, televisão e comunicação, etc.. *I&D*: Prod. Farmacêuticos, máq. escritório e equipamento p/ tratamento automático da informação, etc..

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

4.24. Os processos produtivos associados ao perfil de especialização industrial da região traduzem-se numa incorporação tecnológica predominantemente de nível baixo.

G. 16: Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especial. produtiva de uma região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

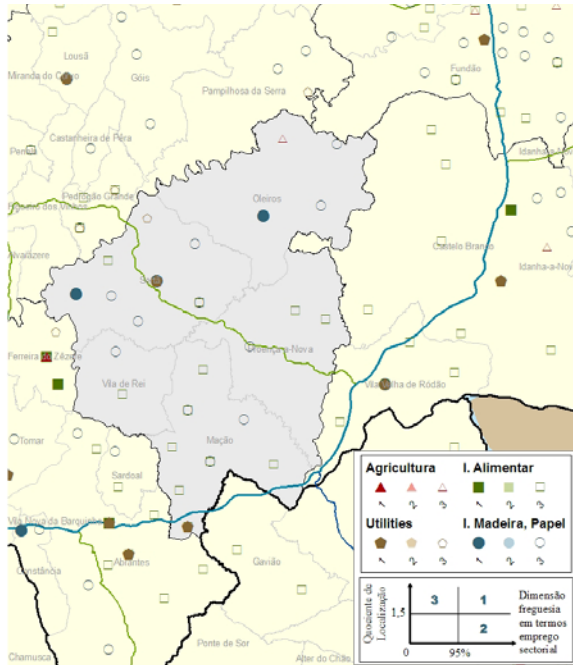
- Os concelhos do Pinhal Interior Sul evidenciam, em geral, tendências de sobre-especialização em que prevalece a incorporação de baixos níveis de tecnologia na produção industrial, quando comparados com a referência nacional.
- A inversão desta tendência no concelho de Proença-a-Nova traduz a relação que se estabelece entre os sectores de especialização produtiva industrial e os correspondentes níveis de incorporação tecnológica que lhe estão subjacentes e que, neste caso, revelam preponderância de incorporação tecnológica de nível médio-baixo e, ainda que com menor intensidade, médio-alto.

Nota 2: *Níveis de intensidade tecnológica - Alta*: Aeronáutica, aeroespacial, P. farmacêuticos, comput. e equip.inform. e escritório, equip. telecomunicações, inst. médicos, ópticos e de precisão; *Média-Alta*: Máq. e apar. eléctricos, veíc. automóveis, ind. químicas, equip. ferroviário, máq. e equip.; *Média-Baixa*: Coque, prod. refinados petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, prod. minerais não metálicos, const. e rep. naval, metalurgias base, prod. Metálicos; *Baixa*: Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vest., couro e calçado, prod. aliment., bebidas e tabaco, madeira, mobil. e cortiça.

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

4.25. Apenas a indústria da madeira e do papel e as utilities apresentam na região uma dimensão com relevância nacional, face aos sectores em que o Pinhal Interior Sul regista um maior grau de especialização produtiva.

F. 1: Localização dos principais sectores de especialização produtiva

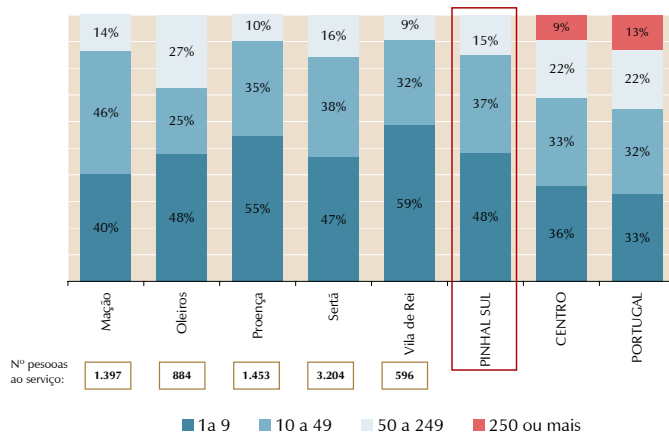


Fonte: AM&A com base nos dados do DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- As principais aglomerações de actividades relacionadas com a indústria de madeira e papel encontram-se a norte da região, localizadas nos concelhos da Sertã e Oleiros.
- Localiza-se igualmente em Oleiros um sector agrícola, que apesar de não apresentar uma dimensão sectorial de relevância nacional, apresenta um peso significativo no emprego total da região (superior ao registado no espaço de referência, o país, i.e. $QL > 1,5$).
- Outro sector onde o Pinhal Interior Sul apresenta um nível elevado de especialização produtiva é na indústria alimentar. Este sector encontra-se presente na generalidade dos concelhos com excepção de Oleiros, caracterizando-se, no entanto, por aglomerações de emprego sectorial sem relevância nacional.
- As actividades relacionadas com as *utilities* concentram-se essencialmente na Sertã e em Mação, onde se registam graus de especialização elevados e de relevância nacional.

4.26. O tecido empresarial do Pinhal Interior Sul apresenta-se mais atomizado do que a média nacional, sendo inexistente a presença de estabelecimentos de grande dimensão.

G. 17: Distribuição do emprego por dimensão do estabelecimento, 2004



Nota: não inclui Agricultura nem Administração Pública.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O Pinhal Interior Sul apresenta uma estrutura de emprego por escalão de dimensão dos estabelecimentos distinta da verificada ao nível do país, devido a uma maior concentração do emprego em micro e pequenas empresas e, em simultâneo, a uma dificuldade em empregar recursos em empresas com dimensão superior a 250 pessoas ao serviço.
- A presença de empresas com um número de pessoas ao serviço superior a 50 é mais relevante no concelho de Oleiros, embora neste concelho também não se registem empresas de grande dimensão (acima de 250 pessoas ao serviço).

4.27. O Pinhal Interior Sul tem uma concentração de emprego sectorial relativamente elevada – factor potenciador de risco no mercado de trabalho no caso de se verificarem deslocalizações ou falências de empresas.

Q. 7: Peso dos 5 maiores estabelecimentos por Concelho no respectivo emprego total, 2004

Localização	Sectores de Actividade	Peso dos 5 maiores estab. no emprego do concelho
Mação	Madeira, Cortiça e Mobiliário; Educação, Saúde e Cultura; Alimentares*; Têxtil, Vest. e Calçado; Transp., Logíst. e Comunic.	21,40%
Oleiros	Madeira, Cortiça e Mobiliário; Educação, Saúde e Cultura; Químicas	34,16%
Proença	Educação, Saúde e Cultura; Metálicas; Madeira, Cortiça e Mobiliário; Serviços Empresariais	17,62%
Sertã	Madeira, Cortiça e Mobiliário; Educação, Saúde e Cultura; Metálicas; Construção; Têxtil, Vest. e Calçado	11,99%
Vila de Rei	Educação, Saúde e Cultura; Alimentares	25,84%

**Nota: No caso da Indústria alimentar com representatividade em Mação, segundo dados da Câmara Municipal de Mação, são transformadas 8.000 toneladas de matéria-prima para a produção de presunto o que corresponde a 70% da Produção Nacional de Presunto. Esta actividade é responsável por cerca de 200 empregos no concelho de Mação, distribuídos pelas 9 empresas que se dedicam à indústria alimentar, neste caso concreto, carnes, enchidos e presunto.*

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O concelho de Oleiros é o que apresenta maior nível de concentração empresarial – cerca de 34% do pessoal ao serviço está integrado nos 5 maiores estabelecimentos.

- As 20 maiores empresas do Pinhal Interior Sul concentram 17,8% do emprego total da região, dedicando-se essencialmente ao sector de actividade da Madeira, Cortiça e Mobiliário.

Q. 8: Top 20 maiores estabelecimentos por empregados do Pinhal Interior Sul, 2004

Ranking	Top Estabelecimentos (2004)	Sector de Actividade	Dimensão (n.º de pessoas ao serviço)	Natureza Jurídica	Concelho
1	STEIFF BRINQUEDOS, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Oleiros
2	AJI IND DE MADEIRAS, SA.	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade Anónima	Mação
3	IMOC IND DE MOBILIÁRIO DE CERNACHE, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
4	STA CASA DA MISERICÓRDIA PROENÇA A NOVA	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Assoc. de Benefic. e Humanit.	Proença
5	STA CASA DA MISERICÓRDIA MAÇÃO	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Assoc. de Benefic. e Humanit.	Mação
6	INSTITUTO VAZ SERRA SOC ENS CULT RECREIO, LDA	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
7	STA CASA DA MISERICÓRDIA DA SERTÃ	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Assoc. de Benefic. e Humanit.	Sertã
8	DIAMANTINO JORGE & FILHO, LDA	Construção	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
9	VIVIANA FAB DE CONFECÇÕES, LDA	Têxtil, Vest. E Calçado	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
10	PALSER PALETES DA SERTÃ, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
11	JOSÉ AFONSO & FOS, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Oleiros
12	STA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI	Educação, Saúde e Cultura	entre 50 e 250	Assoc. de Benefic. e Humanit.	Vila de Rei
13	PINORVAL IND MADEIRAS, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Oleiros
14	MANUEL FREITAS LOPES & CA, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Sertã
15	FERNANDO MIGUEL LOPES PEREIRA & IRMÃO, LDA	Metálicas	entre 50 e 250	Sociedade por Quotas	Proença
16	RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR, SA	Transp., Logíst. E Comunic.	inferior a 50	Sociedade Anónima	Sertã
17	DANIEL LOURENÇO, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	inferior a 50	Sociedade por Quotas	Proença
18	PAULO C FARINHA CONFECÇÕES, LDA	Têxtil, Vest. E Calçado	inferior a 50	Sociedade por Quotas	Sertã
19	CENT AS S BEATO NUNO STA MARIA	Educação, Saúde e Cultura	inferior a 50	Assoc. de Benefic. e Humanit.	Sertã
20	ABÍLIO MATIAS, LDA	Madeira, Cortiça e Mobiliário	inferior a 50	Sociedade por Quotas	Sertã

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.28. Registam-se níveis mais elevados de iniciativa empresarial no Pinhal Interior Sul do que na região Centro e no País. No entanto, verifica-se o alinhamento com a tendência global para a redução das taxas de iniciativa empresarial, com incidência transversal ao nível dos concelhos do PIS, da região Centro e do País.

G. 18: Taxa de iniciativa empresarial



Nota: Taxa iniciativa empresarial = n° empresas novas na região X / emprego total na região X.

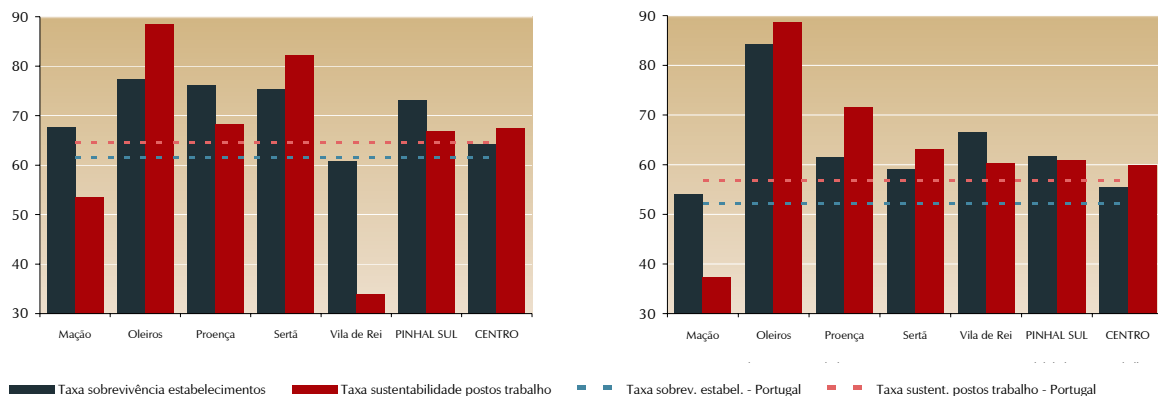
Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

- A taxa de iniciativa empresarial de 16% no Pinhal Interior Sul em 2002/03 situa-se acima dos níveis médios da região Centro e do país, exibindo uma tendência evolutiva decrescente face a 1994/95, alinhada com a situação verificada ao nível regional.
- Os concelhos de Vila de Rei e Oleiros registaram as quebras mais significativas de empreendedorismo entre 1994/95 e 2002/03.

4.29. O aumento dos níveis de insucesso empresarial e da consequente dificuldade de sustentação de postos de trabalho segue a tendência da região Centro e do país.

- 62% dos estabelecimentos criados em 1999/00 mantiveram-se em funcionamento durante pelo menos 3 anos, sustentando 61% dos postos de trabalho criados nesse período, resultados mais favoráveis do que a média nacional.
- Entre 1997/98 e 2002/03, o decréscimo dos níveis médios de sucesso empresarial acompanhou a tendência da média regional e nacional, registando-se diferenciais negativos mais acentuados da taxa de sobrevivência dos estabelecimentos nos concelhos de Mação e Sertã.

G. 19: Taxa de sobrevivência de estabelecimentos e sustentabilidade de postos de trabalho em 1997/98 dos estabelecimentos criados 3 anos antes em 2002/03 dos estabelecimentos criados 3 anos antes



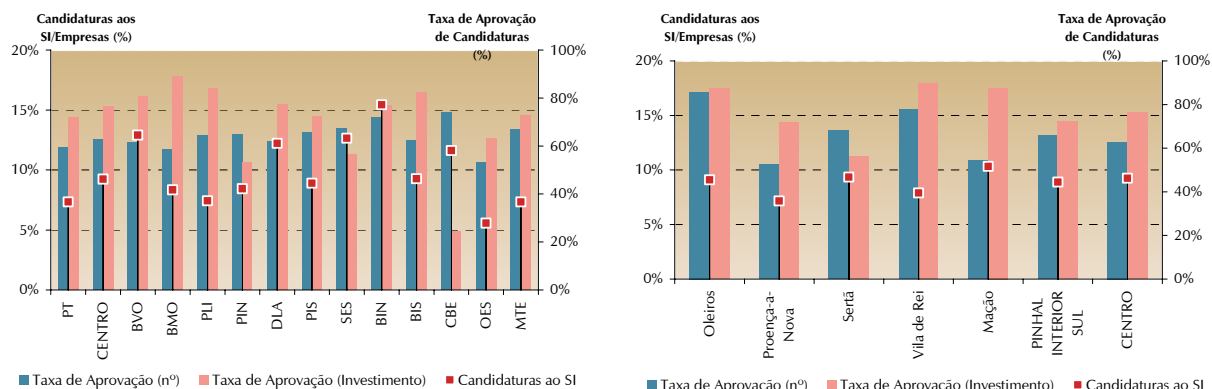
Nota: Taxa sobrevivência estab. a 3 anos = (n° estab. novos na região X que atingem o 3º ano de vida) / n° estab. novos na região X; Taxa sustent., postos trabalho a 3 anos = (emprego nos estab. novos na região X que atingem o 3º ano de vida) / emprego nos estab. novos na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.30. Mais de metade das empresas do Pinhal Interior Sul que se candidataram aos sistemas de incentivos no período do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, entre 2000-2006, obtiveram aprovação aos respectivos projectos.

- Foram poucas (cerca de 9%) as empresas sediadas no Pinhal Interior Sul que se candidataram aos Sistemas de Incentivos enquadrados no QCA III, no entanto, destas 66% obtiveram aprovação dos projectos candidatados, taxa de aprovação superior à da região Centro (63%) e à Nacional (59%).
- Mação foi o concelho onde uma maior percentagem de empresas se candidatou aos Sistemas de Incentivos. No entanto, a taxa de aprovação mais elevada observou-se em Oleiros, enquanto Vila de Rei registou uma taxa de aprovação em termos de valores de investimento superior.

G. 20: Candidaturas aos Sistemas de Incentivos às Empresas no QCA III, 2000-2006

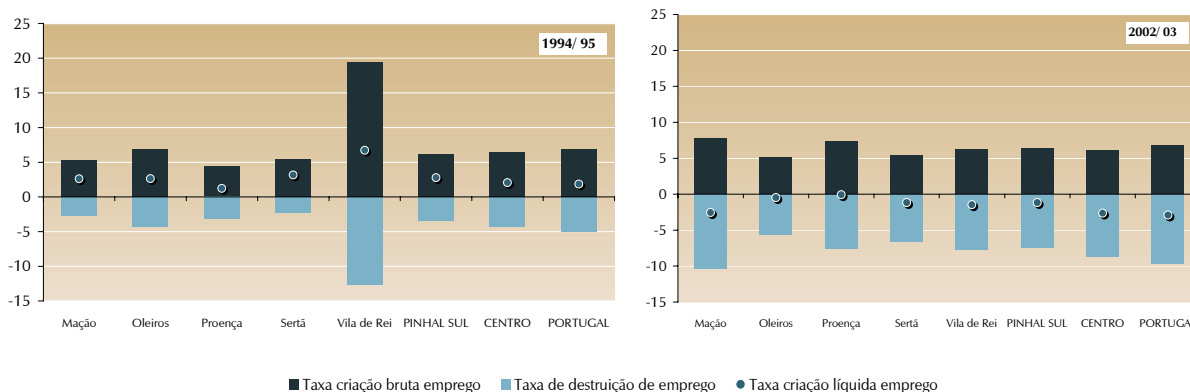


Nota 1: os projectos considerados no G. 20 dizem respeito aos sistemas de incentivos às empresas SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, SIVETUR - Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, URBCOM - Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial, SIUPI - Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial e SIME - INOVAÇÃO, inseridos no Eixo 1 (Dinamização das Empresas) do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) 2000-2006. Nota 2: o montante de investimento considerado diz respeito à componente FEDER.
Fonte: AM&A com base em dados do SIPrime, 2006

4.31. A inversão da capacidade líquida de criação de postos de trabalho entre 1994/95 e 2002/03 no Pinhal Interior Sul sugere níveis significativos de insucesso empresarial, associados à degradação significativa da situação conjuntural favorável de um período (de retoma) para outro período conjunturalmente mais conturbado.

G. 21: Taxa de criação/ destruição de emprego

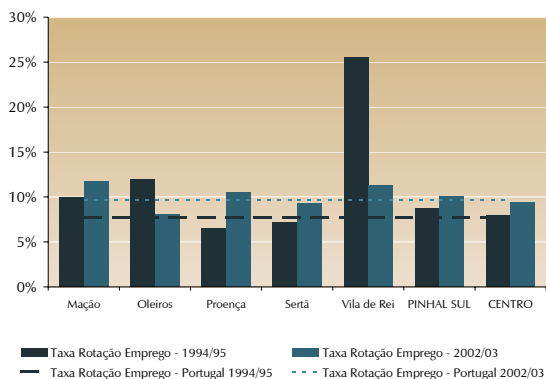
- A destruição de emprego associada ao encerramento de estabelecimentos em 2002/03 superou a criação de emprego induzida pelos novos estabelecimentos, à semelhança do verificado no país.
- A taxa de criação líquida de emprego no Pinhal Interior Sul atingiu em 2002/03 o valor de -1,2%, apresentando face a 1994/95 um andamento de sentido idêntico ao da região, embora menos acentuado.
- Mação é o concelho que apresenta o maior aumento da taxa de destruição de emprego entre os dois períodos.



Nota: Taxa criação bruta de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X/ emprego total na região X; Taxa de destruição de emprego = emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X; Taxa de criação líquida de emprego = (emprego nos estabelecimentos novos na região X - emprego nos estabelecimentos encerrados na região X)/ emprego total na região X.
Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.32. Turbulência no emprego alinhada com os níveis existentes no país, com evolução heterogénea ao nível concelhio.

G. 22: Taxa rotação do emprego em empresas



Nota: Taxa de rotação do emprego = (emprego nas empresas novas na região X + emprego nas empresas encerradas na região X) / emprego total na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Postos de trabalho envolvidos em processos de turbulência (encerramento e criação de empresas) representavam 10% do total de postos de trabalho do Pinhal Interior Sul em 2002/03, um valor idêntico ao observado na região Centro e no país.
- Os concelhos do Pinhal Interior Sul não apresentam, entre 1994/95 e 2002/03, uma evolução da taxa de rotação do emprego de sentido idêntico, sendo de destacar a forte quebra do valor do indicador em Vila de Rei, derivada do efeito combinado do decréscimo da criação e da destruição de emprego entre os dois períodos.

4.33. Os rácios de produtividade e rendibilidade das empresas do Pinhal Interior Sul apresentam valores superiores aos das empresas do país e aos das empresas da região Centro.

- Com excepção da rotação do activo (que permite medir a eficácia da gestão de activos, i.e., a cadência com que os activos estão a ser utilizados para gerarem vendas), os rácios determinados para as empresas da região exibem valores em linha ou superiores aos apresentados pelas empresas do Centro.
- Quanto à produtividade, destacam-se as empresas de Mação e Oleiros, com produtividades superiores à produtividade média da região. No que diz respeito à rendibilidade (a capacidade da empresa produzir a baixo custo e/ou de vender a preços elevados), salienta-se o desempenho das empresas de Oleiros.

Q. 9: Rácios Financeiros do Tecido Empresarial do Pinhal Interior Sul, 2004

Rácio Financ. (mediana)	Mação	Oleiros	Proença	Sertã	Vila de Rei	Pinhal Sul	Centro	Portugal
Produtividade Global	3,014	2,554	2,425	2,371	2,495	2,495	2,402	2,243
Rotação do Activo	0,772	0,760	0,728	0,782	0,781	0,766	0,902	0,925
Autonomia Financeira	0,257	0,336	0,272	0,237	0,319	0,267	0,222	0,216
Liquidez Geral	1,272	1,407	0,992	1,312	1,433	1,254	1,178	1,184
Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios	9,2%	10,2%	6,3%	9,2%	9,0%	8,8%	7,8%	8,4%
Rendibilidade Líquida das Vendas	1,6%	2,7%	1,8%	2,1%	2,2%	2,1%	1,3%	1,2%

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004.

4.34. Agricultura; Material de Transporte; Construção; Distribuição e Comércio; e Educação, Saúde e Cultura são sectores de actividade do Pinhal Interior Sul cujos rácios de rentabilidade apresentam diferenças favoráveis em relação ao padrão nacional.

- A Agricultura e a Distribuição e Comércio são os sectores de actividade cujos rácios financeiros não apresentam diferenças desfavoráveis face à referência nacional.
- Com excepção da Energia, os sectores de especialização do Pinhal Interior Sul (Energia, Água e Saneamento, Madeira, Cortiça e Mobiliário, e Agricultura) apresentam rácios de rentabilidade cujo diferencial face ao padrão nacional é neutro ou favorável.

Q. 10: Rácios Financeiros por Sector de Actividade, 2004

Sector de Actividade	Produtividade Global		Rotação do Activo		Autonomia Financeira		Liquidez Geral		Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios		Rentabilidade Líquida das Vendas	
	Pinhal Sul	PT	Pinhal Sul	PT	Pinhal Sul	PT	Pinhal Sul	PT	Pinhal Sul	PT	Pinhal Sul	PT
(mediana)												
Agríc., Silvíc. e Pesca	2,186	1,669	0,706	0,313	0,279	0,184	0,869	0,951	9,8%	6,0%	2,3%	1,8%
Extractivas	0,362	2,097	0,018	0,498	0,266	0,283	78,131	1,144	-0,7%	3,6%	-39,6%	1,9%
Alimentares	2,668	2,872	0,334	1,161	0,304	0,268	0,883	1,084	2,3%	6,4%	1,0%	1,2%
Têxtil, Vest. e Calçado	2,536	3,561	0,498	1,160	0,062	0,189	1,188	1,127	5,9%	7,9%	0,2%	0,8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	2,535	3,338	0,859	0,815	0,239	0,186	1,113	1,175	6,0%	5,8%	1,7%	1,0%
Papel e Publicações	2,885	2,290	0,767	0,901	0,142	0,213	0,860	1,127	5,0%	7,0%	1,1%	1,0%
Químicas	1,988	2,649	0,972	0,934	0,001	0,279	0,912	1,294	16,2%	5,6%	-0,5%	1,4%
Metálicas	4,000	3,128	0,753	0,997	0,284	0,208	1,091	1,179	8,0%	8,9%	1,1%	1,5%
Mecânicas e Electrónicas	2,760	2,758	0,901	0,988	0,251	0,252	1,530	1,259	2,3%	7,8%	0,4%	1,5%
Material de Transporte	9,283	2,944	1,127	0,964	0,145	0,223	0,736	1,205	36,0%	7,1%	4,6%	1,0%
Material de Construção	2,832	2,856	0,736	0,706	0,328	0,243	1,130	1,159	3,2%	3,8%	2,0%	1,1%
Construção	3,621	2,304	0,687	0,801	0,208	0,175	1,320	1,260	13,4%	9,3%	3,1%	1,9%
Energia, Água e Saneam.	4,399	1,779	0,133	0,136	0,111	0,206	1,034	1,074	4,5%	3,6%	3,7%	5,0%
Transp., Logística e Comunic.	2,030	1,890	0,854	1,027	0,534	0,470	2,220	1,585	6,0%	6,0%	3,1%	1,9%
Distribuição e Comércio	2,783	2,371	1,128	1,146	0,202	0,180	1,261	1,183	12,6%	8,4%	1,4%	0,7%
Serviços Empresariais	2,321	1,750	0,471	0,505	0,273	0,251	1,253	1,191	4,4%	7,7%	2,7%	2,6%
Hotelaria e Restauração	2,474	2,406	0,997	1,418	0,219	0,184	0,934	0,890	5,5%	8,9%	2,4%	0,7%
Educação, Saúde e Cultura	1,612	1,948	0,421	0,912	0,424	0,292	1,614	1,110	19,5%	16,3%	10,6%	2,7%
Administrações Públicas	0,673	1,661	0,115	0,637	0,563	0,402	0,282	1,248	12,7%	7,6%	62,1%	2,7%

Legenda:

Diferencial positivo do indicador no Pinhal Interior Sul em relação ao padrão nacional do sector

Diferencial neutro do indicador no Pinhal Interior Sul em relação ao padrão nacional do sector

Diferencial negativo do indicador no Pinhal Interior Sul em relação ao padrão nacional do sector

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004.

4.35. O Pinhal Interior Sul é uma das três NUTS III do país com pior performance no que se refere à quota de exportações no total nacional, factor que não apresenta nenhuma evolução favorável recente.

Q. 11: Quotas de exportação

	Quotas de exportação 1999	Quotas de exportação 2005
	Face ao Pinhal Interior Sul	
Mação	n.d.	16,9%
Oleiros	27,4%	48,9%
Proença	n.d.	3,2%
Sertã	39,7%	31,0%
Vila de Rei	n.d.	n.d.
Face ao país		
PINHAL SUL	0,1%	0,1%
CENTRO	17,1%	21,4%

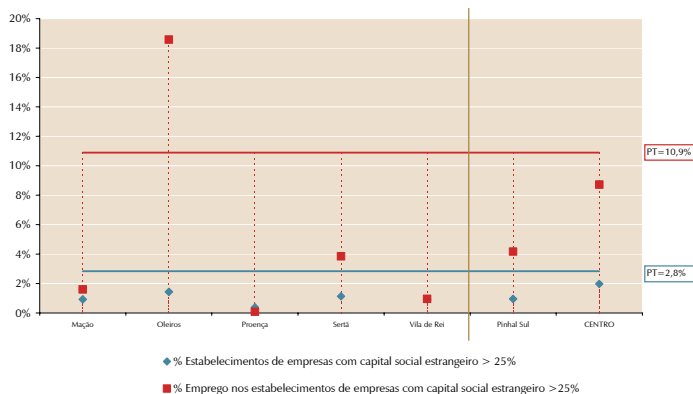
Nota: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores da população intercensitária. Sertã e Oleiros: os valores de 1999 referem-se apenas a comércio intracomunitário.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005)

- O Pinhal Interior Sul é a 28ª região entre as 30 NUTS III em termos de quota exportadora no conjunto nacional, representando apenas 0,1% das exportações do país em 2005 (valor idêntico ao observado em 1999).
- Assinala-se o reforço da quota de exportações do concelho de Oleiros, que representa em 2005 cerca de metade das exportações totais da região (Pinhal Interior Sul).

4.36. A presença do capital estrangeiro nos estabelecimentos localizados no Pinhal Interior Sul encontra-se abaixo dos valores de referência nacional, indiciando a esse nível um grau de internacionalização do tecido empresarial desta NUTS III ainda incipiente.

G. 23: Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial, 2004

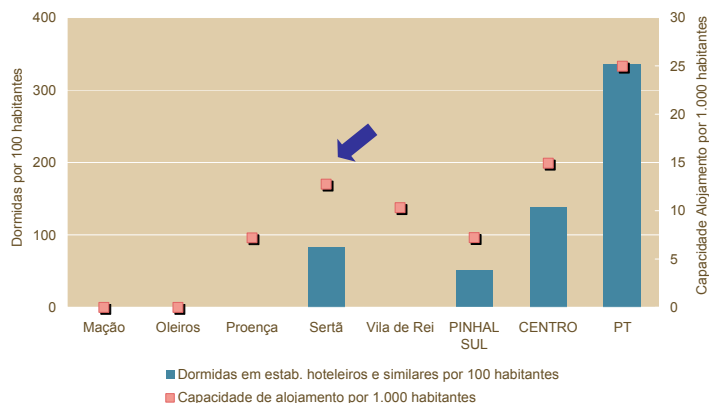


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Tendo por critério, quer o número de estabelecimentos de empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro, quer o número de postos de trabalho, o Pinhal Interior Sul regista um peso inferior ao Centro e à média nacional.
- Dos concelhos do Pinhal Interior Sul, destaca-se Oleiros por registar um peso do emprego dos estabelecimentos de empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro consideravelmente superior à média nacional, superando, também, os valores registados para o Centro.
- As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, acentuando o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.

4.37. O sector do turismo no Pinhal Interior Sul quando ponderado pelo respectivo número de habitantes apresenta uma importância praticamente residual, consequência do efeito da interioridade e do reduzido dinamismo empresarial.

G. 24: Capacidade de alojamento e dormidas, 2005



Nota: 1. A informação sobre dormidas em Proença e Vila de Rei está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Mação e Oleiros.

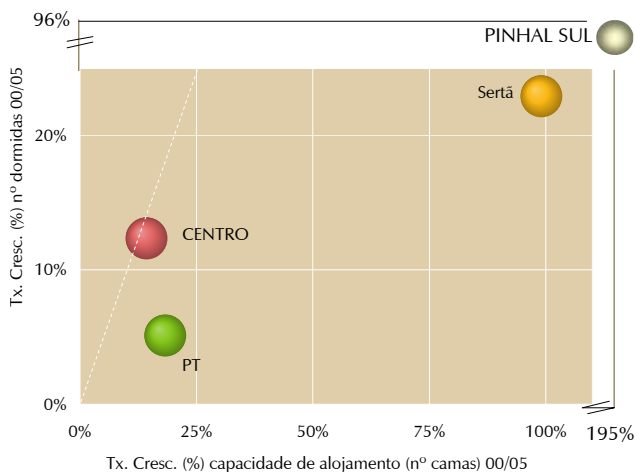
2. Embora as fontes oficiais não o citem, com base nos dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Mação determinou-se uma capacidade de alojamento por 1.000 habitantes de 4,6.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O peso do turismo no Pinhal Interior Sul é significativamente inferior à média nacional, quer considerando o número de dormidas, quer o número de camas por habitantes.
- O rácio dormidas/capacidade é também consideravelmente baixo no caso do Pinhal Interior Sul face ao referencial nacional (70,2 e 134,6, respectivamente).
- A nível concelhio, Sertã acaba por ser o concelho com maior destaque, suplantando a média da região no qual está inserido, não ultrapassando no entanto a média dos referenciais do Centro e do país.

4.38. A região do Pinhal Interior Sul, concomitantemente com o peso diminuto do Turismo, evidencia um crescimento muito elevado das variáveis relativas à oferta e procura deste sector, embora pareça pouco sustentável, já que o crescimento da capacidade de alojamento é mais alto comparativamente com o crescimento das dormidas.

G. 25: Capacidade de alojamento e dormidas
Taxa Variação 2000-2005

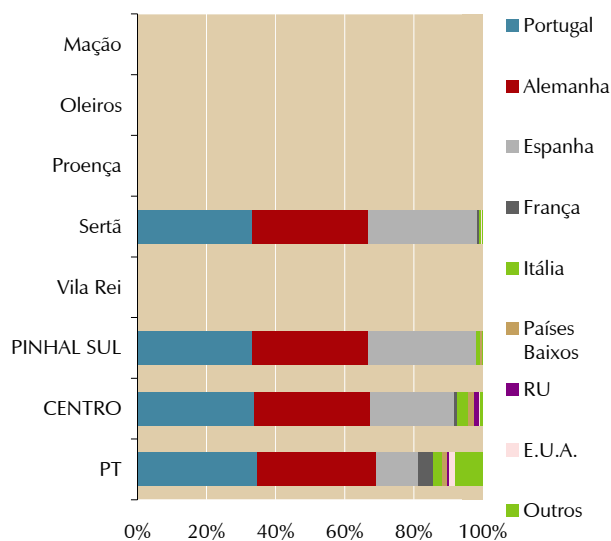


Nota: A informação sobre dormidas em Proença e Vila de Rei está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Mação e Oleiros.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O crescimento da oferta (capacidade de alojamento) do Pinhal Interior Sul ultrapassa o ritmo de crescimento da procura (n.º de dormidas), o que evidencia algum desequilíbrio entre estes fluxos, à semelhança do que se passa a nível nacional, em que a variação da procura é muito inferior ao crescimento da oferta, fruto de expectativas demasiado elevadas por parte do sector empresarial e quedas abruptas na procura, não obstante a aparente tendência de recuperação mais recente.
- Estas variações ao nível da capacidade e oferta devem-se essencialmente aos concelhos da Sertã, Proença e Vila de Rei.
- Pelo contrário, os concelhos de Mação e Oleiros não registam qualquer actividade turística, quer ao nível de capacidade, quer ao nível de dormidas contabilizadas em estabelecimentos hoteleiros. De salientar, no entanto, que o Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, segundo dados do respectivo director, acolheu no primeiro semestre de 2007 mais de 8000 utilizadores.

4.39. A Região do Pinhal Interior Sul apresenta uma maior dependência do turismo nacional comparativamente com uma maior diversidade de mercados evidenciada a nível médio nacional.

G. 26: Repartição das dormidas por origem, 2005

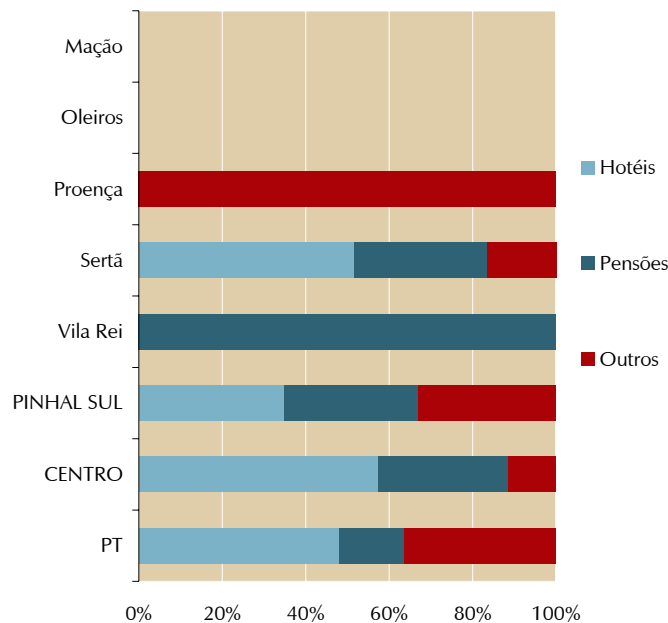


Nota: A informação sobre dormidas em Proença e Vila de Rei está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Mação e Oleiros.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O Pinhal Interior Sul apresenta uma taxa de internacionalização das dormidas substancialmente inferior ao referencial nacional, já que a grande maioria dos turistas na região, cerca de 92,4%, são portugueses, enquanto a nível nacional, estes representam apenas 31,5% do total.
- O concelho da Sertã evidencia ainda um peso maior de turistas portugueses, cerca de 94,4%.
- Entre os mercados externos, Espanha é o mercado emissor mais importante (2,6%), devido à proximidade geográfica e crescente importância do mercado *short-breaks*.

4.40. A oferta hoteleira no Pinhal Interior Sul é bastante tradicional, já que a presença de hotéis e pensões é consideravelmente mais evidente em detrimento de outras tipologias mais inovadoras.

G. 27: Repartição da capacidade por tipologia, 2005



Nota sobre gráfico: Não existe qualquer registo de capacidade em Mação e Oleiros.

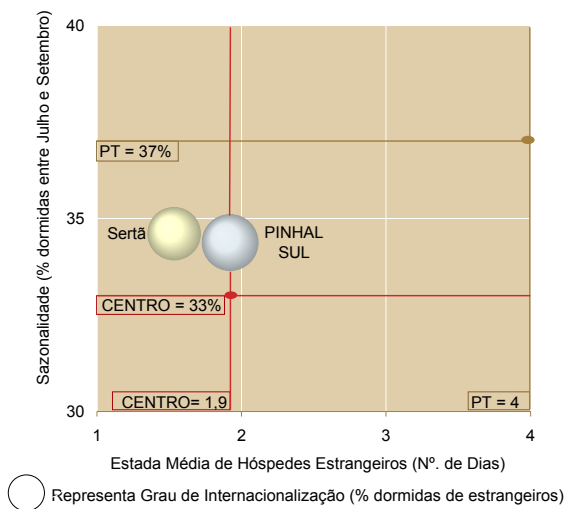
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

*Dados disponibilizados pelas Câmaras Municipais dada a inexistência de dados nas fontes utilizadas para definir a capacidade por tipologia.

- No Pinhal Interior Sul, 35% da oferta é constituída por Hotéis, enquanto 32% é relativa a Pensões e 33% à categoria Outros, (que engloba hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens).
- Face à região Centro e à região de polarização de Lisboa, a presença de hotéis é nitidamente inferior em contrapartida da categoria "outros".
- Verifica-se também alguma heterogeneidade a nível concelhio:
 - Oleiros não regista qualquer tipo de estabelecimento;
 - Mação conta com uma residencial com 13 quartos com 25 camas e uma unidade de turismo rural com 5 quartos com capacidade máxima de 10 pessoas*;
 - Proença conta apenas com uma pousada histórica com 33 quartos com 66 camas e uma residencial com 18 quartos com 36 camas*;
 - Em Vila de Rei está registada apenas uma pensão que conta com 33 camas;
 - Na Sertã coexistem as várias tipologias de alojamento.

4.41. O mercado do Turismo do Pinhal Interior Sul está ainda muito vocacionado para as short-breaks com uma significativa sazonalidade concentrada nos meses de Verão.

G. 28: Tempo médio de estada e sazonalidade, 2005



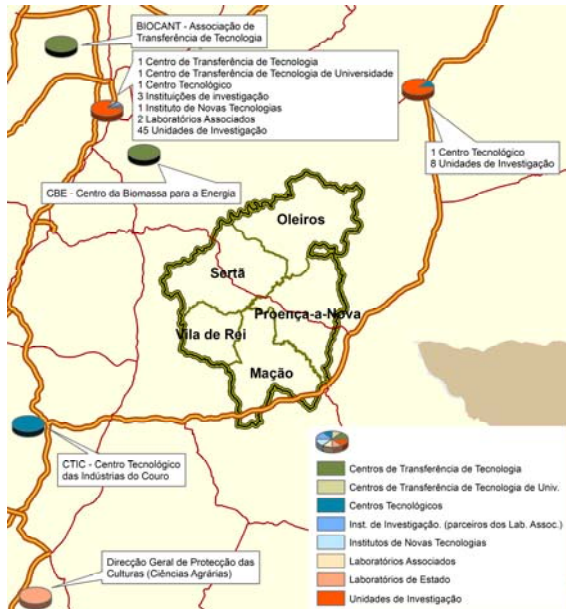
○ Representa Grau de Internacionalização (% dormidas de estrangeiros)

Nota: A informação sobre dormidas em Proença e Vila de Rei está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Mação e Oleiros.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Relativamente à estada média, verifica-se que o mercado da procura do Pinhal Interior Sul privilegia as short-breaks, pois a estadia média é de apenas 1,9 dias, enquanto a média nacional é de 4 dias.
- Assim, à dependência de um conjunto extremamente reduzido de mercados emissores e à resistência à subida da estada média, junta-se a vulnerabilidade associada à sazonalidade que também é mais elevada no Pinhal Interior Sul face ao referencial da região Centro, embora mais baixa do que o referencial nacional.

4.42. Não se observa no Pinhal Interior Sul a existência de Centros Tecnológicos e de Transferência de Tecnologia, Laboratórios e Unidades de Investigação, pelo que a lacuna evidenciada pela oferta deste tipo de infraestruturas de suporte é suplantada pelas regiões vizinhas.

F. 6: Infraestruturas de Investigação e Tecnologia



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- No Pinhal Interior Sul não foram identificadas, com base em dados oficiais, infraestruturas de Investigação e Tecnologia, como por exemplo, laboratórios, centros tecnológicos, ou outro tipo de unidades de investigação e transferência de tecnologia.
- No entanto, encontra-se relativamente próximo um conjunto alargado de infraestruturas de investigação e tecnologia afectas a uma grande diversidade de áreas do conhecimento que garantem uma boa oferta deste tipo de serviços de suporte à actividade empresarial, como são os casos:
 - de Coimbra e da Covilhã, onde se encontram um conjunto alargado de centros tecnológicos e de transferência de tecnologia, laboratórios e unidades de investigação,
 - de Miranda do Corvo, onde se localiza o CBE (Centro da Biomassa para a Energia),
 - de Alcanena, onde se localiza o CTIC (Centro Tecnológico das Indústrias do Couro),
 - e de Salvaterra de Magos onde se localiza o Laboratório da Direcção Geral de Protecção das Culturas.

ÓPTICA DAS PESSOAS

4.43. A região do Pinhal Interior Sul condensa as características que assolam actualmente as regiões interiores e intensificam a dicotomia Litoral-Interior, ou seja, baixas densidades populacionais, tendências de desertificação confirmadas por taxas de crescimento populacional acentuadamente negativas resultando em perdas evidentes de quota de efectivos populacionais e por arrastamento, peso económico e capacidade competitiva.

- O Pinhal Interior Sul concentra, para 2005, 42.125 habitantes o correspondente a 0,5% da população nacional.
- As particularidades concelhias destacam os concelhos da Sertã, enquanto o principal pólo populacional com 38,2% da população, e Vila de Rei como o mais reduzido em termos de concentração de população (7,6%) e extensão (191,6 km² o equivalente a 0,1% da área total da região formada pela NUTS III).
- A variância de densidades populacionais ao nível dos concelhos do Pinhal Interior Sul encontra-se no intervalo dos 12,9 habitantes por km², caso de Oleiros, e 36 habitantes por km², a situação da Sertã, o que é sinónimo de uma região fracamente povoada e com características conducentes a reduzidos aglomerados urbanos e populacionais.

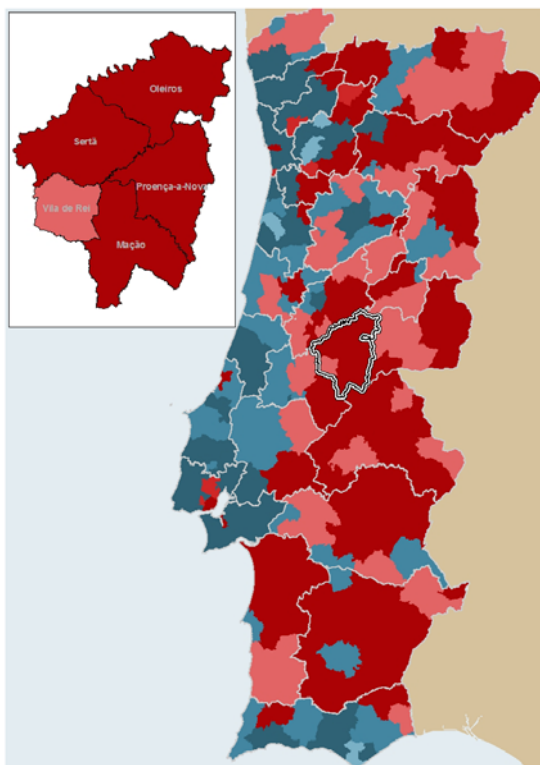
Q. 12: Densidade populacional e dinâmicas de crescimento da população residente

	População 1991 (Quota)	População 2005 (Quota)	População 1991/2001 (taxa Var.)	População 2001/2005 (taxa Var)		Densidade pop. 2005(hab/ Km ²)
Oleiros	15,3%	14,5%	-14,0%	-8,7%	▼	12,9
Proença	21,8%	21,8%	-13,3%	-4,6%	▼	23,2
Sertã	35,8%	38,2%	-8,1%	-3,8%	▼	36,0
Vila de Rei	7,3%	7,6%	-9,0%	-4,6%	▼	16,7
Mação	19,8%	18,0%	-16,1%	-10,2%	▼	19,0
PINHAL SUL	100,0%	100,0%	-11,8%	-6,0%	▼	22,1
PINHAL SUL	0,5%	0,4%	-11,8%	-6,0%	▼	22,1
CENTRO	22,9%	22,5%	4,0%	1,4%	▲	84,5
PORTUGAL	100,0%	100,0%	5,0%	2,1%	▲	114,8

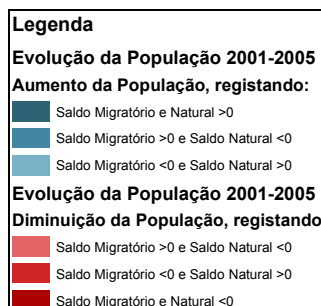
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

4.44. A região do Pinhal Interior Sul protagonizou no período 2001-2005 uma tendência evidente de perda líquida de população residente para a qual contribuiu simultaneamente a redução do número de nascimentos, com particular intensidade, e um processo de saída populacional que conduziu a um saldo migratório negativo perspectivando-se, neste contexto, problemáticas ao nível da sustentabilidade demográfica (envelhecimento populacional) e conseqüentemente ao nível da sustentabilidade económica da região.

F. 7: Componentes da evolução populacional, 2001-2005

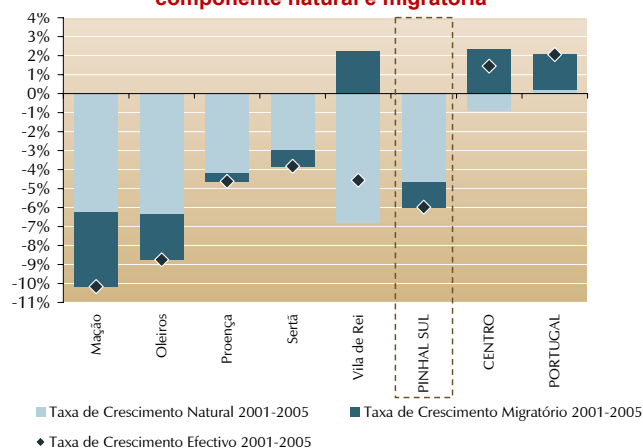


- Vila de Rei é o único concelho do Pinhal Interior Sul que apresenta uma evolução positiva do saldo migratório (75 pessoas), que no entanto não foi suficiente para compensar o efeito negativo do saldo natural (-228 pessoas), registando por conseguinte uma diminuição de população em cerca de 153 pessoas.
- A perda de população é relativamente significativa nos concelhos de Mação (registra uma diminuição de 858 pessoas) e Sertã (-639 pessoas) consequência não só de um elevado peso do número de óbitos face ao número de nascimentos, como também pelo efeito negativo do saldo migratório, este último com relativa expressão principalmente no concelho de Mação.
- Oleiros e Proença-a-Nova registam igualmente perda de população no período em análise, -584 e -444 pessoas, respectivamente, sendo o efeito negativo do saldo natural e migratório mais elevado no caso de Oleiros do que no caso de Proença-a-Nova.



- Relativizando em termos de taxas de crescimento, confirma-se a tendência regressiva das dinâmicas populacionais do Pinhal Interior Sul (-5,9%), amplamente explicada por uma componente natural (-4,6%) e migratória (-1,3%) negativa, tendência verificada com particular agravo no concelho de Mação onde a perda de população efectiva (-10,1%) é elevada e acentuada para ambas as componentes.
- O concelho de Vila de Rei, como já se verificou, apresenta, por seu turno, uma variante nas componentes de variação analisadas evidenciando movimentos migratórios positivos, sinónimo de relativa atractividade concelhia contudo, insuficiente para contrariar o saldo natural mais elevado do agregado territorial em apreço (-6,8%).

F. 8: Decomposição da taxa de crescimento populacional 2001-2005: componente natural e migratória



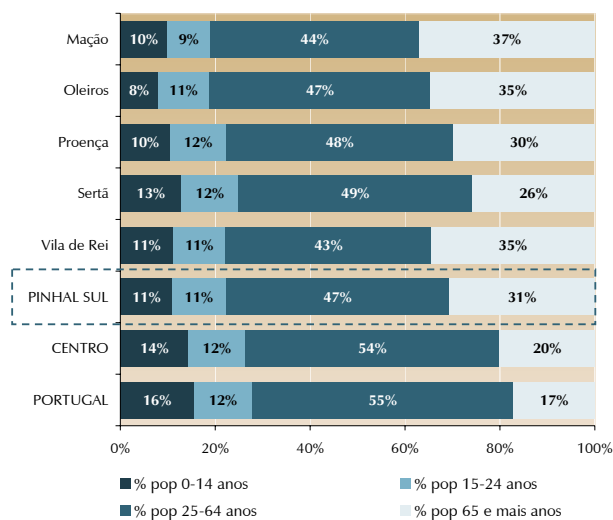
PINHAL INTERIOR SUL

Taxa de Crescimento Efectivo 2001-2005 = -5,9%
 Taxa de Crescimento Migratório 2001-2005 = -1,3%
 Taxa de Crescimento Natural 2001-2005 = -4,6%

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005)

4.45. O Pinhal Interior Sul apresenta características que enquadram a região num notório processo de envelhecimento populacional e retrocesso demográfico consubstanciado, invariavelmente para todos os concelhos, numa representatividade da população idosa acima da população com idade inferior a 25 anos.

G. 29: Estrutura etária da população residente, 2005

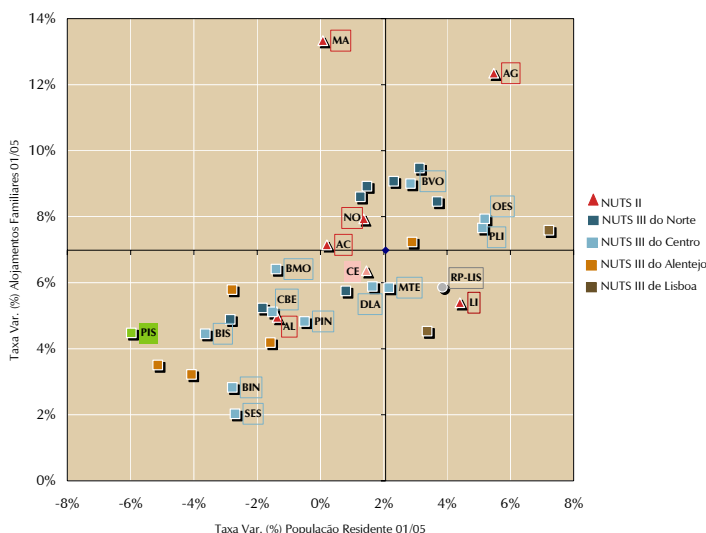


Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

- A tendência de envelhecimento populacional ao nível concelhio verifica-se na totalidade dos concelhos da região do Pinhal Interior Sul, mas de forma particularmente acentuada nos concelhos de Mação, Oleiros e Vila de Rei, onde o diferencial entre a população jovem (0 aos 24 anos) e população idosa (mais de 65 anos) é, respectivamente, de 18,1%, 15,8% e 12,3%.
- O concelho da Sertã regista, para o conjunto dos concelhos da região, a maior fatia de população em idade activa (61%) e de população com idade inferior aos 25 anos (25%) mas com valores ainda desfavoráveis face aos valores médios nacionais e da NUTS II Centro em que está enquadrada.
- O concelho de Mação reporta a situação mais problemática em termos de disponibilidade de mão-de-obra e de estrangulamentos demográficos com consequências nas dinâmicas de desenvolvimento demográfico, com apenas 53% da população em idade activa, 37% com idade superior a 65 anos e 19% com menos de 25 anos.

4.46. O número de alojamentos familiares no Pinhal Interior Sul cresceu a um ritmo inferior ao regional e nacional, em consonância com o cenário de perda populacional.

G. 30: Alojamentos e população residente, Taxa de variação 2001-2005



Fonte: INE, Censos 2001, Estimativas da População Residente 2005, Estatísticas da Construção

- O número de alojamentos familiares entre 2001 e 2005 cresceu 4%, um dos registos mais baixos do Centro e do país.
- O concelho da Sertã foi o único que registou um aumento do número de alojamentos superior à média do Centro (7%), não obstante a população residente ter diminuído cerca de 4%.

4.47. A região Pinhal Interior Sul posiciona-se enquanto moderada “fornecedora líquida” de mão-de-obra e ligeiramente repulsiva na relação com a força de trabalho, situação em que, a inexistência de postos de trabalho gerados em quantidade suficiente para empregar a população residente empregada total implica movimentações com fins laborais para fora dos concelhos de residência e da própria região.

- As taxas de mobilidade extra-concelhias, medidas da proporção de “exódo” populacional para fins laborais, localizada abaixo dos 20% é reflexo de uma reduzida proporção da população a exercer actividades profissionais fora do concelho de residência, referindo-se ainda que não menos de 80% da população reside e trabalha nos respectivos concelhos de origem.
- A região do Pinhal Interior Sul e respectivos concelhos são ligeiramente repulsivos, ou seja, emitem fluxos de mão-de-obra para o exterior (fornecedores líquidos de mão-de-obra) não compensados, embora por diferenças relativamente exíguas, por entradas de fluxos de mão-de-obra do exterior, materializados em saldos de emprego negativos.

Q. 13: Movimentos pendulares e indicadores de mobilidade, 2001

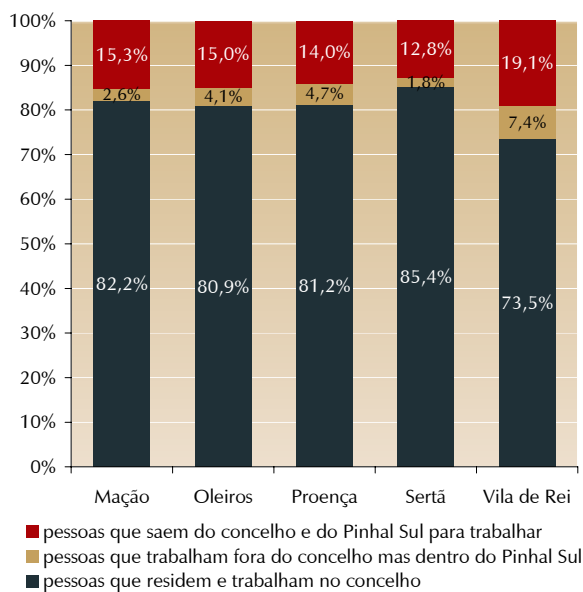
Indicadores de Mobilidade		Mação	Oleiros	Proença	Sertã
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm emprego, dentro ou fora do concelho) (1)	2.899	2.377	3.233	6.166
	Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos) (2)	502	277	201	564
	Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos) (3)	517	454	607	903
	Saldo de Emprego (se negativo - concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo - concelho importador líquido de mão-de-obra) (4) = (2) - (3)	-15	-177	-406	-339
	Emprego (nº postos trabalho gerados no concelho) (5) = (1) + (4)	2.884	2.200	2.827	5.827
Importância dos movimentos (em %)	Taxa mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar) (6) = [(3)/(1)]*100	17,8%	19,1%	18,8%	14,6%
	Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente) (7) = [(2)/(5)]*100	17,4%	12,6%	7,1%	9,7%
	Grau de atractividade / repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%) (8) = [(5)/(1)]*100	99,5%	92,6%	87,4%	94,5%
	Grau de localização do emprego (% da população que trabalha e simultaneamente reside no concelho) (9) = [(1)-(3)]/1*100	82,2%	80,9%	81,2%	85,4%

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

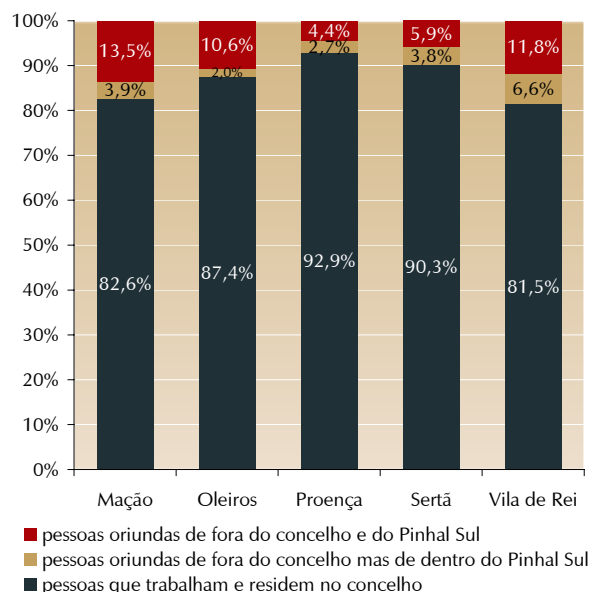
4.48. A proximidade ao Médio Tejo (região polarizada por Lisboa) e a pólos urbanos próximos de relevância como Castelo Branco, capital de distrito, tem impacto sobre o perfil das movimentações laborais da população residente no território e na caracterização da região enquanto “emissora líquida de mão-de-obra”, embora em níveis não muito intensos.

- Os concelhos que estabelecem fronteira com o Médio Tejo e a Beira Interior Sul, em particular com Castelo Branco, apresentam a maior proporção de população a trabalhar fora do Pinhal Interior Sul, são os casos de Vila de Rei (19,1%), Mação (15,3%) e Oleiros (15,0%).
- Ordenando os concelhos do Pinhal Interior Sul de acordo com a percentagem de população que ocupa os postos de trabalho gerados dentro dos limites do respectivo concelho, destacam-se a Sertã (85,4%) e Mação (82,2%).
- O caso de Vila de Rei contrasta com os restantes concelhos dado que regista a proporção mais elevada da respectiva população residente empregada, que exerce as suas actividades laborais em outros concelhos da região (7,4%) para além da já supra citada tendência de movimentações para regiões fronteiriças.
- A estrutura do emprego do Pinhal Interior Sul por origem residencial, desdobrada para os respectivos concelhos permite verificar que, para todos eles, pelo menos 80% do emprego é ocupado por população residente no concelho, facto com especial expressão em Proença-a-Nova (92,9%)
- Mação e Vila de Rei, concelhos de fronteira com a NUTS III Médio Tejo (polarizada pela região de Lisboa), apresentam-se como os maiores receptores de mão-de-obra oriunda de concelhos exteriores ao Pinhal Interior Sul.
- As dinâmicas de recepção de mão-de-obra intra-regional são pouco expressivas, mas com destaque para o concelho de Vila de Rei (6,6%), seguido, embora distanciadamente, pelo concelho de Mação (3,9%) e Sertã (3,8%).

G. 31: Destino laboral da população residente nos concelhos do Pinhal Interior Sul, 2001



G. 32: Origem residencial das pessoas ao serviço nos concelhos do Pinhal Interior Sul, 2001



Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.49. Os fluxos de mobilidade de pessoas com fins laborais, para além de associados à desarticulação entre oferta e procura de trabalho, são também ditados pelas debilidades em suprir localmente o perfil de competências exigido por determinadas profissões.

- As fronteiras territoriais do Pinhal Interior Sul ditam, em grande medida, as deslocações de mão-de-obra verificadas no cômputo geral de concelhos de acolhimento e recepção de mão-de-obra, destacando-se a importância de concelhos exteriores à região como Abrantes, Castelo Branco, Pedrógão Grande, Lisboa e Pampilhosa da Serra, para além de pólos de atracção laboral de referência internos como a Sertã, no Top 4 em três concelhos do Pinhal Interior Sul.
- Não se detectam diferenças substanciais na estrutura de entradas e saídas no Pinhal Interior Sul por actividades económicas, destacando-se as actividades agricultura, produção animal, caça e silvicultura, construção, comércio por grosso, administração pública e indústrias da madeira e da cortiça.

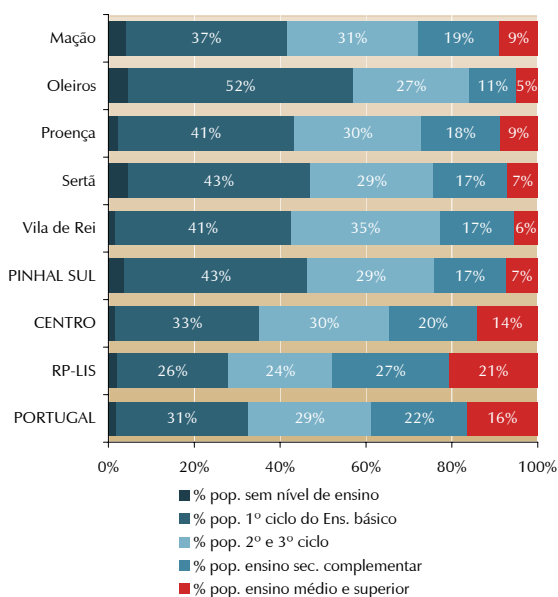
Q. 14: Entradas e saídas de mão-de-obra para o trabalho, por concelho e sector de actividade, 2001

Concelhos	“Saídas de mão-de-obra” [Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída]		“Entradas de Mão-de-Obra” [Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada]	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
Mação	Abrantes, Lisboa, Santarém, Vila de Rei, Proença-a-Nova	Construção, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Comércio por grosso, Administração pública, Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, Saúde e acção social	Abrantes, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Sardoal	Construção, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Comércio grosso e retalho, Administração pública, Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, Educação
Oleiros	Castelo Branco, Sertã, Lisboa, Pampilhosa da Serra	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Construção, Comércio grosso, Administração pública, Indústrias da Madeira e da Cortiça	Castelo Branco, Sertã, Pampilhosa da Serra, Fundão, Espinho, Lisboa	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Construção, Comércio grosso e retalho, Administração pública
Proença	Castelo Branco, Sertã, Mação, Lisboa, Vila Velha de Ródão	Construção, Comércio por grosso, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Indústrias da Madeira e da Cortiça, Administração Pública	Castelo Branco, Sertã, Mação	Construção, Comércio grosso e retalho, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Indústrias da Madeira e da Cortiça, Educação
Sertã	Lisboa, Pedrógão Grande, F. do Zêzere, Proença-a-Nova, Tomar, Oleiros	Comércio por grosso, Construção, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Administração Pública, Indústrias da Madeira e da Cortiça	Proença-a-Nova, Oleiros, Castelo Branco, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos	Comércio grosso e retalho, Construção, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Administração pública, Educação, Indústrias da Madeira e da Cortiça
Vila de Rei	Lisboa, Mação, Abrantes, Sertã	Construção, Administração Pública, Comércio por grosso, Saúde e acção social, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Abrantes, Mação, Sertã, Castelo Branco	Construção, Administração pública, Comércio grosso e retalho, Saúde e acção social, Educação

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.50. A região do Pinhal Interior Sul apresenta uma estrutura de habilitações da população activa residente assente num peso expressivo da população detentora de habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico e numa reduzida proporção da população com níveis de educação médio e superior (metade do valor nacional), o que demonstra a necessidade de colocar um maior ênfase na promoção de níveis de educação mais elevados.

G. 33: Habilitações da população activa residente, 2001

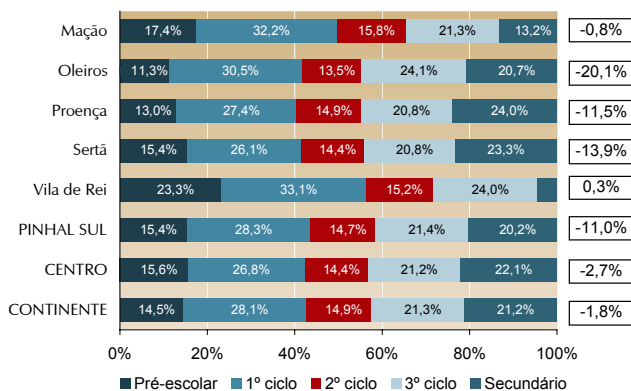


Fonte: INE, Censos 2001

- A prevalência de uma estrutura de habilitações assente no 1º ciclo do ensino básico é uma característica comum a todos os concelhos do Pinhal Interior Sul, com maior expressividade nos concelhos de Oleiros (52%) e Sertã (43%). Note-se ainda que 72% da população do Pinhal Interior Sul apresenta níveis de habilitações até ao 2º e 3º ciclo.
- O concelho de Mação é o único do conjunto dos cinco concelhos a registar proporções de população com habilitações no 1º ciclo abaixo do limiar 40%, compensado por proporções mais elevadas, acima dos restantes concelhos da região, de população com níveis de habilitações de 2º e 3º ciclo (excepto Vila de Rei), secundário, complementar e médio e superior.
- Oleiros e Vila de Rei destacam-se pelo facto de os 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade terem sido alcançados, respectivamente por 80% e 76% da população total, com claro prejuízo sobre os níveis de habilitações mais elevados.

4.51. O Pinhal Interior Sul conheceu uma contracção acentuada do número de alunos matriculados, superando os crescimentos negativos do Centro e do país.

G. 34: Taxa de crescimento do nº de alunos e estrutura dos alunos matriculados, no ano lectivo 2004/2005

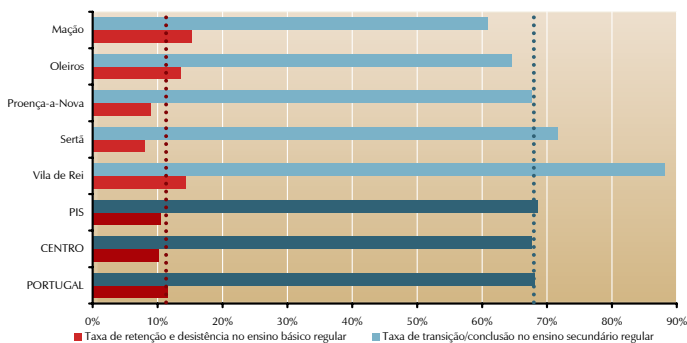


Fonte: Min. da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

- O crescimento negativo do número de alunos sentiu-se com particular gravidade em Oleiros, mas também na Sertã e em Proença, tendência que se prende com o envelhecimento da população.
- Vila de Rei destaca-se apresentando um crescimento positivo, embora ténue, dos alunos matriculados.
- Globalmente, a região detém uma estrutura de alunos matriculados próxima da nacional, escondendo fortes disparidades concelhias.
- Vila de Rei e Mação apresentam um maior peso do pré-escolar e 1º ciclo, em detrimento do secundário, sendo simultaneamente os concelhos menos afectados pela variação negativa do número de inscritos.

4.52. Os indicadores de sucesso/insucesso no ensino básico e secundário permitem colocar a região numa situação ligeiramente favorável face ao país e à região Centro.

G. 35: Indicadores de sucesso / insucesso da educação, ano lectivo 2004/2005



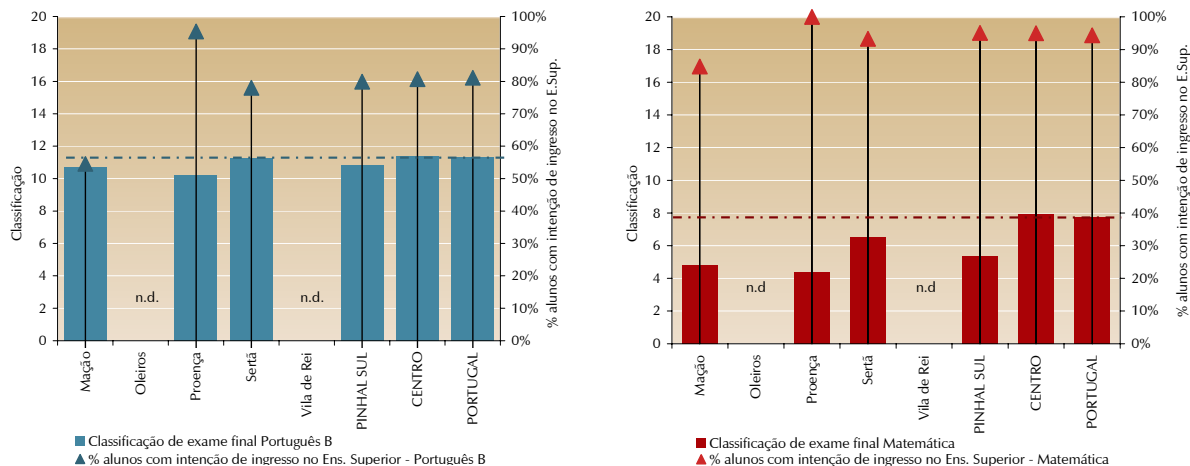
Fonte: INE, Retrato territorial de Portugal 2005 (com base em dados do Min. Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo)

- A taxa de retenção/desistência média nacional no ensino básico (11,5%) foi ultrapassada em Mação (15,2%), Vila de Rei (14,4%) e Oleiros (13,6%), enquanto Proença (8,9%) e Sertã (8,1%) apresentaram valores mais favoráveis.
- A taxa de sucesso no ensino secundário é particularmente favorável em Vila de Rei (88,2%), mas também na Sertã (71,6%), ficando abaixo da média nacional nos restantes concelhos.

4.53. Os alunos que frequentam o ensino secundário no Pinhal Interior Sul obtiveram uma classificação média no exame final de matemática significativamente inferior à média nacional.

- Globalmente, as classificações na disciplina de português B encontram-se ligeiramente abaixo da média nacional (11,3), em particular nos concelhos de Mação (10,7) e Proença (10,2).
- As classificações obtidas nos exames finais de matemática em Proença (4,4), Mação (4,8) e Sertã (6,5) ficaram muito aquém da média nacional de (7,7).

G. 36: Médias das classificações de exames finais do 12º ano, 2005

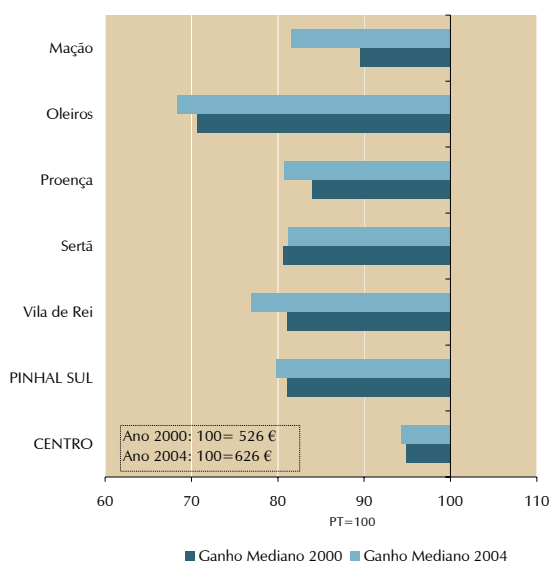


Nota: Apenas inclui as classificações dos alunos internos do ano lectivo 2004/2005.
Fonte: Ministério da Educação, Júri Nacional de Exames, Relatório Final – Exames Nacionais dos Ensinos Básico e Secundário 2005

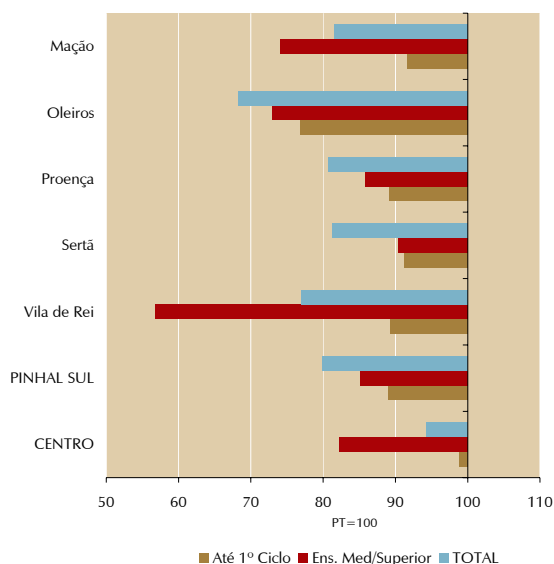
4.54. O baixo nível de qualificações registado no Pinhal Interior Sul, onde predomina uma população que atingiu apenas o 1º ciclo do ensino básico, e o fraco posicionamento da região no referencial de produtividade justificam em grande medida o diferencial negativo de salário mediano face ao valor nacional.

- O salário mediano no Pinhal Interior Sul é 80% do valor nacional (um dos mais baixos do país, a par com os registos na Serra da Estrela e Alto Trás-os-Montes), sendo o valor mais baixo registado em Oleiros e o mais elevado em Mação. Os baixos níveis de produtividade dos sectores em que o Pinhal Interior Sul é especializado – nomeadamente “agricultura, silvicultura e pesca” e “madeira, cortiça e mobiliário” – surgem naturalmente associados ao baixo nível salarial praticado na região.
- A divergência negativa face à média nacional é menos expressiva entre os trabalhadores nos dois extremos do perfil habilitacional: de facto, são trabalhadores com habilitações de nível médio (3º ciclo do ensino básico e ensino secundário) que têm um posicionamento mais débil face à média dos trabalhadores nacionais com as mesmas habilitações.

G. 37: Ganho mediano



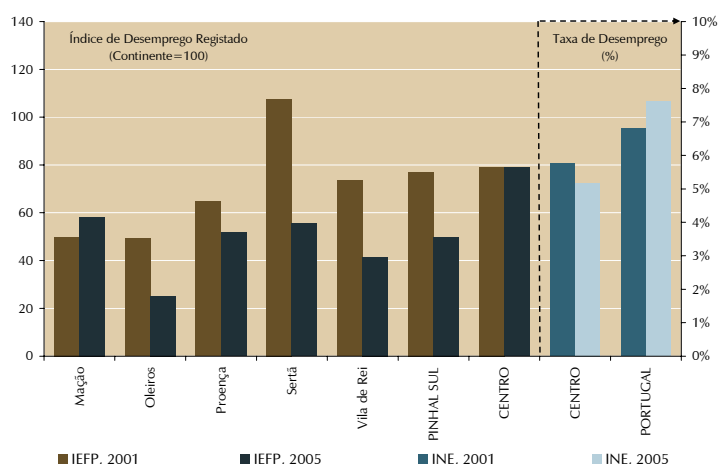
G. 38: Ganho mediano nos extremos do perfil habilitacional, 2004



Nota: trabalhadores por conta de outrem, com horário completo.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

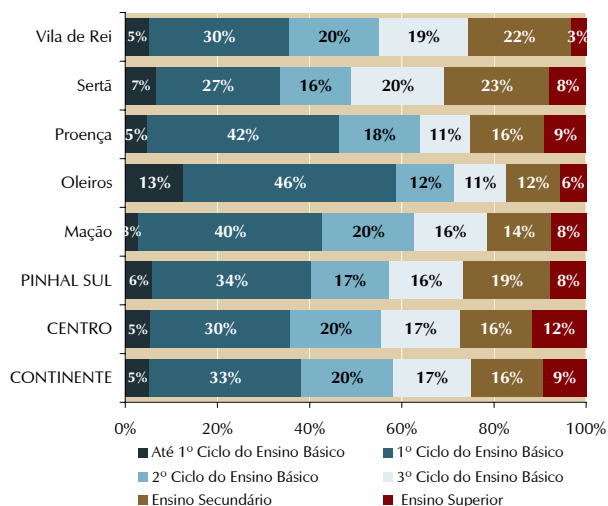
4.55. A estrutura do desemprego por habilitações permite evidenciar que o Pinhal Interior Sul regista situações de desemprego mais gravosas para o 1º ciclo do ensino básico e ensino secundário, face ao panorama nacional. A região Centro apresenta um comportamento favorável em termos do desemprego a dois níveis: por um lado, apresenta valores para a taxa de desemprego abaixo da média nacional e, por outro lado, registou uma redução desse valor de 2001 para 2005 contrariando a tendência nacional.

G. 39: Índice de desemprego registado nos centros de emprego do IEFP e taxas de desemprego INE, 2001 e 2005



- A totalidade dos concelhos (exceptuando a Sertã para 2001) revela um índice de desemprego registado inferior à média da região Centro, apontando-se como uma das explicações para este facto, a constatação de que existem nestes concelhos uma elevada fatia da população retirada do rácio do índice de desemprego do IEFP pela respectiva condição etária (envelhecimento da população).
- A evolução verificada foi de uma redução do índice de desemprego registado pelo IEFP, excepto para Mação onde essa tendência foi no sentido ascendente (49,8 em 2001 e 58,2 em 2005)
- A tendência de evolução das taxas de desemprego determinadas pelo INE para 2001 e 2005 indicam uma tendência de crescimento ao nível nacional e de redução ao nível particular da região Centro (7,6% e 5,1% respectivamente, para o ano de 2005).

G. 40: Estrutura do desemprego por nível de habilitações, 2006



- Os concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova e Mação apresentam uma proporção bastante elevada de desempregados com habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico (46%, 42% e 40%, respectivamente).
- O desemprego na franja de indivíduos mais qualificados atinge registos substancialmente menos gravosos que a nível nacional dado explicado, em larga medida, pela reduzida proporção de população que alcançou esses níveis de habilitações mais elevados. As situações de desemprego mais acentuado neste patamar são os de Proença-a-Nova, Mação e Sertã.

Nota: calculado com base no nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e na população em idade activa do ano respectivo (comparação de cada âmbito geográfico com o Continente)

Fonte: AM&A com base em dados do IEFP, Estatísticas Mensais do Desemprego e INE, Censos 2001 e Inquérito ao Emprego 2005

5 Castelos Rios Pinhais

Médio Tejo

Pinhal Interior Sul

Comunidade Urbana do Médio Tejo

Convento de São Francisco
Av. General. Bernardo Faria
2300-535 Tomar
Localização GPS - Lat: 39°35'59.20"N Long: 8°24'50.50"W
T 249 730 060
F 249 730 069
geral@cumt.pt

Portal Regional

www.mediatejodigital.pt

PÓLO DE ABRANTES

Rua D. António Prior do Crato, n.º115
2200-086 Abrantes
Localização GPS - Lat: 32°27'52.90"N Long: 8°12'38.31"W
T 241 361 000
F 249 730 069
geral@cumt.pt

PÓLO DE CONSTÂNCIA

Rua Bombeiros Voluntários, n.º1 1.º andar
2250-028 Constância
Localização GPS - Lat: 39°28'40.24"N Long: 8°20'12.60"O

Associação De Municípios do Pinhal Interior Sul

T 274 600 130
F 274 600 139
pinhalmaior@mail.telepac.pt

Loteamento 7
Pinhal de Cima
6100-680 Sertã

